



**PAS**

**UnB**

**3ª ETAPA**

**2020**

# Sumário

<b>1.0 - OBRAS MUSICAIS</b> .....	6
<b>1.1 – CÁLICE - Chico Buarque – Literatura, Gramática e História.</b> .....	6
<b>1.2 – CAMILA CAMILA – Banda Nenhum de Nós – Sociologia e Artes.</b> .....	7
<b>1.3 – DONA DE MIM – Iza – Literatura, Gramática e Redação.</b> .....	11
<b>1.4 – ELEVAÇÃO MENTAL – Triz – Sociologia, História e Geografia.</b> .....	15
<b>1.5 – GRÂNDOLA VILA MORENA – Banda 365 – História e Geografia.</b> .....	21
<b>1.6 – ILUMINA O MUNDO – Banda Detonautas – Física, Biologia e Química.</b> .....	22
<b>1.7 – MALDITOS CROMOSSOMOS – Pitty – Biologia, Matemática e Física.</b> .....	25
<b>1.8 – ME DEIXE MUDO – Walter Franco – Redação, Gramática e Artes.</b> .....	27
<b>1.9 – MULAMBA, de Mulamba – História, Geografia e sociologia.</b> .....	29
<b>1.10 - NÃO RECOMENDADO, De não recomendado – Sociologia e Filosofia.</b> .....	31
<b>1.11 - ENCONTRO DE LAMPIÃO COM EIKE BATISTA - El Efecto – Gramática, Redação e Física.</b> .....	33
<b>1.12 - O REAL RESISTE - Arnaldo Antunes – Sociologia e Filosofia.</b> .....	37
<b>1.13 – Quarteto de cordas com helicópteros, de Karlheinz Stockhausen (Performance) – Artes e Física.</b> .....	40
<b>1.14 - Quarteto para o fim dos tempos (1º Movimento - Liturgia de Cristal, 6º movimento - Dança do Furor para as 7 trombetas e o 8º movimento - Louvor à imortalidade de Jesus), de Oliver Messiaen – Artes e História.</b> .....	41
<b>1.15 – SEU ESTRELO E FUÁ DE TERREIRO - Manifestação cultural brasileira – Geografia e Sociologia.</b> .....	44
<b>1.16 - SOLANGE, na versão da Banda Solange – LEM.</b> .....	45
<b>1.17 – TREVAS, de Jards Macalé. Literatura e Química.</b> .....	46
<b>2 - OBRAS TEATRAIS</b> .....	49
<b>2.1 - A EXCEÇÃO E A REGRA, de Bertolt Brecht. Literatura, Gramática e Redação.</b> .....	49
<b>2.2 – PERDOA-ME POR ME TRAÍRES, de Nelson Rodrigues. Literatura e Gramática.</b> .....	69
<b>3 - OBRAS VISUAIS</b> .....	110
<b>3.1 – ACORDEONISTA, de Picasso, 1911, 130cm x 89cm, óleo sobre tela. Artes e Matemática.</b> .....	110

3.2 - Através, de Cildo Meireles, 1983 -1989. Artes e Matemática. ....	111
3.3 - Autorretrato como um soldado, de Ernst Kirchner, 1915. Artes e História.	112
3.4 - Autorretrato na fronteira do México e dos EUA, de Frida Kahlo. Artes, Geografia e LEM.....	113
3.5 - Guevara vivo ou morto, de Claudio Tozzi. História, Filosofia Geografia...	115
3.6 – Hidalgo incendiário, de José Clemente Orozco. Artes e Sociologia. ....	116
3.7 - Ilustrações críticas, de Pawel Kuczynski – Sátiras Desigualdade Social. Artes, Ed. Física, Geografia e Sociologia.....	116
3.8 - Mestiço, de Portinari, 1934. Óleo sobre tela, 81 cm x 65 cm. Artes e História. ....	121
3.9 - Meteoros, de Bruno Giorgi, 1960, mármore. Matemática, Física e Química.	122
3.10 - Morro da Favela, de Tarsila do Amaral, 1924. Literatura, Artes e Redação.	123
3.11 - Navio de emigrantes, de Lasar Segall, 1939-41. Geografia, Sociologia e História. ....	124
3.12 Palácio do Itamaraty, de Oscar Niemeyer. História, Geografia e Matemática.	126
3.13 - Rhythm 0, de Marina Abramovic. Artes e Sociologia. ....	134
3.14 - Ponto de Encontro, de Mary Vieira. Artes. ....	135
3.15 - Ritmo de Outono - número 30, de Jackson Pollock. Artes e Química. ....	137
3.16 - Santa ceia moderna, de Acme, 2017. Sociologia, Filosofia, Biologia e Ensino Religioso.....	138
3.17 - Série Roupa-corpo-roupa: “O Eu e o Tu” - Queer, Lygia Clark. Sociologia e Biologia.....	140
3.18 - Trouxas ensanguentadas, de Artur Barrio, 1970. Geografia, Sociologia e História. ....	141
<b>4 – OBRAS TEXTUAIS</b> .....	144
<b>4.1 – POEMAS</b> .....	144
4.1.1 – A noite de dissolve os homens, de Carlos Drummond de Andrade. Literatura, Gramática e Redação.....	144
4.1.2 – Consoada, de Manuel Bandeira. Literatura e Redação.....	145
4.1.3 – Esses chopes dourados, de Jorge Wanderley. Literatura e Gramática.	147
4.1.4 – O morcego, de Augusto dos Anjos. Literatura e Biologia. ....	149
4.1.5 – Poema aos homens do nosso tempo, de Hilda Hilst. Literatura. ....	151
4.1.6 - Quebranto, de Cuti. Literatura e Redação. ....	154

4.1.7 - Soneto, de Ana Cristina Cesar. Literatura e Gramática.....	156
4.1.8 - Tecendo a manhã, de João Cabral de Melo Neto. Gramática e Redação.....	157
4.2 - CONTOS.....	159
4.2.1 - A caolha, de Júlia Lopes de Almeida. Sociologia e Literatura.....	159
4.2.2 – Maria, de Conceição Evaristo. Sociologia e História.....	165
4.2.3 - OÁSIS, de Caio Fernando Abreu. Redação e Gramática.....	168
4.2.4 – Viagem à Petrópolis, de Clarice Lispector. Literatura.....	172
4.3 – NOVELA.....	178
4.3.1 – O RECADO DO MORRO, de João Guimarães Rosa. Literatura, Gramática e Redação.....	178
4.4 - ROMANCE .....	179
4.4.1 – SARGENTO GETÚLIO, de João Ubaldo Ribeiro. Literatura, Gramática e Redação.....	179
4.5 – CARTAS.....	180
4.5.1 - A Doutora Nise Siqueira, de Carlos Drummond de Andrade. Sociologia, Filosofia e Educação Física.....	180
4.5.2 - Cartas que Gandhi escreveu para Hitler. História e Geografia.....	188
4.5.3 - Por que a Guerra? Indagações entre Einstein e Freud. Física e Química.....	193
5 – OUTROS .....	204
5.1 - Algoritmos Parciais – Matemática.....	204
5.2 - Constituição Federal – Título II, capítulo IV, artigos 14 a 16; capítulo V, artigo 17 e Título IV, capítulo I, seções I a V, artigos 44 a 56. Sociologia, História e Geografia.....	210
5.3 - Criadores de um mundo recarregável, de Ricardo Zorzetto. Física, Química e Biologia.....	230
5.5 - Necropolítica - Achille Mbembe. Sociologia, Geografia e História.....	239
5.6 - Prevenção de HIV-Aids na concepção de jovens soropositivos. Biologia.....	268
5.7 - Sobre violência (capítulo 2 e 3) - Hannah Arendt. Filosofia.....	277
5.8 - Universidade Para quê ? - Darcy Ribeiro. Sociologia e Filosofia.....	317
6.0 - OBRAS ÁUDIOVISUAIS.....	319
6.1 - A margem do corpo (2006), Documentário de Débora Diniz. Sociologia.....	319
6.2 - A questão indígena no Brasil em 4 minutos - Agência Pública: agência de reportagem e jornalismo investigativo. Geografia e História.....	322

<b>6.3 - Carta para além dos muros - André Canto. Biologia. ....</b>	<b>323</b>
<b>6.4 - Das raízes às pontas (2015), Documentário de Flora Egécia. Filosofia e Sociologia.....</b>	<b>325</b>
<b>6.5 - Entenda o que é Racismo Estrutural - Canal do Preto. Sociologia. ....</b>	<b>326</b>

## 1.0 - OBRAS MUSICAIS

### 1.1 – CÁLICE - Chico Buarque – Literatura, Gramática e História.

Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
De vinho tinto de sangue

Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga  
Tragar a dor, engolir a labuta  
Mesmo calada a boca, resta o peito  
Silêncio na cidade não se escuta  
De que me vale ser filho da santa  
Melhor seria ser filho da outra  
Outra realidade menos morta  
Tanta mentira, tanta força bruta

Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
De vinho tinto de sangue

Como é difícil acordar calado  
Se na calada da noite eu me dano  
Quero lançar um grito desumano  
Que é uma maneira de ser escutado  
Esse silêncio todo me atordoia  
Atordoado eu permaneço atento  
Na arquibancada pra a qualquer momento  
Ver emergir o monstro da lagoa

Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
De vinho tinto de sangue

De muito gorda a porca já não anda  
De muito usada a faca já não corta  
Como é difícil, pai, abrir a porta  
Essa palavra presa na garganta  
Esse pileque homérico no mundo  
De que adianta ter boa vontade  
Mesmo calado o peito, resta a cuca  
Dos bêbados do centro da cidade

Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
De vinho tinto de sangue

Talvez o mundo não seja pequeno  
Nem seja a vida um fato consumado  
Quero inventar o meu próprio pecado  
Quero morrer do meu próprio veneno  
Quero perder de vez tua cabeça  
Minha cabeça perder teu juízo  
Quero cheirar fumaça de óleo diesel  
Me embriagar até que alguém me esqueça

Composição: Chico Buarque

### **Análise da obra**

A música *Cálice* foi escrita em 1973 por Chico Buarque e Gilberto Gil, sendo lançada apenas em 1978. Devido ao seu conteúdo de denúncia e crítica social, foi censurada pela ditadura, sendo liberada cinco anos depois. Apesar do desfasamento temporal, Chico gravou a canção com Milton Nascimento no lugar de Gil (que tinha mudado de gravadora) e decidiu incluir no seu álbum homônimo.

*Cálice* se tornou num dos mais famosos hinos de resistência ao regime militar. Trata-se de uma **canção de protesto** que ilustra, através de metáforas e duplos sentidos, a repressão e a violência do governo autoritário.

Disponível em: <https://www.culturagenial.com/musica-calice-de-chico-buarque/>

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=9y2xB90A0CY>

### **1.2 – CAMILA CAMILA – Banda Nenhum de Nós – Sociologia e Artes.**

Depois da última noite de festa  
Chorando e esperando amanhecer, amanhecer  
As coisas aconteciam com alguma explicação  
Com alguma explicação

Depois da última noite de chuva  
Chorando e esperando amanhecer, amanhecer  
Às vezes peço a ele que vá embora  
Que vá embora

Camila

Camila, Camila

Eu que tenho medo até de suas mãos

Mas o ódio cega e você não percebe

Mas o ódio cega

E eu que tenho medo até do seu olhar

Mas o ódio cega e você não percebe

Mas o ódio cega

A lembrança do silêncio

Daquelas tardes, daquelas tardes

Da vergonha do espelho

Naquelas marcas, naquelas marcas

Havia algo de insano

Naqueles olhos, olhos insanos

Os olhos que passavam o dia

A me vigiar, a me vigiar

Camila

Camila, Camila

Camila

Camila, Camila

E eu que tinha apenas 17 anos

Baixava a minha cabeça pra tudo

Era assim que as coisas aconteciam

Era assim que eu via tudo acontecer



## **Análise da Obra**

*Camila, Camila* foi o primeiro sucesso da banda Nenhum de Nós. A música foi responsável por inserir o grupo no rock profissional na segunda metade da década de 80, quando eles tinham apenas seis meses de formação.

### ***Depois da última noite de festa***

#### ***Chorando e esperando amanhecer, amanhecer***

#### ***As coisas aconteciam com alguma explicação***

#### ***Com alguma explicação***

Thedy conta que ele e os outros membros do Nenhum de Nós imaginavam a cena de Camila chegando em casa depois de uma festa com o namorado.

Durante a festa, algo de ruim teria acontecido, provavelmente algum tipo de violência psicológica, que fez com que Camila desejasse com todas as forças o fim daquela noite — e de muitas outras.

Algo muito comum em relacionamentos abusivos é o agressor manipular a vítima para fazê-la acreditar que as atitudes violentas têm um motivo. Sempre há uma explicação para cada insulto ou agressão, e normalmente a culpa é colocada na vítima.

### ***Depois da última noite de chuva***

#### ***Chorando e esperando amanhecer, amanhecer***

#### ***Às vezes peço a ele que vá embora***

#### ***Que vá embora***

Essa repetição enfatiza que as noites de violência eram algo comum.

Ao contrário do que se pode imaginar, a pessoa que sofre agressão não é acomodada e inerte. Tudo o que ela mais quer é acabar com aquela situação, e ela tenta, mas não é assim tão fácil.

## ***Camila***

### ***Camila, Camila***

A história da música é narrada em primeira pessoa, como se fosse a própria Camila contando. Nesse sentido, o refrão pode ser entendido como um grito dela, tentando se reencontrar. Por outro lado, também podemos entender o refrão como uma resposta de quem ouve a história.

***Eu que tenho medo até de suas mãos***

***Mas o ódio cega e você não percebe***

***Mas o ódio cega***

***E eu que tenho medo até do seu olhar***

***Mas o ódio cega e você não percebe***

***Mas o ódio cega***

A menina tem medo de cada gesto do namorado, porque ela nunca sabe de onde pode vir a agressão. Qualquer toque ou olhar pode significar o começo de uma briga. No entanto, ele está tão cego pelo ódio que sequer é capaz de perceber o medo.

***A lembrança do silêncio***

***Daquelas tardes, daquelas tardes***

***Da vergonha do espelho***

***Naquelas marcas, naquelas marcas***

Apesar de querer acabar com a situação, muitas vezes a vítima se vê em silêncio, incapaz de falar e de pedir ajuda.

Aqui a música deixa bem claro que a violência sofrida não era só a psicológica, o que já seria muito grave, mas que também há agressão física. Camila se olha no espelho e sente vergonha das marcas que tem no corpo — marcas deixadas pelo agressor.

***Havia algo de insano***

***Naqueles olhos, olhos insanos***

***Os olhos que passavam o dia***

***A me vigiar, a me vigiar***

Havia algo de insano nos olhos dele e no modo como ele vigiava cada passo dela durante o dia, provavelmente algum indício de desequilíbrio mental ou do ódio descontrolado.

***Camila***

***Camila, Camila***

***Camila***

***Camila, Camila***

***E eu que tinha apenas 17 anos***

***Baixava a minha cabeça pra tudo***

***Era assim que as coisas aconteciam***

***Era assim que eu via tudo acontecer***

No fim, a música vem nos lembrar que Camila era apenas uma adolescente de 17 anos, que não sabia como reagir àquela situação. Pelo medo e por não saber pedir ajuda, ela acabava aceitando, baixando a cabeça, e assim o tempo passava e tudo aquilo se repetia.

Disponível em: <https://www.letras.mus.br/blog/historia-da-musica-camila-camila/>

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=5DLZdHz0TJ8>

### **1.3 – DONA DE MIM – Iza – Literatura, Gramática e Redação.**

Já me perdi tentando me encontrar

Já fui embora querendo nem voltar

Penso duas vezes antes de falar

Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Sempre fiquei quieta, agora vou falar

Se você tem boca, aprende a usar

Sei do meu valor, e a cotação é dólar

Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Me perdi pelo caminho  
Mas não paro, não  
Já chorei mares e rios  
Mas não afogo, não

Sempre dou o meu jeitinho  
É bruto, mas é com carinho  
Porque Deus me fez assim  
Dona de mim

Deixo a minha fé guiar  
Sei que um dia chego lá  
Porque Deus me fez assim  
Dona de mim

Já não me importa a sua opinião  
O seu conceito não altera minha visão  
Foi tanto sim, que agora digo não  
Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Quero saber só do que me faz bem  
Papo furado não me entretém  
Não me limite que eu quero ir além  
Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Me perdi pelo caminho  
Mas não paro, não  
Já chorei mares e rios  
Mas não afogo, não

Sempre dou o meu jeitinho  
É bruto, mas é com carinho  
Porque Deus me fez assim  
Dona de mim

Deixo a minha fé guiar  
Sei que um dia chego lá  
Porque Deus me fez assim  
Dona de mim

Composição: Arthur Marques.

### **Análise da Obra**

Se por si só a música “*Dona de Mim*” da cantora IZA se apresenta como uma representação do empoderamento feminino, seu clipe arremata com uma relação de interseccionalidade entre raça e gênero. A cantora assina o roteiro carregado de questões de negritude e feminismo, e através disso impõe sua presença na música pop, enquanto mulher negra, de maneira assertiva.

O primeiro álbum de estúdio da cantora que carrega o nome do *single*, “*Dona de Mim*”, lançado em abril deste ano, completa um trabalho que estourou no ano passado com o *hit* “*Pesadão*”. O sucesso da música a tornou conhecida em território nacional e foi responsável ainda por inseri-la no mercado da música e mais precisamente no hall *mainstream* do pop. Semelhante ao que Beyoncé e outras cantoras têm feito nos seus últimos trabalhos ao trazerem uma dimensão política para as suas canções e performances, IZA fala sem precisar dizer, tensiona situações e se coloca enquanto um corpo político.

O clipe de “*Dona de Mim*”, de outubro deste ano, transcende o sentido que poderia ser percebido à primeira vista com o simples consumo da canção em si. Sem precisar colocar em palavras na própria letra da canção, ela explora imagetivamente situações do cotidiano que constroem em conjunto uma experiência diferente com o significado da canção. A cantora traça um processo de autoconhecimento e tomada de consciência de identidade, que a fazem por fim atingir uma situação de conforto na pele

que habita, mesmo com as complexidades e ambiguidades que compreendem a existência de uma mulher negra. Sua experiência no clipe não é tomada como única, IZA fala de um “eu” ao mesmo tempo em que individualiza circunstâncias distintas, percorrendo diferentes contextos.

O caminho árduo narrado na música é pluralizado através das histórias de três personagens principais presentes no videoclipe. Mesmo em situações e lugares distintos, as mulheres negras ali representadas travam suas próprias batalhas do dia-a-dia, mas lidam de maneira semelhante com questões maiores e estruturais, como o machismo e o racismo.

A perseverança reiterada na letra *“me perdi pelo caminho, mas não paro não”* é demonstrada com mais força diante da resistência em meio às adversidades impostas no cotidiano das personagens. Desde as dificuldades em ser uma mãe solo, trabalhar com educação para pessoas pobres e negras, ou enfrentar um julgamento em meio a um sistema judiciário composto por hegemonias; todas essas questões se apresentam como pontos que ajudam a ativar em suas vivências uma consciência dos seus lugares no mundo.

No sentido trazido do clipe, a vida é conturbada, ambígua e por isso se apresenta como um campo de luta. Nesse meio se torna necessário o reconhecimento do valor e a reafirmação constante da força e do poder que existe na própria existência da mulher negra, o que é colocado a todo momento na canção através da própria reiteração do título da canção ou de trechos como *“sei do meu valor”*. A própria tomada de consciência permite uma mudança de postura, mais combativa, diante das situações.

*“Sempre fiquei quieta, agora vou falar/Se você tem boca, aprende a usar”*, a opressão já não mais a cala ou a torna imóvel, ela encontra forças para combatê-la. Este é um lugar conturbado e ambíguo, mas é um campo de luta, um lugar de potência à medida em que possibilita um olhar social mais empático e compreensivo. É um exercício de olhar para outro e se colocar nas situações que ele enfrenta, um sentido de dar a mão e ajudar a subir.

A relação de empatia que se expande para uma irmandade de força impressionante, é celebrada já no fim do clipe quando todas as personagens se encontram em uma igreja e admiram um coral composto por mulheres e comandado pela própria IZA. Ela entoava um hino que convoca as mulheres a se unirem e se colocarem enquanto protagonistas, enquanto donas das suas próprias vidas. Tendo a

fé na irmandade que existe entre mulheres e a consciência do poder que essa relação traz como força motriz, é possível conquistar coisas maiores para o pessoal e o coletivo.

Como um efeito em cadeia, o sucesso de uma torna-se inspiração de outra, e por isso fonte de representação para as demais. IZA é isso: ao se localizar em um espaço historicamente hegemônico e *mainstream*, a cantora injeta política ao *hit*, que não precisa ser vazio de significado para bombar. A visibilidade alcançada pela sua performance ou por um conjunto de fatores que fazem o sucesso tornar-se o que é, dá poder e senso de luta ao discurso de mulheres negras que passam a se perceber donas de si, e, por isso, capazes de romper imposições e vencer opressões.

Disponível em: <http://valkirias.com.br/dona-de-mim-pop-politico-a-consciencia-de-negritude-e-o-apoio-entre-mulheres/>

Vídeo em: [https://www.youtube.com/watch?v=FnGfgb\\_YNE8](https://www.youtube.com/watch?v=FnGfgb_YNE8)

#### **1.4 – ELEVAÇÃO MENTAL – Triz – Sociologia, História e Geografia.**

Família, primeiramente eu queria deixar bem claro

Que eu não to aqui pra representar o rap feminino não, certo?

E muito menos o masculino

Eu to aqui pra representar o Rap Nacional

E eu peço que respeitem a minha identidade de gênero, demorou?

Ficou mais ou menos assim

Caneta e papel na mão

Pra mim é melhor que remédio

Enquanto eu vou escrevendo

Não sobra espaço pro tédio

Aonde eu vou parar, não sei

Eu tô pensando a mais de um mês

E o que eu tenho visto

Eu vou falar procêis

É tanta arrogância, tanta prepotência  
A sanidade tá escassa no mundo das aparências  
Não se cale jamais diante do opressor  
Não deixe que o sistema acabe com seu amor

Ae, Triz o seu som é muito bad  
É que, irmão, isso é rap  
Quer dançar, escuta Ivete

Poesia visionária que atinge o coração  
Eu falo sim da tristeza pra que haja compreensão  
E como de costume eu vou tocando na ferida  
Falando dos preconceitos sofridos no dia a dia

O rap existe pra mostrar  
A verdade e a dor  
É um grito de dentro pra fora  
Clamando pelo amor

Ae, motô  
Boa noite pro sinhô  
Preciso chegar no centro  
Posso entra por favor?

Vai lá menor  
Mas vê se não se acostuma  
Te aviso quando chegar  
E cuidado por essas ruas

Tamo junto, irmão, boa sorte na caminhada



A multa já foi constada, então vamos nessa bala  
Sempre na humildade cê consegue o que quiser  
E eu tô nessa jogada até quando dá pé

E já que o flow é meu  
Eu vou mandando é logo a boa  
Essa é a minha realidade  
Não gostou, procura outra

Já tenho muito perreco  
Pra me preocupar  
Faltou a companhia  
Na minha sala de estar

Eu gosto daquela dama  
O cheiro dela na minha cama  
Nossos corpos são iguais  
E juntos vão ardendo em chama

Mas não tô aqui  
Pra desmerecer ninguém  
O que mais tem no mundo é gente  
Não vai faltar pra você, irmão

Vou te falar situação  
Vários preconceituoso sem respeito e sem visão  
É vários fiscal de cu, muita alienação  
Foda-se se o mano é gay, o que importa é o coração

E eu já me liguei como funciona o preconceito  
Mas sinto em te informar que não tamo pra escanteio

Se te falta o respeito, cê não sabe de nada  
Segue no seu caminho que eu vou na minha estrada

Onde isso vai parar?  
Se eu nasci com dom, eu sei que vou continuar  
Eu cheguei na cena, fiz um poema  
Pro seu coração escutar

O preconceito não te leva a nada  
Não seja mais um babaca de mente fechada  
Por que o ódio mata, mas o amor sara  
De qual lado cê vai ficar?

Brasil, país que mais mata pessoas trans  
Espero que a estatística não suba amanhã  
Me diz, por que o jeito de alguém te incomoda?  
Foda-se se te incomoda  
É meu corpo, e a minha história

E sobre a minha carne, cê não tem autoridade  
Não seja mais um covarde, de zero mentalidade  
Seja inteligente, abra a sua mente  
O mundo é de todos, não seja prepotente

Seja gay, seja trans, negro ou oriental  
Coração que pulsa no peito é de igual pra igual  
O individual de cada um não se discute  
Seja elevado, busque altitude

Zé povinho falou: Vai fazer a sobrancelha  
Dar um trato no cabelo e mudar sua aparência

Eu acho que é mulher, eu acho que é um homem

Eu acho que cê tem que vestir esse uniforme

Primeiramente: você não tá na minha mente

Segundamente: seu raciocínio é deprimente

O que cê acha de mim, num importa irmão

Que diferente de você, eu tenho educação

Não tenho obrigação de dar satisfação

Mas aqui, cê tá ligado que é pura informação

E pra quem quer saber, o meu gênero é neutro

Cê não precisa entender, só precisar ter respeito

Você não ganha nada sendo um atrasa-lado

Seu conservadorismo já tá ultrapassado

Cê quis me derrubar ainda dando risada

Mas a luz da minha luta sua bala não apaga

Você me insultou julgando minha aparência

Só se esqueceu de ver o brilho da minha essência

Falou do meu cabelo, meu dente separado

Mas garanto que elas não reclamam do que tem provado

Elevação mental

Nesse flow que eu vou levando sempre na moral

Hipocrisia me rodeia e os bico paga um pau

Mas sigo firme, nada abala o meu ideal, irmão

E não tire suas conclusões sem saber do meu proceder

Antes de falar mal de mim, te convido a me conhecer

Um salve pra quem fecha, que os moleque são da hora

Em meio a tanta maldade ainda tem quem se salva

Onde isso vai parar?

Se eu nasci com dom, eu sei que vou continuar

Eu cheguei na cena, fiz um poema

Pro seu coração escutar

O preconceito não te leva a nada

Não seja mais um babaca de mente fechada

Por que o ódio mata, só o amor sara

De qual lado cê vai ficar?

Composição: TRIZ.

### **Análise da Obra**

Triz é uma novidade do rap nacional que se identifica como transgênero não binário. Paulista, com 18 anos, e referências que vão de Cartola a Sabotage, Triz lança o primeiro clipe da sua carreira, para a música “Elevação Mental”.

“Elevação Mental” foi composta por Triz, e carrega em sua letra o ativismo da causa LGBT. “A inspiração para a criação da letra foi movida pela tristeza de saber que ainda existem pessoas tão arrogantes, intolerantes e ignorantes sobre o assunto. Tentei através dos versos falar de uma maneira curta e direta como é a vivência de uma pessoa que está inserida no meio, abordando temas pesados e tristes sobre a realidade de pessoas como nós que são diariamente marginalizadas, esquecidas e humilhadas.

“No refrão pensei em deixar algo mais harmonioso, melódico e sensitivo, pra de fato tocar o coração das pessoas, pra tentar trazê-las para os braços do respeito, da empatia e do amor. Provando que somos gente como qualquer gente, sentimos, tememos, amamos e morremos como qualquer outro e merecemos respeito, dignidade e direitos e tudo que for concebível a uma pessoa comum, porque é isso que somos, pessoas que vivem e resistem e querem alcançar a paz e o respeito, para viver com dignidade, sem temer e sem sofrer”, diz Triz.

Disponível em: <https://www.papelpop.com/2017/07/conheca-triz-rapper-paulista-transgenero-que-lanca-seu-primeiro-clipe/>

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=npGrq2IFmls>

## 1.5 – GRÂNDOLA VILA MORENA – Banda 365 – História e Geografia.

Grândola, Vila Morena

Terra da Fraternidade

O povo é quem mais ordena

Dentro de ti, ó cidade

Em cada esquina, um amigo

Em cada rosto, a igualdade

O povo é quem mais ordena

Dentro de ti, ó cidade

Dentro de ti, ó cidade

Juro em ter a companheira

`A sombra de uma azinheira

Que já não sabia a idade

Composição: Jose Afonso.

### ***Análise da Obra***

Na Revolução dos Cravos, que acabou com a ditadura em Portugal no dia 25 de abril de 1974, a música - especialmente a canção "Grândola, Vila Morena" - teve um papel crucial porque foi a senha usada pelos capitães revolucionários para começar as operações militares. Oprimidos pelo severo regime de Antonio Salazar - que faleceu em 1970, mas cujo legado continuou vivo quase mais 4 anos -, a música também foi um dos poucos resquícios de liberdade que restavam aos portugueses, e que vista hoje em retrospectiva, permite saber como era o país naquele momento. "Grândola, Vila Morena. Terra de Fraternidade. O povo é quem mais ordena, dentro de ti, ó cidade". Estes são os primeiros versos da famosa música do falecido Zeca Afonso, composta em 1964 e escolhida pelos militares insurgentes como sinal para deixar os quartéis e dar início ao levante de 25 de abril logo após ela ser tocada na emissora "Rádio Renascença". Com a conivência de um locutor da emissora, à 0h20 local do dia 25, a música chegou a todas as unidades do exército participantes do golpe de Estado. No entanto, o primeiro sinal através da rádio chegou antes, às 22h55 de 24 de abril. Uma emissora local de Lisboa tocou para seus ouvintes "E depois do adeus", de Paulo de Carvalho, que não tinha significado político para não levantar suspeitas, mas que fora escolhida pelos incentivadores do levante para iniciar as operações na capital portuguesa. Além de servir de mensagem cifrada para os militares que iniciaram a Revolução, a música foi, durante a ditadura, um dos poucos espaços nos quais os

portugueses podiam encontrar uma sutil forma de expressão para tentar matar a sede de liberdade, apesar da pressão dos informantes da polícia política. "A música de protesto teve um papel claramente importante no final do regime, sobretudo a partir dos anos 60", disse Nélson Ribeiro, professor da Universidade Católica de Lisboa e especialista em imprensa e estudos culturais, em entrevista à Agência Efe. Analisados com rigor pela censura, as músicas que criticavam o regime costumavam ser proibidas de serem executadas nas rádios. "Através da música, os artistas retratavam a situação social e também o desagrado que existia na sociedade portuguesa em relação à ditadura e à guerra colonial que mantinha em vários países da África", explicou. Um dos expoentes deste estilo musical era precisamente Zeca Afonso, que viu várias de suas criações serem ilegalizadas pelo regime sob acusação de fazer referência ao comunismo, o que mais tarde o transformou em um símbolo de resistência democrática. "Eles comem tudo e não deixam nada", cantava o autor em "Vampiros", sua primeira composição de caráter eminentemente político (1963), proibida junto com as demais músicas do álbum "Baladas de Coimbra". No entanto, apesar de a estrita censura reduzir a liberdade de expressão, algumas músicas das consideradas polêmicas conseguiram passar pelo crivo do regime e foram tocadas em programas noturnos de rádio, nos quais eram desafiados os limites do controle. "Enquanto falassem de coisas da sociedade e de problemas do dia a dia, as canções de protesto se deixavam ouvir", afirmou Ribeiro, autor do livro "A Rádio Renascença e o 25 de abril", no qual apresenta detalhes sobre o papel-chave da emissora naquele dia. Como a rádio serviu para derrubar a ditadura, também foi utilizada em 1933 para fortalecer o regime de Salazar e divulgar seus ideais políticos. E, ainda hoje, os portugueses encontram consolo na música, nas palavras e acordes de Zeca, que continuam a ser uma espécie de hino nacional. Os portugueses ainda entoam com emoção o "Grândola, Vila Morena", uma canção que, nos últimos anos de crise, reapareceu nas várias manifestações contra a austeridade e inclusive no parlamento.

Fundada em 1983, o 365 foi um dos expoentes da fase final do movimento punk-rock e new wave no país. Com Miro de Melo (bateria), Tiquinho (guitarra), Adauto (baixo) e Oclinhos (vocal), a banda ficou conhecida no circuito underground paulista por suas canções de protesto. Em 1985, a banda passa por uma reformulação com a entrada de Ari Balthazar (guitarra), Mingau (baixo) e Finho (vocal). Com um estilo voltado para o pós-punk, sua música foi intitulada por alguns críticos como rock de combate – e o Combate Rock sempre aprovou tal rótulo!!!! Em 1986 é lançado o disco-mix contendo as músicas "São Paulo" e "Canção para Marchar", a canção "São Paulo" torna-se um grande sucesso.

Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/grandola-vila-morena-o-simbolo-da-musica-que-libertou-os-portugueses-23042014>

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=OIXKTCg5uTY&feature=youtu.be>

## **1.6 – ILUMINA O MUNDO – Banda Detonautas – Física, Biologia e Química.**

O tempo não pode voltar atrás

Mas nunca desejei mudar

O que não deu certo, porque hoje eu faço mais

E a física já comprovou

Não existem limites pro amor

E o que deu certo faz eu alcançar a paz

E o que eu posso ser até o amanhecer

É a soma de tudo, eu quero mudar o mundo

Então eu posso ser até o amanhecer

Quem em alguns segundos ilumina o mundo

Me diz que eu posso ser pra você, bebê

Deixa eu mudar teu mundo, clichê, dama e vagabundo

Quero só você pra mim

Tô louco pra te encontrar

E quando amanhecer

Com você quero acordar

Tô cansado de viver sozinho

Cola aqui e aumenta o meu libido

Tudo é tão chato, nada é mais claro

Sem você meu mundo fica esquisito

Ei, tudo que acontece com a nossa relação

Me espera no Facetime

Que eu faço uma ligação

Temos uma ligação

Volta pra mim, te dou meu coração

Eu tô chegando, vai, abre o portão

Vem logo correndo na minha direção

Na minha direção

Vem correndo e não para, não

Vou mudar teu mundo em menos de um segundo

E o que eu posso ser até o amanhecer  
É a soma de tudo, eu quero mudar o mundo  
Então eu posso ser até o amanhecer  
Quem em alguns segundos ilumina o mundo

Abra suas portas, deixe a paz entrar  
Solte o seu medo dessa solidão  
Não demora muito tudo se acertar  
Sinto as batidas do seu coração  
Desse novo dia que já vai nascer  
Deixe que o amor te traga de volta  
E quando o espírito amanhecer  
É chegada a hora da nossa vitória

E o que eu posso ser até o amanhecer  
É a soma de tudo, eu quero mudar o mundo  
Então eu posso ser até o amanhecer  
Quem em alguns segundos ilumina o mundo

Composição: André Macca Agrizi / DJ Cleston / Fábio Brasil / Pelé MilFlows / Phil / Renato Rocha / Tico Santa Cruz / WAO

### **Análise da obra**

O Detonautas Roque Clube se uniu ao *rapper* Pelé MilFlows e ao Centro de Valorização da Vida (CVV) no single “Ilumina o Mundo”. A canção busca chamar atenção ao número alarmante de suicídios no país, e sua letra fala que em meio à solidão e aos problemas sempre haverá luz para uma solução.

Sobre o lançamento, o vocalista **Tico Santa Cruz** falou em comunicado:

*“Estamos aqui para falar de paz amor e positividade, mas por muitas vezes caminhamos por lugares mais frios e escuros da nossa alma. Ninguém, ninguém está livre de se sentir solitário, triste e com dor. A vida realmente não é fácil e, por muitas vezes precisamos de ajuda, mas não sabemos como pedir. Acredite: existem muitas*



*peças dispostas a nos ajudar. Todas as dores podem ser superadas com ajuda e tratamento e, assim, a gente consegue virar este jogo”.*

A música ganhou um clipe produzido pela ASIGLA, e filmado em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. O roteiro é assinado por Santa Cruz em parceria com os diretores Vinicius Barros Goncalves e Tom Silveira.

Disponível em: <http://www.tenhomaisdiscosqueamigos.com/2019/05/17/detonautas-cvv-ilumina-mundo/>

Vídeo em: [https://www.youtube.com/watch?v=znXKYlj\\_BUs](https://www.youtube.com/watch?v=znXKYlj_BUs)

## **1.7 – MALDITOS CROMOSSOMOS – Intérprete: Pitty – Biologia, Matemática e Física.**

Todas as características

Explícitas ou escondidas

Físicas, psíquicas

Genética ou adquirida

Raiva competitiva

Apatia desmedida

Ângulo fora do esquadro

Objeto fálico

Ah! Malditos cromossomos!

Teoria Darwinista

O fruto, o meio e a iniciativa

Livre-arbítrio ou prisão

Genealogia da exclusão

tanta coisa já contida

E o exemplo ao longo da vida

Espécie de bagagem

Um dia sempre pesa na viagem

Ah! malditos cromossomos!

De onde veio a cor

Ou angústia que mora aqui

No filho eu vejo o pai também

Ninguém pode evitar

Todas as características

Explícitas ou escondidas

Físicas, psíquicas

Genética ou adquirida

Ah! malditos cromossomos!

Composição: Pitty ·

## **Análise da obra**

Esta canção apresenta uma síntese da ideia de um indivíduo que, mesmo lutando contra, se descobre enquanto reprodutor de conceitos e comportamentos herdados ao longo da vida, advindos de outras gerações. Ele se conforma com a ideia de ser mais uma cópia, uma vez que não consegue se impor enquanto indivíduo autônomo e singular. Como se não pudesse evitar a presença imponente dos conceitos e valores passados hereditariamente.

Disponível em: [http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgli/download/publicacaoonline/literaturaecienciashumanas/15\\_.pdf](http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgli/download/publicacaoonline/literaturaecienciashumanas/15_.pdf)

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=znK6dhWlaVo>

### **1.8 – ME DEIXE MUDO – Walter Franco – Redação, Gramática e Artes.**

Não me pergunte

Não me responda

Não me procure

E não se esconda

Não diga nada

Saiba de tudo

Fique calada

Me deixe mudo

Seja num canto

Seja num centro

Fique por fora

Fique por dentro

Seja o avesso

Seja a metade

Se for começo

Fique à vontade

Composição: Walter Franco ·

## **Análise da obra**

Walter Franco foi responsável por pelo menos dois álbuns considerados clássicos da história musical do país. Seu primeiro, “Eu Não”, de 1973, apostou em uma linguagem musical fortemente influenciada pela poesia concreta. Em 1975, lançou sua obra maior, “Revolver”, um álbum que conseguiu equilibrar suas ideias mais arrojadas e uma sonoridade pop e rock, bastante influenciada pelos Beatles. Um aspecto essencial de sua obra foi o uso criativo de sílabas e palavras para construir letras caracterizadas por repetições ou ligeiras variações verbais. O efeito era hipnótico e fiel a uma lógica em que sonoridade era tão importante quanto significado.

Apesar da reconhecida genialidade, o músico não alcançou sucesso de público. Colocado na gaveta dos compositores “malditos”, uma denominação conferida a artistas mais experimentais e que incluía nomes como Jards Macalé e Tom Zé, Franco lançaria mais quatro álbuns: “Respire Fundo” (1978), “Vela Aberta” (1979), Walter Franco (1982) e Tutano (2001).

Obras suas foram regravadas por artistas como Chico Buarque, Ira!, Leila Pinheiro, Camisa de Vênus, Pato Fu e Titãs. A música “Feito Gente”, de “Revolver”, fez parte da trilha sonora da série “Os Dias Eram Assim”, da Rede Globo, que tem como pano de fundo a ditadura militar.

Presença frequente nos festivais universitários que aconteciam entre as décadas de 1960 e 1970, Walter acabou na mira da ditadura militar. Levado para o Dops (Departamento de Ordem Política e Social), não chegou a ser torturado, mas, segundo contou, sofreu violência psicológica. “Não sabia bem por quê, talvez por causa da minha língua comprida”, afirmou. Segundo Franco, seu pai teria sofrido um “espasmo cerebral” ao saber da prisão do filho. Vereador de tendência socialista, seu pai havia sido cassado depois do golpe de 1964. Conforme relatou em entrevista, sua família chegou a sofrer ameaças.

No Festival Internacional da Canção, em 1972, sua música “Cabeça” foi uma das duas ganhadoras do prêmio do júri presidido por Nara Leão. No entanto, o júri acabou desfeito depois que a cantora criticou a situação política do país.

Na obra Me Deixe Mudo Walter, em pouco mais de seis minutos e acompanhado apenas pelo violão, faz com que a canção se desenvolva em três blocos sem limites claros entre eles e de caráter francamente progressivo. Na primeira parte, o cantor começa tocando notas aparentemente esparsas ao violão e soluça determinados sons entremeados por espaços largos de silêncio. O aparente *nonsense* de poucos ruídos aos poucos vai sendo preenchido com outras notas e sons de voz que se aproximam de fonemas e sílabas.

Em progressão paulatina, numa segunda parte, o violão já produz acordes e ritmo e a voz completa os espaços em branco entre os fonemas criando palavras e frases. Aqui, o entendimento da letra é pleno e percebe-se que, antes, ela e a melodia já estavam presentes, mas sem serem pronunciadas e tocadas. É como se letra, melodia, harmonia e andamento estivessem em latência dentro da canção, mas fossem soltos aos poucos para solicitar que os ouvintes preenchessem os sentidos dentro da canção tradicional.

Na terceira parte, o processo inicial se invertia: determinados fonemas, acordes e notas desapareciam aos poucos da peça musical, *perdendose* em espaços de

silêncio cada vez maiores até um retorno final ao pleno silêncio. A letra em questão parece trazer um tema de amor, pois o autor se dirige a alguém do sexo feminino (“fique calada”). Porém, se pensarmos no momento em que ela foi lançada, nas posturas dos artistas na época e nas articulações criativas e inusitadas que o compositor construía em sua obra em relação ao contexto, podemos muito bem traduzi-la como reação à repressão e à censura.

O procedimento performático escolhido faz com que letra e música se construam, tornem-se inteligíveis e sejam destruídas no momento da execução, como se fosse incorporado o ciclo da vida (nascimento – maturação – morte) ou como se os discursos em questão (ou outros passíveis de serem suscitados conforme a interpretação) fossem criados, partilhados e destruídos. Conforme nos indica Stessuk, retomando o poeta Stéphane Mallarmé e alguns parâmetros da poesia concreta, Walter Franco demonstra aqui a fragilidade do discurso quando se remete ao uso do fragmento. Rompe com uma possível tirania do discurso baseado na razão cotidiana e pragmática (política, talvez) e se abre ao ato lúdico de criação de algo puro, essencial, por meio do trato com os fragmentos.

Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/24/5-m%C3%BAasicas-para-conhecer-a-obra-de-Walter-Franco>

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBYj1b9BoJM>

### **1.9 – MULAMBA, de Mulamba – História, Geografia e Sociologia.**

Eu sou o mastro da bandeira da revolução

Os restos do cavalo de Napoleão

Eu sou a brasa que matou Joana d’Arc

As 5 balas de John Lennon, reles cidadão

O lixo humano, escória da sociedade

Sou o que como e quem eu deixo de comer

Nasci do limbo e bailei pra essa cidade

Sou quem dá vida aos monstros que eu quero ter

Você vai lembrar quando eu te olhar lá de cima

Vai reconhecer e vai respeitar minhas cinzas

Eu sou aquilo que ninguém mais acredita

Eu sou a puta, eu sou a santa e a banida

Sou a bravura e os surtos de Anita Garibaldi

Bandeira baixa ou bandeira que agita

Sou como rua, beco podre da cidade

Eu sou os filhos mal paridos da nação

Sou a coragem até no grito dum covarde

O que não basta, não se entende, eu sou um furacão

Você vai lembrar quando eu te olhar lá de cima

Vai reconhecer e vai respeitar minhas cinzas

Agora o meu papo vai ser só com a mulherada

“Nós não é” saco de bosta pra levar tanta porrada

Todo dia umas 10 morrem, umas 15 são estupradas

Fora as que ficaram em casa e por nada são espancadas

Qual que é o teu problema? É fé pequena ou mente ruim?

Quem foi que te ensinou a tratar as muié assim?

Agora fica esperto porque a coisa vai mudar

Se for tirar farinha com as mulher, pode apanhar!

Você vai lembrar quando eu te olhar lá de cima

Vai reconhecer e vai respeitar minhas cinzas

Composição: Amanda Pacífico / Carla De Sá ·

### ***Análise da Obra***

As curitibanas do Mulamba são um furacão ao vivo, viraram um estouro na internet e percorreram palcos importantes do país no último ano. Agora elas lançam o seu disco de estreia, o homônimo “Mulamba” (2018), gravado no estúdio da Red Bull Station, em São Paulo, e que conta com as participações de Lio Soares (do Tuyó) e Juliana Strassacapa (do Francisco, El Hombre).

Com nove faixas, o disco de estreia trás a já conhecida “Mulamba” – hit com mais de 2,6 milhões de views no YouTube – ao lado de canções novas, todas de caráter autoral. Algo entre a MPB e o rock, entre o erudito e a rua, meio como um sarau-punk, “Mulamba”, o disco, consegue refletir a força do sexteto, formado por Amanda Pacífico (voz), Cacau de Sá (voz), Caro Pisco (bateria), Érica Silva (baixo, guitarra e violão), Fer Koppe (violoncelo) e Naíra Debértolis (guitarra, baixo e violão).

Igualdade e violência de gênero, sexualidade, padrões de feminilidade, amor e outros temas habitam a poesia do Mulamba, criando faixas de caráter pop, porém sempre com certo tom mordaz. A mensagem política é um ponto de partida crucial, que já estava declarado em entrevista ao *Scream & Yell*, em 2017, porém isso não sobrepuja a musicalidade e a complexidade dos arranjos criados no disco.

“Mulamba” é um disco que pede atenção. E para entender um pouco mais sobre cada uma dessas canções as artistas fizeram um faixa a faixa que passeia por suas criações, suas histórias e suas intenções: “Mulamba” foi a primeira música que fizemos, quando a gente ainda fazia o tributo à Cássia Eller. A história é a seguinte: uma amiga estava num show nosso e foi incessantemente assediada por um cara. Ela se sentiu muito desconfortável e pressionada. Não teve outra escolha a não ser deixar o local, logo no início do show. Quando ela me relatou o que aconteceu, perguntei por que não contou no momento do assédio, sendo que suas amigas estavam no palco com o microfone na mão... E o ponto que quero chegar é esse: do desconforto que sentimos em qualquer lugar, do silenciamento imposto. Na mesma época, a Leticia Sabatella foi chamada de “puta” enquanto caminhava pelo centro de Curitiba, próximo a uma manifestação. Para mim, esses dois fatos demonstram exatamente a opressão que a gente vive. Essa música simboliza o momento em que percebemos nossa força e o quanto é importante nos posicionar. A música não foi regravada quando chegamos na RedBull. Fruet, produtor de Porto Alegre, remixou e remasterizou a faixa como queríamos antes de entrarmos em estúdio.

Disponível em: <http://screamyell.com.br/site/2018/11/18/faixa-a-faixa-mulamba-mulamba/>

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=wGJbUiRNRcg>

## **1.10 - NÃO RECOMENDADO, De não recomendado – Sociologia e Filosofia.**

Uma foto, uma foto

Estampada numa grande avenida

Uma foto, uma foto

Publicada no jornal pela manhã

Uma foto, uma foto

Na denúncia de perigo na televisão

A placa de censura no meu rosto diz:

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz:

Não recomendado à sociedade

Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado!

Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!

A placa de censura no meu rosto diz:

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz:

Não recomendado à sociedade

Não olhe nos seus olhos

Não creia no seu coração

Não beba do seu copo

Não tenha compaixão

Diga não à aberração

A placa de censura no meu rosto diz:

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz:

Não recomendado à sociedade

Composição: Caio Prado ·

### ***Análise da Obra***

O grupo denominado Não Recomendados, composto por Caio Prado, Daniel Chaudon e Diego Moraes, compõe o cenário underground da música brasileira engajada na luta pela visibilidade, manutenção e garantias de direitos para a população LGBTTI. De acordo com Caio Prado, Atualmente, esse cenário musical brasileiro vem sendo composto por uma série de artistas que buscam desafiar os padrões e as regras de gênero pré-estabelecidas. As Bahias e a Cozinha Mineira, Liniker, Lineker, MC Xuxu, Jaloo, Rico Dalassam, Pablo Vittar, Gloria Groove, Triz, entre outros, vem fazendo parte do mainstream e da música de resistência em tempos temerosos.



As questões relativas à construção de indidentidades, coloca o conceito de gênero e de sexualidades no cerne do debate, tanto no ambiente acadêmico como nos movimentos sociais e culturais servindo tanto como instrumento analítico quanto político.

Desta feita, os três componentes do grupo Não Recomendados, em entrevista concedida para o site [heloisatolipan.com.br](http://heloisatolipan.com.br), contam que se afirmam como homens cisgêneros, ou seja, reconhecem seu gênero em consonância com seu sexo biológico – genitália – de nascimento, e gays. Todavia, durante as suas apresentações a imagem que incorporam carrega elementos dados como femininos pela nossa sociedade, construída pelos discursos e pelas práticas sociais e culturais, assumindo, portanto, um papel andrógono tendo como uma das principais inspirações o também cantor e compositor, Ney Matogrosso. É importante ressaltar que o gênero no qual se reconhecem não guarda relação de exclusão com o papel que assumem no palco. Ambos podem coexistir, sendo o último uma manifestação da liberdade sexual e de gênero por eles defendidas. Além disso, o grupo se traveste como um ato de protesto inserido numa sociedade detentora do maior índice de homicídios de pessoas travestis e transexuais do mundo.

Sendo assim, o corpo e a voz, matéria-prima dos Não Recomendados, são utilizados por eles através da produção de discursos que buscam romper com os padrões cis-heteronormativos que orientam a nossa sociedade. A apropriação da meia-calça, da peruca, de colares, do salto alto, do decote diz de uma postura desviante da norma.

A letra da canção Não recomendado, composta por Caio Prado, denuncia, já no seu início, a exposição das pessoas LGBTTI's nos principais meios de comunicação, na maioria das vezes, acompanhada de manchetes sensacionalistas, com o intuito de alertar a população como um todo, aos perigos na qual estão expostas, riscos esses provenientes da diversidade de gênero e sexualidades.

Disponível em: [file:///C:/Users/TEMP.PERPETUO0/Downloads/17506-Texto%20do%20artigo-73818-1-10-20171214%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/TEMP.PERPETUO0/Downloads/17506-Texto%20do%20artigo-73818-1-10-20171214%20(1).pdf)

Vídeo em: [https://www.youtube.com/watch?v=aq5yOS\\_XtNU](https://www.youtube.com/watch?v=aq5yOS_XtNU)

### **1.11 - ENCONTRO DE LAMPIÃO COM EIKE BATISTA - EI Efecto – Gramática, Redação e Física.**

Duas coisas bem distintas

Uma é o preço, outra é o valor

Quem não entende a diferença

Pouco saberá do amor

Da vida, da dor, da glória

E tampouco dessa história

Memória de cantador

Reza a história que num dia  
Daqueles de sol arisco  
O bando de cangaceiros  
Mais valente nunca visto:  
Candeeiro, labareda,  
Zabelê e mergulhão  
Juriti, maria bonita  
Volta-seca e lampião  
Enedina, quinta-feira  
Beija-flor e zé sereno  
Lamparina, bananeira.  
Andorinha e o moreno  
Moderno, trovão, dadá  
Moita brava e mais corisco  
Pra mó de se arrefrescar  
Margeavam o são francisco

De repente um escarcéu  
Aperreia todo bando  
Um trem vem rasgando o céu  
E na terra vai pousando  
Do grande urubu de lata  
Cercado por muitos hõmi  
Desce um gringo de gravata  
Falando no telefone

Uns hõmi tudo de preto  
Peste vinda do futuro  
Que pra não olhar no olho  
Veste óculos escuro

Um se aproximou do bando  
Grande pinta de artista  
Disse com ar de desprezo  
Muito seco e elitista:  
"-calangada arreda o pé  
Que agora isso é de eike batista!"

A peixeira já luzia  
Quando o gringo intercedeu  
"-perdoem a grosseria  
Desse empregado meu  
Sou homem civilizado  
Não gosto de violência  
Trago papel assinado  
Prezo pela transparência  
A terra de fato é minha  
O governo fez leilão  
Eu que dei maior lance  
Ganhei a licitação  
Não sou nenhum trapaceiro  
O que é meu é de direito  
Mas como bom cavalheiro  
Lhes proponho um outro jeito"

Chamou lampião na chinha  
Prum papo particular  
Uma proposta de ouro  
Difícil de recusar  
"vou ganhar muito dinheiro  
Com um novo agronegócio  
Emprego teu bando inteiro

Ainda te chamo pra ser sócio"

"tu pode comprar são paulo

E o rio de janeiro

Foto em capa de revista

Por causa do teu dinheiro

Ter obra no mundo inteiro

Petróleo, mineração

Mas aqui nesse pedaço

Quem manda é o rei do cangaço

Virgulino, lampião!"

Se tu gosta de x mais um x eu vou lhe dar no xaxado que diz

Se tu gosta de x mais um x eu vou lhe dar no xaxado que diz: chispa!!

E os homi tudo de gravata desandaram a fugi

Subiru no urubu de lata e arredaram o pé dali

E até o velho xico cantou pra todo mundo ouvir:

Hay que, hay que, eike, hay que, hay que, hay que resistir!

Duas coisas bem distintas

Uma é o preço, outra é o valor

Quem não entende a diferença

Pouco saberá do amor

Da vida, da dor, da glória

E tampouco dessa história

Memória de cantador...

### ***Análise da Obra***

A letra parece saída de um livro de cordel. A música é uma mistura de rock pesado com xaxado, com a música que caracteriza as produções relacionadas ao cangaço brasileiro, como os temas compostos por Sérgio Ricardo para "Deus e o Diabo

na Terra do Sol”, de Glauber Rocha, e com os temas da telenovela “Gabriela”, baseada na obra de Jorge Amado. Não há um melhor cartão de visitas para apresentar a banda carioca El Efecto do que o caldeirão de referências “O encontro de Lampião com Eike Batista”, que tem quase oito minutos e meio de duração e que, a certa altura, vira um tema de trio elétrico: “Tu pode comprar São Paulo e o Rio de Janeiro / Foto em capa de revista por causa do seu dinheiro / Ter obra no mundo inteiro, petróleo, mineração / Mas aqui nesse pedaço, quem manda é o rei do cangaço... / VIRGULINO LAMPIÃO!”.

Essa é a primeira canção do ótimo terceiro álbum do El Efecto, “Pedras e Sonhos”, cuja faixa-título é um misto de forró, rock e música mexicana, que conta com discurso do Subcomandante Marcos, considerado porta-voz do movimento zapatista no sudeste mexicano, e faz uma clara referência ao poema “No meio do caminho”, de Carlos Drummond de Andrade: “Pedras são sonhos na mão, voam na imensidão / Ideias que ganham vida e criam asas / Voam na imensidão, meus sonhos minha canção / Pedras e sonhos são nossas únicas armas”.

A música “O encontro de Lampião com Eike Batista” narra um hipotético encontro da notória figura do cangaço com o ex-bilionário brasileiro em uma linguagem inspirada pela literatura de cordel. A faixa ganhou repercussão no início de 2017 com a prisão do empresário e a banda detalhou o enredo: trata-se de uma situação em que Eike dá o maior lance de uma licitação do governo para gerir um terreno à beira do Rio São Francisco, mas encontra resistência de Lampião e seu bando, que ocupam o local, negam ofertas de emprego e sociedade e expulsam os empresários.<sup>[6]</sup>

Conforme explica o vocalista e percussionista Tomás Rosati, a canção foi feita “em um momento em que o discurso da importância da parceria público-privada estava muito forte, como uma forma de solucionar os nossos problemas. E a figura do Eike sintetizava muito isso. Ele tinha parcerias com o Cabral, com o Paes, com o governo federal... Eike era uma caricatura nisso.” Sobre o significado da faixa com a prisão de Eike, o cantor afirmou que “neste caso, Eike representa a metáfora de uma lógica. Assim como ele foi descartado pelo sistema, logo outro aparece para ocupar o espaço. Por um lado, há um sentimento de que alguma justiça pode estar sendo feita. Por outro, há a impressão de que enquanto a lógica capitalista persistir, o personagem vai se repetir.”

Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/2012/12/banda-carioca-el-efecto-traz-moderno-caldeirao-de-referencias/>

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=XplsNsPcoXc>

## **1.12 - O REAL RESISTE - Arnaldo Antunes – Sociologia e Filosofia.**

Autoritarismo não existe

Sectarismo não existe

Xenofobia não existe

Fanatismo não existe

Bruxa, fantasma, bicho papão

O real resiste

É só pesadelo depois passa

Na fumaça de um rojão

É só ilusão, não, não

Deve ser ilusão, não, não

É só ilusão, não, não

Só pode ser ilusão

Miliciano não existe

Torturador não existe

Fundamentalista não existe

Terraplanista não existe

Monstro, vampiro, assombração

O real resiste

É só pesadelo depois passa

Múmia, zumbi, medo

Depressão, não, não

Não, não

Não, não, não, não

Não, não, não, não

Trabalhos escravo não existe

Desmatamento não existe

Homofobia não existe

Extermínio não existe

Mula sem cabeça, demônio, dragão

O real resiste  
É só pesadelo depois passa  
Com um estrondo de um trovão  
É só ilusão, não, não  
Deve ser ilusão, não, não  
É só ilusão, não, não  
Só pode ser ilusão

Esquadrão da morte não existe  
Ku Klux Klan não existe  
Neo-Nazismo não existe  
O inferno não existe  
Tirania eleita pela multidão

O real resiste  
É só pesadelo depois passa  
Lobisomem, horror  
Opressão, não, não  
Não, não  
Não, não, não, não  
Não, não, não, não

Composição: Arnaldo Antunes ·

### ***Análise da obra***

Arnaldo Antunes despe melodias e poesias no introspectivo clima à meia-luz em que ambienta *O real resiste*, álbum autoral com 10 músicas inéditas lançado pelo artista nesta sexta-feira, 7 de fevereiro.

Na contramão da vivacidade rítmica do álbum solo anterior, *RSTUVXZ* (2018), disco que se alimentou tanto das afinidades como dos contrastes entre samba e rock, o cantor e compositor paulistano reedita a atmosfera serena do álbum *Qualquer* (2006)

para priorizar as canções. Não por acaso, o pianista Daniel Jobim toca tanto nesse disco de 2006 como em *O real resiste*.

Na música o real resiste Antunes questiona a força das sombras políticas que andam escurecendo o Brasil. A composição alinha versos que pairam soberanos acima da melodia, valorizados pelo arranjo, como se a música tivesse sido criada somente para dar vazão ao politizado jorro poético.

Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/blog/mauro-ferreira/post/2020/02/07/arnaldo-antunes-expoe-belezas-e-imperfeicoes-de-cancoes-no-formato-desnudo-do-album-o-real-resiste.ghtml>

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=HP4uwaEv5Js>

### **1.13 – Quarteto de cordas com helicópteros, de Karlheinz Stockhausen (Performance) – Artes e Física.**

À primeira vista, dado o quanto essa é uma peça icônica da música de vanguarda da segunda metade do século XX – e também do trabalho de Karlheinz Stockhausen (1928 – 2007) como um todo –, pode parecer que *Helikopter-Streichquartett* (Quarteto de cordas com helicópteros) seja uma criação absurdista e iconoclasta representante de uma espécie de frenesi de radicalismo. Uma expressão de um pensamento de vanguarda que cria tão somente para negar as práticas tradicionais e impor seu progressismo estético e sua necessidade incessante de renovação técnica que, assim, pode acabar se perdendo em si mesma por meio de ininterrupta autorreferência e do afastamento de uma escuta mais convencional. Não é nada disso.

Pelo contrário, essa é uma peça que foi escrita para um quarteto de cordas, uma das formações mais tradicionais da música ocidental, e integra – mesmo que como uma surpreendente intervenção – uma ópera chamada *Mittwoch aus Licht* (“Quarta feira de Luz”), composta entre 1992 e 1998, e caracterizada por uma cooperação cênica entre os personagens bíblicos Eva, Miguel e Lúcifer que é formada por quatro movimentos constituídos pela mistura de música orquestral, música eletrônica – projetada em forma de octaedro pelo teatro – e o quarteto com helicópteros em questão.

Mais ou menos no meio do espetáculo, em seu terceiro movimento, o público é levado a assistir uma transmissão televisiva, em várias telas simultâneas, da performance ao vivo que ocorre num local próximo às imediações do teatro. Esse evento consiste no voo de quatro helicópteros em campo aberto, cada um deles equipado com dispositivos de áudio e vídeo que transmitem a execução de cada um dos intérpretes entre si e para os cerca de dez aparelhos que estão às vistas do público no palco de ópera.

Pode-se dizer que o que há de mais interessante nesse trabalho é justamente a apropriação de formas e situações musicais muito caras à música clássica e à sua história, num contexto em que elas são fundidas aos meios de expressão artística da vanguarda dos anos 1960: o happening e os procedimentos eletrônicos de criação. Essa apropriação aproxima a obra do público, levando-o ao reconhecimento em diversos momentos da peça, o que é contraposto à introdução de uma concepção criativa ligada à experimentação e à tentativa de ampliar a sensibilidade auditiva e formal pelo uso de procedimentos de composição que propõem uma atualização das noções de tempo, espaço e material musical em relação ao pensamento científico contemporâneo e às questões ligadas à visão espiritual do compositor.

Disponível em: <https://sibila.com.br/cultura/karlheinz-stockhausen-o-voo-e-a-maquina-de-guerra/5030>

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=7ykQFrL0X74>



#### **1.14 - Quarteto para o fim dos tempos (1º Movimento - Liturgia de Cristal, 6º movimento - Dança do Furor para as 7 trombetas e o 8º movimento - Louvor à imortalidade de Jesus), de Oliver Messiaen – Artes e história.**

É uma das obras mais emblemáticas deste famoso compositor, Olivier Messiaen.

A obra foi escrita durante os últimos meses de 1940 e o início de 1941. Segundo o próprio compositor, um oficial Alemão deu-lhe papel de música, lápis e borrachas e foi-lhe permitido conservar as partituras que transportava (Concertos Bandeburgueses de J.S. Bach e a Suite lírica de Alban Berg) aquando a sua captura no tempo da 2ª Grande Guerra.

No que toca à génese do quarteto, a princípio o compositor escreveu uma pequena peça para Violino, Violoncelo e clarinete, intitulada *interméde*, para ser interpretada por outros três prisioneiros: O violinista Jean Le Boulaire, o violoncelista Étienne Pasquier e o clarinetista Henri Akoka, a quem o compositor se juntou, mais tarde, quando conseguiu arranjar um piano.

Todo o Quarteto foi escrito progressivamente à volta desta secção, que acabou por se tornar no seu quarto andamento. Não é certo, todavia, se ao escrever a obra o compositor tinha uma ideia predefinida da sua estrutura final, ou se os andamentos foram acrescentados um a um, de forma mais espontânea.

Quanto a isto e para nos limitarmos aos casos mais evidentes, poderemos salientar a estreita relação entre o segundo e o sétimo andamentos e, também, as semelhanças entre o quinto e o oitavo, dois andamentos que são baseados em obras compostas anteriormente – *Fêtes des Belles eaux* (1937) e *Diptyque* (1930).

O quarteto foi escrito “Em homenagem ao Anjo do Apocalypse, que levanta a mão ao céu e diz: ‘Não haverá mais tempo’.”

De facto, a mensagem religiosa, mesmo se subjectiva, era central para Messiaen e quase toda a sua obra musical gira à volta dela. Para o compositor, a música era um meio para exprimir a sua fé e não um fim em si. Nesta perspectiva, podemos então dizer que Messiaen foi um compositor deveras original.

Como nos indica a dedicatória do quarteto, o compositor baseou-se no décimo capítulo do livro do Apocalypse de São João, o último livro da bíblia, que Messiaen cita, com adaptações, no prefácio à partitura. No entanto o próprio compositor afirmou: “Não quis, de forma alguma, fazer um comentário do Apocalypse, mas simplesmente motivar o meu desejo de cessação com o tempo.” Ideia que, no Quarteto, é sobretudo representada pela incerteza rítmica generalizada.

A estreia da obra deu-se a 15 de Janeiro de 1941 no campo de detenção.

Antes da sua execução, Messiaen deu uma palestra dizendo aos prisioneiros e soldados alemães: “Em primeiro lugar, este quarteto foi escrito para o fim do tempo, não como um jogo de palavras sobre o tempo de cativo, mas para o fim dos

conceitos de passado e futuro: isto é, para o começo da eternidade, e para tal confiei no magnífico texto da revelação...”

A Natureza musical da peça é, como já foi referido, muito particular.

“A sua linguagem musical é essencialmente imaterial, espiritual e católica. Modos que produzem uma espécie de ubiquidade tonal, melódica e harmónica, transportam aqui o ouvinte em direcção à eternidade no espaço ou ao infinito.”

fornece-nos uma perspectiva mais subjectiva sobre o contexto da criação e o significado de cada uma das secções, prestando particular atenção às cores e texturas evocadas pelos sons:

I. Liturgie de Cristal:

<http://www.youtube.com/watch?v=u6ZtnPZvAnw&feature=share&list=SPFA68FF49EBD61E04>

Entre as três e as quatro horas da manhã, o despertar dos pássaros: um melro ou um rouxinol improvisa sozinho, rodeado por poeiras de som, por uma auréola de chilros perdidos na altitude das árvores. Transpondo isto para um plano religioso, têm o silêncio harmonioso do paraíso.

II. Vocalise, pour l'ange qui annonce la fin du temps:

<http://www.youtube.com/watch?v=u2ON4ruqFxA>

A primeira e a terceira partes, muito curtas, evocam o poder do poderoso anjo, coroadado por um arco-íris e vestido por uma nuvem, que coloca um pé na terra e outro no mar. A secção central apresenta as harmonias impalpáveis do paraíso. Suaves cascatas de acordes- azul laranja no piano criam um carrilhão distante que envolve a melodia tipo cantochão do violino e violoncelo.

III. Abîme des Oiseaux:

<http://www.youtube.com/watch?v=QBDC4YrK9rA>

Clarinete solo. O abismo é o tempo, com o seus lamentos e fadiga. Os pássaros são o oposto do tempo; são o nosso desejo de luz, de estrelas, de arco-íris e de canções jubilantes.

IV. Intermède:

<http://www.youtube.com/watch?v=c9ryqVCZEU>

Scherzo, de carácter mais extrovertido que os outros andamentos, contudo ligado a eles através de reminiscências melódicas.

V. Louange à l'éternité de Jésus

<http://www.youtube.com/watch?v=ARF7Kyhb9so>

Jesus aqui é considerado como Palavra. Uma longa frase do violoncelo, infinitamente lenta, enaltece com amor e reverência a eternidade desta Palavra afável e poderosa, “que os anos nunca apagarão”. Majestosamente, a melodia desenvolve-se numa espécie de distância terna e suprema. “No princípio era a palavra, e a Palavra estava com Deus, e a Palavra era Deus.”

#### VI. Danse de la fureur, pour les sept trompettes

<http://www.youtube.com/watch?v=OzNoXIC7oio>

Ritmicamente, a secção mais característica da obra. Os quatro instrumentos em unísono soam como gongos e trompetes (as primeiras seis trompetes do apocalipse e as várias catástrofes a elas associadas, a trompeta do sétimo anjo que anuncia a consumação do mistério de Deus). A utilização de valores adicionados, ritmos aumentados ou diminuídos e ritmos não reversíveis. Música de pedra, temerosas sonoridades de granito; movimento irresistível de aço, de enormes blocos de fúria púrpura, de delírio gélido.

Ouçam sobretudo o fortíssimo aterrador do tema aumentado e as mudanças de registo das suas diversas notas, pouco antes do final da peça.

#### 7. Fouillis d’Arcs-en-ciel, pour l’ange qui annonce la fin dus temps

[http://www.youtube.com/watch?v=aq\\_N6DAViT8](http://www.youtube.com/watch?v=aq_N6DAViT8)

Alguns trechos do segundo andamento reaparecem. O anjo poderoso aparece, e sobretudo o arco-íris que o envolve. “Nos meus sonhos, ouço acordes e melodias reconhecidas, vejo formas e cores familiares; depois, a seguir a este estado transitório, vou para além da realidade e submeto-me em êxtase a uma vertigem, um enlaço giratório de sons e cores sobre-humanas. Estas espadas de fogo, estas correntes de lava azul-laranja, estas estrelas súbitas; este é o tumulto dos arco-íris”.

#### VIII. Louange à l’immortalité de Jésus

<http://www.youtube.com/watch?v=sfYfa82GrBg>

Um longo solo de violino que corresponde ao violoncelo do quinto andamento.

Porquê este segundo louvor? É particularmente dirigido ao segundo aspecto de Jesus, a Jesus-Homem, à Palavra feita carne, ressuscitado imortal para nos doar a vida. Tudo é amor. A sua subida lenta em direção ao extremo do registo agudo é a ascensão do homem em direção ao seu Deus, do filho de Deus em direção ao seu Pai, do ser abençoado em direção ao paraíso.

Messiaen foi repatriado em Maio de 1941 e a estreia Pública do Quarteto deu-se muito pouco tempo depois, no dia 24 de Junho, no Théâtre des Mathurins em Paris, com o compositor ao piano, Jean Pasquier ao violino, André Vacellier ao clarinete e Étienne Pasquier ao violoncelo.

Mais tarde, acabou por dar aulas no Conservatório de Paris, que teve como principais alunos: Pierre Boulez, Karlheinz Stockhausen, Claire Delbos, Jean Barraqué, entre outros.

Além de lecionar com frequência em vários países, Messiaen permanece no Conservatório até se reformar em 1978. Como compositor mantém-se ativo até morrer, em Paris, no dia 27 de Abril de 1992.

Disponível em: <https://sociologiarte.wordpress.com/2013/06/06/quarteto-para-o-fim-dos-tempos-messiaen-ricardo-pinho/>

Vídeo em: [https://www.youtube.com/watch?v=zYpBHc8px\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=zYpBHc8px_U)

### **1.15 – SEU ESTRELO E FUÁ DE TERREIRO - Manifestação cultural brasiliense – Geografia e Sociologia.**

Há 15 anos, Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro mistura nossos sotaques, instiga nossos mistérios e revela uma tradição brasiliense, candanga e cerratense. Criou um identificador cultural para e em Brasília, e amarra elementos do cerrado na vista e no imaginário popular brincando o Mito do Calango Voador. Com seu som, o Samba Pisado, reverencia a terra, a água, o ar, o fogo e as gentes que pisaram e pisam este chão, trazendo suas referências e bênçãos.

Formado por importantes tradições brasileiras, especialmente os Maracatus e o Cavalo-Marinho, Seu Estrelo traz, pelo Teatro de Terreiro, a sua brincadeira em roda. Faz lembrar que o toque do tambor é feito de memórias e mistérios bem mais antigos que nossa cidade.

Seu Estrelo habita o Centro Tradicional de Invenção Cultural, brincando, inventando essa tradição, e mostrando a quem chega que há um Brasil bem profundo dentro da gente. O grupo mantém três festas anuais, tradicionais da cidade, a Abrição, o Aniversário de Seu Estrelo e a Festa do Calango Voador, em que as pessoas são apresentadas à brincadeira, conhecendo importantes tradições brasileiras, restabelecendo sua ligação com os mistérios do mundo.

Em 2007, Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro recebeu do Ministério da Cultura o prêmio de Culturas Populares pela importância de seu trabalho. Em 2009, o grupo grava seu primeiro CD, um registro do som criado para moderna capital. Em 2010, vira Ponto de Cultura pelo programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, com intuito de estender suas oficinas de dança, percussão, de criação de bonecos e bordado. No fim deste ano, o grupo ganhou o Prêmio Funarte Teatro de Rua e lançou seu Diário de Bordo onde relata as visitas feitas a grupos e mestres populares do DF dentro do Projeto Caravana Seu Estrelo. De lá pra cá, o grupo se apresentou em São Paulo (2015) e fez sua Reinação Candanga pelo Nordeste (2016), além de várias apresentações em seus diferentes formatos pelo DF e entorno. Em 2017, foi contemplado pelo FAC em seu projeto de Manutenção de Grupo até 2019.

Disponível em: <http://www.encontroteca.com.br/grupo/55/seu-estrela-e-o-fua-do-terreiro>

Vídeo em: <http://www.encontroteca.com.br/grupo/55/seu-estrela-e-o-fua-do-terreiro>

### 1.16 - SOLANGE, na versão da Banda Solange – LEM.

Eu tinha tanto pra dizer  
Metade eu tive que esquecer  
E quando eu tento escrever  
Seu nome vem me interromper  
Eu tento me esparramar  
E você quer me esconder  
Eu já não posso nem cantar  
Meus dentes rangem por você  
Solange, Solange  
É o fim Solange  
Eu penso que vai tudo bem  
E você vem me reprovar  
E eu já não posso nem pensar  
Que um dia ainda eu vou me vingar  
Você é bem capaz de achar  
Que o que eu mais gosto de fazer  
Talvez só dê pra liberar  
Com cortes pra depois do altar  
Solange, Solange, Solange  
É o fim, Solange  
Solange, ah! Ah! Solange  
Pára de me censolange  
Ye ye ye  
I feel so lonely  
Ye ye ye  
So so so, lan lan lan  
Solange, Solange, Solange  
É o fim Solange

Composição: Composição: Leo Jaime / Leoni / Sting.

## **Análise da obra**

Sob o pretexto da “manutenção da moral e dos bons costumes”, a censura – na época da ditadura militar brasileira- cortava ou proibia músicas, livros, notícias e qualquer coisa que fosse contrária aos interesses do governo.

Léo Jaime, que tivera muitas músicas vetadas por uma censora, chamada Dr. Solange, gravou uma versão de uma música do The Police. Assim, *So Lonely* virou *Solange*, com uma letra bem direta à destinatária.

A Dr. Solange Maria Chaves Teixeira Hernandes entrou para a história como a censora mais célebre do país ao comandar entre 1981 e 1984 uma máquina de vetos e cortes em produções artísticas, quando chefiou a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), já no crepúsculo da ditadura militar. Rigorosa contra tudo o que, na visão dela, atentava contra a moral, os bons costumes e a ordem política, passou a tesoura em milhares de obras artísticas no período. Foi até “homenageada” em letra de música de Léo Jaime (*Solange*, uma releitura de *So Lonely*, da banda inglesa The Police).

Sua intervenção mais polêmica foi a censura ao filme *Pra Frente, Brasil*, dirigido por Roberto Farias, que ela vetou por considerar um panfleto contra o regime vigente à época. A produção foi uma das primeiras a expor abertamente a tortura praticada pelos militares. A Justiça acabou liberando o filme em 1983, mas o episódio acabou provocando a demissão de Celso Amorim, que foi ministro nos governos Dilma e Lula, mas à época presidia a Embrafilme e autorizou o financiamento público do filme.

Dona Solange morreu no ostracismo em 2013, aos 75 anos, mas três anos antes havia sido localizada pelo jornal *Correio Braziliense* morando em um condomínio de classe média alta em Ribeirão Preto (SP), onde poucos conheciam seu passado. Por telefone, falou por apenas nove minutos com a reportagem. “Estou anacrônica, meu caro repórter”, disse a ex-delegada da Polícia Federal.

Disponível em: [https://incrivel.club/criatividade-arte/11-musicas-brasileiras-que-sao-versoes-de-hits-internacionais-775610/?utm-source=incrivel\\_web&utm-medium=article&utm-campaign=twitter\\_share](https://incrivel.club/criatividade-arte/11-musicas-brasileiras-que-sao-versoes-de-hits-internacionais-775610/?utm-source=incrivel_web&utm-medium=article&utm-campaign=twitter_share)

Vídeo em: [https://www.youtube.com/watch?v=mdvpXk\\_hGR4](https://www.youtube.com/watch?v=mdvpXk_hGR4)

### **1.17 – TREVAS, de Jards Macalé. Literatura e Química.**

Sol rumo ao sono  
Sombras sobre o oceano

Cidades cobertas de névoa espessa  
Jamais devassada  
Por brilho de sol

Chegamos ao limite da água mais funda  
Levanto o olhar pro céu

Chegamos ao limite da água mais funda  
Levanto o olhar pro céu

Trevas, trevas  
Treva a mais negra sobre homens tristes  
Trevas, trevas  
Treva a mais negra sobre homens tristes

Me calo

Chegamos ao Limite da água mais funda  
Levanto o olhar pro céu  
Chegamos ao Limite da água mais funda  
Levanto o olhar pro céu

Trevas, trevas  
Treva a mais negra sobre homens tristes  
Trevas, trevas  
Treva a mais negra sobre homens tristes

Me calo

Trevas, trevas  
Treva a mais negra sobre homens tristes  
Trevas, trevas  
Treva a mais negra sobre homens tristes

Me calo

Compositor: adaptação de Jards Macalé para "Canto I" de Ezra Pound, a partir da tradução de Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos

### ***Análise da obra***

Macalé escreveu a letra de **Trevas** com base na tradução desse poema por Augusto de Campos, Décio Pignatari (1927 – 2012) e Haroldo de Campos (1929 – 2003).

"*Chegamos ao limite da água mais funda*", diz um verso de **Trevas**, repetido ao longo da música, gravada com os toques do baixo de Pedro Dantas, da bateria de Thomas Harres e da guitarra de Guilherme Held, além dos cruciais violões conduzidos por Kiko Dinucci e pelo próprio Macalé, diretor musical do disco.

**Trevas** integrou o repertório inteiramente autoral de álbum que inclui músicas como o samba-canção **Buraco da Consolação** (Jards Macalé e Tim Bernardes) e **O vampiro de Copacabana**.

"Trevas é sobre o Brasil do futuro. Chegamos ao poço mais fundo, chegamos ao limite, chegamos ao Brasil de 2019", diz Jards no material de divulgação da música.

Ele cantou uma parte da canção com a cara enfiada numa bacia d'água.

A música tem um clima *noir*, traz uma marca do compositor em conversa direta com a produção contemporânea de seus parceiros, especialmente com os trabalhos recentes de Rômulo Fróes e Kiko Dinucci.

Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/blog/mauro-ferreira/post/2019/01/07/jards-macale-expoe-trevas-em-musica-inedita-construida-a-partir-de-poema-de-ezra-pound.ghtml>

Vídeo em: [https://www.youtube.com/watch?v=ZOc-gE\\_da7o](https://www.youtube.com/watch?v=ZOc-gE_da7o)



## 2 - OBRAS TEATRAIS

### 2.1 - A EXCEÇÃO E A REGRA, de Bertolt Brecht. Literatura, Gramática e Redação.

#### FALA DOS ATORES

Agora vamos contar  
A história de uma viagem  
Feita por dois explorados e por um  
explorador. Vejam bem procedimento  
desta gente:  
Estranhável, conquanto não pareça  
estranho; Difícil de explicar, embora  
tão comum;  
Difícil de entender, embora seja a  
regra. Até o mínimo gesto, simples  
na aparência Olhem desconfiados e  
perguntem  
Se é necessário, a começar do mais  
comum. E, por favor, não achem  
natural  
O que acontece e torna a acontecer:  
Não se deve dizer que nada é  
natural Numa época de confusão e  
sangue desordem ordenada,  
arbítrio de propósito humanidade  
desumanizada  
para que imutável não se  
considere nada!

#### 1 CORRIDA NO DESERTO

##### UMA PEQUENA EXPEDIÇÃO CRUZA APRESSADAMENTE O DESERTO

COMERCIANTE: (A SEUS DOIS ACOMPANHANTES, O GUIA E O CULE QUE VAI LEVANDO AS BAGAGENS) Depressa, seus moleirões! Precisamos chegar ao posto de Han dentro de dois dias, pois temos de levar um dia de vantagem, custe o que custar. (AO PÚBLICO): Eu sou o comerciante Karl Langmann, e vou de viagem para a cidade de Urga, onde espero fechar o negócio de uma concessão. Meus concorrentes vêm aí, atrás de mim. O negócio é de quem chegar primeiro. Graças a minha esperteza, e à minha disposição para vencer quaisquer dificuldades, e à dureza com que sempre tratei todo o meu pessoal, até aqui a viagem foi feita quase que na metade do tempo que costuma levar. Por azar, meus concorrentes parecem ter alcançado também uma rapidez igual. (OLHA PARA TRÁS, COM O BINÓCULO.) Lá vem eles de novo vejam só: sempre nos meus calcanhares! ( AO GUIA) : Porque não dá em cima desse cule? Foi para isso que contratei você! Mas, pelo visto, o que querem fazer é turismo às minhas custas. Vocês nem podem fazer idéia de quanto custa uma viagem destas: porque o dinheiro não é de vocês! Se vai continuar me sabotando, eu faço queixa de você na Agência, assim que

chegarmos em Urga!

GUIA: (AO CULE) Veja se pode apertar mais o passo!

COMERCIANTE: Sua garganta não dá o tom certo: nunca há de ser um guia de verdade. Eu devia ter chamado um mais caro. Os outros estão cada vez mais perto. Bata nesse rapaz, para ele andar! Vamos, o que está esperando? Eu não sou favorável à pancada, mas há umas horas em que só batendo! Se eu não chego primeiro, estou falido! Para o transporte da minha bagagem, você foi chamar logo o seu irmão. Foi ou não foi? Confesse! Não bate nele, por que é seu parente. Eu sei muito bem como vocês são: não é que lhes falte brutalidade. Ou você bate nele ou está despedido! Depois pode ir queixar-se na Justiça, por causa do salário. Meu Deus do céu, eles estão nos alcançando!

CULE (AO GUIA): Pode bater em mim, mas não com muita força, pois, se ainda temos de andar até o posto de Han, não posso gastar minhas energias todas de uma vez só.

GUIA BATE NO CULE.

GRITOS ( VINDOS DE TRÁS): Ei, pessoal! Este caminho é o que vai dar em Urga? Somos de paz! Esperem por nós!

COMERCIANTE: (NÃO RESPONDE E NÃO OLHA PARA TRÁS) Diabos os levem! Vamos em frente! Há três dias que eu venho forçando o meu pessoal a andar: dois dias com insultos, um dia com promessas. O resto a gente vê depois, em Urga. E os concorrentes sempre nos meus calcanhares, mas na segunda noite andamos sem parar, nem para tomar fôlego, e consegui escapar da vista deles, para no terceiro dia chegar ao posto de Han, um dia na frente de qualquer outro! (CANTA)

*Como eu não dormi no ponto, levei  
vantagem; Como eu não desanimei,  
vim mais ligeiro.*

*Para trás ficam os fracos, o forte chega primeiro.*

## 2 FIM DA BATIDÍSSIMA ESTRADA

COMERCIANTE (ANTE O POSTO DE HAN): Aqui está o posto de Han. Cheguei um dia na frente de qualquer outro, graças a Deus! Meus homens estão exaustos e, além de tudo, amoladíssimos comigo. Não sabem dar valor a um recorde batido! Não são de luta, não são de nada: é uma corja da mais baixa qualidade, que anda de rastos. É claro que não ousam dizer nada, porque, graças a Deus, a polícia está aí para manter a ordem.

DOIS POLICIAIS (APROXIMANDO-SE) : Tudo bem, cavalheiro? Tudo em ordem ? Então gostou da estrada? Seu pessoal trabalhou direitinho?

COMERCIANTE: Tudo bem, tudo em ordem. Até aqui fiz a viagem em três dias, em vez de quatro. A estrada é uma porcaria mas eu costumo levar a bom termo todos os meus empreendimentos. E do posto em diante, como estão as estradas?

Qual é a próxima etapa?

DOIS POLICIAS: Agora, meu senhor, vem primeiro o deserto do Jahi, inteiramente desabitado.

COMERCIANTE: E uma escolta policial, não se pode arranjar?

DOIS POLICIAIS ( SEGUINDO A DIANTE ): Não, meu senhor. A última patrulha que o senhor poderia encontrar somos nós, meu senhor.

### 3 DISPENSA DO GUIA NO POSTO DE HAN

GUIA: Depois daquela conversa com os policiais, na estrada de frente ao posto, nosso comerciante está muito mudado. O tom que ele nos fala é outro, bem diferente: quase amistoso. Isso nada tem a ver com o ritmo de viagem, porque para este posto, que é o último antes do deserto de Jahi, ele também não programou nem um dia de descanso. Não sei o jeito que vou dar para ir tocando esse cule até Urga, exausto como ele está. Em tudo por tudo me deixa muito preocupado essa atitude amistosa do comerciante: receio que ele esteja planejando alguma coisa contra nós. Ele anda de um lado para outro, mergulhado em seus pensamentos: quanto mais pensamentos, mais patifarias! Esteja ele tramando o que estiver, quem tem de aguentar somos eu e o cule, senão ele não paga o que nos deve ou manda- nos embora no meio do deserto.

COMERCIANTE (APROXIMANDO-SE) : Não quer um pouco de fumo? E papel de cigarro, tem aqui! Por uma tragadinha de fumaça, vocês seriam capazes de entrar no fogo. Graças a Deus, isto é o que não nos falta: temos fumo bastante para ir três vezes daqui até Urga.

GUIA ( DE SI PARA SI, ACEITANDO O FUMO ) : Temos fumo!

COMERCIANTE: Vamos sentar-nos um pouquinho, amigo! Porque não se senta? Uma viagem como esta acaba criando uma ligação humana entre as pessoas. Mas, se não quer, pode ficar em pé, naturalmente. Vocês também têm lá os seus costumes. Não é de hábito eu me sentar com você, nem você com o cule: é sobre tais diferenças que o mundo está edificado. Mas nós podemos fumar juntos, não? (RI) Isso é uma coisa que eu aprecio em você. É também uma forma de dignidade. Então pode ir arrumando a bagagem. E não se esqueça da água! Nesse deserto parece que há poucos poços. Além do mais, meu amigo, eu queria lhe dar mais um aviso: reparou bem no olhar daquele cule, quando você deu um pouco mais duro nele? Ele tinha nos olhos qualquer coisa que não me parecia de bom sinal. E nos próximos dias você ainda vai ter de dar mais duro nele, pois é possível que ainda precisemos apertar mais o passo. E o cule é mesmo um grande preguiçoso. A região em que vamos entrar agora é inteiramente desabitada: aí talvez ele queira mostrar a verdadeira face. Você, que é um homem de melhores qualidades, naturalmente ganha um pouco mais e não precisa ir carregando nada: razão bastante para ele odiar você. É bom ficar um pouco longe dele. ( POR UMA PORTA ABERTA, O GUIA PASSA PARA O OUTRO LADO. O COMERCIANTE FICA SENTADO) Essa gente é engraçada!

ALI PERTO, O GUIA VIGIA O CULE QUE ESTÁ ARRUMANDO A BAGAGEM. DEPOIS, SENTA-SE E FUMA. O CULE, AO TERMINAR, SENTA-SE TAMBÉM, ACEITA FUMO E PAPEL QUE O OUTRO LHE OFERECE, E COMEÇAM OS DOIS

A CONVERSAR.

CULE: O comerciante sempre diz que tirar petróleo da terra é um serviço que se presta à humanidade: quando o petróleo é tirado da terra, , abrem-se estradas e o bem-estar é geral. Diz o comerciante que até aqui vai ter estrada-de-ferro. E eu, então, como é que vou ganhar a vida?

GUIA: Pode ficar descansado. Não vai haver estrada aqui tão cedo! Ouvi dizer que o petróleo, se uma pessoa descobre, logo aparece outra e esconde: quem tapa um furo de onde sai petróleo, recebe um dinheirão para guardar segredo. E é por isto que o nosso comerciante está com tanta pressa: o que ele quer mesmo não é o petróleo, é o dinheiro para guardar segredo!

CULE: Não

compreendo.

GUIA:Ninguém

compreende.

CULE: O caminho, agora pelo deserto, vai ser pior do que foi até aqui. Minha esperança é que meus pés aguentem.

GUIA: Naturalmente, vão aguentar.

CULE: Não há assaltantes pelas redondezas?

GUIA: Só no primeiro dia de viagem, que vai ser hoje, precisamos ir de olhos bem abertos: nas vizinhanças do posto, juntam-se marginais de todo tipo. Quando deixarmos para trás o rio Myr, é só seguirmos a linha dos poços de água.

CULE: E o caminho, você

sabe? GUIA: Sei.

O COMERCIANTE, OUVINDO RUMOR DE VOZES, PÕE-SE ATRÁS DA PORTA, À ESCUTA.

CULE: O rio Myr é difícil de atravessar?

GUIA: Nesta época do ano, em geral, não. Mas quando há uma enchente, a correnteza fica muito forte, e há perigo de vida.

COMERCIANTE: Com o cule, ele conversa. Com o cule, ele se senta. Com o cule, ele fuma. CULE: E aí, então, como é que a gente faz?

GUIA: A gente às vezes tem que esperar oito dias, até poder atravessar para a outra margem sem nenhum risco.

COMERCIANTE: Vejam só! Ele ainda está dando conselho ao outro para não se apressar e cuidar bem da preciosa vidinha! Aí está um sujeito perigoso: vai acabar

tomando as dores do outro. Está-se vendo que não é o homem para tomar as providências necessárias. Quando não seja capaz de coisa pior! Assim, de agora em diante, eles são dois contra um. Ele, pelo menos, dá a entender claramente que não vai ter coragem de tratar o subordinado com a dureza necessária, agora que vamos entrar numa região desabitada. Preciso dar um jeito de ficar livre dele. ( APROXIMA-SE DOS DOIS) Mandei você tomar conta, para a bagagem ser bem arrumada: agora vamos ver se fez o que eu mandei. ( REPUXA COM FORÇA UMA DAS CORREIAS DA AMARRAÇÃO, ATÉ ARREBENTAR.) Isso é bagagem bem arrumada? Se a correia arrebenta no caminho, é um dia que vamos ficar parados. Mas você está querendo é isto mesmo: ficar parado.

GUIA: Eu não quero parar coisa nenhuma. E se ninguém puxar com tanta força, a correia não vai arrebentar.

COMERCIANTE: Como? Então ainda quer me desmentir? Essa correia arrebentou ou não? Tenha a coragem de dizer, na minha cara, que a correia não está arrebentada! Não posso mais confiar em você. Quando tentei tratar vocês decentemente, eu cometi um erro: com vocês, não se pode fazer nada. Não preciso de um guia que não sabe impor respeito ao resto do pessoal. Você parece mais capacitado para ser cule, e não para se guia. Tenho razões até para desconfiar que anda enchendo os ouvidos do pessoal...

GUIA: E que razões são essas?

COMERCIANTE: Isso é o que você gostaria de saber...Pois: está

despedido! GUIA: Mas não pode me despedir assim, no meio da

viagem...

COMERCIANTE: Considere-se ainda um felizardo, se eu não for fazer queixa de você na Agência, em Urga! Aqui está o seu salário: exatamente até o dia de hoje. (CHAMA O ESTALAJADEIRO, QUE SE FAZ PRESENTE.) O senhor é testemunha: estou pagando o salário devido! ( AO GUIA:) E a você eu vou dizendo, desde já: em Urga, é melhor não aparecer na minha frente! ( MEDE-O COM OLHAR DE ALTO A BAIXO.) Você nunca há de ser nada na vida. ( VAI COM O ESTALAJADEIRO PARA O OUTRO RECINTO.) Eu já estou de partida. Se acontecer alguma coisa comigo, o senhor é testemunha de que eu saí daqui hoje, sozinho com aquele homem! ( INDICA O CULE NO PÁTIO).

O ESTALAJADEIRO DÁ A ENTENDER, POR MEIO DE GESTOS, QUE NÃO ESTÁ COMPREENDENDO NADA.

COMERCIANTE ( PERPLEXO): Ele não me entende. Neste caso, não haverá pessoa alguma que possa dizer para onde eu fui. E o pior é essa corja sabe que não há ninguém.

O COMERCIANTE SENTA-SE E ESCREVE UMA CARTA

GUIA (AO CULE): Foi um erro eu me sentar com você. Fique de olho, que esse sujeito não presta! ( DÁ AO CULE O PRÓPRIO CANTIL COM ÁGUA.) Fique com este cantil de reserva, bem escondido! Se vocês se perderem- como é que você pode acertar o caminho?- ele, com toda a certeza, vai lhe tomar o cantil... Agora eu

vou lhe ensinar o caminho.

CULE: Não faça isso! Ele não deve nos ver conversando: se me mandar embora, estou perdido. E a mim ele nem tem que pagar nada, porque eu não sou sindicalizado como você. Eu só tenho a perder.

COMERCIANTE ( AO ESTALAJADEIRO): Esta carta é para ser entregue às pessoas que devem chegar aqui amanhã e também vão para Urga. Eu vou continuar minha viagem, só com o carregador.

ESTALAJADEIRO (RECEBENDO A CARTA, COM UMA MESURA) : Mas ele não é guia...

COMERCIANTE ( DE SI PARA SI): Ah, então ele bem que compreende! Antes fingia não compreender: ele sabe como são essas coisas, e não queria servir de testemunha. ( AO ESTALAJADEIRO SECAMENTE: ) Faça o favor de ensinar ao meu cule o caminho de Urga!

O ESTALAJADEIRO VAI E COMEÇA A EXPLICAR AO CULE O CAMINHO PARA URG. O CULE, ANSIOSO, FAZ COM A CABEÇA REPETIDOS SINAIS AFIRMATIVOS.

COMERCIANTE: Já estou vendo que vai ser uma luta! ( TIRA O REVÓLVER DO COLDRE E PÕE-SE A LIMPÁ-LO. ENTREMENTES, CANTA: )

Quem morre é o homem  
doente, o homem forte vai  
em frente.  
Porque haveria a terra  
de entregar o seu petróleo?  
Porque haveria o cule  
de levar minha bagagem?  
Pelo petróleo, lutemos  
contra a terra e contra o  
cule, E essa luta tem um  
tema:  
quem morre é o homem  
doente, o homem forte vai  
em frente.

COMERCIANTE ( PASSANDO AO PÁTIO, PRONTO PARA PARTIR): Então, já sabe o caminho?

CULE: Sei, sim senhor.

COMERCIANTE: Pé na estrada!

SAEM O COMERCIANTE E O CULE. O ESTALAJADEIRO E O GUIA SEGUEM-NOS COM O OLHAR.

GUIA: Não sei se o meu colega chegou a aprender bem. Acho que ele aprendeu muito depressa.

#### 4 CONVERSA EM LUGAR DE PERIGO

CULE (CANTANDO: )           Eu estou indo para a cidade de Urga.  
                                      Vou caminhando sem descanso para Urga.  
                                      Não há assaltantes que me impeçam de ir  
                                      a Urga. Em Urga tem comida e pagamento.

COMERCIANTE: Como esse cule é despreocupado! Num lugar infestado de assaltantes e delinquentes de todos os tipos, que se amontoam nas vizinhanças do posto, ele ainda canta! ( AO CULE ): Nunca fui muito com aquele guia: em certas horas me parecia grosseiro, em outras falando manso demais. Não me dava a impressão de um homem sério.

CULE: Sim, patrão. ( CONTINUA A CANTAR: )

                                      São muito duras as estradas até  
                                      Urga. Espero que meus pés  
                                      agüentem até Urga. São  
                                      sofrimentos incontáveis até Urga.  
                                      Mas lá em Urga tem descanso e pagamento.

COMERCIANTE: Porque está tão alegre e canta tanto, meu amigo? Não tem medo nenhum dos assaltantes? Pensa que de seu, mesmo, não podem tirar nada, pois nada lhe pertence: o que você tem a perder pertence a mim ...

CULE (CANTANDO) : Também minha mulher me está esperando em Urga.  
                                      Também meu filhinho me está esperando em  
                                      Urga. Também...

COMERCIANTE (INTERROMPENDO-O): Não me agrada essa sua cantoria. Motivo de cantar, nós não temos nenhum. E a sua voz se ouve daqui até Urga: é a melhor maneira de atrair a corja inteira para cá. Amanhã você pode cantar mais, quanto quiser.

CULE: Sim, patrão.

COMERCIANTE: (ANDANDO NA FRENTE:) Ele não resistiria nem um instante, se lhe quisessem roubar o carregamento. Que faria ele? A obrigação dele seria defender o que é meu como se fosse dele, contra todos os riscos. Mas isso é o que ele não faria nunca! Gente ruim! E também não diz nada: esses são os piores. Não sei o que tem dentro daquela cabeça. Em que estará pensando? Não tem nada para achar graça, e ri. Está rindo de quê? Porque será que me deixa ir na frente, por exemplo? Quem sabe o caminho é ele. Aonde será que está me levando? ( OLHA PARA TRÁS E VÊ O CULE APAGANDO, COM UM PANO, OS RASTROS DEIXADOS NA AREIA.) Que está fazendo?

CULE: Estou apagando os nossos rastros,

patrão. COMERCIANTE: Porque está

fazendo isso?

CULE: Por causa dos assaltantes.

COMERCIANTE: Ah, sim, por causa dos assaltantes... Mas alguém precisa ver para onde é que você está me levando. Porque é que você vem atrás de mim? Passe na frente! ( CONTINUAM A ANDAR EM SILÊNCIO. O COMERCIANTE FALA CONSIGO MESMO: )

Nesta areia, de fato, os rastros ficam muito visíveis. Naturalmente, pensando melhor, seria ótimo apagar os rastros.

## 5 NA BEIRA DO RIO EM ENCHENTE

CULE: Nosso caminho era o certo, patrão. O que estamos vendo aí é o rio Myr. Nesta época do ano ele não costuma ser difícil de atravessar; mas na enchente ele puxa com muita força e a gente corre perigo de vida. E agora ele está na enchente.

COMERCIANTE: Precisamos passar para o outro lado.

CULE: Às vezes a gente precisa esperar até oito dias, até poder passar para o outro lado sem nenhum risco.

COMERCIANTE: Isso é o que nós vamos ver! Não podemos ficar nem um dia esperando. CULE: Então precisamos achar um vau ou uma canoa.

COMERCIANTE: Vai demorar

muito. CULE: Mas eu não nado

direito.

COMERCIANTE: O rio não está tão cheio assim.

CULE (SONDANDO AS ÁGUAS COM UM PAU) : Para mim não dá pé.

COMERCIANTE: Quando estiver dentro d'água, você vai logo sair nadando. Não vai poder fazer outra coisa. Ora, você não é capaz de uma visão como eu tenho. Porque razão nós temos de chegar a Urga? Então você não vê, seu idiota, que é um serviço que se presta à humanidade quando se tira petróleo da terra? Quando o petróleo é tirado da terra, abrem-se estradas de ferro, e o bem-estar é geral: tem pão e tem comida, e Deus sabe o que mais. E quem é que vai fazer isso? Nós! Tudo depende da nossa viagem. Imagine que todos os olhos deste mundo estão voltados para você, um homenzinho só! E você ainda hesita em cumprir o seu dever?

CULE ( AJOELHANDO-SE RESPEITOSAMENTE ENQUANTO OUVIA TANTAS PALAVRAS:) Eu não sei nadar direito.

COMERCIANTE: Eu arrisco também a minha vida! (O CULE CONCORDA RESPEITOSAMENTE COM ACENOS DE CABEÇA) Não entendo você. Levado por considerações mesquinhas e gananciosas, não tem nenhum interesse em chegarmos a Urga o mais cedo possível: para você, quanto mais tarde, melhor,



porque é pago por dia de trabalho. A viagem não é o que lhe interessa: você só pensa no seu salário!

CULE ( PARADO À BEIRA-RIO, HESITANTE: ) O que é que eu devo fazer? ( CANTA):

Cá está o rio.  
Atravessá-lo a nado é perigoso.  
Na beira d'água estão em pé dois homens:  
um faz a travessia a nado, o  
outro hesita. Será corajoso  
um deles?  
Será covarde o outro? Na outra  
margem do rio, um tem um  
negócio a fazer.

Do perigo sai um  
respirando aliviado na margem  
alcançada: vai pisar no que é seu,  
vai Ter comida  
fresca. Já o outro  
sai do perigo a  
arquejar para o  
nada:  
esperam por ele, o debilitado,  
perigos novos. Serão ambos valentes?

Serão ambos prudentes?  
Ah, do rio que os dois venceram  
juntos, os que saem não são dois  
vencedores!

Nós é uma  
coisa, outra é  
você-e-eu:  
nós tivemos a  
vitória, mas a mim  
você venceu.

(AO COMERCIANTE ): Me deixe descansar pelo menos a metade de um dia!  
Estou cansado de carregar a bagagem. Tendo um descanso, talvez eu possa  
chegar à margem de lá.

COMERCIANTE: Eu sei de um jeito melhor: vou encostar o cano do revólver nas  
suas costas! Quer apostar como chega logo à outra margem? (VAI  
EMPURRANDO O CULE NA FRENTE, E DIZ CONSIGO MESMO: ) Meu dinheiro  
me faz ter medo dos ladrões e esquecer o rio.(CANTA):

É assim que o homem supera o deserto e o rio em alta, supera a si  
mesmo e alcança o petróleo de que há falta.

## 6 ACAMPAMENTO NOTURNO

AO ANOITECER, O CULE, COM UM DOS BRAÇOS QUEBRADO, PROCURA  
ARMAR A TENDA. O COMERCIANTE ESTÁ PERTO, SENTADO.

COMERCIANTE: Eu já tinha dito que hoje você não precisava armar a tenda, porque travessia do rio quebrou o braço. ( O CULE CONTINUA EM SILÊNCIO O QUE ESTAVA FAZENDO.) Se eu não puxasse para fora d'água, com toda a força, você teria morrido afogado. ( O CULE CONTINUA) Embora eu não tenha culpa do acidente - aquele tronco de árvore podia muito bem ter batido em mim e não em você – essa é uma desgraça que lhe aconteceu quando você estava de viagem comigo. O dinheiro que eu tenho aqui é muito pouco, mas o meu Banco tem Agência em Urga e lá eu indenizo você.

CULE: Sim, patrão.

COMERCIANTE: Que resposta mais seca! Cada vez que me olha é para me fazer sentir que eu o prejudiquei. Esses carregadores são uma cambada de gente maldosa! (AO CULE: ) Você agora pode ir-se deitar. ( AFASTA-SE E VAI SENTAR-SE MAIS LONGE.) Garanto que a desgraça do braço quebrado incomoda a ele menos do que a mim : essa gatinha não faz muita questão de estar inteira ou mutilada, e não enxerga nada mais alto do que a beira do prato. Doentes por natureza, nem se preocupam mais consigo mesmos. Assim como quem joga fora uma coisa que não saiu certo, eles jogam fora suas próprias pessoas, que saíram erradas. Só quem dá certo é que luta! (CANTA: )

Quem morre é o homem  
doente, O homem forte vai  
em frente  
E assim está bem.  
Ao forte todos ajudam, e o fraco não tem  
ninguém, E assim está bem.  
Deixa cair o que cai, e dá-lhe um  
pontapé mais, e assim está bem.  
Quem se senta à mesa é quem a maior  
vitória tem, E assim está bem,  
Os que na batalha tombam o cozinheiro não  
conta, E assim está bem.  
Deus, que fez todas as coisas, fez o patrão e o  
empregado. E assim está bem  
Quem vive mal é o  
malvado E assim está  
muito bem.

O CULE APROXIMOU-SE. O COMERCIANTE ASSUSTA-SE AO VÊ-LO.

COMERCIANTE: Ele estava escutando...Alto! Pare aí! O que é que  
você quer? CULE: Patrão, a tenda está pronta.

COMERCIANTE: Você não fique deslizando por aí de noite: eu não gosto disso. Quando alguém chega perto, eu quero ouvir os passos. E também, quando falo com uma pessoa, eu gosto de olhar para os olhos dela. Vá-se deitar, e não se preocupe demais comigo. ( O CULE RETIRA-SE PARA O FUNDO.) Espere! Você fica na tenda! Eu fico sentado aqui porque estou acostumado com ar fresco. (O CULE ENTRA NA TENDA.) Eu bem que gostaria saber o que foi que ele ouviu do

que eu cantava. (PAUSA.)Que estará ele fazendo agora? (CONTINUA OCUPADO COM ALGUMA COISA)

VÊ-SE O CULE NA TENDA, PREPARANDO CUIDADOSAMENTE A SUA CAMA.

CULE: Tomara que ele não perceba nada! Não é fácil cortar bem o capim, com um braço só.

COMERCIANTE: Estúpido é quem não toma cuidado! Confiar é sinal de estupidez! Por minha causa, esse homem sofreu um acidente que é capaz de deixá-lo aleijado para o resto da vida: é inteiramente justo que ele queira ir à forra! E o homem forte, quando está dormindo, não é mais forte do que o homem fraco quando está dormindo. O ser humano não devia ter necessidade dormir! É claro que seria muito melhor estar sentado dentro da tenda: aqui, ao relento pode-se pegar uma doença. Mas qual doença seria tão perigosa quanto a criatura humana? Por pouco dinheiro esse homem faz uma caminhada comigo, que tenho muito dinheiro. Mas a estrada é tão cansativa para um quanto para o outro. Quando ele dava mostras de cansaço, acabava apanhando. Quando o Guia foi sentar-se com ele, mandei o Guia embora. Quando ele, talvez mesmo por causa dos ladrões, ia apagar os nossos rastros na areia, viu-se tratado com desconfiança. Quando deu sinal de medo, na beira do rio, teve de olhar para o cano do meu revólver. Como é que eu vou dormir na mesma tenda com um homem desses? A mim ele não convence de que está conformado com tudo isso! Eu só queria saber o que ele está maquinando lá dentro! (VÊ-SE O CULE, NA TENDA, DEITANDO- SE TRANQUILAMENTE PARA DORMIR.) Louco seria eu, se fosse para aquela tenda!

7 A ÁGUA PARTILHADA

COMERCIANTE: Por quê fica aí

parado? CULE: Patrão, a estrada

termina aqui. COMERCIANTE: E

agora?

CULE: Se for para bater em mim, patrão, não bata no meu braço machucado! Daqui em diante, eu não sei mais o caminho.

COMERCIANTE: E aquele homem do posto de Han não explicou a

você? CULE: Explicou, patrão.

COMERCIANTE: Quando eu lhe perguntei se tinha compreendido, você não disse

que tinha? CULE: Disse, patrão.

COMERCIANTE: E então não tinha

compreendido tudo? CULE: Não, patrão.

COMERCIANTE: E por que disse que tinha?

CULE: Eu tinha medo que o senhor me despedisse. Só sei que a gente vai seguindo os poços d'água...

COMERCIANTE: Então vamos seguir os poços d'água!

CULE: Mas eu não sei onde os poços estão.

COMERCIANTE: Siga em frente! E não me queira fazer de idiota! Sei muito bem que já passou por aqui antes.

CONTINUAM A MARCHA.

CULE: Mas não seria melhor esperarmos pelos que vêm atrás de nós?

COMERCIANTE: Não!

CONTINUAM A MARCHA.

COMERCIANTE: Mas, afinal, para onde você está indo? Assim vai para o norte; o leste é lá! (O CULE TOMA A NOVA DIREÇÃO.) Alto aí! Que foi que deu em você? (O CULE FICA PARADO, SEM OLHAR O COMERCIANTE) Por que não me olha de frente?

CULE: Pensei que o leste ficasse daquele lado.

COMERCIANTE: Espere, seu vagabundo! Eu já lhe mostro como deve ser meu guia! (BATE NELE) Agora sabe onde é que fica o leste?

CULE: (COM UM BERRO) Nesse braço, não! COMERCIANTE: Onde fica o leste?

CULE: Lá!

COMERCIANTE: E onde ficam os poços d'água?

CULE: Para lá!

COMERCIANTE: (ENFURECIDO) Para lá? E você estava indo para cá? CULE: Eu não patrão.

COMERCIANTE: Então você não estava indo para cá? Não era para cá que você estava indo? (BATE NO CULE)

CULE: Era, patrão.

COMERCIANTE: Onde é que fica os poços d'água? (O CULE NÃO RESPONDE . O COMERCIANTE FALA, APARENTEMENTE CALMO) Você não disse, ainda há

pouco, que sabia onde ficavam os poços d'água? Sabe mesmo? Sim ou não? (O CULE NÃO RESPONDE E É NOVAMENTE ESPANCADO) Sim ou não?

CULE: Sim, patrão.

COMERCIANTE: Passe para cá o seu cantil com água! (O CULE ENTREGA O CANTIL) Eu poderia agora partir do princípio de que essa água toda é minha, porque você me guiou mal. Mas isso eu não vou fazer: vou repartir a água com você. Beba um gole, e depois vamos em frente! (DE SI PARA SI:) Eu me descontrolei; numa situação como esta, eu não devia Ter batido nele. Por aqui, nós já passamos: veja só, as marcas dos nossos pés!

CULE: Quando passamos por aqui, ainda não podíamos estar muito longe do caminho.

COMERCIANTE: Pode armar a tenda. O nosso cantil esta vazio. No meu também não tem mais nada. (SENTA-SE NO CHÃO, ENQUANTO O CULE ARMA TENDA, E AS ESCONDIDAS BEBE ÁGUA DO PRÓPRIO CANTIL. DIZ DE SI PARA SI.) Ele não deve perceber que eu ainda tenho água; senão, se tiver na cabeça uma única centelha de bom-senso, ele me mata. Se chegar perto de mim, leva um tiro. (TIRA O REVÓLVER DO COLDRE E PÕE NO COLO) Se ao menos pudéssemos voltar ao último poço por onde passamos! Minha garganta está completamente seca. Por quanto tempo um homem será capaz de suportar a sede?

CULE: É melhor entregar a ele o cantil cheio que o guia me deu no posto. Senão, se nos encontrarem e eu ainda estiver vivo, com ele assim quase morto de sede, podem me processar.

O CULE APANHA O CANTIL CHEIO E ENCAMINHA-SE PARA O COMERCIANTE, QUE, AO VÊ-LO DE REPENTE EM PÉ NA SUA FRENTE, NÃO SABE SE ELE O VIU BEBENDO OU NÃO. O CULE NÃO O TINHA VISTO BEBENDO ÁGUA, E ESTENDE-LHE O CANTIL EM SILÊNCIO. MAS O COMERCIANTE, PENSANDO QUE O OUTRO TEM NA MÃO UM GRANDE MARCO DE PEDRA E ESTÁ COM RAIVA A PONTO DE QUERER MATÁ-LO, COMEÇA A GRITAR.

COMERCIANTE: Jogue fora esta pedra! (COM UM TIRO DE REVÓLVER, ABATE O CULE, NO MOMENTO EM QUE, SEM NADA COMPREENDER, O OUTRO CONTINUA A OFERECER-LHE O CANTIL COM ÁGUA.) Pronto! Seu animal! Você agora recebeu o que merecia!

## 8 CANÇÃO DOS TRIBUNAIS

É ENTOADA PELOS ATORES, ENQUANTO O PALCO É ARRUMADO PARA A CENA DO TRIBUNAL:

Seguindo os rastros dos  
salteadores, Surgem os tribunais:  
Depois que o inocente é trucidado,  
Reúnem-se em volta dele os juízes e ele é  
condenado. Em torno à cova do trucidado,

Também o seu direito é mutilado.

Dos tribunais as sentenças se precipitam Quais sombras de falcões de magarefes.

Um falcão desses tem força à beça, e dispensa O contrapeso de qualquer sentença.

Olhem: é vôo de abutres! Aonde vão? Do deserto, onde não há nada mais, Fogem, para comer os tribunais.

Os assassinos lá estão. Os perseguidores Em segurança lá estão. E os que roubam Vão lá esconder seus roubos, enrolados Num papel onde há uma lei lavrada.

## 9 JULGAMENTO

O GUIA E A MULHER DO MORTO JÁ ESTÃO SENTADOS NA SALA DO TRIBUNAL.

GUIA: (À MULHER:) A senhora não é a mulher do morto? Eu sou o guia que contratou o seu marido. Ouvi dizerem que, neste processo, a senhora pede uma punição para o comerciante e uma indenização. Eu vim logo correndo para cá, pois tenho prova de que o seu marido foi morto sem culpa alguma: está aqui na minha saca.

ESTALAJADEIRO ( AO GUIA: ) Se eu ouvi bem, você tem uma prova em sua saca. Mas eu lhe dou um conselho: deixe a prova dentro da saca!

GUIA: E a mulher do carregador: vai sair daqui de mãos vazias?

ESTALAJADEIRO: Ou você quer ir para a lista negra?

GUIA: Eu vou pensar melhor no seu conselho.

OS MEMBROS DO TRIBUNAL OCUPAM SEUS LUGARES, BEM COMO O COMERCIANTE ACUSADO, MEMBROS DA SEGUNDA CARAVANA E O ESTALAJADEIRO.

JUIZ: Está aberta a sessão! Tem a palavra a mulher do morto !

MULHER: Meu marido carregou a bagagem deste senhor pelo deserto de Jahi. Pouco antes do fim da viagem, esse senhor matou-o com um tiro. Embora nem por o isto meu marido volte a viver, eu peço que o assassino seja punido.

JUIZ: A senhora pede também uma indenização.

MULHER: É, porque eu e meu filho pequeno ficamos sem aquele que nos dava o sustento.

JUIZ: ( À MULHER:) Eu não censuro a senhora por isso: a exigência de ordem material não constitui nenhum demérito para a senhora. ( AOS MEMBROS DA SEGUNDA CARAVANA: ) Atrás da expedição do comerciante Karl Langmann vinha uma segunda expedição, à qual se foi juntar, depois de despedido pelo comerciante, o guia da primeira caravana. A menos de uma milha de distância do caminho trilhado, podia-se avistar a expedição malograda. Que foi que os senhores viram, quando chegaram perto?

CHEFE DA SEGUNDA CARAVANA: O comerciante, com um pouquinho d'água ainda no cantil, e o carregador, caído na areia, morto com um tiro.

JUIZ ( AO COMERCIANTE: ) O senhor matou o homem? COMERCIANTE: Matei sim: de repente, ele me agrediu! JUIZ: Como foi que ele agrediu o senhor?

COMERCIANTE: Ia me acertar pelas costas com uma pedra!

JUIZ: O senhor tem alguma explicação para o motivo dessa agressão?

COMERCIANTE: Eu, não...

JUIZ: O senhor não forçava os seus homens com muita brutalidade? COMERCIANTE: Nunca.

JUIZ: Encontra-se no recinto o guia despedido, que fez parte da expedição na primeira parte da viagem?

GUIA: Eu!

JUIZ: Diga o que sabe a respeito!

GUIA: Até onde posso saber, o que comerciante queria era chegar a Urga o mais depressa possível, por causa de uma concessão.

JUIZ: ( AO CHEFE DA SEGUNDA CARAVANA :) O senhor tinha a impressão de que a expressão de que a expedição que ia na sua frente andava com uma rapidez fora do comum?

CHEFE DA SEGUNDA CARAVANA: Fora do comum, não: eles levavam um dia de vantagem e mantinham essa vantagem.

JUIZ ( AO COMERCIANTE: ) E para isso o senhor não pode Ter deixado de forçar o seu pessoal.

COMERCIANTE: Eu nunca forcei ninguém: isso era função do guia!

JUIZ ( AO GUIA: ) O acusado não lhe deu ordens, expressas para forçar o carregador a andar mais depressa?

GUIA: Eu não forcei mais que o de costume; até menos,

por sinal. JUIZ: E por que foi despedido?

GUIA: Justamente porque, na opinião do comerciante, eu me mostrava amistoso demais com o carregador.

JUIZ: E não devia, por acaso?... O carregador, a quem o senhor nem podia tratar amistosamente, dava a impressão de ser um homem revoltado?

GUIA: Até que nem. Ele aguentava tudo, porque, pelo que me dizia, tinha medo de perder o emprego: ele não era sindicalizado.

JUIZ: Assim, tinha de engolir muita coisa, não é? Responda! Não fique aí pensando o tempo todo em cada resposta que tem a dar! A verdade sempre vem à tona.

GUIA: Eu só estive com eles até o posto de Han.

ESTALAJADEIRO ( CONSIGO MESMO: ) Muito bem, guia!

JUIZ ( AO COMERCIANTE: ) Depois disso, aconteceu alguma coisa que pudesse dar motivo à agressão do carregador?

COMERCIANTE: Nada, pelo menos da minha parte.

JUIZ: Ouça: o senhor não deve fazer-se de mais inocente do que é. Assim não vai dar em nada, homem. Se tratava o seu carregador com luvas de pelica, como explicas o ódio que ele tinha do senhor? É só tornando esse ódio justificável, que o senhor poderá justificar também que agiu em legítima defesa. Pense bem!

COMERCIANTE: Uma coisa é preciso confessar: bati nele uma vez! Bati, sim!

JUIZ: Ah! E o senhor acha que, por causa dessa única vez, o carregador ficou tão cheio de ódio?

COMERCIANTE: Não, mas eu também encostei o revólver nas costas dele, quando ele não queria atravessar o rio. Durante a travessia do rio, ele quebrou um braço: culpa minha, também.

JUIZ: (SORRINDO): Na opinião do carregador...

COMERCIANTE: (TAMBÉM SORRINDO): Naturalmente. Na verdade, quem o puxou de dentro d'água fui eu!

JUIZ: Então, vejamos! Logo depois de despedir o guia, o senhor deu motivos para o carregador odiá-lo. E antes? (AO GUIA, EM TOM ENERGICO:) Reconheça de uma vez que o homem tinha ódio do comerciante! Quando se pensa bem, aliás, isso é até óbvio: é bem compreensível que um homem, mal remunerado, forçado



com violência a enfrentar um grande perigo, vendo-se prejudicado até em sua saúde, e arriscando a vida quase a troco de nada, para um outro Ter vantagem, acabe tendo ódio desse outro...

GUIA: Ele não tinha ódio de ninguém.

JUIZ: Vamos agora interrogar o estalajadeiro do posto HAN, que talvez nos possa dizer alguma coisa para ajudar a termos uma idéia clara do relacionamento entre o comerciante e seus empregados. (AO ESTALAJADEIRO:) Como é que o comerciante tratava os homens dele?

ESTALAJADEIRO: Bem...

JUIZ: Quer que mande evacuar o recinto? O senhor acha que, dizendo a verdade, pode trazer prejuízo aos seus negócios?

ESTALAJADEIRO: Não: neste caso, não é

preciso. JUIZ: Como o senhor quiser.

ESTALAJADEIRO: Ao guia ele chegou até a dar cigarro, e pagou o salário sem discutir. E o carregador também era bem tratado.

JUIZ: O lugar onde o senhor trabalha é o último posto de polícia, nesse itinerário?

ESTALAJADEIRO: É. Depois começa o deserto de Jahi, completamente desabitado.

JUIZ: Ah,sei! Nesse caso, a amabilidade do comerciante era mais uma questão de circunstâncias, por pouco tempo: era, por assim dizer, uma amabilidade tática. Na guerra também os nossos oficiais faziam questão de trataras tropas de maneira tanto mais amável quanto mais se aproximavam da frente de batalha. Amabilidades desse tipo não querem dizer, naturalmente, nada.

COMERCIANTE: Ele, por exemplo, estava sempre cantando, enquanto caminhávamos. A partir do momento em que o ameacei com o revólver, para forçá-lo a atravessar o rio, nunca mais o ouvi cantar.

JUIZ: Ele estava, portanto, bastante irritado; o que é perfeitamente compreensível. E eu retomo de novo o exemplo da guerra: lá também se podia compreender perfeitamente a gente simples do povo, quando dizia a nós, oficiais: pois é, vocês fazem a guerra de vocês, mas é também a de vocês que nós fazemos! Assim também o carregador poderia dizer ao comerciante: o senhor está fazendo o seu negócio, mas o negócio que eu faço é também do senhor!

COMERCIANTE: Outra coisa é preciso confessar: quando ficamos perdidos no deserto, eu reparti com o carregador um cantil de água, mas escondi outro cantil para beber sozinho.

JUIZ: E por acaso ele viu senhor bebendo?

COMERCIANTE: Foi o que eu pensei, quando ele avançou contra mim com aquela pedra na mão:. Eu sabia que ele me odiava. Quando entramos na região desabitada,

fiquei noite e dia de sobreaviso. Eu só podia imaginar que ele viria para cima de mim na primeira oportunidade. Se eu não tivesse atirado, o morto seria eu!

MULHER: Eu só queria dizer uma coisa: ele não pode ter agredido esse homem, ele jamais agrediu ninguém!

GUIA: Pode ficar descansada: a prova da inocência dele está aqui na minha saca. JUIZ: Alguém encontrou a pedra com que o carregador ia agredir o senhor?

CHEFE DA SEGUNDA CARAVANA (APONTANDO AO GUIA: ) Esse homem tiro-a da mão do morto .

O GUIA EXIBE O CANTIL.

JUIZ: Era essa pedra? O senhor reconhece? COMERCIANTE: A pedra era essa mesmo!

GUIA: Pois então veja o que a pedra tem dentro! ( DERRAMA A ÁGUA DO CANTIL.)

PRIMEIRO JUIZ ADJUNTO : Isto é um cantil com água, não é pedra nenhuma: ele ia oferecer água ao senhor!

SEGUNDO JUIZ ADJUNTO: Agora, tudo indica que ele não pretendia em absoluto matar ninguém.

GUIA ( ABRAÇANDO A VIÚVA DO MORTO: ) Viu? Consegui provar: ele era inocente. Foi só por um acaso excepcional que eu pude provar isso: eu mesmo tinha dado o cantil d'água a ele, quando partiu do último posto, e o estalajadeiro é testemunha de que o cantil é meu.

ESTALAJADEIRO ( DE SI PARA SI : ) Que idiota! Agora ele também está perdido. JUIZ: Como pode ser isso? ( AO COMERCIANTE: ) Ele ia dar de beber ao senhor! COMERCIANTE: Devia ser uma pedra!

JUIZ: Não era pedra nenhuma: não está vendo que é um cantil com água? COMERCIANTE: Mas eu nunca podia imaginar que fosse um cantil com água: aquele homem não tinha motivo algum para me dar de beber! Eu não era amigo dele.

GUIA: Ele ia dar de beber ao senhor...

JUIZ: Porque iria dar água ao patrão? Porque?

GUIA: Deve ter imaginado que o comerciante estava com sede. ( OS JUÍZES SORRIEM UNS PARA OS OUTROS.) Decerto por um sentimento de humanidade. ( OS JUÍZES TORNAM A SORRIR. ) Talvez até por imbecilidade, e por isso eu acho

que ele não tinha nada contra o comerciante.

COMERCIANTE: Só se ele era muito imbecil, mesmo. Um sujeito que, por minha causa, sofreu um acidente capaz de deixá-lo aleijado para o resto da vida, e logo num braço! Nada mais justo, da parte dele, do que querer ir à forra.

GUIA: Nada mais justo.

COMERCIANTE: Por um pouquinho de dinheiro à toa, ele se prestava a andar com uma pessoa como eu, que tenho dinheiro à beça! É verdade que o caminho era tão árduo para ele como para mim.

GUIA: Disso, ele sabia.

COMERCIANTE: E quando estava cansado,

apanhava. GUIA: Não é o certo?

COMERCIANTE: Admitir que o carregador não quisesse acabar comigo na primeira oportunidade, seria admitir que ele não tivesse nenhum bom-senso.

JUIZ: O senhor quer dizer que tinha razão em supor que o carregador tivesse alguma coisa contra a sua pessoa. Dadas as circunstâncias, portanto, o senhor teria atirado numa criatura inofensiva, tão somente por não poder imaginar que era inofensiva. Isso acontece, vez por outra, com os nossos policiais: atiram no meio de uma multidão de manifestantes, gente absolutamente pacífica, só por não poderem conceber que essa gente não esteja pronta para arrancá-los de cima dos cavalos e linchá-los. Então os policiais atiram, a bem dizer, só por medo; e o fato de terem medo é uma prova de bom-senso. Agora, o senhor quer dizer que não podia saber que o carregador constituía uma exceção...

COMERCIANTE: A gente tem de seguir a regra e não a exceção!

JUIZ: Então, é isto: que motivos poderia ter o carregador, para dar de beber ao seu

carrasco? GUIA: Nenhum motivo razoável!

( CANTANDO: ) A regra é: olho por olho!  
Só um tolo espera a exceção:  
que o inimigo lhe dê de  
beber, o sensato não  
pode conceber.

(FALANDO AOS OUTROS JUÍZES: ) Agora vamos ao

veredicto! OS JUÍZES RETIRAM-SE.

GUIA (CANTANDO:) No regime que criaram,  
sede, Humanidade é exceção:  
depressa!

Assim, quem se mostra humano,  
Paga caro essa lição.

Se há alguém ao lado com  
feche os olhos bem

Tape os ouvidos, se alguém  
Geme perto de você!

Reneguem de todo aquele  
Que amigável se mostrar!  
Guardem distância daquele  
Que a outrem quer ajudar!

Se alguém grita por socorro,  
Não se arrede do lugar!  
Quem se esquece disto, é bobo:  
Vai dar de beber a um  
homem, Mas quem bebe  
mesmo é um lobo!

CHEFE DA SEGUNDA CARAVANA: O senhor não tem medo de nunca mais arranjar emprego?

GUIA: Eu precisava dizer a verdade.

CHEFE DA SEGUNDA CARAVANA ( SORRINDO: ) Bem, se o senhor precisava... OS JUÍZES RETORNAM AO RECINTO.

JUIZ (AO COMERCIANTE:) O tribunal tem mais uma pergunta a lhe fazer: por acaso o senhor, matando o carregador, não saiu com vantagem?

COMERCIANTE: Pelo contrário! Eu precisava dele, para o negócio que ia fechar em Urga: era ele quem carregava os mapas e as tabelas de que eu tinha necessidade. Eu não estava em condições de carregar sozinho as minhas coisas!

JUIZ: O senhor, com isso, não realizou o seu negócio em Urga?

COMERCIANTE: Naturalmente que não: eu cheguei tarde demais. Estou arruinado!

JUIZ: Então eu vou proferir a sentença! O Tribunal considera provado que o carregador aproximou-se do patrão, não com uma pedra, e sim com um cantil d'água. Ainda partindo dessa premissa, porém, era muito mais provável que ele estivesse pensando em matar o patrão, com um cantil, do que em lhe dar de beber. O carregador pertencia a uma classe que tem, efetivamente, razões para sentir-se prejudicada. Para pessoas da classe do carregador, defender-se contra um abuso que o deixasse lesado na partilha da água, era uma simples questão de bom-senso. Para pessoas desse tipo, com seus pontos de vista limitados e unilaterais, aferrados a um único aspecto da realidade, parecia até bastante justo vingar-se dos que as maltrataram: no dia do ajuste de contas, só teriam a ganhar. O comerciante não pertencia à mesma classe do carregador, de quem só poderia esperar o pior. O comerciante jamais poderia acreditar em qualquer gesto de camaradagem por parte do carregador, a quem ele havia confessadamente maltratado: o bom-senso lhe dizia que sobre ele pesavam as mais graves ameaças, e o despovoado da região devia trazê-lo cheio de apreensões. A ausência de polícias e de juízes possibilitava ao emprego arrancar-lhe à força a sua ração de água, e o encorajava mesmo a fazer isso. O acusado, portanto, agiu em legítima defesa, tanto no caso de Ter sido realmente ameaçado, quanto no caso de apenas sentir-se ameaçado. Isto posto, absolve-se o acusado, e não se toma conhecimento da queixa da mulher do morto.

## **Análise da obra**

O prólogo da peça didática *A exceção e a regra*, de Bertolt Brecht, traz uma exortação ao público. A peça parte do caráter de classe da Justiça para discutir um tema ainda mais complexo: a sua aceitação cultural. Em busca de petróleo, um comerciante, auxiliado por um guia e um empregado que carregava seus objetos atravessa o deserto. Ainda antes de chegar ao deserto, desconfia do guia e o demite, seguindo o caminho com o carregador. Perdidos no deserto e à beira de morrerem de sede, o comerciante mata o empregado por suspeitar que ele o estava atacando, quando, na verdade, ele se preparava para lhe oferecer o restante da água que carregava. A notícia do homicídio chega à viúva, que busca a condenação do comerciante e uma indenização pela morte do marido. O comerciante é então processado e absolvido por legítima defesa, justificada pelo fato de ele pertencer a uma classe social mais alta, e por isso ter motivos para se sentir ameaçado pelo empregado de classe inferior. Diante da reflexão do caráter “normal” de tal julgamento, já que os ricos costumam ser considerados inocentes e os pobres culpados, Brecht convida o público a refletir sobre o normal que, no caso, contrapunha a regra – todos são iguais perante a lei – e confirmava a exceção – uns são mais iguais do que os outros – transformada, contudo, em regra.

Não por acaso, a peça data de 1929/1930, período de ascensão do nacional-socialismo na Alemanha de Brecht, e polemiza com o teórico do Estado de exceção, Carl Schmitt.

Disponível em: <https://www.revistaovies.com/2014/08/05/a-excecao-e-a-regra-i-prologo/>

## **2.2 – PERDOA-ME POR ME TRAÍRES, de Nelson Rodrigues. Literatura e Gramática.**

*Tragédia de costumes em três atos (1957)*

### **Personagens:**

Nair  
Glorinha  
Pola Negri  
Madame Luba  
Deputado Jubileu de Almeida  
Médico  
Enfermeira  
Tio Raul  
Gilberto  
Tia Odete  
Ceci  
Cristina  
Judite

Mãe  
Irmãos

Primeiro Ato

(Nair e Glorinha estão na porta de Madame Luba, ambas vestidas de colegiais, uniforme cáqui, meias curtas, cabelo rabo de cavalo, pasta debaixo do braço. Glorinha vacila e a outra insiste)

**NAIR** Vem ou não vem?

**GLORINHA** Tenho medo!

**NAIR** De quem, carambolas? Medo de quê?

**GLORINHA (Suspirando)** — De algum bode.

**NAIR** Já começa você. Que bode?

**GLORINHA** Sei lá! (*mudando de tom*) E se o meu tio sabe?

**NAIR** Espia: não foi você mesma, criatura, que me pediu pra te trazer?

**GLORINHA** Pedi, mas... É o tal negócio. Você não conhece meu tio.

**NAIR** Conheço, até de sobra!

**GLORINHA** Duvido! Não te contei...

**NAIR** Um chato!

**GLORINHA** ... Te contei que, outro dia, só porque cheguei atrasada uma meia hora, ou nem isso, uns 15 minutos talvez — êle me deu uma surra tremenda? E disse mais: que, na próxima vez, me mata e mata mesmo!

**NAIR** Conversa! Conversa!

**GLORINHA** Pois sim! Eu que não abra o olho!

**NAIR** Mas êle não vai saber! Saber como? (*baixa a voz*) Só essa vez, está bem?

**GLORINHA (Tentada)** — Vontade eu tenho, te juro!

**NAIR** Faz, então, o seguinte, olha: tu entras um instantinho só. Eu te apresento a Madame Luba que é lituana, mas uma simpatia!

**GLORINHA** E que mais?

**NAIR** Tu dizes que, infelizmente, não podes, por isso, por aquilo, inventa uma desculpa. E cai fora... Mas se não fores, quem fica mal sou eu, porque prometi, batata, que te levava!

**GLORINHA** Eu vou, mas fica sabendo: não me demoro nadinha!

**NAIR** Você não sabe o que quer, puxa!

(Nair e Glorinha na sala de Madame Luba. Em cena, Pola Negri, garção típico de mulheres. Na sua frenética volubilidade, êle não pára. Desgrenha-se, espreguiça-se, boceja, estira as pernas, abre os braços).

**POLA NEGRI** Salve ela!

**NAIR (Para Glorinha)** — Êsse aqui é o Pola Negri, liga pra chuchu! Um número!

**GLORINHA (Atônita)** — Muito prazer.

**POLA NEGRI** (Para Nair) — **É essa?** (gira em torno da espantada Glorinha)  
**NAIR** Dá tua opinião.

**POLA NEGRI** Legal!

**NAIR** Não é?

**POLA NEGRI** (**Cotuca Nair**) — Madame deve estar estourando por aí.  
(**sem transição, para Glorinha**) Manequim 42.

**GLORINHA (Intimidada)** — Exato.

**POLA NEGRI** (**Para Nair**) — Sou batata!

**NAIR** Eu tenho mais quadris!

**POLA NEGRI** Idade, mais ou menos, uns 17.

**NAIR** Quase!

**GLORINHA** 16.

**POLA NEGRI** Melhorou. Assim é que é bom: 16, 15, 14... (**sem transição, para Glorinha**) Nervosa?

**GLORINHA (Fora de si)** — Mais ou menos.

**NAIR** Uma pilha.

**POLA NEGRI** (**Otimista**) — Mas passa.

**NAIR** Questão de hábito.

**GLORINHA (Para Pola Negri)** — É que estamos com pressa. Você fica? Vou-me embora, Nair!

**NAIR (Autoritária)** — Sossega o periquito! Primeiro fala com Madame Luba!

**GLORINHA** Meu tio me mata!

**POLA NEGRI** Pronto, aí vem Madame!

(Madame Luba é uma senhora gorda, imensa, anda gemendo e arrastando os chinelos. Dá a impressão de um sórdido desmazêlo)

**MADAME LUBA** (**Melíflua**) — Como vai, Nair? Como está passando? (**fala com Nair mas não tira os olhos de Glorinha**).

**NAIR** Bem. E a senhora?

**MADAME LUBA** (**Com violento sotaque**) — Eu sempre vou muito bem, nunca ter uma dor de dentes...

**NAIR** Trouxe-lhe aqui...

**MADAME LUBA** Oh, sim, seu colega de colégio, Glorinha!

**GLORINHA (Em brasas)** — Estou abafada, Madame!

**NAIR (Falando quase simultaneamente)** — Está com chuva não molha!

**MADAME LUBA** (**A Glorinha**) — Sem motivo, não há motivo. Cadeiras, Pola

Negri! Oh, por que não sentam? Eu não quero cerimônia no meu casa. Pola Negri traz biscoitinhos, licorzinho! **(para Glorinha)** Eu podia ser seu mãe!

**GLORINHA** Eu tenho que ir, Madame! Estão-me esperando... Nair me falou, agradeço muito, mas é que eu não posso, infelizmente...

**NAIR (Para Madame)** — Ela que, depois não quer! **(para Glorinha)** Parei contigo!

**MADAME LUBA** Eu compreendo, mas não precisa ficar nervosa... Não é bicho de sete cabeças... E tome seu licorzinho... Eu não obriga ninguém... No meu casa tudo espontâneo...

**GLORINHA (Põe o cálice em qualquer lugar)** — Então, já vou, sim?

**MADAME LUBA (Levantando-se)** — Um momento!

**GLORINHA (Perturbada)** — Imagine se meu tio sabe que fiz gazeta!

**MADAME LUBA** Gazeta não ter importância...

**GLORINHA** Não posso, Madame!

**MADAME LUBA (Erguendo a voz com inesperada autoridade)** — Senta, menina! Você fedelha, eu não ser criança!

**GLORINHA (Numa explosão)** — E se a polícia entra aqui?... Se leva todo mundo e se, depois, meu tio vai me buscar no distrito?... Madame, meu tio me mata a pauladas, juro à senhora! **(rebenta em soluços)**.

**POLA NEGRI** A polícia aqui não pia!

**MADAME LUBA** A polícia está no meu mão! Eu tomei meus providências! Pola Negri, conta ela o meu esperteza!

(Glorinha chora)

**NAIR (Furiosa)** — Sua burra, vê se, pelo menos, escuta!

**GLORINHA (Para Nair, num repente)** — Você me paga!

**POLA NEGRI (Começa a falar com grandes atitudes, rasgando gestos imensos, com mil e uma inflexões)** — O negócio é cem por cento. Presta atenção e vê como Madame Luba soube craniar o troço. Em primeiro lugar, aqui só entra deputado, quer dizer, freguês com imunidades. Te pergunto — a polícia vai prender um deputado? Com que roupa? E, além disso, isso aqui não é casa de mulheres araqueadas. Só trabalhamos com meninas, de 15, 16 e até 14, de família batata!

**MADAME LUBA** Viu?

**POLA NEGRI (Cínico)** — Por exemplo: tu, o teu caso!

**GLORINHA** Eu?

**POLA NEGRI** És de família ou não és?

**GLORINHA** Sou.

**POLA NEGRI** Natural! bola só um negócio: se, por um acaso, por uma hipótese, a polícia entrasse aqui, já imaginaste o escândalo? Ia-se saber que há uma casa, nessas e nessas condições, vê bem: uma casa infanto-juvenil, que oferece algumas dos melhores colégios, a fina flor de 17 anos para baixo, as filhas de famílias fabulosíssimas... vêm aqui, por dinheiro... **(dá uma gargalhada esganiçadíssima)** São pagas! Pagas!

**NAIR** Manjaste?



**POLA NEGRI** E pagas por quem? Por algum fichinha? Por Suas Excelências! Isso em plena Capital da República Teofilista! Por isso eu te digo e Nair sabe: Madame usou a cabeça! Nesta casa vive-se tropeçando em imunidades!

**MADAME LUBA** Eu ter o intelectual muito desenvolvido!

**NAIR** Vou-te dizer outra coisa, que nunca te contei: só lá do colégio passaram por aqui umas dez... ou talvez mais. Por essa luz que me alumia, no mínimo, dez!

**GLORINHA (Mais segura de si e mais dissimulada)** — Madame, eu compreendo, mas comigo dá-se o seguinte: eu vivo muito prêsa. Por que meu tio...

**NAIR (Violenta)** — Que máscara é essa?

**GLORINHA** Por que máscara?

**NAIR** Máscara sim senhora! **(para Madame)** Madame, Glorinha tem duas caras! **(a Glorinha)** E aquela farra que nós fizemos, nós duas, sim!

**GLORINHA** Sei lá de farra! Quando?

**NAIR** No carnaval, êsse que passou! **(para Madame)** Madame, fomos uma turma ao apartamento de um cara. E lá, sabe como é: bebemos e pintamos o caneco. A Glorinha estava com uma fantasia sem alça, em cima da pele! **(para Glorinha)** Veio um engraçadinho e, pelas costas, te puxou o fecho eclair até embaixo! **(para Madame)** Ficou pelada, Madame!

**GLORINHA (Veemente)** — Madame, eu estava de pileque, Madame! Tinha cheirado lança-perfume, tanto que nem me lembro!

**NAIR** Ainda tem coragem de falar em pudor!

**GLORINHA** Olha, até agora não passei do beijo!

**NAIR** Muito cínica!

**GLORINHA** Você é que é mascarada!

**MADAME LUBA** Ah, não vamos perder tempo! O menina tem razão — beijo não tirar pedaço. Você não correr perigo: só beijinho, só brincadeira... Você poder casar depois, com véu e grinalda... Não ter conseqüências...

**POLA NEGRI (Para Madame)** — O Excelentíssimo está com hora marcada. Pergunta como é.

**MADAME LUBA** Está quase. Não vai demorar. **(para Nair)** Vamos resolver o situação. Eu não fazer papal sujo.

**NAIR (Resoluta)** — Pode deixar, Madame. **(face à face com Glorinha)** Vamos liquidar a questão. É o seguinte: você mesma disse que queria vir, combinou tudo comigo e em cima da hora quer dar pra trás. Agora é tarde não tem escapatória.

**GLORINHA** Mudei de opinião.

**NAIR** Azar o teu. Olha: tem um deputado aí, que é tarado, maluco por ti.

**GLORINHA (Atônita)** — E me conhece?

**NAIR** Te conhece.

**POLA NEGRI (Ao ouvido de Glorinha)** — Um mão aberta!

**GLORINHA** Conhece de onde?

**NAIR** Te viu várias vezes. Capaz de te arranjar um big emprêgo num Instituto desses. Pra Ivonete arranjou um empregão. Arranja pra ti, com o pé nas costas.

**GLORINHA** Ora veja... E como é o nome dêle?

**NAIR** O Dr. Jubileu de Almeida.

**GLORINHA (Recuando em Pânico)** – Mas logo esses? Que mudou para a minha rua? Que está morando na minha rua?

**NAIR (Taxativa)** – Pois é: esse.

**GLORINHA (Desesperada)** — Você está maluca? Bebeu? (*trincando os dentes*) Nem vizinho, nem parente! Nunca!

**NAIR** Agora é tarde, porque o homem está aí, te esperando, há uma hora! **POLA NEGRI** Sua bôba, Te arranja uma bôca rica num Instituto! **GLORINHA (Feroz)** — Vizinho, não!

**MADAME LUBA (Investe com insuspeitada violência, grita, enchendo o palco a sua voz. A sua cólera é sincera)** — Não grita! No meu casa só eu grita! Na Lituânia eu tive tua idade, eu tinha tua cinturinha, eu tinha teu corpinho... E eu vivia! Eu, curiosa de Carícia! Mas tu não querer vibrar, menina. Oh, tu não tem vida! (*brusca e selvagem*) Chama o tio dessa menina! Chama o tio! Telefone!

**GLORINHA** Não!

**NAIR** Vou telefonar sim!

**GLORINHA (Num apêlo)** — Você é minha amiga, Nair!

**POLA NEGRI** Topas?

**NAIR** Sim ou não?

**GLORINHA (Soluçando)** — Mas eu devo fazer o quê? Afinal, nem sei!

**NAIR (Aliciante)** — Simples como água! Não é nada do arco-da-velha: olha, pra mim é café pequeno e eu nem dou pelota. (*vaga*) Basta que você seja camarada do homem e nada mais. Te juro que não vai ter consequência nenhuma... Velho que não se agüenta em pé...

**MADAME LUBA** Leva o menina no quarto, Pola Negri!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Eu estou aqui. (*de fato acaba de aparecer, na porta, o deputado Jubileu de Almeida, velho, velhíssimo.*) (*paternal*) Pode deixar a menina, Pola Negri!

**MADAME LUBA** O menina muito manhosa, deputada!

**POLA NEGRI** De morte!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA (Aproxima-se. Inclina-se diante de Glorinha)** — Olhe para mim, assim. Enxuga essas lágrimas e vamos conversar. Pode usar o meu lenço, está limpo. (*entregou o lenço a Glorinha*) (*para Madame*) Sabia que eu e Glorinha — seu nome é Glorinha, pois não? — que eu e Glorinha somos vizinhos, Madame?

**MADAME LUBA** Oh, não sabia!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Pois, é. E, agora, por obséquio, eu queria ficar a sós com a Glorinha. (*para Glorinha*) Tem confiança em mim?

**GLORINHA (Assoando-se)** — Mais ou menos.

(Saem os outros)

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Mas você vai-me prometer uma coisa: que não chora mais. Promete?

**GLORINHA** Prometo.

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Assim é que eu gosto. E uma coisa: sua mamãe ainda vive?

**GLORINHA** Morreu.

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** (*Contendo-se*) — Viu como eu não lhe faço nada? Sou seu admirador, mas estamos aqui, conversando, normalmente. Sua mãezinha morreu e... Tem pai?

**GLORINHA** (*Sem ouvi-lo, crispada*) — Minha mãe matou-se!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Ora veja!

**GLORINHA** Quando eu tinha dois anos. Meu pai, então, enlouqueceu de desgosto e meu tio tomou conta de mim.

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** (*Passa a mão pelos cabelos de Glorinha*) (*Começando a ofegar*) — Desde que me mudei, que vejo você todos os dias... Você tem um corpinho que... E a pele sem uma espinha, uma mancha. (*trêmulo*) As meninas têm, realmente, um cheiro de menina... (*muda de tom*) Quer dizer que você nem conheceu sua mãe... (*exaltando-se e já sem contrôlo das próprias palavras*) Mas deve ter retratos, lembranças! (*agarra-se a Glorinha*)

**GLORINHA** O senhor está-me apertando!

(*Não há a menor conexão entre o que o Dr. Jubileu diz e o que o Dr. Jubileu faz*)

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** (*Ofegante*) — Sabe datilografar? Te arranjo um lugarzinho, aumentamos a tua idade, juro, arranjo sim, arranjo. Mas olha: não repare no que eu disser, não... (*súbito põe-se a berrar como um possesso. Fora de si*) As duas modalidades de eletrização que podemos observar nos corpos correspondem às duas espécie de carga elétrica encontrada no átomo! (*mudando de tom, num apêlo soluçante*) Não se mexa: fique assim!

**GLORINHA** (*Num repelão selvagem*) Me largue! O senhor está maluco!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** (*Arrasta-se de joelhos e, de joelhos, a escorrer suor, persegue a pequena*) — Não interrompa! Não me interrompa!

**GLORINHA** (*Enfurecida*) — Velho gagá! (*pula mesas, cadeiras*)

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** (*Num enorme lamento*) — Eu não posso ser interrompido!

**GLORINHA** (*Num berro*) — Não quero, já disse!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** (*Arquejante*) — *Por quê?*

**GLORINHA** (*Atrás de um móvel*) — Tenho que ir!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** (*Quase chorando*) — Mas isso não é argumento! Façamos o seguinte: — mais uns dez minutos, ou cinco. Cinco, está bem? (*numa lamúria infinita*) Cinco, filhinha, cinco! Te dou tudo, tudo... (*Glorinha*)

**está encostada à parede, sem poder fugir)** Tens raiva de mim? Eu não te fiz nada. O que foi que eu te fiz?

**GLORINHA** Nada... Mas se meu tio sabe que eu vim aqui, que estou aqui...  
**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Seja boazinha, camarada! **(segura-a pelos dois braços. Berra convulsivamente)** — Vimos que o núcleo do átomo se apresenta, ai, ai, ai! se apresenta constituído de prótons... O núcleo do átomo, o núcleo do átomo, OH, o núcleo do átomo... Constituído de prótons, o núcleo do átomo...

(Glorinha desprende-se num repelão selvagem. O outro persegue-a, trôpego, nos seus apelos frenéticos)

**GLORINHA** Sujo! Indecente!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Escuta: eu te falo de longe, não me aproximo, juro! Não toco em ti! Já sei o que te assusta: são essas coisas que eu digo não é?

**GLORINHA (Num solução)** — Quero ir-me embora!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Mas olha: essa coisa que eu falo é um simples ponto de Física, compreendeste? Eu tenho que dizer um ponto de Física ou não sou homem, não sou nada! Na minha casa eu não posso fazer isso... **(arquejante)** Um ponto de Física... Mas se não queres ouvir, tu tapas os ouvidos pronto! **(quer-se aproximar de Glorinha mas esta ameaça-o)**

**GLORINHA** Não velha que eu grito!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** (Entrega-se a um acesso de furor. Encaminha-se em direção à porta) (gritando) — **Pola Negri! Pola Negri!**

**POLA NEGRI (Acudindo)** — Chamou, Excelentíssimo?

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA (Frenético)** — Vem cá, Pola Negri. Que negócio é êsse, afinal de contas?

**POLA NEGRI** Que foi que houve?

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Essa menina, se está aqui, é porque é uma depravada, uma corrompida... **(muda de tom) (choramando, estende as duas mãos crispadas)** ... mas não quer nada comigo, Pola Negri! **(novamente agressivo)** Pensa talvez que eu sou algum borra-botas! Diz-lhe quem eu sou!

**POLA NEGRI** Ela sabe, Excelentíssimo!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA (Sem ouvi-lo)** — Diz que os jornais me chamam de reserva moral! Explica, também, que eu sou professor catedrático!

**POLA NEGRI** Dou um jeitinho nela, já, já. **(avança para Glorinha, que recua).**

**GLORINHA (Feroz, para Pola Negri)** — Você não é homem!

**POLA NEGRI** Sua gata!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA (Num apêlo objeto)** — Segura, Pola Negri! Segura!

**POLA NEGRI** (Dá um bote e agarra sólidamente a menina. Subjugada pelas costas, os braços para trás, Glorinha está indefesa). **Pronto, Excelentíssimo.**

**GLORINHA (Enlouquecida)** — Te cuspo na cara!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA (Está a alguns metros de distância) (balbuciante)** — Gostas de mim, meu anjinho?

**GLORINHA (Frenética)** — Tenho nojo!

**POLA NEGRI** Gosta sim, Excelentíssimo! Pode crer que gosta!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA (Delirante)** — Gosta, Pola Negri, ela gosta? **(e súbito, o deputado põe-se a berrar)** O núcleo envolvido por elétrons livres! **(soluça)** Elétrons, o átomo, o átomo! **(suplicante para Pola Negri)** Continua dizendo que ela gosta de mim, Pola Negri, mas não pára, sem parar!...

**POLA NEGRI (Mecanicamente)** — Gosta, ama, adora, sim, gosta muito!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA (No auge)** — Um átomo pode perder ou receber elétrons na sua periferia e essas operações destroem o equilíbrio entre as cargas dos prótons e a dos elétrons periféricos...

(Finalmente, o Dr. Jubileu cai de joelhos, porque alcança o máximo da tensão. Assim de joelhos, mergulha o rosto nas duas mãos e tem um soluço interminável, grosso como um mugido. Sincronizado com o deputado, Pola Negri dispara as palavras)

**POLA NEGRI** Gosta, perfeitamente, gosta, adora, ama, adora!

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA (Por entre gemidos)** — Ah, se minha mulher me visse aqui, ai, ai, ai, se minha mulher me visse aqui, uai, se me visse! Minha mulher é neta de barões! Minha mulher!

**POLA NEGRI** Continua, Excelentíssimo?

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Chega, Pola Negri, chega!

**POLA NEGRI** Vou largar essa chorona!

(Empurra Glorinha. Levanta-se o Dr. Jubileu, assistido por Pola Negri. Glorinha, livre de Pola Negri, atira-se em cima de uma cadeira, aos soluços. Entram Nair e Madame Luba. Nair corre para Glorinha e Madame Luba para o Deputado)

**NAIR (Para Glorinha)** — Viu como foi barbada?

**MADAME LUBA (Para Pola Negri)** — O coramina do deputada!

**GLORINHA (Ainda soluçante)** — Eu me assustei!

**NAIR** É pinto!

**MADAME LUBA (Melíflua)** — Cansadinha, doutor?

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA (Caindo aos pedaços)** — Já não sou criança!

(toma a coramina que lhe dá Pola Negri)

**NAIR** Finalmente te convenceste de que não é nenhum bicho de sete cabeças?

**GLORINHA** Estou zozna!

**NAIR** Estão falando de ti!

**GLORINHA** Acho que fiz um papelão!

(De fato, Madame Luba e o Dr. Jubileu, que cochichavam, falam agora mais alto)

**MADAME LUBA** O menino valer a pena?

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Em têrmos.

**MADAME LUBA** Não valeu a pena, deputada?

**DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA** Meio sem sal, água com açúcar. (**baixo para Madame, junto à porta**) Interrompe muito. E, na minha idade, Madame, não posso ser interrompido. (**enfático**) Não devo ser interrompido! Ela é uma questão de treino, talvez de adaptação, quem sabe? (**faunesco**) Mas interessa!

**NAIR (Cochichando para Glorinha)** — É um negócio da China: quinhentão por vez! **DEPUTADO JUBILEU DE ALMEIDA (Para Madame)** — Manda vir, amanhã às onze horas da manhã... E já vou... tenho que ir... (**sai**)

**GLORINHA (Dirige-se para Madame, ainda nervosíssima)** — Estou tão sem graça, Madame! Tive tanto medo que, imagine a senhora, não foi Pola Negri? até xinguei o deputado, Madame!

**MADAME LUBA** O deputado não levar mal! (**muda de tom, para Nair**) Tu amanhã não vem, por causa do tal negócio. (**para Glorinha, com inesperada autoridade**) Mas tu vem! Onze horas aqui!

**GLORINHA (Em pânico)** — **Eu?**

**NAIR** Mata o colégio e vem!

**MADAME LUBA (Grita, possessa)** — Menina, eu não admito desobediência no meu casa! No meu casa, manda eu! (**crecendo para Glorinha**) Ou tu vem ou tu apanha um câncer na língua! Agora pode ir!

**POLA NEGRI** Onze horas em pontinho!

**MADAME LUBA** Dinheiro, só amanhã. Paga amanhã.

**GLORINHA (Corrida)** — Madame, vou fazer todo o possível!

**MADAME LUBA** Olha o meu praga!

(Saem, uma e outra, como duas escorraçadas. Permanecem em cena Pola Negri e Madame Luba)

**POLA NEGRI** Abre o olho, Madame, que são duas araqueadas!

**MADAME LUBA** Oh, não há perigo! Quem me faz, paga! Mas não falar assunto chato, Pola Negri! Falar coisas bonitas. Eu quero dormir, Pola Negri... Oh, há 15 dias eu sonhar, todo dia, com cavalinho de carroussel., Eu deita, fecha os olhos e é batata: só sonhar com cavalinhos de carroussel... Oh, não querer barulho! Desliga o telefone! (**Escurece a sala de Madame. De nôvo Nair e Glorinha**)

**GLORINHA** Ainda vou ver se é negócio, se não é! Ah, se não fosse o meu tio, o diabo do meu tio! Bem, e agora vou correndo, chispada!

**NAIR** Espera!

**GLORINHA** Que é que há?

**NAIR (Crispa a mão no braço de Glorinha)** — Tenho uma bomba pra ti!

**GLORINHA** Pra mim?

**NAIR** E vais cair dura para trás. Dura!

**GLORINHA** Diz logo!

**NAIR** Estou grávida!

**GLORINHA (Estupefata)** — Mentira!

**NAIR** Sob a minha palavra de honra e quero que Deus me cegue se minto!

**GLORINHA** Tua família sabe?

**NAIR** Isola!

**GLORINHA** Ou será rebate falso?

**NAIR** Batata! Fiz tudo quanto é exame e não tem castigo: estou mesmo!

**GLORINHA (Fascinada)** — Então você facilitou! mas não se nota, não se percebe!

**NAIR** Dois meses só. Imagine: a minha empregada, que põe fora um filho por mês, me ensinou uma porção de troços. Fiz...

**GLORINHA** E não adiantou?

**NAIR** Nada absolutamente.

**GLORINHA** Vais tirar?

**NAIR** Depende.

**GLORINHA** Como depende?

**NAIR** De ti.

**GLORINHA** Por que de mim?

**NAIR** Vamos sentar ali.

(Sentam-se. Nair toma, entre as suas, as mãos de Glorinha)

**GLORINHA Fala.**

**NAIR** Você sempre não disse que achava a morte de sua mãe linda? Não disse?

**GLORINHA** Disse.

**NAIR** Você se fartou de dizer, no colégio, que achava sem classe nenhuma essas mortes por doença, velhice ou desastre. Você queria morrer assim como sua mãe: moça, bonita, tomando veneno. Minto? Responde!

**GLORINHA** É isso mesmo!

**NAIR (Num transporte)** — Terias coragem?

**GLORINHA** De quê?

**NAIR (Sôfrega)** — De morrer como tua mãe? (**põe a mão no peito**) Mas comigo, em minha companhia, nós duas abraçadas?

**GLORINHA (Com pungente espanto)** — Morrer contigo?

**NAIR (Sofrida, veemente)** — Não achas legal um pacto de morte? É fogo, minha filha, fogo! (**baixo e ardente**) Eu morreria agora, neste minuto se... (**crispada de mêdo**) Porque eu não queria morrer sózinha, nunca! (**com voz estrangulada**) O que mete mêdo na morte é que cada um morre só, não é? Tão só! É preciso alguém para

morrer conosco, alguém! Te juro que não teria medo de nada se tu morresses comigo!

**GLORINHA (Num protesto feroz) — Não!**

**NAIR (Quase chorando) —** Eu não precisaria tirar o filho, não precisaria fazer a raspagem. **(baixo e aliciente)** E até já imaginei tudo, vê só: agente entra num cinema e, lá, no meio da fita, toma veneno, ao mesmo tempo. E quando acenderem a luz, nós duas mortas... Estão levando um filme de Gregory Peck...

**GLORINHA** De Gregory Peck? Que ótimo!

**NAIR (Num apêlo de todo o ser) —** Queres? Tua mãe não se matou?

**GLORINHA (Transida de medo) —** Tenho medo!

**NAIR** Tens medo de tudo!

**GLORINHA (Fremete) —** De tudo! Eu queria ir à casa de Madame Luba e te digo: tomei um banho caprichado, perfumei o corpo, me ajeitei toda e, na hora, fiz aquela vergonha... E quando estou namorando — vem o medo outra vez... **(com um esgar de choro)** Medo não sei de quê...

**NAIR** De teu tio, ora!

**GLORINHA (Dolorosa) —** Do meu tio? Sim, do meu tio!

**NAIR** Ou não é?

**GLORINHA** Tenho mais medo do meu tio do que da morte. **(agarra-se a Nair)** É êle que me impede de morrer contigo, no cinema... Na Madame Luba só pensava nêle...

**NAIR (Enfurecida) —** Se eu fôsse tu, só dormia trancada à chave, por causa do teu tio!

**GLORINHA (Num terror) —** Já vou!

**NAIR (No seu medo feroz) —** Não vai, não senhora! Fica comigo. Vai ao médico comigo!

**GLORINHA** E a hora?

**NAIR** É cedo!

**GLORINHA** Tarde. E, além disso, eu não posso ver sangue!

**NAIR (Desesperada) —** Ou você pensa que eu vou sózinha a êsse médico? Tenho medo da dou e posso morrer, não posso? **(sôfrega)** Dizem que o perigo é a perfuração, o perigo. Oh, meu Deus! **(selvagem)** Te chamei para morrer comigo e não quiseste! **(de novo suplicante)** Pelo menos isso, não custa. Quero ter alguém comigo, alguém segurando a minha mão! E se eu morrer, quero que tu me beijes, apenas isso: quero ser beijada; um beijo sem maldade, mas que seja beijo!

**GLORINHA** (Súbtamente doce, depois de uma pausa) — **Irei contigo! Te levarei!** (fusão com o consultório do fazedor de anjos. Sentadas, mocinhas escuras e apavoradas, que parecem criadas domésticas)

**ENFERMEIRA** **(Como no barbeiro) —** Primeira!

**GLORINHA** É você!

**NAIR (Atônita) —** Já?



**GLORINHA (Cotucando-a)** — Anda!

**NAIR (Num apêlo)** — Vem também! **(estacam diante da Enfermeira)**

**ENFERMEIRA** É você ou ela?

**GLORINHA** Ela!

**NAIR (Sofrida)** — Da parte de Madame Luba.

**ENFERMEIRA** Ah, sim. O Pola Negri telefonou. **(para Glorinha)** E você?

**GLORINHA** Acompanhante.

**NAIR** Estou nervosíssima e queria que minha amiga assistisse...

**ENFERMEIRA** Entre ali, meu bem.

**NAIR (Voltando-se)** — Vai doer?

**ENFERMEIRA** Pouco.

**NAIR (Com fervor)** — Tomara.

(O médico aparece, chupando tangerina e expelindo os caroços) **MÉDICO**

**Vamos entrar!**

**ENFERMEIRA (Para êle)** — Pessoal de Madame Luba!

**NAIR (Para Glorinha)** — Reza por mim!

**MÉDICO** Muita gente na sala?

**ENFERMEIRA (Para Nair)** — Por aqui, meu anjo. **(para o médico)** Bastante. Umaz dez. **(trevas. No palco apenas iluminados os quatro rostos: do Médico, da Enfermeira, de Glorinha e de Nair)**

**MÉDICO (Para Glorinha)** — Se impressiona com sangue?

**GLORINHA** Mais ou menos..

**MÉDICO** Então não convém assistir. É melhor não assistir.

**NAIR (Num apêlo)** — Ela não olha, doutor!

**GLORINHA** Fico de costas!

**NAIR (Num soluço)** — Eu não quero ver o meu próprio sangue! **MÉDICO (Para a Enfermeira)** — Manda entrar a seguinte! **NAIR (Gritando)** — Não, doutor, não!

**MÉDICO (Com irritação)** — Ah, minha filha, você vai ter a santíssima paciência, mas a Madame não autorizou anestesia! Apanhe um lenço e prenda nos dentes pra não gritar. **(para Glorinha)** Dá um lenço a ela!

**NAIR** Não posso mais!

**GLORINHA (Dá o lenço. Baixo, ao ouvido de Nair)** — Morde o lenço!

**MÉDICO** Quietinha!

**GLORINHA (Chorando também)** — Não chora, meu bem!

**ENFERMEIRA (Que saíra, volta)** — A água está acabando!

**MÉDICO** (*Atirando com o ferro cirúrgico*) — Ora que pinóia! **ENFERMEIRA** Manda as outras embora?

**MÉDICO** (*Explodindo*) — Ou você pensa que eu vou trabalhar sem água?

(Sai a Enfermeira. Volta o Médico à sua função)

**GLORINHA** (*Sôfrega*) — Há perigo, doutor?

**MÉDICO** Não amola você também! E que é que está fazendo aqui? Desinfeta, vamos, cai fora, cai fora!

**GLORINHA** (*Recuando*) — Vou sim, vou... Aliás a minha situação... Adeus, Nair...

**NAIR** (*Meio delirante*) — Não! Não!... Volta Glorinha, volta... Não quero ficar só...

**MÉDICO** (*Para Glorinha*) — Mas vem cá! (*entre suplicante e ameaçador*) Não me comenta isso lá fora! Sou um homem de responsabilidade, um médico, afinal de contas e não é justo que eu sofra por causa das poucas vergonhas que vocês andam fazendo! Vai, vai, e olha: nem um pio!

(Cena iluminada em resistência. Glorinha recua, de frente para Nair, até à porta)

**GLORINHA** (*Antes de sair e com certa fascinação*) — Quanto sangue!

**NAIR** (*Delirante*) — Glorinha, eu não enxergo, foi embora... (*na embriaguez da agonia*) E quem me beijará se eu morrer e quando eu morrer?

**MÉDICO** (*Num berro*) — Não fala em morte!

**NAIR** (*Delirante*) — Quero que, lá em casa, continuem pensando que eu sou virgem...

**MÉDICO** (*Fora de si*) — Ou você pára ou te bato na bôca!

**ENFERMEIRA** (*Baixo*) — Chamo a Assistência?

**MÉDICO** (*Atônito*) — Que piada é essa? **ENFERMEIRA** Acho melhor chamar.

**MÉDICO** (*Num berro*) — Está de porre? **ENFERMEIRA** (*Violenta*) — Não grita!

**MÉDICO** Chamar a Assistência, engraçado! (*furioso*) Bonito, o meu nome nos jornais! E eu tendo que comparecer à polícia!

**ENFERMEIRA** (*Ressentida*) — Você hoje está com seus azeites!

**MÉDICO** Dobre a língua! Já lhe disse que não quero intimidades durante o serviço. Aqui me chame de doutor, percebeu? E vê se não me dá pêso!

**ENFERMEIRA** Não está satisfeito, manda embora! (*insolente*) E se ela morrer?

**NAIR** Morre comigo, Glorinha...

**MÉDICO** (*Arquejante*) — Aqui todo o mundo fala em morte. (*para Nair, histèricamente*) Você não pode morrer no meu consultório! (*para a Enfermeira*) Imagine! Eu me sujar por causa de uma prostitutazinha! (*suplicante*) Se houver escândalo, com que cara vou aparecer perante a bêsta do meu sôgro, que é metido a Caxias?

**NAIR** Não quero morrer só... Doutor me salve, doutor!

**MÉDICO** Essa bobalhona não pára de gemer! (*para a Enfermeira*) Põe gaze, entope isso de gaze! E vá escutando: se me denunciare, já sabe, eu direi que és

uma fazedora de anjos muito ordinária, direi que já mataste várias. Tenho tua ficha, não te esqueças!

**NAIR (Num gemido de homem)** — Glorinha me paga...

(Assombrado diante do destino, o Médico está falando com uma calma intensa, uma apaixonada serenidade)

**MÉDICO** Mas não adianta gaze, nem Pronto Socorro, nada!

**NAIR** Não posso mais... Glorinha... vamos morrer... nós duas... Glorinha...

**MÉDICO (Tem nova explosão. Berrando)** — Mas isso nunca aconteceu comigo, nunca! Não sei como foi isso! **(para a Enfermeira)** Reza, anda reza, ao menos isso, reza! **(A Enfermeira cai de joelhos, une as mãos no peito)**

**MÉDICO (Berrando)** — Não rezas?

**ENFERMEIRA** Estou rezando!

**MÉDICO (Enfurecido)** — Mas não reza só para ti! Pra mim também! Eu quero ouvir! Anda! Reza, sua cretina!

(A Enfermeira ergue-se e rompe a cantar um ponto espírita. O médico soluça)

*Fim do Primeiro Ato*

Segundo Ato

(Casa de tio Raul. Em cena apenas tia Odete, espôsa de Raul. Senhora taciturna, rosto inescrutável. De vez em quando ela pronuncia uma breve frase, sempre a mesma. Vive fazendo interminável viagem pelos cômodos da casa. Não se senta nunca.)

**TIA ODETE** Está na hora da homeopatia!

(Tia Odete passa diante... Entra Glorinha, já de uniforme cáqui, pronta para ir ao colégio. Toma, na xícara grande, um resto de café com leite.

**Aparecem na porta, duas colegas de Glorinha — Cristina e Ceci) CECI**

**(Da porta)** — Glorinha!

**GLORINHA** Oba! Entra!

**CECI** E teu tio?

**GLORINHA** Não está. Pode entrar. Entra!

**CECI** Você já sabe?

**GLORINHA** De quê?

**CRISTINA** Não sabe?

**GLORINHA** Estou no mundo da lua.

**CECI** A Nair desapareceu!

**GLORINHA (Atônita)** — Nair?

**CRISTINA** Desapareceu e espia só: não dormiu em casa!

**GLORINHA** Misericórdia!

**CECI (Animadíssima)** — Ontem, não foi ao colégio, fêz gazeta e sumiu!

**CRISTINA** Espêto, minha filha, espêto!

**GLORINHA** E o pai?

**CECI** O pai? Sei lá? Deve estar subindo pelas paredes!

**GLORINHA** Mas não dormir em casa eu acho o fim!

**CRISTINA** Já telefonaram pra assistência, polícia, necrotério, o diabo!

**CECI** O rádio está dando!

**CRISTINA** Ou será que ela fugiu com algum cara?

**CECI** Também pode ser desastre, suicídio, não é?

**CRISTINA** Vem cá, Glorinha! Fôste ontem ao colégio? **GLORINHA (Transida)** — Eu?

**CRISTINA** Fôste?

**GLORINHA** Por quê?

**CRISTINA** Não me lembro de ter-te visto!

**CECI (Intencional)** — Ou você não confia na gente?

**GLORINHA** Fiz gazeta, sim, mas olha: nem por um decreto meu tio pode saber. Veja lá, Cristina! E você também!

**CECI** Mas, claro!

**GLORINHA** Aliás, hoje, eu tenho um negócio às 11 horas, um lugar para ir... e que lugar! Mas não vou, nem por um decreto!

**CRISTINA** Olha a hora!

**GLORINHA** Ih, vamos chispando, antes que meu tio apareça! (**vai ver pastas, livros, cadernos**) Imagina: não dormiu em casa, hoje pela primeira vez! Nunca fêz isso!

**CECI** No mínimo andou-se esbaldando com alguma dona!

**GLORINHA** Pois sim! Meu tio não é disso! É uma coisa fora do comum!

**CECI** Vais-me enganar que êle não gosta de mulher?

**GLORINHA** Não dá pelota!

**CRISTINA** Um mascarado!

**GLORINHA (Já fêz tudo que tinha que fazer. Na sua pressa frívola, vai beijar a tia na testa)** — Até logo, titia, até logo!

**TIA ODETE (Lenta e doce)** — Está na hora da homeopatia!

**CECI (Estaca, como se, apesar de tudo, a loucura da outra a fascinasse. Com certo respeito)** — Que mágica bêsta: “Está na hora da homeopatia”... (**Apesar da gíria, há em Ceci um certo medo e um certo encantamento. As outras já se adiantaram**) **CRISTINA** Vem!

**CECI (Quase doce)** — Foi derrame, foi? O que me invoca é que ela não senta, não pára! (**Encaminham-se as três para a porta, no justo momento em que entra, em sentido contrário, o tio Raul. Glorinha estaca e as outras também**) **GLORINHA** Ah, titio!

**TIO RAUL** (Sóbrio mas inapelável) — **Volta.**

**GLORINHA (Crispada)** — Por que, titio?

**TIO RAUL** Você fica.

**GLORINHA** (*Num sôpro de voz*) — Eu não vou ao colégio?

**TIO RAUL** Eu disse: fica!

**GLORINHA** Mas hoje tem prova parcial!

**TIO RAUL** Pois não vai não senhora. (*para as outras*) E vocês sumam!

**CRISTINA** (*Em pânico*) — Com licença!

**CECI** Até loguinho.

(As duas passam por êle, de cabeça baixa, como se fugissem)

**TIO RAUL** (*Na sua ferocidade contida*) — Põe a pasta em cima da mesa. Agora fica assim, em pé, parada, que eu quero olhar os teus 16 anos.

**GLORINHA** Mas titio, se eu não for hoje ao colégio, vou tirar zero!

**TIO RAUL** Antes que eu me esqueça, você vai-me responder o seguinte: você foi ontem à aula? Eu poderia perguntar ao próprio colégio mas prefiro saber de ti. Fôste? **GLORINHA** (*Atônita*) — Fui.

**TIO RAUL** E juras por que ou por quem? Juras pela alma de tua mãe que fôste, ontem, ao colégio?

**GLORINHA** Pela alma de minha mãe?

**TIO RAUL** (*Com certa veemência*) — Por tua mãe sim! Ela morreu quando tinhas dois anos, tu não a conheceste, mas lhes tens amor ou medo? (*carinhoso, baixo*) Responde: gostas muito dessa mãe desconhecida?

**GLORINHA** (*Dolorosa*) — Muito.

**TIO RAUL** E juras por tua mãe? Que não fizeste gazeta?

**GLORINHA** (*Lenta*) — Posso jurar.

**TIO RAUL** Mas espera! Não jures ainda, porque é dela mesma, é de tua mãe, que vamos falar. (*muda de tom*) Que sabes tu de tua mãe?

**GLORINHA** Bem, o senhor me disse que era bonita...

**TIO RAUL** Sim. Bonita. E que mais?

**GLORINHA** Disse também que era uma santa.

**TIO RAUL** (*Excitado*) — Exatamente: santa. Uma santa que, aos 22 anos de idade, matou-se, quer dizer, tomou veneno. Muito bem. E se eu disser que menti? (*sôfrego*) Responde: queres saber quem foi tua mãe, tal como foi, queres? E saber porque se matou? Queres?

**GLORINHA** (*Com fervor*) — Quero!

**TIO RAUL** Que idade tens? 16.

(Glorinha afasta-se lentamente. Como uma sonâmbula, coloca-se no plano do passado)

**TIO RAUL** Quando tu tinhas dois anos, e teus pais três de casados, ou nem isso, eu recebi um telefonema. Entre parênteses — corria um zumzum, naquela época, segundo o qual teu pai e tua mãe andavam brigando muito...

(No plano do passado, acaba de aparecer o pai de Glorinha, Gilberto. Judite desfaz o rabo de cavalo)

**TIO RAUL** Teu pai teve um gênio muito violento. Judite era o teu retrato... a

tua altura, o teu jeito, os teus olhos e, até o teu andar.

(Pausa na narração, para que seja vivida a cena evocada. Marido e mulher adquirem vida e movimento. Gilberto agarra Judite)

**GILBERTO** Deixa eu te dar um beijo de estalo, no ouvido?

**JUDITE** (*Eletrizada*) — Eu grito!

**GILBERTO** Um só.

**JUDITE** (Debata-se nos braços de Gilberto, esganiçando o riso. Gritando) —

**No ouvido não!**

**GILBERTO** (*No seu alegre desejo*) — Por quê?

**JUDITE** (*Rindo e arquejando*) — Só de você falar espia como eu estou tôda arrepiada! Não biinca assim! (*súbito, Gilberto agarra-a novamente. Esperneando e esganiçando a voz*) Eu faço um escândalo! (*Gilberto beija-a no ouvido — com agudíssimas gargalhadas*) Não, Gilberto. Não! (*é beijada na orelha*)

**GILBERTO** Gostou?

**JUDITE** (*Num soluço*) — Como é bom! Bom de mais!

**GILBERTO** (*Arrebatado*) — Minha histórica!

**JUDITE** (*Com voluptuoso apêlo*) — Não me chame disso! **GILBERTO** (*Com divertido espanto*) — Ué, você queria ser fria? **JUDITE** Isola.

**GILBERTO** (*Trincando os dentes*) — Gosto que sejas assim: meio histórica!

**JUDITE** (*Rindo*) — Sou normal, ouviu, seu malcriado?

**GILBERTO** (*Rindo*) — Normal mas custa!

**JUDITE** Vem cá. Agora chegou a minha vez: você vai deixar eu te dar uma mordida.

**GILBERTO** Não vale.

**JUDITE** (*Sôfrega*) — Uma mordida aqui! (*puxa o próprio lábio inferior*)

**GILBERTO** Não, senhora! E por que é que vocês mulheres gostam de morder?

**JUDITE** (*Desesperada*) — Eu dou de leve, bem de leve!

**GILBERTO** Não, seguro morreu de velho!

(No plano do passado Judite imobiliza-se; Gilberto retira-se de cena)

**TIO RAUL** (*Exasperado*) — Pelo contrário, o casal mais feliz da família e, ainda por cima, só pensavam em sexo! (*muda de tom, arquejante*) E, um dia, eu sou chamado no escritório...

**JUDITE** (*Em desespero, ao telefone*) — Alô! Alô! Quem fala? Por obséquio eu queria falar com Raul, êle está? Tenha a bondade de dizer que a cunhada dêle, Judite, sim, Judite. Pois não. (*Fala ao mesmo tempo que olha para trás, num pavor absoluto. Na extremidade oposta do palco, e também no plano do passado, Raul*)

**TIO RAUL** Pronto, Raul!

**JUDITE** (*Num solução*) — Sou eu!

**TIO RAUL** Ah, como vai, Judite?

**JUDITE** (*Fora de si*) — Não posso falar muito, Raul. Toma um táxi e vem para cá, correndo.

**TIO RAUL** Alguma novidade?

**JUDITE** Só pessoalmente! Estou correndo perigo de vida, Raul! E você talvez não chegue a tempo! Até logo, até logo! (*desliga*)

**GILBERTO** (Aparece na porta, em tempo de escutar as últimas palavras de Judite. Num berro triunfal) *Até que enfim!*

**JUDITE** (*Recuando e derrubando uma cadeira*) — Que foi?

**GILBERTO** Negas agora?

**JUDITE** (*Com esgar de chôro*) — Mas o quê?

**GILBERTO** Negas que era teu amante?

**JUDITE** (*Num solução*) — Juro!

**GILBERTO** (*Agarra-a pelos dois braços. Fala quase bôca com bôca*) — Então quem era?

**JUDITE** Engano.

**GILBERTO** Sua cínica!

**JUDITE** (*Desprende-se com violência — gritando*) — Eu não tenho amante! **GILBERTO** (*Com humor hediondo*) — Responde: era aquêlê cara da praia, que tu olhaste? Ou aquêlê do iate-clubê? Fala! Ou aquêlê da fila do Metro?

**JUDITE** Não respondo!

**GILBERTO** É a terceira vez que te encontro pendurada no telefone. A desculpa é sempre a mesma: engano. (*calcando as palavras*) Desculpa de adúltera! (*frenético*) Mas quero saber quem era e você vai-me dizer agora, neste minuto, um nome!

**JUDITE** (*Soluçando*) — Eu menti!

**GILBERTO** E confessas?

**JUDITE** (*Soluçando*) — Não foi engano!

**GILBERTO** Anda, o nome.

**JUDITE** Raul.

**GILBERTO** (*Estupefato*) — Quem?

**JUDITE** (*Violenta*) — Raul, sim Raul! Eu estava falando com Raul!

**GILBERTO** (*Lento*) — Mas é meu irmão e não o teu amante! Foi êle que telefonou para você?

**JUDITE** Eu telefonei para êle, eu!

**GILBERTO** (*Atônito*) — Mas por que? A trôco de quê?

**JUDITE** (*Baixando a cabeça*) — Não digo.

**GILBERTO** Fala ou te arrebento!

**JUDITE** (*Por entre lágrimas*) — Falei para Raul porque...

**GILBERTO** Continua!

**JUDITE** ... Porque já não agüento mais e queria ver se êle, enfim, falava com você... Como Raul é a única pessoa no mundo que você respeita, talvez êle me possa salvar, quem sabe?

**GILBERTO** (*Quase chorando*) — Tu o chamaste? E êle vem para cá?

**JUDITE** Vem.

**GILBERTO** Agora?

**JUDITE** Está a caminho.

**GILBERTO** (*Desesperado agarra a mulher*) — E lhe contaste alguma coisa? Contaste?

**JUDITE** Não.

**GILBERTO** (*Suplicante*) — Nada, nada?

**JUDITE** (*Num berro*) — Nada!

**GILBERTO** (*Desfigurado pela cólera, fala, rosto a rosto, com a mulher*) — E não lhe dirás nada. Ou antes: dirás, sim, mas tudo ao contrário. Dirás que não houve nada e que, até, somos felicíssimos, que parecemos dois namorados.

**JUDITE** Devo mentir?

**GILBERTO** Ou tens escrúpulos, sua ordinária? (*está de frente para a espôsa e de costas para a porta. Não vê quando Raul aparece*)

**JUDITE** (*Num sôpro*) — Chegou.

**GILBERTO** (Vira-se lentamente. Falso e incerto) — *Ora viva!*

**TIO RAUL** Como vai, Judite?

**JUDITE** (*Com sofrida cordialidade*) — Assim, assim. E você, bem?

**TIO RAUL** (*Sóbrio*) — Na luta.

**GILBERTO** (*Passa a mão nas costas de Raul. Com um riso grosseiro*) — Imagina você que, de vez em quando, eu estou no emprêgo e, de repente, me dá uma saudade tremenda de Judite! Tenho que voar para casa. E te digo mais: a verdadeira lua-de-mel não acaba...

**TIO RAUL** (*Olhando um e outro*) — Mas, finalmente, que foi que houve aqui?

**GILBERTO** Houve como? Nada. Não houve nada. Por quê?

**TIO RAUL** E você, Judite, está calada, não diz nada?

**JUDITE** (*Confusa e desesperada*) — Eu? Bem, tenho andado meio indisposta e...



**TIO RAUL** Só?

**JUDITE** (*Na sua angústia*) — Que eu saiba, só.

**TIO RAUL** Já que é assim, eu devo dizer a você o seguinte: tenho um defeito que não sei se é defeito. Sou muito franco, muito direto. Talvez me falte tato, é êsse o termo: tato. E vou ser mais uma vez franco, direto: ou você ou Judite me deve uma explicação. Um dos dois.

**GILBERTO** Não entendo.

**TIO RAUL** Vai entender. O caso é que eu estava no meu escritório e recebo um chamado. Venho correndo e vocês me dizem que não há nada. Ora, eu não sou criança!

**GILBERTO** Mas chamado de quem?

**JUDITE** Meu, Gilberto. Você não estava e, de repente, comecei a passar mal, a sentir palpitações, falta de ar. (*para Raul*) Ando muito nervosa ultimamente, uma pilha. (*para Gilberto*) Felizmente já estou melhor e você chegou...

**TIO RAUL** Foi só o susto?

**JUDITE** (*Dolorosa*) — Graças a Deus!

**TIO RAUL** Antes assim. Neste caso, eu me vou.

**JUDITE** (Desesperada) — **Não!**

**GILBERTO** Judite!

**TIO RAUL** Você está escondendo o quê? Fale, pode falar!

**GILBERTO** (*Melífluo e ameaçador*) — Diga a Raul que você não está escondendo nada, diga!

**JUDITE** (*Soluçando*) — Juro que não estou escondendo nada, Juro!

**TIO RAUL** Ou não confia mais em mim!

**GILBERTO** (*Tem uma súbita explosão*) — Não sabe nem mentir! (*para Raul, sôfrego*) Raul eu não queria que tu soubesses e pedi a Judite que te mentisse. Mas uma histérica não se controla. (*para Judite*) Agora sou eu que exijo, eu, que contes tudo!

**TIO RAUL** Vocês brigaram?

**JUDITE** (*Desesperada*) — Eu não quero acusar meu marido!

**GILBERTO** (*Violento*) — Mas se tu não me acusas, eu te acuso! (*exultante, anda de um lado para outro, possesso, em largas passadas*) Raul, está vendo essa mulher? Dei-lhe sim, com as costas da mão na boca e aqui no ouvido! Ela virou por cima das cadeiras e eu te juro, Raul — tive vontade de matá-la!

**TIO RAUL** (*Estupefato, para a cunhada*) — Êle te bateu?

**JUDITE** (*Trancando os lábios*) — Não sei.

**GILBERTO** (*Numa excitação tremenda*) — Bem. Já conheces as razões de minha mulher. Agora, as minhas. Um marido que bate, tem suas razões.

**JUDITE** (*Enfurecida*) — É mentira

**TIO RAUL** Quais são suas razões?

**GILBERTO** Uma única: ela me trai. Basta?

**JUDITE** (**Possessa**) — Quero que minha filha morra leprosa se, algum dia, eu traí meu marido! (**agarrada ao cunhado**) Vou contar o que houve e não houve mais nada. Raul, sob minha palavra de honra: — um dia eu estava tomando banho, êle bateu na porta e eu não quis abrir. Por isso, me bateu, me xingou de todos os nomes!

**GILBERTO** (**Exultante — para o irmão**) — Viste a falta de vergonha? Mulher é assim mesmo, tem prazer de contar a própria intimidade sexual!

**TIO RAUL** Não tens outra prova além de um banho?

**GILBERTO** (**Frenético**) — E achas pouco? Não vês que isso é o sintoma? O sintoma, Raul? (**na angústia de convencê-lo**) Presta atenção: antes, minha mulher não tinha vergonha de mim, nenhuma, nenhuma! Já no namôro houve entre nós o diabo! Casamos e, no dia seguinte, tomou banho comigo, Raul. Tomamos banho juntos!

**JUDITE** (**Num protesto feroz**) — Basta!

**GILBERTO** (**Para Judite**) — Foi você que começou. Agora vou até o fim. (**para Raul**)

Durante dois anos, todo o santo dia, o banho em comum era sagrado! E, de repente, Raul, vê só: De repente, ela começa a ter vergonha de mim, pudor, Raul! Cortou o nosso banho — o banho que, durante anos, fôra exigência dela mesma, Raul, dela própria!

(**violento**) Isso queria dizer o quê? Mas claro: a mulher que passa a ter pudor do marido é porque tem outro, porque arranjou um amante! Ou não é?

**TIO RAUL** Mas isso é um raciocínio monstruoso!

**GILBERTO** Exato, raciocínio exato! (**fora de si**) Casei-me com uma marafona!

**JUDITE** (**Enlouquecida**) — E eu com um canalha!

**TIO RAUL** Gilberto, considero o que você está fazendo uma indignidade!

**GILBERTO** (**Atônito**) — Não, Raul!

**TIO RAUL** (**Para Judite**) — Você tem tôda a razão, Judite. Eu, se tivesse de depor no tribunal, na polícia, em qualquer lugar, ficaria a seu lado e contra meu irmão. E vamos fazer o seguinte: depois que você foi espancada e que chamou seu marido de canalha, é óbvio, claro, que não pode haver mais nada entre vocês, nada! Isso tem que ser resolvido já. Você vai apanhar agora mesmo sua filha e vamos sair juntos.

**JUDITE** (**Crispada**) — Para onde? **TIO RAUL** Para a casa de seus pais. **JUDITE** Sair para não voltar?

**TIO RAUL** Mas evidente, para não voltar!

**JUDITE** (**Recuando**) — Não quero.

**TIO RAUL** Não vem comigo?

**JUDITE** Eu fico!

**TIO RAUL** (**Exasperado**) — Mas você mesma não o chamou de canalha?

**JUDITE** Meu lugar é aqui!

**TIO RAUL** (*Na sua cólera contida*) — Uma última pergunta: quero saber se você ainda gosta do homem que a chamou de marafona? Quero saber se ainda o ama.

**JUDITE** (Numa reação histérica) — **Amo! Amo!** (explode em soluços. Ao mesmo tempo, Gilberto grita, exulta)

**GILBERTO** (*Agarrando o irmão*) — Viste? (*sôfrego*) E, agora, acreditas ou não que o banho foi um sintoma? (*apontando a mulher*) Dei-lhe na cara, bati no ouvido, mas fica. E fica porque traiu! Fica porque é adúltera! Não tem brio, nem para fugir. (*com um riso soluçante*) Ela nem gritou, Raul! Apanhou sem gritar! A inocente gritaria!

**JUDITE** (*Alucinada*) — E grito, sim. (*gritando*) Eu sou inocente!

**TIO RAUL** (*Sem cólera e com asco*) — Um merece o outro!

**JUDITE** (*Desesperada*) — Mas, se eu fôr contigo, êle põe outra em meu lugar...

**TIO RAUL** (*Saturado*) — Nesse caso, cessa a minha atuação e...

**GILBERTO** (*Precipita-se para o irmão num apêlo*) — Não vá, Raul! Ainda não!

**TIO RAUL** (*Sóbrio e irredutível*) — Você é um crápula!

**GILBERTO** (*Estende para o irmão as duas mãos crispadas*) E se eu te disser que estou doente? (*segurando o irmão*) Raul, não posso ficar entregue a mim mesmo, porque, te juro, sou capaz de matar minha mulher e de me matar. (*com um ricto de louco*) Ainda agora tive a sensação de que as mesas da casa, as mesas, vinham-me estrangular! (*aperta a cabeça*) E minha cabeça? São obscenos os miolos da minha cabeça! Eu olho e vejo os amantes de minha mulher. (*aponta as paredes*) Os amantes escorrendo como água nas paredes infiltradas... E quando tu chegaste, eu pensei que também tu desejarias minha mulher, que também acharias linda a minha mulher, linda, linda, linda! (*num apêlo selvagem*) Quero ser internado, Raul!

**TIO RAUL** (*Atônito*) — Calma. Eu tenho um médico conhecido. Falo com êle amanhã.

**GILBERTO** Não posso! Amanhã é tarde demais! Conheces alguma casa de saúde!

**TIO RAUL** Para que?

**GILBERTO** (*Num esgar de chôro*) — Raul me leva, já, de táxi, Raul, ara uma casa de saúde, já!

**TIO RAUL** (*Conciliatório*) — Não seria melhor, por exemplo... psicanálise?

**GILBERTO** Não, Raul! Quero um lugar em que eu possa gritar, onde eu seja amarrado materialmente! Psicanálise, não. Calmantes, eu quero calmantes! Ou, já sei: malária! Não acredito em psicanálise, mas acredito em febre! Quero que a febre queime os miolos da minha cabeça e, sobretudo isto: não quero pensar. (*num crescendo fanático*) Não quero, não quero, não quero! (*termina num soluço*)

**TIO RAUL** Eu chamo o médico aqui, êle vem aqui.

**GILBERTO** Não espero nem mais um minuto, vamos!

**TIO RAUL** Eu te levo.

**JUDITE** (*Sofrida*) — Um momento, Raul: eu quero beijar meu marido.

**GILBERTO** (*Recua, numa crise violenta, num berro*) — Não! Teu beijo ainda tem a saliva do teu amante!

(Saem, Raul e Gilberto. Trevas no plano da evocação. No plano da realidade atual, aparece Raul)

**TIO RAUL** (*Apenas informativo*) — Apanhamos um táxi na esquina. No caminho êle gritava...

(No plano da lembrança, estendendo as duas mãos crispadas, Gilberto geme)

**GILBERTO** Odeio minha mulher e odeio minha filha porque é filha de minha mulher!

(*Gilberto imobiliza-se no plano da lembrança. Raul sózinho na realidade*) **TIO**

**RAUL** Com a roupa do corpo, teu pai entrou na casa de saúde da Gávea...

(*Gilberto fala no plano da lembrança*)

**GILBERTO** (*Crispado*) — Avisa que eu não quero ver ninguém! Nem mãe, nem mulher, nem irmão, nem amigo. Voltarei, se voltar, quando fôr outro homem. Não quero mais ser o que sou. (*enfurecido*) Quero ser louco em paz e só!

(Trevas no plano da lembrança. Raul, no plano atual)

**TIO RAUL** Passou lá seis meses. Sabíamos notícias pelo telefone. Ninguém o visitou, nunca. Jamais houve na terra um homem tão só. E, um dia, eu telefonei...

(*Judite, no plano da lembrança, com gestos de quem faz sua toilette*) **TIO**

**RAUL** ... E lá me disseram: "Acaba de sair". Mas não é possível! Saiu como? Teve alta? Assim tão de repente e sem avisar? Ah! êle queria fazer uma surpresa?

Compreendo... surpresa...

(Por detrás de Judite, sem que esta o perceba, acaba de aparecer Gilberto) **GILBERTO**

(Na paixão contida) — *Linda!*

**JUDITE** (*Vira-se, rápida, em pânico*) — Gilberto!

**GILBERTO** Minha carícia!

**JUDITE** (*Recuando*) — Não avisou, por quê?

**GILBERTO** (*Avançando*) — E o meu beijo? (*agarra Judite*)

**JUDITE** (*Fugindo com o rosto*) — Cuidado com a minha pintura! **GILBERTO** (*Ainda contido*) — Como cheira bem!

**JUDITE** (*Com surda impaciência*) — Vamos conversar.

**GILBERTO** Primeiro o beijo!

**JUDITE** Na face!

**GILBERTO** (*Fora de si*) — Na bôca, bem molhado, na bôca, quero a bôca, essa bôca, anda!

**JUDITE** Mas eu tenho que sair!

**GILBERTO** (*Sem cólera e apenas espantado*) — Sair? E eu? Estou aqui, de nôvo. Não compreendes que eu voltei? Que é a minha ressurreição (*sôfrego*) Te lembras quando eu te pedia para pôr saliva em minha bôca? (*no ouvido da mulher*) Eu quero beber na tua bôca, vem!

**JUDITE** (*Brusca*) — Espera um pouco!

**GILBERTO** Esperar ainda?

**JUDITE** Você não me avisou e eu assumi um compromisso. Paciência, meu filho!

**GILBERTO** Mas Judite! Não percebes que não pode haver compromisso maior que a minha ressurreição? Ou tens medo de mim? Estou bom, tive alta, fiz malária, Judite!

**JUDITE** (*Lenta e falsa*) — Infelizmente não posso faltar a êsse compromisso!

**GILBERTO** Com quem é êsse compromisso?

**JUDITE** (*Vacilando*) — Uma pessoa.

**GILBERTO** É mais importante do que eu? Do que o nosso amor? Faz o seguinte: telefona, explica que eu cheguei, não custa!

**JUDITE** Não é pessoa.

**GILBERTO** Como?

**JUDITE** (*Mais informativa*) — É promessa.

**GILBERTO** Por mim?

**JUDITE** Por ti.

**GILBERTO** (*Num crescendo*) — Pela minha cura? Pela minha volta?

**JUDITE** Mas claro!

**GILBERTO** (*Num transporte*) — Sentias tanto a minha falta. Oh querida! (*apertando a espôsa nos braços*) Perdoa a minha insistência! E não penses que eu estou zangado, irritado. Eu não me irritarei nunca mais, eu te juro! Agora me dá o beijo e vai, sim, vai! Beija!

**JUDITE** Depois e, aliás, já estou em cima da hora, atrasadíssima. Até logo, até logo!

**GILBERTO** Eu te espero

(*Judite está um pouco afastada, da direção da porta*) **GILBERTO**

Vou-te beijar tôdinha, da cabeça aos pés!

**JUDITE** (Com falsa voluptuosidade) — *Não me provoca!* (afasta-se. O marido chama-a, pela última vez)

**GILBERTO** E olha!

**JUDITE** (*Da porta*) — Fala!

**GILBERTO** (*Com humildade*) — Deus te abençoe!

**JUDITE** (*Frívola*) — Amém! (*sai*)

(Gilberto apanha uma combinação rosa, que está em cima de uma cadeira. Passa a combinação no próprio rosto. Larga a combinação em cima da cadeira. Entra Raul)

**TIO RAUL** Mas que foi isso? (*abraçam-se com tremenda efusão*)

**GILBERTO** E mamãe? O pessoal todo?

**TIO RAUL** Você está com outra cara!

**GILBERTO** A cara é o menos! Outra alma e te juro: eu sou outro,

profundamente outro. **(com angústia)** E sabe por que é que enlouquecemos?

Porque não amamos! **TIO RAUL** Quer dizer que a malária resolveu?

**GILBERTO** Pode falar de minha doença à vontade que eu acho até graça. Bem, a malária deu certo, sim. E, aliás, não foi só a malária: sobretudo a vontade de viver para amar.

**TIO RAUL** **(Olhando em torno)** — E tua mulher?

**GILBERTO** Saiu agorinha mesmo, neste instante.

**TIO RAUL** Como? Logo hoje, no momento em que você chega?

**GILBERTO** Veja você que coincidência: cheguei quando Judite saía para fazer uma promessa, em minha intenção, é claro. Te digo: as mulheres são fabulosas. Por exemplo: êsse negócio de promessa é um achado perfeito. Nós não fazemos promessas. **(eufórico)** O homem é um animal, positivamente.

**TIO RAUL** Bem, eu também vou chegando, porque tenho que resolver uma parada. Passo amanhã por aqui.

**GILBERTO (Comovido)** — Passa e traz todo o mundo.

(Trevas. Em seguida, ilumina-se a extremidade oposta. Aparece tôda a família de Raul: a mãe, de prêto, enchapelada, irmãos, tios. Raul vem falar no plano da realidade. Os outros permanecem imóveis, de perfil, cerimoniosíssimos)

**TIO RAUL** Na manhã do dia seguinte apanhamos dois táxis e fomos, todos, para a casa de Gilberto.

(Luz sôbre Gilberto e Judite. Êle, nu da cintura para cima, o rosto ensaboado, está fazendo a barba. Ao lado, Judite de quimono) **GILBERTO Não deixa faltar guaraná.**

**JUDITE** E coca-cola. **(toma nota. Gilberto pára, um momento, de fazer a barba)** **GILBERTO** Não cortando tua conversa. Na casa de saúde, depois da malária, estive pensando o seguinte: nós estamos errados em muitas coisas. Queres ver um exemplo? Não damos importância ao beijo na boca. E, no entanto, vê se eu tenho razão **(com grave ternura)** o verdadeiro defloramento é o primeiro beijo na boca.

**JUDITE** Santa Bárbara!... **(novamente frívola)** Sanduíches, quantos?

**GILBERTO** Talvez uns oitenta?

**JUDITE** Dá?

**GILBERTO** E sobra.

**JUDITE** Fica faltando o quê?

**GILBERTO** Mais uns salgadinhos.

**JUDITE** Ih, deixa eu tomar nota da mãe-benta!

**TIO RAUL** **(Chamando)** — Não tem ninguém? **(fala do andar térreo)**

**JUDITE** Raul.

**GILBERTO (Aproxima-se da imaginária escada)** — Sobe, Raul!

**TIO RAUL** Estou com o pessoal.

**GILBERTO** Mamãe, que surpresa! **JUDITE**  
Esperávamos vocês mais

logo.

**GILBERTO (Eufórico)** — Mas é uma invasão completa.

**MÃE (Cortante, para Judite)** — Não me beija, que eu estou resfriada.

**VOZES** Estás mais gordo! Corado! Bem disposto!

**GILBERTO** Ora, nós íamos fazer uma mesinha mais tarde!

**JUDITE** Quer tirar o chapéu, D. Nieta?

**MÃE (Formal)** — Estou bem assim! (**para Raul**) Fala, Raul!

**TIO RAUL** Bem, Gilberto, nós queríamos conversar contigo. **GILBERTO** Comigo? Pois não. Alguma novidade?

**MÃE** É assunto particular, meu filho.

**JUDITE** Não posso ouvir?

**TIO RAUL** Exatamente. É assunto que interessa a nós e a Gilberto e a mais ninguém.

**JUDITE** Compreendo. Com licença. (**sai**)

**GILBERTO (Desconcertado)** — Vem cá, Judite! (**Judite não atende**) Mas ela não pode ouvir, por quê?

**TIO RAUL** Vamos lá para dentro!

(Colocam-se todos na outra extremidade do Palco. Sentam-se em pequenos bancos. Só Raul e Gilberto estão de pé)

**GILBERTO (Com inquieta alegria)** — Quanto mistério!

**TIO RAUL** Gilberto, o que nos traz aqui é o seguinte.

**GILBERTO** Um momento. Eu vou vestir uma coisa qualquer... Volto já... (**sai**)

(Cochichos entre os que ficam)

**TIO RAUL (Baixo)** — Observem os modos, as reações dêle, observem! E depois digam se eu não tenho razão!

**PRIMEIRO IRMÃO** O que eu sinto nêle é uma bondade doentia, sei lá!

**SEGUNDO IRMÃO** A malarioterapia é troço superado!

(Gilberto com Judite)

**JUDITE** Você viu a atitude de seu pessoal?

**GILBERTO** Vi e é por isso que estou aqui. Olha: não liga, meu anjo, não liga! O que interessa é que eu te amo e mais do que nunca! (**incerto**) Só acho que você está um pouco diferente, não sei. Ou é impressão?

**JUDITE (Dolorosa)** — Impressão.

(Gilberto mudou a camisa durante a conversa)

**GILBERTO (Ansioso)** — Ontem à noite eu não vi em você um abandono; você ainda resiste, Judite, como se duvidasse de mim. Eu te beijei no ouvido e tu não reagiste como antigamente e... (**com falsa euforia**) De qualquer maneira, te achei divina... Bem, deixa eu ir que estão me esperando... (**de longe faz a mímica correspondente**) Um beijo nessa boquinha.

**JUDITE** Pra ti também.

(**Gilberto está com a família. Há um silêncio entre êle e os outros**) **GILBERTO** Parece um julgamento!

**MÃE** Quem sabe?

**TIO RAUL (Para os outros)** — Agora eu peço que não me interrompam. (**para**

**Gilberto)** Hoje, bem cedinho, eu reuni tôda a família para comunicar o que você vai saber neste momento. Aliás, o principal interessado é você mesmo. Trata-se do seguinte: quando você foi para a casa de saúde, eu comecei a observar umas tantas coisas que me desagradaram. Finalmente, há um mês, fiz apenas o seguinte, vá escutando: paguei a um ex-investigador, meu conhecido, para acompanhar os passos **(elevando a voz)** de Judite! **GILBERTO** Por que de Judite? A trôco de quê?

**TIO RAUL** Já chegaremos lá. O fulano fêz o diabo: espiou em buracos de fechadura, ouviu nas portas, meteu-se detrás de guarda-vestidos. No fim de vinte dias apareceu.

Gilberto, a minha intuição estava certa. Hoje tenho aqui, comigo, tudo: nome, enderêço, telefone e sei, inclusive, de vários detalhezinhos de alcova.

**GILBERTO** Mas que é isso? Nome de quem? E que enderêço?

**TIO RAUL** **(Feroz)** — Do amante, percebeste? Do amante?

**MÃE** Do amante de tua mulher!

**PRIMEIRO IRMÃO** Falem baixo.

**GILBERTO** Vocês estão falando de Judite?

**TIO RAUL** Te digo, já, nome, profissão, residência, idade do amante. Queres?

**GILBERTO** É mentira!

**PRIMEIRO IRMÃO** Não gritem, que ela pode ouvir!

**MÃE** Escuta o resto!

**TIO RAUL** Ainda ontem, dia de tua chegada, ela teve a coragem de te largar aqui e, sob que pretexto? De uma promessa! E a promessa era o amante, o amante que a esperava **(muda de tom, arquejante)** Que dia era ontem? Sexta-feira. Muito bem: sexta- feira é um dos três dias da semana que ela se encontra com o amante.

**GILBERTO** Acabaste?

**TIO RAUL** Por quê?

**GILBERTO** Quero que me responda: que interêsse é êsse? A mulher é minha ou tua? E por que odeias a quem traiu a mim e não a ti?

**MÃE** Acreditas ou não?

**GILBERTO** (Num grito estrangulado) — **Não!**

**TIO RAUL** **(Possesso)** — Você resiste à evidência? Você recusa os fatos? Recusa as provas?

**GILBERTO** Recuso! Eu não acredito em provas, eu não acredito em fatos e só acredito na criatura nua e só.

**TIO RAUL** Mas é uma adúltera.

**GILBERTO** A adúltera é mais pura porque está salva do desejo que apodrecia nela.

**TIO RAUL** **(Para os outros)** — Vocês estão vendo? **(para Gilberto)** É essa a tua cara? Êsse o resultado da malarioterapia?

**GILBERTO** **(Veemente)** — Ouçam ainda! Não acabei!

**TIO RAUL** **(Com achincalho)** — Vamos ouvir! Vamos ouvir!

**GILBERTO** Na casa de saúde eu pensava: nós devemos amar a tudo e a todos. Devemos ser irmãos até dos móveis, irmãos até de um simples armário! Vim de lá gostando mais de tudo! Quantas coisas deixamos de amar, quantas coisas esquecemos de amar. Mas chego aqui e vejo o quê? Que ninguém ama ninguém,



que ninguém sabe amar ninguém. Então é preciso trair sempre, na esperança do amor impossível. **(agarra o irmão)** Tudo é falta de amor: um câncer no seio ou um simples eczema é o amor não possuído!

**SEGUNDO IRMÃO** Bonito!

**PRIMEIRO IRMÃO** Que papagaiada!

**TIO RAUL** **(Contido)** — E, finalmente, qual é a conclusão?

**MÃE (Para si mesma)** — Meu filho não diz coisa com coisa...

**GILBERTO** É que Judite não é culpada de nada! E, se traiu, o culpado sou eu, culpado de ser traído! Eu o canalha!

**TIO RAUL** **(Segura Gilberto pelos braços e sacode-o)** — Tua cura é um blefe. A tua generosidade, doença! Agora sim, é que estás louco!

**GILBERTO (Recuando)** — Vocês exigem o quê, de mim?

**TIO RAUL** O castigo de tua mulher?

**MÃE** Humilha bastante!

**PRIMEIRO IRMÃO** Marca-lhe o rosto!

**GILBERTO** Devo castigá-la eu mesmo? Na frente de vocês? **(com súbita exaltação)** Judite! Judite! **(para os outros)** Vocês vão ver! Vocês vão assistir! **(grita)** Judite! Judite! **JUDITE** **(Aparece, em pânico)** — Que foi, meu Deus do céu?

**(Silêncio geral. E, fora então, de si, o marido atira-se aos pés de Judite)**

**GILBERTO (Num soluço imenso)** — Perdoa-me por me traíres!

**JUDITE** (Desprende-se num repelão selvagem) (apontando) — **Está louco!**

**GILBERTO (Sem ouví-la)** — Perdoa-me!

**JUDITE** **(Para a família)** — Não está em si! Eu não traí ninguém!

**TIO RAUL** **(Para a família que se agita)** — Ninguém se meta! Ninguém diga nada! **(para a cunhada, caricioso e hediondo)** Pode falar, Judite! Quer dizer que você concorda conosco? Acha também que seu marido recaiu, digamos assim?

**GILBERTO** Não responda, Judite!

**JUDITE** Mas é evidente que está alterado... E, depois não tem cabimento: diz “Perdoa-me por me traíres”, ora veja!

**TIO RAUL** E acha que êle deve ser internado, não acha Judite? Diga para a sua sogra, seus cunhados, diga Judite!

**JUDITE** **(Crispada e com certa vergonha)** — Deve ser internado!

**TIO RAUL** **(Rápido e violento)** — Vocês me ajudem!

**GILBERTO** Mas que é isso?

(Gilberto é seguro, primeiro por Raul e, em seguida, pelos outros. O doente esperneia e soluça)

**MÃE** Cuidado, não machuquem meu filho!

**GILBERTO** Amar é ser fiel a quem nos trai!

**TIO RAUL** **(Arquejante)** — É preciso! Você não pode ficar sôlto! **(para os outros)**

Ponham num táxi e levem para a casa de saúde, já!

**GILBERTO (Aos berros)** — Não se abandona uma adúltera! **MÃE (Chorando)** — Você vai ficar bom, Gilberto!

*(Saem Gilberto e os outros. Ficam Raul, D. Nieta e Judite)*

**JUDITE** Eu não entendo porque os médicos deram alta!

**TIO RAUL (Está de costas para ela)** — Judite, por obséquio, quer trazer um copo de água?

**JUDITE** Mineral ou do filtro?

**TIO RAUL** Do filtro. Meio copo basta.

*(Judite sai de cena)*

**MÃE (No seu ódio, acompanhando-a com o olhar)** — Como é limpa, como é cheirosa! Imagina tu que ela própria me disse que fazia a higiene íntima três vezes por dia, se tem cabimento! Tanto asseio não havia de ser para o marido, duvido!

**TIO RAUL (Saturado)** — Mamãe, o problema não é êsse, mamãe. Eu resolvo tudo, pode deixar. E saia um momento; espera lá fora, sim mamãe?

**MÃE** Humilha, ofende, mas sem violência. Violência, não. Nada de bater.

*(Sai. Judite reaparece com o copo de água. Raul apanha o copo)*

**JUDITE** Isso me estragou o dia.

**TIO RAUL** Obrigado, Judite. Estragou o dia, acredito. Primeiro vou adicionar isso aqui... *(está pondo um pózinho)* um marido internado é muito repousante... *(sóbrio e inapelável)* Agora, toma!

**JUDITE (Recuando)** — Para mim?

**TIO RAUL** Segura!

**JUDITE (Está com as mãos para trás)** — Mas que é isso?

**TIO RAUL (Ainda contido)** — Adivinha!

**JUDITE (Com esgar de choro)** — Remédio? **TIO RAUL** Veneno.

**JUDITE (Com voz estrangulada)** — Você enlouqueceu?

**TIO RAUL** Estou no lugar do irmão louco. Negas que tens um amante?

**JUDITE** Nego. E você não é meu marido!

**TIO RAUL** Te direi um detalhe, um detalhe só, e verás que é inútil mentir. *(com um riso estrangulado)* É verdade ou não que teu amante exige que lhe digas pornografias? *(exultante)* E não te contarei como soube disso, não! Talvez espiando no buraco da fechadura, ou ouvindo nas portas! *(corta o riso vil)* Agora confessa a mim, antes de morrer: tens um amante?

**JUDITE (Com um riso soluçante)** — Um amante? Um só? Sabes de um e não sabes dos outros? *(violenta e viril)* Olha: vai dizer a tua mãe, a teus irmãos, às tuas tias — fui com muitos, fui com tantos! *(súbitamente grave e terna)* Já me entreguei até por um bom-dia! E outra coisa que tu não sabes: adoro meninos na idade das espinhas!

**TIO RAUL (Num soluço)** — Ou te matas ou te mato! Bebel!

**JUDITE** (*Mudando de tom, quebrando a voz num soluço*) — Eu me arrependo do marido, não me arrependo dos amantes! (*apanha o copo que vai levando à boca, lentamente. Enrouquecida.*) — Minha filha!

(Judite bebe de uma só vez. Em seguida larga o copo que se estilhaça no chão. Cai de joelhos, com as entranhas em fogo e tem um gemido grosso, de homem. Ainda agoniza quando o exausto Raul vai encontrar-se com a mãe)

**MÃE** Passaste-lhe uma boa descompostura?

**TIO RAUL** (*Exausto de odiar e quase doce*) — Ela não trairá nunca mais...

Fim do Segundo Ato

Terceiro Ato

(Raul acaba de contar, para Glorinha, a história de Judite. Vai passando tia Odete que, por um momento, estaca e diz a sua frase de sempre).

**TIA ODETE** (*Na sua doçura triste*) — Está na hora da homeopatia! (*e passo adiante, mas, na sua ausência, sua sombra é projetada no fundo do palco*)

**TIO RAUL** (*Para Glorinha*) — Então, eu respondi: “Ela não trairá nunca mais”!

**GLORINHA** E morreu? Mamãe morreu?

**TIO RAUL** Morreu.

**GLORINHA** Não foi suicídio?

**TIO RAUL** (*Batendo no peito*) — Eu a matei! Eu! E olha: ninguém sabe, ninguém! Inclusive minha mãe, meus irmãos, pensam até hoje que foi suicídio! (*baixo, com um meio riso hediondo*) (*Cresce*) Mas o assassino está aqui e sou eu, o assassino!

(*arquejando*) Segurei a alça, fui ao cemitério e, à beira do túmulo, derramei uma colher de pétalas em cima do caixão. Vê tu?

(Pausa) **GLORINHA**

*Eu?*

**TIO RAUL** Não dizes nada?

**GLORINHA** (*Num soluço*) — Nada!

**TIO RAUL** (*Segura Glorinha pelos dois braços e sacode-a, gritando*) — Mas eu sou o assassino! É impossível que não tenhas nada a dizer ao assassino de tua mãe!

**GLORINHA** Nada! (*vira o rosto*)

**TIO RAUL** E viras o rosto?

**GLORINHA** (*Num brusco lamento*) — Está-me machucando!

**TIO RAUL** (*Imperativo*) — Gosto que falem para mim!

**GLORINHA** Estou olhando!

**TIO RAUL** (*Com violência*) — Responde: o que sentes por mim, agora, neste momento? E o que sentias antes? O que sentiste, sempre, responde?

**GLORINHA** Não sei.

**TIO RAUL** Sabes! Tu me odeias? É ódio? Quero saber: tens ódio de mim?

**(pausa)** Ou é mêdo? Sim, claro: sempre tiveste mêdo de mim, não é verdade? Eu te inspiro mêdo?

**GLORINHA** Respeito.

**TIO RAUL** **(Num berro)** — Mentira!

**GLORINHA** **(Num soluço)** — Juro!

**TIO RAUL** **(Atônito)** — Nem amor, nem ódio, nem respeito: mêdo, apenas! Agora e sempre o mêdo! **(com surdo desespero)** Mas se não respondes, se não dizes nada, hás de querer saber porque eu te contei tanto, porque eu te contei tudo! Sim, sua cachorrinha, o que eu não disse a minha mãe, o que eu não diria a meus irmãos, a ninguém, eu disse a ti! **(violentamente)** E por quê? **(com um meio riso soluçante)** Eu te darei a explicação **(Atônito)** — Nem amor, nem ódio, nem respeito: mêdo, apenas! daqui a pouco...

Primeiro responde: tens visto a Nair?

**GLORINHA** **(Crispada)** — Nair?

**TIO RAUL** **(Com falsa naturalidade)** — Sim, exato, Nair, essa que vinha aqui, que deixou de vir, Nair, perfeitamente. Tens visto?

**GLORINHA** Por quê?

**TIO RAUL** **(Berrando)** — Tens visto?

**GLORINHA** Não.

**TIO RAUL** Nem ontem?

**GLORINHA** Nunca mais!

**TIO RAUL** **(Dispara as perguntas)** — Vocês eram amigas?

**GLORINHA** Nem tanto. **TIO**

**RAUL** Ou eram?

**GLORINHA** Pelo contrário.

**TIO RAUL** **(Cortante)** — Morreu.

**GLORINHA** **(Atônita)** — Quem?

**TIO RAUL** **(Exultante)** — Nair, essa mesma, que vinha aqui, que deixou de vir, morreu. Está satisfeita?

**GLORINHA** **(Desesperada)** — Não pode ser!

**TIO RAUL** **(Mudando de tom)** — Ontem eu estava aqui na minha casa, muito bem, quando bate o telefone. A tendo: era alguém que eu nunca vi mais gordo e que me chamava com urgência. Fui e veja você: era um ginecologista que te conhece.

**GLORINHA** A mim?

**TIO RAUL** A ti!

**GLORINHA** Mas, e o nome dêle?

**TIO RAUL** Ou nunca foste a um ginecologista?

**GLORINHA** **(Com mêdo selvagem)** — Nunca!

**TIO RAUL** (*Com riso ignóbil*) — A inocente! (*muda te tom violento*) Por que mentes?

**GLORINHA** Palavra de honra, titio!

**TIO RAUL** (*Arquejante*) — Mas não importa que mintas. Aos dois anos de idade já mentias. E te digo mais, toma nota: (*com um nôvo riso*) deves mentir, agora podes mentir, mente, anda!

**GLORINHA** E seu eu jurar?

**TIO RAUL** (*Fora de si, berra para a sobrinha*) — Eu te ordeno que mintas!

**GLORINHA** (*Soluçante*) — Eu não menti!

**TIO RAUL** Ah, não? Mas o médico me descreveu o teu tipo exatamente...

**GLORINHA** (*Interrompendo*) — De palpíte! Pode crer! Foi de palpíte!

**TIO RAUL** (*Arquejante*) — Palpíte... O miserável batia com a cabeça nas paredes e queria que eu lhe cuspsisse na cara... Mas Nair... me contou tudo antes de morrer, tudo, sua descarada!

**GLORINHA** A Nair?

**TIO RAUL** Ia morrendo e contando!

**GLORINHA** (*Violenta*) — Titio, é mentira, titio, não acredite! Nair é que não presta, nunca prestou! É falsa, titio! Tão falsa! Menina sem pudor nenhum, nenhum e posso-lhe provar! Ficou com raiva, ódio de mim, porque queria morrer comigo e eu recusei, sim! **TIO RAUL** Falas assim de uma amiga que acaba de morrer?

**GLORINHA** Não era minha amiga!

**TIO RAUL** (*Com sofrido espanto*) — Se tu visses a hemorragia!

**GLORINHA** Queria-me levar para lugares que só o senhor vendo!

**TIO RAUL** (*Agarra Glorinha. Decisivo*) — Vem cá e responde! **GLORINHA** Me oferecia até dinheiro, titio!

**TIO RAUL** Responde, olhando para mim, assim: Nair não tinha pudor, e tu?

**GLORINHA** Eu?

**TIO RAUL** Tiveste pudor algum dia? E quando?

**GLORINHA** Eu tenho pudor!

**TIO RAUL** Mas então explica: naquele carnaval, que eu passei fora, tu fôste ou não fôste...

**GLORINHA** Não!

**TIO RAUL** ...Ao apartamento de um degenerado, com a fantasia em cima da pele? Lá te puseram lança-perfume até na bôca! E depois, te arrancaram a fantasia, ou estou mentindo? Quero a verdade e você vai-me dizer a verdade! Fala!

**GLORINHA** Mentira de Nair!

**TIO RAUL** Nem fôste a uma casa assim, assim, só para deputados? Uma casa de meninas de família? (*com uma doçura hedionda*) Não estiveste, lá, com um deputado? Ninguém mente na hora da morte e Nair mentiu?

**GLORINHA** Mentiu!

**TIO RAUL** Ou a mentirosa és tu?

**GLORINHA** Ela!

**TIO RAUL** E outra coisa: por que falas tão pouco, porque quase não falas, por que dizes apenas “sim” e “não”, por que finges e por que prendes os lábios?

**GLORINHA (Fora de si)** — Não sei!

**TIO RAUL** E como não falas nunca, a conclusão é que sou muito curioso de ti, de tua alma, de tudo que não dizes, de tudo que não confessa. **(exasperado, virando-se na direção de dia Odete)** Porque eu estou farto de silêncio, farto de coisas não ditas. E não és só tu: minha mulher também.

**TIA ODETE (com sua grave ternura)** — Está na hora da homeopatia!

**TIO RAUL** Não fala, ou antes: repete uma frase, vive e sobrevive por causa de uma frase! **(com surdo sofrimento)** Mas talvez seja tão falsa como tu, na sua loucura de silêncio! Talvez me odeie como tu odeias! E eu só queria saber o que ela não diz, o que ela não confessa! **(e, súbito, começa a rir, em crescendo. Corta o riso) (já sem excitação)** Passei esta noite em claro, vendo uma hemorragia. Estou cansado e com sede! **(lento, sem desfitá-la)** Vai buscar um copo de água. **(pausa)** Não ouviste? Tenho sede.

Vai buscar um copo de água.

**GLORINHA (Recuando)** — Não.

**TIO RAUL (Caricioso e ignóbil)** — Tens medo? Medo de quê?

**GLORINHA (Chorando)** — Eu não fiz nada titio!

**TIO RAUL** Mas se tens medo, por que não gritas? **GLORINHA** Não quero.

**TIO RAUL** Ou, então, por que não corres?

**GLORINHA (Soluçando)** — Não sei.

**TIO RAUL** Mas eu sei: não corres, nem gritas, porque me pertences. Porém te aviso: se correres ou se gritares, eu estou armado e te mato a bala, experimental! **(rindo)** E compreendes agora porque eu contei a história de tua mãe? **(os dois estão falando surdamente, rosto com rosto) (baixo)** Porque vocês duas se parecem como duas chamas e vão ter o mesmo destino, Glória!

**GLORINHA (Baixo também)** — Não quero morrer!

**TIO RAUL (Exultante)** — E todos dirão que foi suicídio!

**GLORINHA (Soluçando)** — Eu quero viver! **(vai aos pés do tio, abraça as suas pernas)** Perdoa, titio!

**TIO RAUL (Displicente e irônico)** — Perdoar o que, se não confessaste nada? Se negas tudo? Levanta! **(ajuda Glorinha a erguer-se)** Queres mesmo viver e farias tudo para viver?

**GLORINHA (Feroz)** — Tudo!

**TIO RAUL** Escuta: há uma única hipótese de salvação para você!

**GLORINHA (Feroz)** — Oh, graças!

**TIO RAUL** Mas espera! é o seguinte: eu te perdoaria a vida se me contasses tudo. Eu quero saber quem és. Eu sempre te julguei uma coisa e vejo que és outra.

Sempre te julguei, sabes quê? Uma menina sem sexo, isso mesmo, — uma menina sem sexo. Eu não admitia nunca que, até aos 16 anos, tivesses tido um desejo, jamais. E, de repente, alguém me diz que há, em ti, uma deformação monstruosa. Eu quero saber se és uma coisa ou outra. Nada sei de ti, nada de tua alma, ou por outra: sei de ti o que a Nair me contou. Agora quero a tua própria confissão. E se disseres tudo, absolutamente tudo, eu te perdôo a vida. Aceitas assim?

**GLORINHA** Aceito.

**TIO RAUL** Ótimo. Vamos começar: tu me odeias?

**GLORINHA (Vacilando)** — Não.

**TIO RAUL (Exasperado)** — Não odeias o assassino de tua mãe?

**GLORINHA (Fora de si)** — Não!

**TIO RAUL (Possesso)** — Sua mentirosa!

**GLORINHA (Têm uma explosão)** — Pois odeio, pronto, odeio!

**TIO RAUL** Ótimo; odeias...

**GLORINHA** Odeio.

**TIO RAUL (Ofegante)** — Mas não basta... Quero sentir a esponta-nejidade, que nunca tiveste. Ainda estás inibida — o mêdo ainda te domina, o mêdo. Responde: para salvar tua vida, tu me xingarías?

**GLORINHA** Ao senhor?

**TIO RAUL** A mim!

**GLORINHA** Mas, por quê?

**TIO RAUL** Pelo seguinte: se me xingares, terás espontaneidade. É preciso acima de tudo espontaneidade... Anda, xinga!

**GLORINHA** Mas eu não sei, titio!

**TIO RAUL (Enfurecido)** — Como não sabe? Sabe, sim! Por acaso, nunca ouviste um nome feio? Ou nunca disseste um nome feio?

**GLORINHA** Não.

**TIO RAUL (Violento)** — Ou preferes morrer? Porque eu te mato, Glória, como matei a sem-vergonha da tua mãe! (*quase doce*) Vem, eu te ensino. Por exemplo: me chama de canalha. Vamos, diz: canalha!

**GLORINHA (Num sôpro de voz)** — Não tenho coragem!

**TIO RAUL (Exasperado)** — Mas sou eu que estou mandando!

**GLORINHA (Chorando)** — Isso não, titio!

**TIO RAUL (Furioso)** — Ah, não dizes? Não queres dizer? (*súbito a esbofeteia. Glorinha, debaixo de bofetadas, recua circularmente*)

**GLORINHA (Aos soluços)** — Pelo amor de Deus, titio!

**TIO RAUL** Diz ou não diz?

GLORINHA **Digo.** (tio e sobrinha estão rosto com rosto)

**TIO RAUL** Estou esperando.

**GLORINHA (Baixo)** — Canalha...

**TIO RAUL** Mais alto!

**GLORINHA** Canalha!

**TIO RAUL** Grita!

GLORINHA (Num berro selvagem) — **Canalha!** (cai de joelhos, soluçando)

**TIO RAUL (Arquejante e aplacado)** — Muito bem: já chamaste de canalha o tio que, até há um minuto, era sagrado, o tio sagrado, o grande tio, o tio que era mais do que um pai, quase um Deus... (**faz a menina erguer o rosto**) E, agora, podes dizer tudo, Glória, é verdade o que a Nair contou?

**GLORINHA (Num soluço)** — Tenho tanta pena de Nair!

**TIO RAUL** Não interessa Nair! (**num berro**) E por que choras? Enxuga as lágrimas, anda, enxuga! (**encarniçado**) Eu te quero cínica, bem cínica, bem ordinária, sobretudo ordinária! Nada de atitudes de menina de família! (**Glorinha já enxugou as lágrimas**) Estiveste, ontem, na tal casa de meninas?

**GLORINHA** Sim, estive.

**TIO RAUL** Agora, presta atenção, que é importante: — o que houve entre você e o deputado? Conta a verdade, Glória, não me esconda nada, absolutamente nada. Quando vocês ficaram sós no quarto...

**GLORINHA** Era sala.

**TIO RAUL** Ou sala. Mas... por que sala? e na frente de todo mundo?

**GLORINHA** Não tinha ninguém, só nós dois.

**TIO RAUL** O que foi que êle te fêz? Te abraçou? Te beijou?

**GLORINHA** Não tocou em mim!

**TIO RAUL** Como não tocou em ti?

**GLORINHA** Ficou só de longe, gritando, mas sem chegar perto!

**TIO RAUL (Na sua incredulidade indignada)** — Nem ao menos tiraste a roupa? Ficaste nua? Nua?

**GLORINHA** Era velho, gagá...

**TIO RAUL (Num berro)** — Chega! (**agarrando-a**) Ou pensas que eu acredito? Já me iludiste muito e basta! Só sabes mentir!

**GLORINHA** Bem: eu menti, sim, é mentira... eu...

**TIO RAUL** Continua!

**GLORINHA** Tirei a roupa e não era gagá, não... Devia ter a idade do senhor...

**TIO RAUL (Num esgar de chôro)** — A minha?

**GLORINHA** Uns 48 anos, talvez.

**TIO RAUL (Passa a mão nos cabelos da pequena) (num soluço estrangulado)** — Quando eu me lembro que te vi nascer, que te segurei no colo, que te criei! (**muda de tom**) Mas se êle tinha minha idade...

**GLORINHA** Parecido com o senhor!



**TIO RAUL** Comigo?

**GLORINHA** Com o senhor. (*estão falando baixo. Esboça uma carícia por cima da cabeça do tio*) Só que tinha mais cabelos brancos. O senhor quase não tem cabelos brancos. Um ou outro.

**TIO RAUL** (*Atônito*) — Não era êsse velho, nosso vizinho? A Nair me disse que era.

**GLORINHA** (*Sem ouvi-lo e falando baixo*) — Pensei tanto no senhor, mas tanto!

**TIO RAUL** (*fora de si, afasta-se, trôpego, da sobrinha. Fica falando de costas sem virar-se*) — Te pagaram? Recebeste dinheiro?

**GLORINHA** Ficou para hoje e o homem quer que eu volte às 11 horas.

**TIO RAUL** (*Vira-se assombrado, Precipita-se para a sobrinha. Desesperado*)

— Quer que voltes, e tu? (*muda de tom*) Agora responde: se eu não soubesse de nada, tu voltarias lá? Ou por outra: se eu te perdoar a vida, tu voltarás lá, às escondidas?

**GLORINHA** (*Vacilante*) — Não.

**TIO RAUL** Mentira! Quero a verdade! Tua vida depende da verdade! Fala!

**GLORINHA** Quer mesmo saber?

**TIO RAUL** Tudo.

**GLORINHA** (*Violenta*) — Pois bem; depois do que eu sei, eu voltaria, sim, hoje às 11 horas e sempre. Para me vingar do senhor.

**TIO RAUL** Por ora me chama de você.

**GLORINHA** (*Viril*) — Para me vingar de você. Dos outros, de todos. Dos meus tios. De minha avó. E por você, o que eu sinto, é nojo.

**TIO RAUL** (*Sardônico*) — Nojo de mim, perfeitamente, e que mais?

**GLORINHA** (*Exausta*) — É só.

**TIO RAUL** (*Triunfante*) — Acabaste, então? E não precisas acrescentar mais nada. Disseste tudo, tudo o que eu queria saber, tudo! (*começa a rir, em crescendo. Glorinha recua, apavorada*)

**GLORINHA** Mas foi você quem mandou dizer tudo!

**TIO RAUL** E me chama outra vez de senhor!

**GLORINHA** Chamo sim! (*num berro*) O senhor prometeu, titio! (*tio Raul vai apanhar um copo de água*) (*Glorinha frenética*) E eu menti! E eu menti! O Deputado era velho sim, e gagá! E não tirei roupa nenhuma! E êle não me tocou, não pôs a mão em mim!

**TIO RAUL** (*Está pondo um pózinho no copo*) — Tens muito nojo de mim?

**GLORINHA** Do senhor não! Nojo do deputado, do Pola Negri, nojo de Madema Luba, do senhor, não, titio, juro, eu gosto do senhor!

**TIO RAUL** (*Estendendo-lhe o copo*) — Toma.

**GLORINHA** (*Está de mãos nas costas. Fora de si*) — Eu não voltaria lá, nunca! Fui ontem porque Nair pôs na minha cabeça que eu devia ir!

**TIO RAUL** (*Caricioso e ignóbil*) — Segura!

**GLORINHA** (*Fascinada*) (*apanha o copo*) — E se eu não beber?

**TIO RAUL** Ou tu morres pelas próprias mãos ou eu te mato!

**GLORINHA** (*Lenta*) — Se eu devo morrer, então eu quero um beijo! Um beijo!

**TIO RAUL** Tu me odeias e eu te odeio!

**GLORINHA** (*Aproxima-se do tio*) — Antes de morrer quero ser beijada!

**TIO RAUL** Não me odeias?

**GLORINHA** Com o deputado eu só pensava no senhor... Agora me beija... (*tio Raul ruça os lábios na testa de Glorinha*) Na bôca!

**TIO RAUL** (*Num estrangulado soluço*) — Já te beijei!

**GLORINHA** Quero na bôca. (*vira-se e vai pôr o copo em cima de um móvel. Volta e aproxima o resto do tio*) Primeiro me abraça!

**TIO RAUL** (*Magnetizado, obedece. Abraça a sobrinha*) — Maldita! (*há um beijo frustrado*) (*tio Raul sôfrego*) Não fecha a bôca. Beija-me abrindo a bôca. Mas tu sabes. Eu sei que tu sabes beijar, que não é a primeira vez... Beija-me como beijaste os outros... (*Há um nôvo beijo, com desesperado amor*)

**GLORINHA** E agora que o senhor me beijou, perdoa, titio!

**TIO RAUL** Perdoar?

**GLORINHA** (*Num soluço*) — Quero viver, titio!

**TIO RAUL** (*Selvagem*) — Então o beijo foi uma mentira, outra mentira, só sabes mentir? Beijaste para te salvar? Foi mêdo?

**GLORINHA** (*Desesperada*) — AMOR!

**TIO RAUL** Ou ódio?

**GLORINHA** Te amo.

**TIO RAUL** (Com um esgar de chôro) — *A mim?*

**GLORINHA** Sempre.

(Por um momento, tio Raul passa a mão por trás da cabeça da sobrinha e contempla o seu rosto. Por fim, êle a empurra)

**TIO RAUL** Esta foi tua última mentira na terra!

**GLORINHA** (*Agarra-se ao tio*) — Posso fazer também o meu último pedido na terra?

**TIO RAUL** Fala.

**GLORINHA** Já que eu devo morrer, não quero morrer sózinha como Nair, que morreu tão só. (*baixo e suplicante*) Morre comigo, junto comigo! (*soluçando*) Juro que não teria mêdo de morrer contigo!

**TIO RAUL** Morrer os dois? Nós dois?

**GLORINHA** Seria lindo! E eu sei que você me ama! Não ama? **TIO RAUL** Primeiro responde: ficaste nua para o deputado? **GLORINHA** Não, titio!

**TIO RAUL** (*Num imenso soluço*) — Mas se fôr mentira, eu te amo assim mesmo, te amo, te amo!

(De vez em quando tia Odete passa pela cena. E quando está ausente, sua sombra, engrandecida, é projetada no fundo do palco, andando de um lado para o outro)

**TIO RAUL** E, já que vamos morrer, Glória, podemos dizer tudo, um ao outro, não precisamos esconder, nem calar, podemos soltar todos os gritos, todos (*violento, apontando para a sombra de tia Odete*) Só quem não fala é aquela ali, a louca do silêncio! Fala, Glória! porque podemos falar!

**GLORINHA** (*Trincando os dentes*) — Velho!

**TIO RAUL** (*Atônito*) — Que mais?

**GLORINHA** Gagá!

**TIO RAUL** (*Com surdo sofrimento*) — Continua...

**GLORINHA** (*Está rindo em crescendo. Às gargalhadas, aponta o tio*) — Parece o deputado!

**TIO RAUL** (Desesperado) — *Eu?*

**GLORINHA** Tu!

**TIO RAUL** (*Segura a sobrinha pelo pulso*) — Te parto a cara!

**GLORINHA** CANALHA!

**TIO RAUL** (*Soltando-a*) — Mas não te farei nada, nada! Escuta, Glória, antes de morrer, escuta! Conte a história de tua mãe, porém não te disse que a amava, que sempre a amei. Ainda agora, neste momento, eu a amo. (*berrando*) Eu matei a mulher, a cunhada que me repeliu e porque me repeliu (*agarra novamente Glorinha — num soluço imenso*) — JUDITE!

**GLORINHA** Não sou Judite!

**TIO RAUL** (*Atônito*) — Então quem és?

**GLORINHA** Glória!

**TIO RAUL** (*Num lamento*) — És Glória, não és Judite?

**GLORINHA** Judite morreu!

**TIO RAUL** (*Sem ouvi-la, delirante*) — Judite, quando eu te fiz beber o veneno e caíste de joelhos, com as entranhas em fogo, eu te segurei pelos cabelos, assim, Judite! (*e de fato agarra Glorinha pelos cabelos*) Vi que ia morrer o corpo beijado por tantos, nunca beijado por mim! Fôste minha agonizando, querida! Pela primeira vez, minha! Cerraste os lábios, para o meu beijo... Mas nem teu marido, nem teus amantes, ninguém te beijou na hora em que morrias, só eu!

**GLORINHA** Assassino!

**TIO RAUL** (*Num meio sorriso soluçante*) — Eu já não sabia se teu soluço era agonia ou volúpia, Judite...

**GLORINHA** (*Exasperada*) — Sou Glorinha!

**TIO RAUL** Oh, Judite, possuída por muitos só amada por mim! (*está falando rosto a rosto com Glorinha*).

**GLORINHA (Violenta)**—Basta de falar de minha mãe!

**TIO RAUL** (*Voltando, lentamente, à realidade*) — Tua mãe... (*pausa*) (*num esgar de choro*) Está chegando o momento em que devias estar na casa das meninas! (*trôpego vai buscar o copo*)

**GLORINHA** Anda como o deputado!

**TIO RAUL** (Está apanhando o copo. De costas) *Insulta!* (De frente, agora, empunhando o copo, com a mão que treme)

**GLORINHA** Treme como o deputado! (*vem tio Raul ainda trôpego*)

**TIO RAUL** Pronto, Glorinha!

**GLORINHA** Já não sou Judite?

**TIO RAUL (Indica o copo em cima do móvel) (mais velho do que nunca)** — Segura, Glorinha... Vamos beber... no mesmo copo... mas antes de morrer... diz... ficaste nua para o deputado?

**GLORINHA (Segura o copo)** — BEBE!

**TIO RAUL** Tu me amas?

**GLORINHA** Te amo!

**TIO RAUL** Glorinha, eu te criei para mim. Dia e noite, eu te criei para mim! Morre pensando que eu te criei para mim!

(Os dois levam o copo aos lábios, ao mesmo tempo. Tio Raul bebe de uma vez só. Glorinha ainda não bebeu. Tio Raul cai de joelhos, soluçando)

**TIO RAUL (Num apêlo)** — Bebe! MORRE COMIGO! (*num grosso gemido*)  
(*Na sua ferocidade, Glorinha atira-lhe no rosto o conteúdo do copo*) **TIO RAUL JUDITE...**

(*Fora de si Glorinha corre ao telefone. Tio Raul ainda se arrasta*) **GLORINHA (Discando, em seu desespero)** — Pola Negri! Sou eu, Pola Negri! Glorinha! Bem obrigada. Olha eu vou sim, avisa à Madame e ao deputado que eu vou. Meu tio... não se opõe... concorda... de forma que está tudo azul. Bye Bye.

(Tio Raul agoniza. Consegue erguer-se, num último esforço. Mas acaba rolando no degrau. Glorinha corre, abre a porta e desaparece. Tia Odete, que vinha passando, estaca. Caminha lentamente para o marido morto. Senta-se no degrau. Pousa a cabeça de Raul em seu regaço.)

**TIA ODETE (Na sua doçura nostálgica)** — Meu amor!

*Fim do Terceiro e Último Ato*

### **Análise da Obra**

A tragédia de costumes dividida em três atos foi escrita em 1957 e somente publicada individualmente (no livro de mesmo nome) em 2012, no Rio de Janeiro, pela editora NOVA FRONTEIRA. Foi publicada no volume 3 (Tragédias Cariocas I) da

coletânea Teatro Completo juntamente com A Falecida, Os Sete Gatinhos e Boca de Ouro, também no Rio de Janeiro pela editora NOVA FRONTEIRA em 1990. Houve problemas de liberação com a censura no mesmo ano em que fora escrita e encenada, além disso, a peça sofreu cortes e no dia de seguinte de sua estreia, foi proibida. Ademais, Perdoa-me Por Me Traíres foi a estreia de Nelson Rodrigues como ator, no papel de Tio Raul.

No primeiro ato nos são apresentadas Glorinha e Nair, as duas amigas estão matando aula para ir a um bordel que Nair já frequentava e, Glorinha, num duelo de vontade e medo, decide acompanhar a amiga. Conhecemos também Pola Negri, extravagante funcionário do bordel, e Madame Luba, a dona lituana. O tão-mencionado tio Raul, que cuida de Glorinha depois da morte de sua mãe e internação de seu pai que havia enlouquecido, aparece no segundo ato e é a chave para descobrirmos sobre o passado dos pais da menina, assim como para o desfecho da narrativa em seu terceiro e último ato.

Nelson, famoso pelas temáticas que abordava em suas obras, escreve personagens marcantes que são fundamentais como guias durante o processo de tradução. Suas personalidades e funções dentro da peça influenciaram diversas escolhas tradutórias como veremos mais adiante na metodologia e no relatório.

Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiO7IGf6IHpAhVFWqwKHQtFAjsQFjAAegQIBhAB&url=http%3A%2F%2Fbdm.unb.br%2Fbitstream%2F10483%2F11567%2F1%2F2015\\_PaulaGranatoAymor%25C3%25A9Martins.pdf&usg=AOvVaw20fzxF-mlr9R4\\_6WrCpzMh](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiO7IGf6IHpAhVFWqwKHQtFAjsQFjAAegQIBhAB&url=http%3A%2F%2Fbdm.unb.br%2Fbitstream%2F10483%2F11567%2F1%2F2015_PaulaGranatoAymor%25C3%25A9Martins.pdf&usg=AOvVaw20fzxF-mlr9R4_6WrCpzMh)

### 3 - OBRAS VISUAIS

3.1 – ACORDEONISTA, de Picasso, 1911, 130cm x 89cm, óleo sobre tela. Artes e Matemática.



Disponível em:

[https://product.hstatic.net/1000276571/product/upload\\_232201e3441a4c5a94c16e1889f02cf9.jp g](https://product.hstatic.net/1000276571/product/upload_232201e3441a4c5a94c16e1889f02cf9.jp g)

#### **Análise da obra**

Na obra as formas vão gradativamente sendo representadas em suas estruturas mais básicas até que a forma do objeto em si é totalmente desconstruída.

O objeto não poder ser identificado “como ele realmente é” pelo observador, mas somente a partir da imaginação de quem vê. As cores também indicam esse movimento de desconstrução que estava se passando no psiquismo de Picasso, pois apesar das pinturas não serem totalmente monocromáticas como ocorria no “período azul”, no cubismo, havia uma tendência para uma menor utilização de cores, com uma maior ênfase em cores neutras ou em tons escuros. Depois da experiência de desconstrução

do objeto ocorrida na fase cubista, onde percebe-se claramente a atuação da função desobjetalizante da pulsão de vida projetada em seus quadros, Picasso nunca mais pintou em grande escala (embora possa fazer alguns trabalhos isolados), objetos reproduzidos de forma realista. Depois da desobjetalização, surge um novo modo de ver o mundo no psiquismo de Picasso, e sua produção será conhecida a partir de sua estética própria. Porém a desconstrução realizada por Picasso, certamente mudou a realidade, não apenas dele, mas a nossa própria, pois como lembra Ehrenzweig (1977, p.253) “A visão sem tempo ou espaço de Picasso provavelmente iludirá para sempre nossa experiência imediata com a realidade”.

Entretanto, pouco depois de sua fase cubista, houve um pequeno intervalo de tempo, no qual alguns autores, como Schapiro (2002) e Read (1974), classificam sua produção como “neoclassicista”, sendo possível nesse período observar de modo muito claro a da pulsão de vida atuando por meio da função objetalizante descrita por Green (1998). Como argumenta Read (1974, p.152), “Do ponto de vista de sua própria personalidade, podemos considerar o retorno periódico de Picasso ao neoclassicismo como um retorno à ordem, uma submissão ocasional a disciplina necessária ou, simplesmente (e mais provavelmente), como uma exibição revigorante de virtuosidade”.

Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjU5d6634HpAhVpUN8KHRplDnsQFjAAegQIARAB&url=https%3A%2F%2Frepositorio.unb.br%2Fbitstream%2F10482%2F24574%2F1%2F2017\\_AndreLuiPicollidaSilva%25E2%2580%25B.pdf&usg=AOvVaw2R4btnAIJ5cyiWOdcXPycy](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjU5d6634HpAhVpUN8KHRplDnsQFjAAegQIARAB&url=https%3A%2F%2Frepositorio.unb.br%2Fbitstream%2F10482%2F24574%2F1%2F2017_AndreLuiPicollidaSilva%25E2%2580%25B.pdf&usg=AOvVaw2R4btnAIJ5cyiWOdcXPycy)

### 3.2 - Através, de Cildo Meireles, 1983 -1989. Artes e matemática.

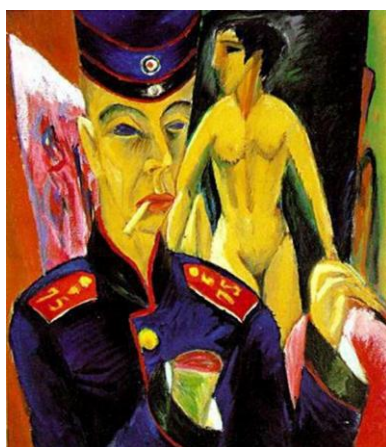


## **Análise da obra**

Através está entre as obras de Cildo Meireles nas quais, por meio de jogos formais com materiais cotidianos, o artista lida com questões mais amplas, como a nossa maneira de perceber o espaço e, em última análise, o mundo. Trata-se de uma coleção de materiais e objetos utilizados comumente para criar barreiras, com os mais diferentes tipos de usos e cargas psicológicas: de uma cortina de chuveiro a uma grade de prisão, passando por materiais de origem doméstica, industrial, institucional. Sempre em dupla, os elementos se organizam com rigor geométrico sobre um chão de vidro estilhaçado, oferecendo diferentes tipos de transparência para os olhos, que à distancia penetra a estrutura. O convite é que o corpo experimente de perto esta estrutura, descobrindo e deixando para trás novas barreiras. Com sua conformação labiríntica e experiência sensorial de descoberta, Através e seus obstáculos aludem às barreiras da vida e ao nosso desejo, nem sempre claro, de superá-las.

Disponível em: <http://www.inhotim.org.br/inhotim/arte-contemporanea/obras/atraves/>

### **3.3 - Autorretrato como um soldado, de Ernst Kirchner, 1915. Artes e História.**



Disponível em: <https://pt.wahooart.com/@/8LHTR2-Ernst-Ludwig-Kirchner-auto-retrato-como-um-soldado>

## **Análise da obra**

Ernst Ludwig Kirchner (Aschaffenburg, 1880- Davos, Suíça, 1938) foi um pintor alemão. Foi um dos fundadores do grupo de pintura Die Brücke. Influenciado pelo cubismo e fauvismo, o pintor alemão deu formas geométricas às cores e despojou-as de sua função decorativa por meio de contrastes agressivos, com o fim de manifestar



sua verdadeira visão da realidade. Ernst Ludwig Kirchner nasceu na Alemanha em 1880, iniciou seus estudos em arquitetura no ano de 1901 na Technische Hochschule em Dresda. Dentre várias obras, Kirchner realizou trabalhos de decoração de interiores de casas e capelas, mas foi na pintura que mais se destacou, pintou mais de mil quadros. O artista foi o integrante de maior expressão do Die Brücke(a ponte), grupo formado em 1905 por quatro estudantes de arquitetura, cujo principal ideal era libertar a arte dos valores formais e tradicionais. A xilogravura foi uma técnica muito utilizada pelo grupo, Kirchner era o executor das xilogravuras para os cartazes e catálogos do Brücke, técnica que aprendeu aos 15 anos com seu pai. Em 1913, o grupo se dissolveu e cada artista seguiu seu caminho dentro da arte. As características da xilogravura foram levadas para as outras obras de Kirchner, como a pintura a óleo Amazona Nua (1912), caracterizada por contornos recortados e contraste agressivo entre claro e escuro. A bidimensionalidade e a simplicidade são marcas do artista, evidentes nas combinações simples de cor, poucas nuances, falta de perspectiva e motivos sobrepostos. A emoção e o tormento individual de Kirchner são expostos em seus trabalhos pelo tipo de pincelada curta e agressiva. Além da influência do fauvismo, revelada na exploração e emoção das cores, e do cubismo, evidente na geometrização das formas, o pintor também foi influenciado pelo pós-impressionismo, sobretudo Van Gogh. O mundo em torno do artista era o tema de seus trabalhos: vista de cidade, paisagens, retratos de seus companheiros, o corpo humano nu e cenas de circo e music-hall. Em 1911 Kirchner e seus amigos mudaram-se para Berlim, época na qual o pintor explorou em seus trabalhos a experiência numa metrópole moderna. As cenas urbanas se fizeram muito presentes nas obras do artista, revelando um aspecto de movimento. Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, Kirchner transmitiu para o seu trabalho as suas perturbações. A destruição da figura humana foi uma das características dessa época. Um exemplo é a obra Auto-retrato como soldado, na qual ele se mostra em primeiro plano com a mão decepada, e no fundo uma modelo nua. O quadro pode ser interpretado como uma metáfora da masculinidade e ao horror da guerra. Em 1917, devido ao seu estado emocional, Kirchner é levado para a Suíça pelos seus amigos. Conseqüentemente o tema de suas pinturas transformou-se com a nova paisagem. As formas recortadas das cenas urbanas dão espaço às linhas horizontais e verticais, transmitindo a sensação de paz e ordem. Em 1938, sozinho e doente, o pintor se suicida na cidade de Davos, Suíça.

Disponível em: <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/artistas/view/457>

### **3.4 - Autorretrato na fronteira do México e dos EUA, de Frida Kahlo. Artes, Geografia e LEM.**



Disponível em: [https://artsandculture.google.com/asset/autorretrato-na-fronteira-entre-o-m%C3%A9xico-e-os-estados-unidos/JwHDw-\\_2L73Nzw?hl=pt-BR](https://artsandculture.google.com/asset/autorretrato-na-fronteira-entre-o-m%C3%A9xico-e-os-estados-unidos/JwHDw-_2L73Nzw?hl=pt-BR)

## **Análise da obra**

A viagem de Frida para os Estados Unidos em 1930 foi um ponto importante em sua carreira, como na de seu marido. Lá, organizou sua primeira exposição individual, vendo-se pela primeira vez financeiramente independente de Rivera. Se pensarmos nos corpos distintos das Fridas – se pensarmos, melhor dizendo, em sua irremediável finitude –, bem como na singela linha que os une, podemos vê-los como alegorias territoriais, em que o território é não porção de terra, mas um conceito (ou um conjunto deles) representado(s) como lugar(es). A veia que os une pode ser descrita como uma *fronteira* – a linha imaginária que separa e une duas finitudes – deslocada.

Embora talvez mais difuso que *Las dos Fridas*, há também uma forte divisão entre os elementos dispostos em *Autorretrato en la frontera entre México y Estados Unidos*.

Acima, a opinião de Candido sobre o Classicismo foi mencionada; seria curioso perceber como o apreço clássico pela proporção e pelo equilíbrio de uma pintura, aparentemente ausentes do *Autorretrato*, informam-no significativamente. O corpo de Frida Kahlo divide a tela em duas metades, e há um forte paralelismo entre os elementos presentes que as compõem. À direita, a bandeira americana pairando apagada entre a fumaça que sobe das chaminés de uma fábrica, nas quais se lê FORD; à esquerda, o sol e a lua pairando nítidos em frente a nuvens que se tocam para formar o relâmpago que desce ao chão. (Talvez possamos subentender um paralelismo temporal subjacente ao paralelismo dos elementos: ao tempo cronológico e numerado do fordismo, opõe-se o tempo cíclico das forças naturais.) À direita, a fábrica e os prédios sem janela da cidade grande; à esquerda, o templo de pedra. À direita, em primeiro plano, as máquinas “estadunidenses”, quase abstratas e sem função definida; à esquerda, em primeiro plano, os estranhos e eróticos vegetais “mexicanos”.

Ao centro (na verdade, ligeiramente à direita do centro), um pequeno pedestal: à sua direita, uma das máquinas conecta-se a ele por uma tomada; à sua esquerda, roçamlhe

vegetais. Sobre o pedestal, a própria Kahlo. Traz à mão esquerda uma bandeira do México e um cigarro entre os dedos da direita. Os braços, porém, estão cruzados: a bandeira, que deveria figurar no lado estadunidense (direito) da tela, aparece à esquerda; o cigarro, que deveria figurar no lado mexicano (esquerdo), aparece à direita. Mais que estar na fronteira entre os dois países, Kahlo é a fronteira, e à fronteira cabem tarefas contrárias: separar os mundos e mantê-los em contato; a recusa de uma das tarefas (implícita no ato de cruzar os braços para que bandeira e cigarro fiquem “em seus devidos lugares”) não a impede de se realizar.

Também as flores e as máquinas em primeiro plano se conectam por raízes subterrâneas: a máquina ligada ao pedestal pela tomada liga-se também a um dos vegetais “mexicanos”. O ato consciente do eu-fronteira não cancela o contato entre os mundos, pois mesmo as forças inconscientes – sejam naturais ou culturais – o realizam. Note-se, finalmente, o desequilíbrio gerado pelo fato de Kahlo estar fora de centro: o lado mexicano da tela é ligeiramente maior, mas isso causa a impressão de que Kahlo está mais próxima do lado estadunidense.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100003)

### 3.5 - Guevara vivo ou morto, de Claudio Tozzi. História, Filosofia e Geografia.



#### *Análise da obra*

No dia seguinte à morte de Ernesto “Che” Guevara, o artista visual paulistano Claudio Tozzi, que participava ativamente do Movimento Estudantil em São Paulo e do agrupamento liderado por Carlos Marighella – Ação Libertadora Nacional (ALN) a partir de 1968 –, iniciou a produção de uma obra em homenagem ao guerrilheiro argentino. Elogiado por Joaquim Câmara Ferreira, braço direito de Marighella, o “Guevara Vivo ou Morto” de Tozzi foi exposto no IV Salão de Arte Moderna do Distrito Federal, em Brasília, naquele trágico ano de 1967. A recepção ao painel foi rápida e violenta, pois ele foi parcialmente destruído através da intervenção de um grupo de extrema direita. Deste modo, analiso nesta comunicação, a partir do pensamento do fenomenólogo francês Henri Maldiney, a obra de arte como um organismo vivo, um ser marcado por sua materialidade que co-nasce e é co-presente com aquele que a vivencia. Logo, quando o trabalho de Tozzi é depredado, o que se opera é uma forma de violência política contra aquele corpo próprio da obra, em uma atitude de assinalar e exterminar tudo aquilo que é o outro, considerado subversivo e terrorista por aqueles que estavam ajustados à ditadura civil-militar brasileira. Após anos de desaparecimento, Tozzi reconstruiu o trabalho que desde meados dos anos 2000 pertence ao acervo do Museo de Arte Latinoamericano de Buenos Aires (MALBA). Assim, ali onde aparecem as cicatrizes da obra violentada está marcada a tortura sofrida pelo artista.

Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/view/205>

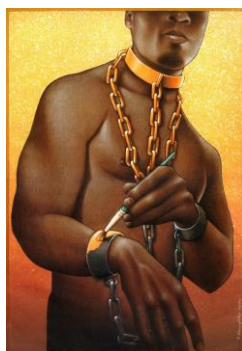
### 3.6 – Hidalgo incendiário, de José Clemente Orozco. Artes e Sociologia.

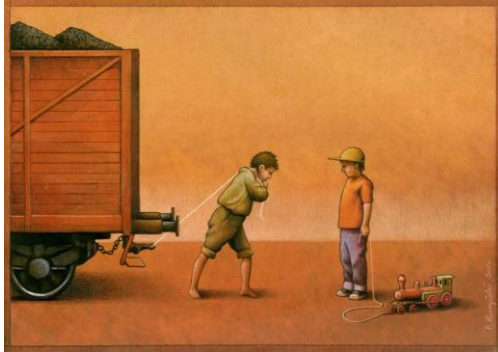
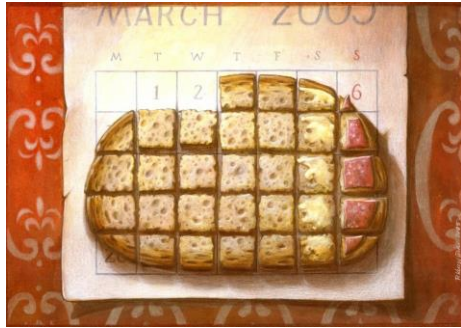


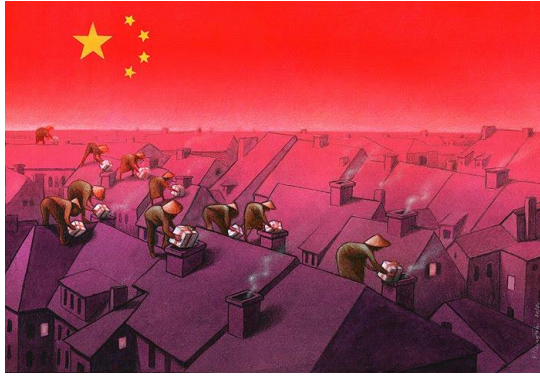
#### **Análise da obra**

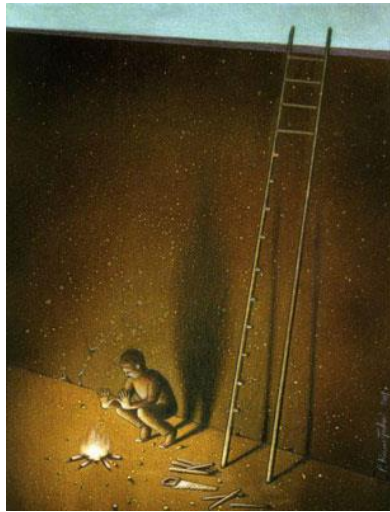
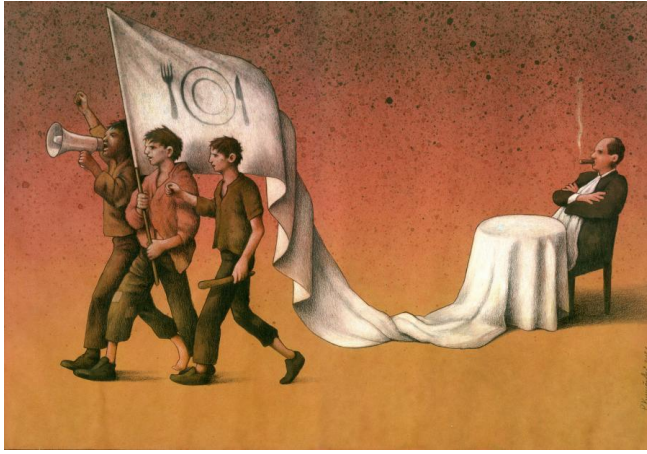
O Hidalgo Incendiário é um mural expressionista encontrado nas paredes e no teto das escadas do Palácio do Governo em Guadalajara. No mural, Miguel Hidalgo se destaca por seu tamanho imediato, cores vivas e atitude guerreira. Sua mão direita segura uma tocha na cintura e seu punho esquerdo é erguido como um símbolo de força em defesa de seus ideais políticos. Por baixo, são retratadas batalhas travadas por camponeses que confiaram nele e o seguiram até a morte.

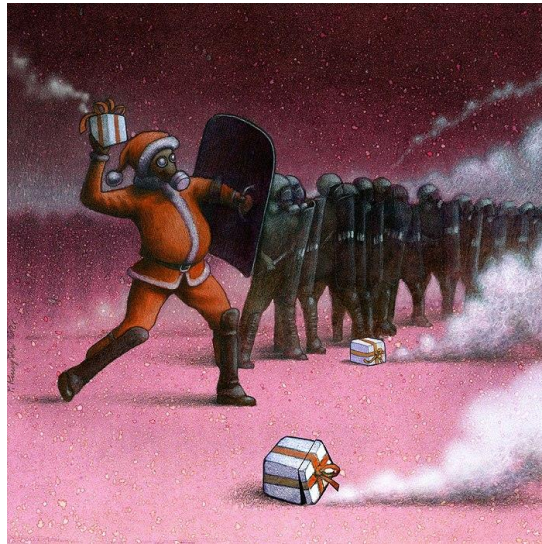
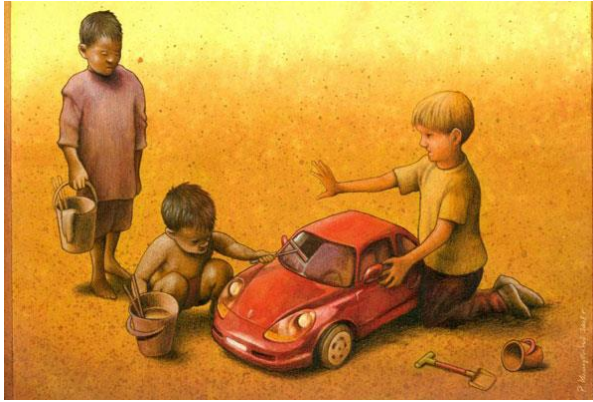
### 3.7 - Ilustrações críticas, de Pawel Kuczynski – Sátiras Desigualdade Social. Artes, Ed. Física, Geografia e Sociologia.











### **Análise da obra**

A sátira e a crítica presentes nas ilustrações de **Pawel Kuczynski** são simplesmente espetaculares. Com um olhar extremamente irônico, o artista externa sua insatisfação com diversos fatos e problemas que ocorrem ao redor do mundo.

Paul Kuczynski nasceu em 1976 na cidade de Estetino, na Polônia. Ele estudou arte na Fine Arts Academy, tendo se especializado em artes gráficas. Mas foi a partir de 2004 que ele começou a trabalhar e desenvolver o estilo que o consagrou, as ilustrações satíricas. Desde então, ele vem criando um trabalho incrível que já lhe rendeu quase 100 prêmios ao redor do mundo, tornando-o um dos artistas que mais ganhou competições internacionais. Para se ter uma ideia, somente no ano de 2010, Kuczynski faturou 19 prêmios!

Outro ponto bem interessante sobre o trabalho de Pawel é o fato de ele constantemente utilizar temas atuais. Um excelente exemplo são as críticas que ele tece às redes sociais e a tecnologia que aliena as pessoas.



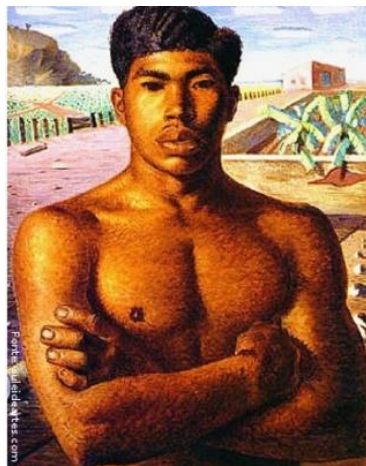
Pawel traz em suas brilhantes ilustrações temas como: pobreza, fome, guerra, trabalho infantil, corrupção política, maus tratos aos animais, exploração, desigualdade social e muito mais. Todos estes temas tratam da realidade atual contemporânea. “São os novos temas imortais e atemporais da Arte”, diz Pawel.

Sua arte é de primeira qualidade e a mensagem é direta, como um tapa bem dolorido. São belas ilustrações de sentidos profundos nas quais, Pawel utiliza-se da boa e velha ironia. Suas obras podem até parecer engraçadas em um primeiro momento, mas os surpreendentes desenhos de Kuczynski só podem ser reconhecidos ao receberem um olhar mais atento, tornando-se então, impossível ficar indiferente a eles.

Existe uma sutil poesia nas obras de Pawel, versando sobre as injustiças sociais em temas universais, no entanto suas obras perderam espaço para o humor, este quase que inevitável em toda sátira, mas ao invés disto, pode oferecer rostos surpresos.

Disponível em: [http://lounge.obviousmag.org/de\\_dentro\\_da\\_cartola/2014/02/pawel-kuczynski-imagens-inquietantes-sobre-as-contradicoes-humanas-com-uma-pitada-de-sarcasmo.html](http://lounge.obviousmag.org/de_dentro_da_cartola/2014/02/pawel-kuczynski-imagens-inquietantes-sobre-as-contradicoes-humanas-com-uma-pitada-de-sarcasmo.html)

### 3.8 - Mestiço, de Portinari, 1934. Óleo sobre tela, 81 cm x 65 cm. Artes e História.



Candido Torquato Portinari (Brodowski, 29 de dezembro de 1903 — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1962). Portinari pintou quase cinco mil obras, de pequenos esboços a gigantescos murais. Foi o pintor brasileiro a alcançar maior projeção internacional. "Mestiço" é o quadro mais famoso do artista, pintado em 1934. Houve o exagero das formas, para destacar a importância do trabalhador brasileiro.

A obra “Mestiço” pintado em óleo sobre tela – 1934 – pertence ao acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. O quadro mostra um personagem em uma lavoura de café, trabalhando no campo.

No primeiro plano, o homem aparece sem camisa, com os braços cruzados. Pela cor de sua pele, seus traços, olhos puxados e fundos, lábios grossos e

grandes e nariz largo de que se trata de um mestiço mulato, nascido de uma mistura entre brancos e negros.

Outros traços marcantes são suas mãos grandes e unhas sujas, visto que o homem é um trabalhador braçal, tem os traços fortes e definidos, estatura alta e aparência forte. Com o homem em primeiro plano e a linha do horizonte ao fundo, é possível afirmar que trata-se de uma obra bidimensional e figurativa.

O quadro *Mestiço* causou um impacto dramático na maioria das pessoas, devido aos traços carregados de contrastes entre branco e preto e o grande expressionismo das cores.

Buscando referências em composições italianas e nos tempos de infância, quando trabalhava em cafezais paulistas, Portinari retrata a figura do lavrador mestiço, com os braços cruzados.

A cabeça e as mãos em formas gigantes dão convencimento à narrativa e tornam monumental e glorificado o trabalho realizado por classes operárias. Enquanto isso, as tonalidades da pintura em marrom e o roxo dos campos cultivados remetem à vitalidade da terra.

As pedrinhas localizadas à direita, e o tronco colocado à esquerda, também mostram as referências de pintores italianos que Portinari usou, neste caso para dar profundidade à imagem.

No fundo, com o muro de bananal à direita e a cerca do cafezal à esquerda, uma inspiração da perspectiva geométrica utilizada no Renascimento, que pode ser também observada pelo formato sólido da casa, em contraposição ao morro, à esquerda.

Disponível em: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/mestico-candido-portinari/>

### **3.9 - Meteoros, de Bruno Giorgi, 1960, mármore. Matemática, Física e Química.**



## **Análise da obra**

Dentre as obras de arte do acervo do Palácio Itamaraty, o *Meteoro*, de Bruno Giorgi, tornou-se praticamente um símbolo do Ministério das Relações Exteriores. Embora pese 50 toneladas, a obra parece flutuar sobre o espelho d'água que circunda o edifício.

Para a execução do *Meteoro*, o Itamaraty enviou Bruno Giorgi à cidade italiana de Carrara, região onde se encontram mármore de excepcional qualidade. Giorgi trabalhou durante 14 meses com os artesãos do ateliê de Carlo Nicoli, desbastando um grande bloco de mármore de 120 toneladas. A pedra de onde foi extraído o bloco passou a ser chamada de Brasília, em homenagem à obra. A montagem das quatro partes que compõem a escultura, no início de 1967, exigiu um guindaste.

A colocação de uma grande escultura diante do edifício suscitou dúvidas de Oscar Niemeyer, temeroso de que a obra compromettesse o delicado efeito visual dos arcos da fachada. O arquiteto foi convencido por Olavo Redig de Campos, arquiteto-chefe do Setor de Conservação do Patrimônio do Itamaraty. Durante uma discussão com Niemeyer, o Dr Olavo, sabendo da forma esférica que Giorgi pretendia dar à peça, amassou uma bolinha de papel, colocou-a diante da maquete do Palácio, provando que as duas formas não conflitariam.

Os arquivos do Itamaraty guardam o documento no qual o Ministro Vasco Leitão da Cunha aprovou a encomenda da obra e o envio de Bruno Giorgi à Itália, além de uma fotografia do protótipo da obra.

Bruno Giorgi tem ainda três outras obras no Palácio Itamaraty: os bustos de Alexandre de Gusmão, de Duarte da Ponte Ribeiro e do Barão do Rio Branco. Essas três peças em bronze foram executadas na fundição Zani, mas as bases, em pedra-sabão, foram esculpidas pelo próprio artista.

Estas esculturas estão localizadas na Sala dos Tratados, um espaço de grande simbolismo no Palácio: lá são assinados acordos internacionais, diante das figuras dos três grandes responsáveis pelo atual traçado das fronteiras do Brasil. Trata-se não só de uma homenagem a três grandes diplomatas, mas de uma referência ao permanente compromisso da diplomacia brasileira com o princípio da solução pacífica de controvérsias internacionais.

Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/re50/15877-o-meteoro-de-bruno-giorgi>

### **3.10 - Morro da Favela, de Tarsila do Amaral, 1924. Literatura, artes e redação.**



## **Análise da obra**

O Morro da Favela, obra da pintora brasileira Tarsila do Amaral, faz parte de sua Fase Pau-Brasil, quando a artista mostra uma grande exuberância de cores em seu trabalho.

Tarsila pinta uma favela (o nome correto hoje é aglomerado), com suas casinhas coloridas, em meio a coqueiros, cactos e outros tipos de vegetação. Vejamos as personagens vistas na pintura:

- uma mulher negra com sua saia azul e blusa branca,
- um homem negro também usando as mesmas cores em sua vestimenta,
- uma mulher de vestido cor de rosa, na porta de uma casinha pintada de azul, em frente a um varal de roupas,
- uma garota subindo o morro,
- duas crianças paradas no chão de terra batida,
- dois animais fazem parte da cena: um cachorro farejando o chão e uma ave parecida com um pato.

À época, a população pobre foi obrigada a ceder seu lugar na cidade para a revitalização dos centros. Essas pessoas foram empurradas para os morros, vivendo ali como marginais, sem direito as benesses do progresso, presente nas partes ricas da cidade.

Apesar da denúncia, o quadro da artista mostra beleza, tranquilidade e harmonia. A magia das cores presentes na tela, transforma a favela num lugar idílico, como tudo que Tarsila retratava com seus pincéis.

Disponível em: <https://virusdaarte.net/tarsila-do-amaral-morro-da-favela/>

### **3.11 - Navio de emigrantes, de Lasar Segall, 1939-41. Geografia, sociologia e história.**



O artista Lasar Segall viajou muito entre o Velho e o Novo Mundo, cruzando o Atlântico, proporcionando a produção de instantâneos de viagem, retratos de diferentes tipos humanos, o cotidiano dos marinheiros, detalhes das embarcações e principalmente a experiência da imensidão do mar em confronto com a fragilidade do destino humano.

Seus apontamentos deram origem, no final dos anos 1920, às gravuras da série Emigrantes e, durante a Segunda Guerra Mundial, à tela Navio de Emigrantes.

A própria vida do pintor cruza-se com a dos emigrantes homenageados nesta tela, grandiosa alegoria da emigração e um testemunho veemente da história do século XX, na qual a questão da emigração tem papel de destaque, envolvendo vários povos.

Pertence ao acervo do Museu Lasar Segall, localizado em São Paulo – Brasil.

Observando a obra por meio dos elementos formais, iniciando pela presença forte e marcante das duas linhas inclinadas em sentido contrário, que se encontram no centro e que parecem despertar uma grande ação sobre o olhar do espectador.

Dessa forma, é possível constatar que a estrutura da composição centra-se nessas duas linhas inclinadas, iniciadas na metade das laterais da obra e que convergem para um único ponto, como ponto de fuga.

Se for traçada uma linha dividindo a obra na horizontal na altura do meio, pode observar que o maior número de elementos encontra-se na metade inferior da obra, sendo equilibrados pelo movimento das linhas curvas externas às duas linhas inclinadas e também pela linha do horizonte ao fundo, que parece acalmar o olhar.

O tratamento dado à cor, pode-se observar que ela é um elemento que parece ser determinante para a expressão do artista.

Essa é uma pintura monocromática, que resulta numa obra expressiva, carregada de sentimentos, na qual o artista faz uso das tonalidades de marrons e ocres, a pintura foi a técnica escolhida pelo artista como forma de expressão.

A temática para Lasar Segall é a da dor, da solidão, do sofrimento, da esperança, da desesperança.

Nesse sentido, a dimensão da obra é um elemento do qual o artista faz uso como meio de expressão para, supostamente, atingir os seus propósitos junto ao espectador.

Considerando a proporção de suas telas, esta dimensão pode ser analisada em duas perspectivas: a dimensão social da existência humana e o impacto que a obra pode causar na relação obra – espectador – artista.

Disponível em: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/navio-de-emigrantes-lasar-segall/>

### 3.12 Palácio do Itamaraty, de Oscar Niemeyer. História, Geografia e Matemática.



Projetado por Oscar Niemeyer e inaugurado em 1970, o Palácio Itamaraty é a sede do Ministério das Relações Exteriores. Durante a concepção do projeto, coube ao Embaixador Wladimir Murinho transmitir ao arquiteto as necessidades que precisariam ser atendidas, a parceria tão bem sucedida que, até hoje, não foi necessário fazer qualquer modificação estrutural no edifício. O cálculo estrutural, que permitiu a realização de impressionante vão-livre, foi realizado pelo engenheiro Joaquim Cardoso.

O Palácio Itamaraty foi concebido como edifício que serviria ao propósito de apresentar o Brasil aos visitantes estrangeiros e, portanto, foi construído apenas com materiais nacionais e seus salões abrigam obras apenas de artistas nascidos ou naturalizados brasileiros – como Athos Bulcão, Alfredo Volpi, Bruno Giorgi, Frans Krajcberg, Franz Weissmann, Maria Martins, Mary Vieira, Iberê Camargo, Ione Saldanha, Rubem Valentim, Sérgio de Camargo e Tomie Ohtake. O paisagismo é autoria de Roberto Burle Marx.

Considerado a sala de visitas do país, o Palácio do Itamaraty encanta e impressiona pela imponência das quatro fachadas, pelas emblemáticas obras de arte e pelos jardins exuberantes. Localizado no epicentro do Plano Piloto, o prédio mostra em suas formas todos os conceitos da arquitetura contemporânea.

O nome Itamaraty vem de sua antiga sede, na ex-capital da república (Rio de Janeiro), um refinado casarão neoclássico originalmente pertencente a Francisco José da Rocha Leão, Conde de Itamarati. Itá, em tupi, significa “pedra”; mara vem do tupi pará, que significa “mar” e “ti” significa “água”.



O amplo Salão de Recepções, a famosa escada helicoidal e as generosas Salas de Coquetel e Almoço completam a beleza do cenário. Sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, foi inaugurado em 1970, com traçados de Lúcio Costa, projeto de Oscar Niemeyer e cálculos estruturais de Joaquim Cardoso. Localizado na Esplanada dos Ministérios, o Itamaraty tem seus arcos realçados pelo brilho das luzes, que se reproduzem no espelho d'água, onde as curvas são refletidas harmonicamente. Os arcos arrojados contribuíram para a sua primeira denominação: Palácio dos Arcos. - lugar cuja beleza não deve a quaisquer palácios presidenciais.



Na companhia do espelho d'água, o *Meteoro*, obra do artista Bruno Giorgi, parece flutuar. Esculpida em uma pedra de Carrara com oito toneladas, um presente do governo italiano ao Brasil, a escultura contemporânea representa o planeta Terra com os seus cinco continentes, cujas relações pacíficas e justas são a base da diplomacia. O jardim externo, no qual flutuam ilhas com variedades de plantas tropicais, do Cerrado

e da Amazônia, é obra do estrelado **Roberto Burle Marx**, responsável também pelos jardins internos e o jardim suspenso do terceiro andar.



No hall de entrada, móveis modernos e elegantes criados por **Anna Maria Niemeyer** para o Itamaraty chamam a atenção pela beleza e requinte. O grande **Salão de Recepções** é a entrada principal do palácio, **um dos maiores vãos internos da América Latina**, medindo 2.200 m<sup>2</sup> sem nenhuma coluna de sustentação, algo impressionante quando se trata de arquitetura.



Na parede oeste, o baixo relevo de **Athos Bulcão**, denominado simplesmente *Parede*, apresenta uma sucessão de trapézios verticais, tão leves quanto as esguias colunas verticais das fachadas, em painel de mármore que é exemplo primoroso da obra deste “desenhista”, pintor e artista apaixonadamente devotado à criação da arte como integração arquitetônica.





A paginação do piso do palácio, também de Bulcão, possui grandes quadrados compostos por diversas peças de granito que não se repetem durante todos os ambientes do palácio. O andar térreo é guarnecido com importantes obras de artes, como *Uni Duni Tê*, de Darlan Rosa, *Ferros Retorcidos*, de Gilmar Franco, *Folhagem*, de Zélia Salgado e a escultura móvel *Ponto de Encontro*, de Mary Vieira, composta de 230 placas de alumínio anodizado, cujo movimento em espiral faz um paralelo com a icônica escada da construção.

A famosa **escada helicoidal**, que mais parece uma escultura solta no ar, embeleza o espaço por si só com características marcantes – degraus com 3,40 metros de largura, sem corrimão. Uma curiosidade: a estrutura já recebeu um corrimão projetado especialmente para receber a rainha Elizabeth em visita ao Brasil, no ano de 1968.



No segundo pavimento, a escultura *Metamorfose*, do artista austríaco Franz Weissmann, é protagonista do generoso saguão, destinado às cerimônias importantes. Do lado oposto, a **Sala dos Tratados**, embelezada pela obra *Treliça*, de Athos Bulcão, é voltada para a fachada do Palácio da Justiça. Ali fica a **Mesa dos Tratados**, feita em jacarandá, estilo Dom João V, onde a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, em 1888. Bustos de bronze, criados por Bruno Giorgi, representam os três patronos da diplomacia brasileira: o Barão do Rio Branco, Duarte da Ponte Ribeiro e Alexandre de Gusmão. Em uma discreta entrada para a esquerda, apreciamos o afresco *O Sonho de Dom Bosco*, de Alfredo Volpi.



Outra escada conduz o visitante ao terceiro pavimento do palácio. Nele, é possível apreciar belíssimas obras de arte, móveis, tapetes persas, o famoso jardim suspenso e as salas de coquetel e de almoço. A primeira, **Sala de Coquetel Pedro I**, tem esse nome graças a uma imensa tela de Debret, *Coroação de Pedro I*. Ali, o ponto focal é o glamoroso **lustre** de Pedro Corrêa de Araújo, *Revoada de Pássaros*, esculpido em ferro, prata e bronze, com cristais de rocha lapidados em forma de disco, da região da cidade Cristalina, Goiás. O conjunto pesa 1.500 quilos e possui uma única lâmpada – isso porque o objetivo não é a iluminação o ambiente e, sim, a dele mesmo. Sob o lustre, **um dos maiores tapetes persas do mundo**, medindo 70 m<sup>2</sup> – presente da rainha Elizabeth ao Brasil.



À entrada da *Sala de Coquetel - Cândido Portinari*, o maior ambiente dedicado a eventos, o visitante é saudado por **dois anjos barrocos suspensos**. Em meio ao mix entre os estilos antigo e moderno, estão os quadros que deram nome à sala são *Gaúchos* e *Jangadeiros*, que representam o Sul e o Nordeste do Brasil, respectivamente. Na parede oposta, uma mesa goiana, com pés em pata de animal, serve de suporte para duas telas de Arcângelo Ianelli e uma de Manabu Mabe, a *Tela Imaginária*, pintada especialmente para o palácio. Com portas de vidro pivotantes, as salas de coquetel integram-se ao belo jardim suspenso de Burle Marx.



A beleza e a arte se prolongam por todo o palácio. No salão, ao redor do jardim suspenso, admiram-se esculturas de Alfredo Ceschiatti e de Victor Brecheret, dentre outros, e os bancos de Sérgio Rodrigues. As **três salas de almoço, Brasília, Bahia e Rio de Janeiro**, têm nomes de cidades que já foram capitais do Brasil.



À entrada da Sala Brasília, com mais de cem cadeiras, um venerável piano Steinway recepciona as autoridades. Na parede ao fundo, chama atenção uma grande tapeçaria com cinco partes, criada pelo atelier Norberto Nicola a partir de um cartão de Burle Marx, representa as plantas nativas do planalto. Mais uma das belas obras de Oscar Niemeyer, assim como o Palácio da Alvorada e o Palácio do Jaburu.







Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Edificios/noticia/2017/01/um-tour-arquitetonico-pelo-palacio-do-itamaraty.html>

### 3.13 - Rhythm 0, de Marina Abramovic. Artes e Sociologia.



Tem quem ame e tem quem odeie, mas não podemos negar, Marina Abramović é uma das mais importantes artistas do século XX, a mais conhecida quando se trata da arte de performance. Nascida em Belgrado, na Sérvia, antiga Iugoslávia, ela se dedica a arte da performance desde o início dos anos 70. As performances de Marina são tidas como transgressoras e de ruptura de sentidos, ela usa seu corpo como objeto, nas suas obras a mente e o físico são levados ao limite. A arte de Marina não pode ser dissociada do público, que é convidado a participar e passa a ser parte vital do processo artístico, é quase uma autoria conjunta, ela e a experiência do público formam a obra, um não se sustenta sem o outro. Segundo Abramović, em uma entrevista à revista *Época* em 2015, “para que o público possa entender suas performances eles precisam ter suas próprias experiências”.

Em sua performance mais famosa de nome “Rhythm 0”, em 1974, Marina ficou imóvel durante 6 horas e disponibilizou 72 objetos para serem utilizados pelo público da

maneira que eles bem entendessem no seu corpo. Entre os objetos selecionados pela artista haviam flores, penas e óleos, entretanto ela também ofereceu ao público facas e até mesmo um arma carregada. A artista se colocou como um objeto a ser usado e manipulado, sem qualquer chance de reação e assumiu a responsabilidade sobre qualquer coisa que pudesse acontecer. Os relatos da época é que um homem chegou a colocar a arma na mão de Marina e a fez apontar para o próprio pescoço, fora os cortes e abusos sexuais que a artista sofreu durante a performance. A ideia da artista nessa performance foi justamente demonstrar as contradições do público presente, com ela imóvel, eles foram capazes de torturá-la fisicamente e mentalmente, mas ao final das seis horas quando finalmente Marina se moveu eles saíram correndo, provavelmente com medo de algum revide por parte da artista.

Controverso inclusive é a palavra que melhor traduz o sentimento do público e crítica em relação a arte e vida de Marina, ora recebe críticas por usar roupas de grife quando sua arte ousa em criticar também o materialismo ou por colocar sua vida em risco nas suas performances, mas também é aclamada, principalmente pela coragem de mostrar de maneira bruta e chocante os paradoxos da existência humana. Segundo Marina, “Somos cheios de contradições, mas não gostamos de aceitá-las e não gostamos de mostrá-las a outras pessoas, mas no meu caso, eu estou mostrando minhas contradições, estou mostrando coisas das quais eu tenho vergonha, mostro todos os aspectos da minha vida e estou sempre dividindo isso com meu público” também em entrevista a *Época*.

O importante dessa obra é que ela mostra o lado selvagem do ser humano quando tudo lhe é permitido, quando um ser imóvel e indefeso, com o qual se pode fazer qualquer coisa sem punição, está a sua frente. Entretanto, nem todos os presentes concordaram com tudo. Seria medo ou uma verdadeira preocupação com o bem estar alheio?

Disponível em: <http://corporalidades.com.br/site/2017/06/16/o-corpo-objeto-na-arte-de-marina-abramovic/>

### **3.14 - Ponto de Encontro, de Mary Vieira. Artes.**



Mary Vieira (São Paulo SP 1927 - Basileia, Suíça 2001). Escultora, professora. Cursa desenho e pintura com Guignard (1896 - 1962) na Escola de Belas Artes de Belo Horizonte, em 1944. Estuda também escultura com Franz Weissmann (1911 - 2005) e com Amilcar de Castro (1920 - 2002). Realiza pesquisas sobre o movimento e a dinâmica das formas e produz, em 1948, suas primeiras esculturas eletromecânicas e um conjunto de trabalhos em madeira intitulado *Multivolumes*. A partir de 1949, produz os primeiros *Polivolumes*. Muda-se, em 1951, para a Suíça, onde realiza curso de aperfeiçoamento com Max Bill (1908 - 1994). Participa, em 1954, na Suíça, a convite de Max Bill, da última exposição do Grupo Allianz, constituído por artistas voltados a tendências construtivistas. Nesse ano, inicia atividades em design gráfico, e cria, entre outros trabalhos, o cartaz para a mostra *Brasilien Baut* [Brasil Constrói], realizada em Zurique, em 1954, da qual também participa com oito obras. A partir de 1966, torna-se professora da Escola Superior de Arte, Técnicas de Planejamento Gráfico e Desenho Industrial, da Universidade da Basileia, Suíça. A partir de 1970, realiza uma série de obras monumentais na Suíça e no Brasil, como *Polivolume: Ponto de Encontro*, para o Palácio Itamaraty, em Brasília.

### **Comentário Crítico**

A partir de 1949, Mary Vieira produz os primeiros *Polivolumes*, estruturas de caráter abstrato-geométrico, que combinam uma parte sólida com segmentos móveis: placas ou círculos concêntricos que giram em torno de um eixo fixo. Essas peças assumem múltiplas configurações ao ser manuseadas pelo observador, representando inúmeras possibilidades plásticas contidas em uma só forma. São quase sempre obras de grande porte, de aço ou alumínio, realizadas com uma técnica apurada. Nos *Polivolumes*, Mary Vieira explora idéias de contenção e movimento.

Em *Polivolume: Disco Plástico, Idéia para uma Progressão Serial*, 1953/1962, ela usa uma placa quadrada de alumínio, na qual são recortados vários círculos concêntricos, que estão ligados a um eixo vertical e podem ser movimentados pelo espectador. São obtidas assim muitas formas diferentes, a partir da mesma composição.

A seriação é um componente importante em sua obra: a artista cria esculturas multiplicáveis não sob a forma de exemplares idênticos, mas sob a forma de peça única em que estão contidas várias outras. Em 1965, realiza 5 mil exemplares do *Polivolume: Disco Plástico*, para uma loja de departamentos de Zurique: sua produção permite e



solicita a seriação. Em 1970, é realizada uma retrospectiva de seus *Polivolumes* na 35ª Bienal de Veneza.

Com a simplicidade que distingue suas construções, as obras seduzem não por um movimento definido e imposto, mas pelas inúmeras soluções oferecidas por uma mesma escultura. Envolvem, portanto, questões relacionadas à arte abstrata, à participação do observador e à seriação, vinculando-se também a uma nova arquitetura.

Segundo o crítico e poeta Murilo Mendes (1901 - 1975), os *Polivolumes* se destacam pela força construtiva, singularidade das linhas, pela cuidada realização técnica e, mais ainda, pela liberdade poética a eles associada. As esculturas de Mary Vieira, em razão de seu caráter e forma dinâmicos, possibilitam experiências lúdicas relativas ao espaço e tempo.

Disponível em : <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21950/mary-vieira>

### **3.15 - Ritmo de Outono - número 30, de Jackson Pollock. Artes e Química.**



Autumn Rhythm, exemplifica o extraordinário equilíbrio entre o acidental e o controle que Pollock manteve sobre sua técnica. As palavras "derramado" e "gotejado", comumente usadas para descrever seu processo criativo heterodoxo, que envolvia pintar em uma tela estendida no chão, dificilmente sugerem a diversidade dos movimentos do artista (sacudindo, espirrando e pingando) ou as composições líricas que eles produziam.

Em Autumn Rhythm, como em muitas de suas pinturas, Pollock primeiro criou um esqueleto linear complexo usando tinta preta. Para esta camada inicial, a pintura foi diluída, de modo que ela foi embebida no comprimento da lona virgem, juntando intimamente imagem e suporte. Sobre esta estrutura preta Pollock teceu uma teia intrincada de linhas brancas, marrons e turquesa, que produzem ritmos e sensações

visuais contrários: luz e escuridão, grosso e fino, pesado e flutuante, reto e curvo, horizontal e vertical. Passagens de textura contribuem para a complexidade da pintura (como os redemoinhos agrupados onde duas cores se encontram e texturas enrugadas formadas pela acumulação de tinta) e são pouco visíveis na confusão de linhas sobrepostas.

Paul **Jackson Pollock** (Cody, Wyoming, 28 de Janeiro de 1912 — Springs, 11 de Agosto de 1956) foi um dos primeiros artistas americanos a alcançar reputação mundial, se tornando um ícone do movimento expressionista abstrato. Ele passou sua infância em comunidades agrícolas no Arizona e no sul da Califórnia. Aos 18 anos, ele se mudou para Nova York, onde estudou arte e pintou para o Works Progress Administration. Em 1943, Pollock trabalhou brevemente como funcionário de manutenção no Museu de Pintura Não-Objetiva (precursor do Museu Guggenheim). Mais tarde naquele ano, Peggy Guggenheim o contratou até 1947, permitindo-lhe dedicar todo o seu tempo à pintura. Sua primeira exposição individual foi realizada no Guggenheim's Art of This Century, New York (1943). Antes de 1947, o trabalho de Pollock refletia a influência de Pablo Picasso e do surrealismo, e do muralista mexicano Diego Rivera.

Em meados da década de 1940, Pollock pintava de uma maneira completamente abstrata, liberando-se das restrições verticais de um cavalete, afixando uma tela não esticada no chão. Em 1947 surgiu seu "estilo de gotejamento", marcado pelo uso de espátulas ou varetas para gotejar e salpicar a tinta, bem como despejar tinta diretamente da lata. Reminiscentes das noções surrealistas da pintura subconsciente e automática, os gotejamentos de Pollock, também chamados de "pinturas de ação", revolucionaram o potencial da arte contemporânea e promoveram o desenvolvimento do expressionismo abstrato.

A partir do outono de 1945, quando Pollock e a artista Lee Krasner se casaram, eles moraram em Springs, East Hampton, Nova York. Ela foi a influência mais importante em sua arte, sua carreira e seu legado. Sua vida foi marcada pelo alcoolismo e por um comportamento autodestrutivo. Ele faleceu em um acidente de carro aos 44 anos.

Disponível em: <http://www.arteeblog.com/2017/01/a-historia-de-autumn-rhythm-number-30.html>

### 3.16 - Santa ceia moderna, de Acme, 2017. Sociologia, Filosofia, Biologia e Ensino Religioso.



Um Jesus negro com cabelos no estilo black power abraça e acolhe 12 pessoas de diferentes religiões de vários países, entre eles Brasil, Rússia, Polônia, Alemanha, Itália, Egito e Nigéria. Elas simbolizam os apóstolos de Cristo durante uma Santa Ceia estilizada e modernizada, que emoldura uma parede da parte central da Rocinha, palco de uma violenta disputa por território entre traficantes. Trata-se de um símbolo de paz e união em meio à guerra que já dura um mês, pintado e grafitado pelo artista plástico Acme (do Universo Acme) na parede ao lado da entrada da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, que está prestes a completar 80 anos.

Acme (Carlos Esquivel, de 39 anos), que tem entre suas obras espalhadas pela cidade o grafite "Cidade Submersa", em frente ao AquaRio, na Orla Conde, fez a Santa Ceia moderna a convite da equipe de uma TV alemã que veio ao Rio em busca de jovens membros de religiões diversas para que fizessem parte de um documentário sobre o tema. No Rio, o grupo gravou a história de vida de Elaine Ribeiro da Silva, de 13 anos, moradora da Rua Um, que estava na igreja em preparação para a eucaristia. Também relatou a história de um adolescente evangélico, da igreja Cristo Vive e morador do subúrbio do Rio. Ambos aparecem retratados no painel junto com jovens de várias partes do mundo, que também contaram suas histórias no documentário.

Este painel foi feito a convite de uma TV alemã para retratar a turma no lugar dos 12 apóstolos com um Jesus contemporâneo. Como as pessoas não sabem a cor de Jesus, fiz um negro querendo dizer que ele não tem cor, que pode ser negro, amarelo, pode ser branco. E ele está sendo retratado aqui como se estivesse numa Santa Ceia atual no Brasil, dentro de uma favela, que é um lugar humilde, assim como Nazaré também é considerada. Demorei seis dias para fazer usando uma técnica mista, com spray e com o acabamento no pincel - contou Acme, que foi indicado pelo produtor artístico Claus Ruegner.

Acme pincelou os rostos dos jovens estrangeiros a partir de fotografias mostradas pela equipe da televisão alemã. Já Elaine foi retrata no local e contou parte de sua história. Moradora de uma das regiões mais violentas da Rocinha, onde recentemente crianças foram fotografadas com os olhos vendados passando ao lado dos corpos de dois homens assassinados, Elaine diz já estar acostumada com os tiroteios.

Já estou acostumada com isso tudo. Levo uma vida normal, tranquila. Estou no 6º Ano da (Escola Municipal) Camilo Castelo Branco, no Horto Botânico. Moro com meu pai, que é pedreiro, com minha mãe, que é doméstica, e com meu irmão. E gosto de morar aqui. Foi essa minha história que eles (da equipe de TV) registraram no documentário a meu respeito – contou a jovem.

<https://oglobo.globo.com/rio/painel-da-santa-ceia-com-pizza-diversidade-se-destaca-em-meio-guerra-na-rocinha-21961675>

### 3.17 - Série Roupa-corpo-roupa: “O Eu e o Tu” - Queer, Lygia Clark. Sociologia e Biologia.



A dualidade masculino/feminino estava presente na metáfora construída pela série Roupa-corpo-roupa e na obra *O eu e o tu*, em que dois macacões de plástico traziam elementos que propiciavam sugestões de corpos masculino ou feminino, com aberturas para que um pudesse tocar o outro, como na descoberta do sexo.

Consiste em macacões de plástico para serem vestidos por um homem e uma mulher. No interior dos macacões, há um forro com diversos materiais como sacos plásticos cheios de água, espuma vegetal e borracha, no sentido de dar ao homem uma sensação feminina e à mulher uma sensação masculina. Um capuz também de plástico impossibilita a visão dos participantes, e um tubo de borracha, como um cordão umbilical une os dois macacões. Seis zíperes em diversos locais da roupa permitem que, ao abri-los, os participantes explorem o outro pelo tato “o homem reconheceria o seu próprio corpo através de sensações tácteis operadas sobre objetos exteriores a ele”, dizia Lygia Clark. (COSTA, 2010, p. 57).

O corpo vestido com Roupa-corpo-roupa passava a conduzir novas reações do participante, pois as relações com o mundo externo ocorrerem com a interferência da

peça da indumentária. Oliveira (2008) aponta para importância da relação geral do corpo com o vestuário, afirmando que as aparências do corpo vestido podem ser tomadas como alicerces de construções identitárias.

Nos palcos de exposição do sujeito, integram a cena não somente os modelos prescritos de corpo, mas também os prescritos para a indumentária, e os tipos de articulação, que o sujeito realiza no processamento do corpo vestido, vão talhar a construção de sua aparência, no qual intervém a sua concepção de mundo, vida seus anseios e seus valores. (OLIVEIRA; CASTILHO, 2008, p.94).

Assim, a relação do corpo com o vestuário estaria ligada à definição da aparência, da identidade e dos valores que expressam um determinado conteúdo para os demais corpos.

Como é essa relação do corpo à roupa? E da roupa ao corpo? Mais um tipo de empréstimo? Um toma-lá-dá-cá de sistema em relação ao outro, mas em função do quê? Não haveria uma dimensão além da unilateralidade relacional que operaria por uma reversibilidade de papéis e, assim, tanto a roupa faria empréstimos, doações ao corpo, como também o corpo à roupa? O que animariam essas operações de trocas? Estariam elas restritas a valores prático-funcionais? Interfeririam os valores simbólicos? E os valores estéticos, como estão investidos tanto no corpo quanto na roupa? (OLIVEIRA; CASTILHO, 2008, p.94).

A interação do corpo com a roupa ocorre por meio de uma relação não unilateral. A relação primária funcional, de proteção contra o ambiente, não é a única estabelecida com os corpos. Por meio da roupa há também fatores simbólicos e estéticos. Nas peças de Lygia Clark, o vestuário ultrapassa a função estritamente utilitária para abranger a própria concepção do corpo que se “veste”. Todavia, a exploração de gêneros, que ocorre dentro de algumas peças da artista, por vezes se dá de forma aparentemente assexuada. Nesta obra, por exemplo, temos macacões sem distinção externa de feminino ou masculino, nos quais os órgãos que diferenciam os sexos estão sendo “sentidos” ou evocados apenas no interior da peça.

Disponível em : [www.revistas.udesc.br](http://www.revistas.udesc.br)

### **3.18 - Trouxas ensanguentadas, de Artur Barrio, 1970. Geografia, Sociologia e História.**



Artur Alípio Barrio de Sousa Lopes (Porto, Portugal 1945). Artista multimídia e desenhista. Em 1955, passa a viver no Rio de Janeiro. Começa a se dedicar à pintura em 1965 e, a partir de 1967, frequenta a Escola Nacional de Belas Artes - Enba. Nesse período, realiza os "cadernos livres", com registros e anotações que se afastam das linguagens tradicionais. Em 1969, começa a criar as *Situações*: trabalhos de grande impacto, realizados com materiais orgânicos como lixo, papel higiênico, detritos humanos e carne putrefata (como as *Trouxas Ensangüentadas*), com os quais realiza intervenções no espaço urbano. No mesmo ano, escreve um manifesto no qual contesta as categorias tradicionais da arte e sua relação com o mercado, e a situação social e política na América Latina. Em 1970, na mostra Do Corpo à Terra, espalha as *Trouxas Ensangüentadas* em um rio em Belo Horizonte. Barrio documenta essas situações com o uso de fotografia, cadernos de artista e filmes Super-8. Cria também instalações e esculturas, nas quais emprega objetos cotidianos. Realiza constantes viagens, e reside também na África e na Europa - em Portugal, na França e na Holanda. Desde a metade da década de 1990, ocorrem várias publicações e exposições que procuram recuperar sua obra.

### **Análise da obra**

Artur Barrio começa a dedicar-se à pintura em 1965, no Rio de Janeiro. Dois anos mais tarde, entra na Escola Nacional de Belas Artes - Enba. Nesse período, desenha muito e faz. seus "cadernos-livros", obras em forma de registro e anotações que se afastam das linguagens tradicionais. Em 1969, inicia as *Situações*: trabalhos feitos com dejetos, materiais orgânicos e objetos nada convencionais. São atos efêmeros e provocativos, uma interferência artística no ambiente. Segundo a historiadora Sheila Cabo, com *Situações*, "Barrio desenvolve a relação arte/vida no sentido da recuperação da vida e repotencialização da arte".<sup>1</sup> No mesmo ano, lança seu *Manifesto*: um brado "contra as categorias da arte" e a situação política e social do terceiro mundo.<sup>2</sup>

Barrio joga 14 trouxas com carne, ossos e sangue no rio, em Belo Horizonte, durante a coletiva Do Corpo à Terra, em 1970. A ação tem apelo político, e é associada aos assassinatos do regime militar e dos grupos de extermínio. Muitas vezes, ele realiza as situações longe dos olhos do público e documenta essas ações por meio de filmes em Super-8, fotografia, cadernos e livros de artista. Esse material se torna parte de seu trabalho. Barrio também faz instalações ao ar livre, como *Blooshluss* (1972); e esculturas que utilizam objetos do cotidiano, como *Navalha Relógio* (1970) e 1) *Dentro para Fora*. 2) *Simples* (1970).

Retorna a Portugal em 1974. Presencia a Revolução dos Cravos e realiza situações como *4 Movimentos e 4 Pedras* e a escultura *Metal/Sebo Frio/Calor*. No

mesmo ano, expõe desenhos no Rio de Janeiro, São Paulo e Islândia. No ano seguinte, passa a morar em Paris. Lá, o Centre Georges Pompidou adquire seus cadernos de registro e livros de artista, como o *Livro de Carne* (1977). Nessa época faz performances, arte postal, esculturas, livros e cadernos de artista. Em 1982, expõe pela primeira vez o conjunto de quadros e desenhos intitulado *Série Africana*, em que retoma o trabalho com a cor e a pintura. Três anos depois mostra as obras desta série na 17ª Bienal Internacional de São Paulo. Apresenta na Galeria do Centro Empresarial do Rio de Janeiro, em 1987, a *Experiência nº 1*. Com este trabalho, inicia uma série de instalações em que atua diretamente sobre as paredes da galeria, sulcando-as e prendendo objetos em sua superfície. Em 1996, o Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB do Rio de Janeiro realiza retrospectiva de sua obra, com registros das *Situações*.

Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa47/artur-barrio>

## 4 – OBRAS TEXTUAIS

### 4.1 – POEMAS

#### 4.1.1 – A noite de dissolve os homens, de Carlos Drummond de Andrade. Literatura, Gramática e Redação.

A noite desceu. Que noite!  
Já não enxergo meus irmãos.  
E nem tão pouco os rumores que outrora me perturbavam.

A noite desceu. Nas casas, nas ruas onde se combate,  
nos campos desfalecidos, a noite espalhou o medo e a total incompreensão.  
A noite caiu. Tremenda, sem esperança...  
Os suspiros acusam a presença negra que paralisa os guerreiros.

E o amor não abre caminho na noite.  
A noite é mortal, completa, sem reticências,  
a noite dissolve os homens, diz que é inútil sofrer,  
a noite dissolve as pátrias, apagou os almirantes cintilantes!  
nas suas fardas.

A noite anoiteceu tudo... O mundo não tem remédio...  
Os suicidas tinham razão.

Aurora, entretanto eu te diviso,  
ainda tímida, inexperiente das luzes que vais ascender  
e dos bens que repartirás com todos os homens.

Sob o úmido véu de raivas, queixas e humilhações,  
adivinho-te que sobes,  
vapor róseo, expulsando a treva noturna.

O triste mundo fascista se decompõe ao contato de teus dedos,  
teus dedos frios, que ainda se não modelaram mas que avançam  
na escuridão  
como um sinal verde e peremptório.

Minha fadiga encontrará em ti o seu termo,  
minha carne estremece na certeza de tua vinda.

O suor é um óleo suave, as mãos dos sobreviventes  
se enlaçam,  
os corpos hirtos adquirem uma fluidez, uma inocência, um perdão  
simples e macio...



*Havemos de amanhecer.  
O mundo se tingem com as tintas da antemã  
e o sangue que escorre é doce, de tão necessário  
para colorir tuas pálidas faces, aurora.*

### **Análise da obra**

Apesar da consciência da plena incomunicabilidade dos homens, destinados a uma transcendência vazia, Drummond tenciona o ensaio de um movimento rumo à enigmática humanidade, um deslocamento que se tornará mais vigoroso na imagem

Essa imagem luminosa, a cromática da claridade do amanhecer e da mão redentora em poemas que desvelam um esforço de superar seus temores através de uma escrita poético-filosófica, propicia ao gauche vislumbrar um utópico futuro fraterno e superar seus temores no plano estético da criação lírico-meditativa, e surge no segundo movimento do poema "A Noite dissolve os homens".

Todo primeiro movimento textual desse poema parece ser marcado pela imagística sombria da escuridão noturna, (A noite desceu. Que noite!), metáfora, no macrocosmo, dos horrores do avanço nazi-fascista, da alienação das massas, do totalitarismo do Estado Novo, e, no microcosmo, do sentimento de culpa, medo e solidão do gauche. Entretanto, a claridade esperançosa de uma futura aurora surge como saída para o legado de impasses até agora experienciados.

A diluição do que havia de mais humano e grandioso nos homens dissolvidos nesse período trevoso, reificados e petrificados com o medo espalhado pela noite, encontra uma possibilidade de renascimento tal como a fênix que emerge das cinzas.

É um importante poema de sentido sociológico e político. Ele se destaca pelo contraste que estabelece entre a noite "mortal, completa, em reticências que dissolve os homens" e a esperança da aurora que será o termo da espera: "Minha fadiga encontrará em ti seu termo... minha carne estremece na certeza da tua vida..."

Disponível em: [https://www.passeiweb.com/estudos/livros/a\\_noite\\_dissolve\\_os\\_homens\\_poema\\_drummond](https://www.passeiweb.com/estudos/livros/a_noite_dissolve_os_homens_poema_drummond)

#### **4.1.2 – Consoada, de Manuel Bandeira. Literatura e Redação.**

Quando a Indesejada das gentes chegar

(Não sei se dura ou caroável),

Talvez eu tenha medo.

Talvez sorria, ou diga:

- Alô, iniludível!

O meu dia foi bom, pode a noite descer.  
(A noite com seus sortilégios.)  
Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,  
A mesa posta,  
Com cada coisa em seu lugar.

## **Análise da obra**

Um aspecto procedimental bastante corrente na poesia de Bandeira é a realização do poema nos limites com a prosa, com o uso de recursos narrativos na composição poética. Essa ferramenta desloca o eu-lírico de sua posição comum de sujeito comunicador de uma realidade interior e torna-o próximo de um narrador daquilo que está fora de si, porém com efeitos diretos sobre o eu. Temos em mente o poema “Consoada”, publicado no livro Opus 10 (1952).

O poema nos arremata de imediato com uma refinada metáfora, que torna a morte numa figura com aptidões humanas. Resoluto, consciente de que todo o seu trabalho já foi feito, o eu-lírico narra seu estado de prontidão pela chegada incontestável de uma visita indesejada. Há dúvida sobre seu aspecto (“dura ou caroável”) e sobre qual sentimento tomará conta de si (o terror ou a alegria). O poema, ao adotar o recurso da narração, cria uma tensão iniciada pelo advérbio “quando” no primeiro verso que demanda uma espera, neste caso, inevitável: estamos diante da perplexidade do eu que, embora preparado, é perturbado pela certeza de que a morte virá. Mas ele não tenta fugir; afinal, a morte é iniludível. Na verdade, é também um estado de resignação: sem ter como reagir contra uma força tão poderosa, o eu-lírico decide recebê-la da melhor maneira possível, com uma consoada, ou seja, uma ceia de Natal. A ausência de conectivos intensifica a sobreposição das imagens de modo que do segundo verso até o quinto temos o símile de um monólogo interior, reforçado nos versos entre parênteses, onde toda a atribulação é expressa sem mediação. Sob o véu da metáfora, não aparece em nenhum momento a palavra morte ou qualquer referência direta, que fica apenas subentendida na tensão que o texto provoca. A chave para decifrar quem é “a indesejada das gentes” está na parte flutuante do quarto verso (“– Alô, iniludível!”). Na realidade tangível de um campo lavrado, casa limpa e mesa posta, “cada coisa em seu lugar”, qual coisa não pode ser alienada (ainda que seja fantasiada e envolta de idealismo pelas religiões) senão a morte? Claro, um leitor de Bandeira logo reconheceria o tema recorrente e fundante da sua obra, invocado não sem uma dose de irreverência.

#### 4.1.3 – Esses chopos dourados, de Jorge Wanderley. Literatura e Gramática.

Verdes bandejas de ágata, meus olhos amarelos  
caminham para mim pela milésima vez  
enquanto estou cercado por brancos azulejos  
e amparado por uma toalha de quadros.  
No útero deste bar vou me elevando  
e saio da noite cheia de ruídos  
para a manhã do mar  
onde tudo é sal, impossível alquimia  
disfarçada num domingo.

Amável,  
esta manhã me aturde, manhã de equívocos  
onde um sábado moribundo se entrega sem rancor.  
Meu sábado, belíssima ave negra de olho aceso,  
cai nas muralhas do sol como um herói melancólico  
enquanto o mar abre o sorriso de dentes brancos  
lavados na areia alvura.

Caminho para o sol que me atrai mecanicamente:

— Vou te decifrar, domingo;  
diante de mim tua esfinge se enche de pudor.

quando a geração de meu pai  
batia na minha  
a minha achava que era normal  
que a geração de cima  
só podia educar a de baixo  
batendo

quando a minha geração batia na de vocês  
ainda não sabia que estava errado  
mas a geração de vocês já sabia  
e cresceu olhando a geração de cima

aí chegou esta hora  
em que todas as gerações já sabem de tudo  
e é péssimo  
ter pertencido à geração do meio

tendo errado quando apanhou da de cima  
e errado quando bateu na de baixo

e sabendo que apesar de amaldiçoados  
éramos todos inocentes

### **Análise da obra**

O texto pertence ao poeta, médico, professor universitário e tradutor, Jorge Wanderley (1938/1999). O poeta é conhecedor dos movimentos modernistas (1922) escreve sua obra, sem se preocupar com métrica ou rima - característica moderna marcante que é a liberdade de expressão. assim também, liberdade poética e temática.

Na primeira estrofe o poeta descreve o interior (útero) de um bar, (azulejos, toalhas, bandejas) no qual se encontra durante a noite. Seus olhos amarelos, parece referir-se à coloração do chopp, que já consumira em grande quantidade, o que o enleva (transporta a outras realidades);

A noite - de sábado - acaba, e o domingo, representado pelo sol é engolida. O poeta compara o sábado à uma ave negra abatida pelo dia seguinte agora silencioso e melancólico - assim são os domingos para uma grande maioria. Vemos que o sábado é festivo, enquanto o domingo é melancólico, pois antecede a rotina da segunda -feira.

O termo Alquimia é utilizado no sentido de magia, dada a mudança de situação (noite, sol, luz, mar, silêncio...). alquimia é esse mistério da transformação..."esfinge de pudor" se opõe à noite devassa, dos chopes, das enleavações...

Aparentemente o poeta rompe repentinamente com a temática, porém é apenas aparente, pois agora ele revela a mudança de pensamento entre as gerações (mudança da noite para o dia):

"quando a geração de meu pai batia na minha a minha achava que era normal que a geração de **cima** só podia educar a de **baixo** batendo".

A geração seguinte percebe o equívoco, porém a anterior achava ser "normal", pois fora criada assim. O conflito entre gerações termina por gerar ódio, se mal compreendida. E, finalmente, quando ambas as gerações percebem que não é NORMAL educar à base de pancadas, o poeta mostra que a geração dele sofreu duas vezes: uma por ter apanhado e outra por ter batido. (se colocarmos em perspectiva a criação de filhos de uma mesma família, perceberemos que os mais velhos são criados de maneira relativamente distinta dos mais novos, estes sempre são mais poupados - pois pertencem a outra geração, considerando-se para tal opinião o fato de que o mundo pós-moderno é extremamente volátil, inconstante...).

Disponível em: <http://ced6online.blogspot.com/2020/04/explicacao-do-texto-esses-chopes.html>

#### 4.1.4 – O morcego, de Augusto dos Anjos. Literatura e Biologia.

Meia-noite. Ao meu quarto me recolho.  
Meu Deus! E este morcego! E, agora, vede:  
Na bruta ardência orgânica da sede,  
Morde-me a goela ígneo e escaldante molho.

“Vou mandar levantar outra parede...”  
– Digo. Ergo-me a tremer. Fecho o ferrolho  
E olho o teto. E vejo-o ainda, igual a um olho,  
Circularmente sobre a minha rede!

Pego de um pau. Esforços faço. Chego  
A tocá-lo. Minh'alma se concentra.  
Que ventre produziu tão feio parto?!

A Consciência Humana é este morcego!  
Por mais que a gente faça, à noite, ele entra  
Imperceptivelmente em nosso quarto!

#### Análise da obra

O soneto “O Morcego”, também retirado do livro *EU e Outras Poesias* é composto por rimas perfeitas nos finais dos versos 1, 4, 6 e 7 com os fonemas [repolho\molho\ ferrolho\olho]; nos versos 2, 3, 5 e 8 [vede\sede\paredelrede]; nos

versos 9 e 12 [chego\morcego]; versos 10 e 13 [concentra\entra] e nos versos 11 e 14 com os fonemas [parto\quarto].

Com cinco rimas, inverte as abraçadas no segundo quarteto (ABBA BAAB); nos tercetos, segue o esquema CDE.

No primeiro quarteto há aliteração de “m” e “r”; no segundo quarteto de “r” que se repete nos dois tercetos, e assonância de “e” e “o”. Também há consonâncias internas de “s” e “c” nos versos 2 e 10, e consonâncias de “c” e “f” nos versos 6 e 9.

O poema acontece dentro de um ambiente, o quarto, e sequencia os fatos de forma linear. As exclamações e assonâncias expressam constante aflição e desespero, ao mesmo tempo em que o eu lírico não se movimenta do espaço físico “quarto” gerando certa aproximação com a sonoridade do poema, que apesar de obscuro e tenso, se mantém estático.

A grande metáfora do poema compara o morcego, um ser de aparência amedrontadora, que habita lugares úmidos e escuros, com a consciência humana. O morcego é capaz de transmitir ao homem a raiva através de sua mordida, ao mesmo tempo em que a consciência pode transmitir ao homem sentimentos negativos.

Tal fato acontece já no primeiro quarteto, quando o sujeito encontra-se em repouso no seu quarto, à meia-noite, quando é surpreendido por um morcego que lhe morde a garganta, ou, a consciência que lhe atinge o pensamento. No segundo verso, com uma exclamação indicando o susto, ele clama “Deus!” como se algo sobrenatural pudesse o salvar daquela situação “e, agora vede:”, como se esse Deus onipotente pudesse impedir o ataque desse vampiro.

Num momento de consciência, pensa: “*vou mandar levantar outra parede...*”. As reticências indicam um tempo que passa e este homem mordido, perde sangue e enfraquece, completando: “ergo-me a tremer”, fecha o ferrolho da porta para proteger-se, mas, ao olhar no teto, o bicho continuava ali, circulando na rede de descanso.

No primeiro terceto, já enfraquecido, esse homem pega um pau na tentativa de matá-lo; é tamanho o esforço que chega a tocá-lo, então, surge a dúvida, a origem deste monstro parido de um ventre.

Este ventre é desvendado e aterroriza o homem a descobrir a feiura da própria consciência. O ceticismo presente ao generalizar esta consciência comparando a obscuridade deste monstro raivoso com toda “a Consciência Humana” revela novamente a impossibilidade de fugir do próprio pensamento, onde, ao fugir do morcego, constrói-se outra parede. É seu destino traçado na inevitável necessidade de repouso de um ser finito. Esta ideia de aprisionamento e circularidade se confirma com a repetição do substantivo “*quarto*”, local onde toda a trama do eu lírico se passa e repete-se duas vezes, no primeiro e no último verso.

O morcego, apesar de não ser citado em todas as estrofes no discurso direto como nos versos dois “*E este morcego!*” e doze “*A Consciência humana é este morcego!*” ele é acusado como sujeito nos versos sete “*E vejo-o ainda.*” e dez “*Chego a tocá-lo.*” É a consciência negra e feroz presente em todo o poema, causando o desespero do homem que encontra, na morte, a transcendência desta dor que o acompanha, inevitavelmente, por toda a vida.

O poema é carregado de estímulos que nos levam o mais próximo da essência da experiência vivida pelo eu lírico e ele o faz com tal precisão que não se ocupa em diluir a emoção verdadeira em um sentimentalismo.

Disponível

em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiBjergjPLpAhU6KLkGHbXDBlwQFjAlegQICBAB&url=http%3A%2F%2Fbibliodigital.unijui.edu.br%3A8080%2Fxmlui%2Fbitstream%2Fhandle%2F123456789%2F1800%2FMONOGRAFIA%2520LIA%2520FORMATADO.pdf%3Fsequence%3D1&usg=AOvVaw2sBtUBKoi09xXdvNLPWkLt>

#### 4.1.5 – Poema aos homens do nosso tempo, de Hilda Hilst. Literatura.

Amada vida, minha morte demora.

Dizer que coisa ao homem,

Propor que viagem? Reis, ministros

E todos vós, políticos,

Que palavra além de ouro e treva

Fica em vossos ouvidos?

Além de vossa RAPACIDADE

O que sabeis

Da alma dos homens?

Ouro, conquista, lucro, logro

E os nossos ossos

E o sangue das gentes

E a vida dos homens

Entre os vossos dentes.

\*\*\*\*\*

Ao teu encontro, Homem do meu tempo,

E à espera de que tu prevaleças

À rosácea de fogo, ao ódio, às guerras,

Te cantarei infinitamente à espera de que um dia te conheças  
E convides o poeta e a todos esses amantes da palavra, e os outros,  
Alquimistas, a se sentarem contigo à tua mesa.  
As coisas serão simples e redondas, justas. Te cantarei  
Minha própria rudeza e o difícil de antes,  
Aparências, o amor dilacerado dos homens  
Meu próprio amor que é o teu  
O mistério dos rios, da terra, da semente.  
Te cantarei Aquele que me fez poeta e que me prometeu  
Compaixão e ternura e paz na Terra  
Se ainda encontrasse em ti, o que te deu.  
Análise da obra

### ***Análise da obra***

HILDA HILST nasceu em Jaú, São Paulo, em 21 de Abril de 1930. O pai, Apolônio de Almeida Prado Hilst, fazendeiro e poeta, era filho de Eduardo Hilst, imigrante que veio da Alsácia-Lorena ao Brasil, e de Maria do Carmo Ferraz de Almeida Prado. A mãe, Bedecilda Vaz Cardoso, era filha de portugueses.

Depois de terminar o curso clássico na Escola Mackenzie, estudou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Formada em 1952, a jovem bacharel exerceu durante alguns meses a advocacia, profissão que, segundo confessa, a deixou "apavorada".

Poeta, dramaturga e ficcionista, HILDA HILST escreve há quase cinquenta anos - publicou seu primeiro livro de poesias aos vinte anos (Presságio) - tendo sido agraciada com os mais importantes prêmios literários do país. Participa, desde 1982, do Programa do Artista Residente, da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Em 1957 e 1961 HILDA HILST fez viagens maiores pela Europa, demorando-se na França, Itália e Grécia.

Muito bonita, despertou grandes paixões, inclusive, do poeta Vinicius de Moraes e foi namorada do ator Dean Martin. Casou-se em 1968 com o escultor Dante Casarini.



Seu arquivo pessoal foi comprado pelo Centro de Documentação Alexandre Eulálio, Instituto de Estudos de linguagem, IEL, UNICAMP, em 1995, estando aberto a pesquisadores do mundo inteiro.

Alguns de seus textos foram traduzidos para o francês, inglês, italiano e alemão. Em março de 1997, seus textos *Com os meus olhos de cão* e *A obscena senhora D* foram publicados pela Ed. Gallimard, tradução de Maryvonne Lapouge, que também traduziu *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa.

Desde 1966, HILDA HILST mora na Casa do Sol, uma chácara próxima a Campinas-SP. Ali dedica todo seu tempo à criação literária. Quem visitá-la em sua chácara, vai encontrá-la rodeada por pilhas de livros, mas poucos deles tratam de literatura. Em sua maioria, são leituras teóricas, relacionadas à física, à filosofia e à matemática, com as quais ela procura refletir sobre questões como a imortalidade da alma, "do ponto de vista científico, não apenas metafísico", como ela diz. Por isso, Hilda vive mergulhada na obra do físico Stephane Lupasco, que defende a idéia de que a alma é feita de matéria quântica.

Foi a preocupação com a imortalidade da alma, aliás, que a levou, na década de 70, a realizar uma série de experiências com o intuito de gravar vozes de mortos. O estímulo surgiu a partir de pesquisas semelhantes feitas pelo cientista sueco Friederich Yuergenson, cujos resultados foram estudados pelo Instituto Max Planck, da Alemanha. Sob o olhar incrédulo, mas interessado, de físicos respeitados, como César Lattes, Mário Schenberg e Newton Bernardes, Hilda passou a esparramar gravadores de rolo pela sua chácara, deixando-os ligados. Trocou-os depois por gravadores cassetes acoplados a rádios sintonizados entre duas estações. Foi assim que captou e gravou vozes enigmáticas pronunciando palavras e fragmentos de frases, algumas, segundo ela, com até 12 vocábulos. Não foi levada a sério e suas experiências acabaram postas de lado. "Fosse hoje, com os cientistas buscando novos paradigmas, eu não passaria por louca", ironiza.

Na literatura, Hilda viveu a situação contrária: foi sempre levada a sério. Até demais. Carregou durante toda a sua carreira literária a fama de escritora difícil e de poucos leitores. Resolveu acabar com a pecha seis anos atrás, ao publicar uma trilogia pornográfica, iniciada com "O Caderno Rosa de Lory Lambi", que deixou os críticos de cabelos em pé. Conseguiu o que queria: chamar a atenção sobre o seu trabalho.

Hoje, de volta à literatura "séria", ela se divide entre o novo livro e a idéia de transformar sua chácara num centro de estudos psíquicos, filosóficos e científicos, que promova a integração entre diversas áreas do conhecimento.

Embora preocupada com a morte e a finitude das coisas, Hilda não perde, na vida e na arte, a sua conhecida irreverência. Talvez seja esta a sua principal marca, que um episódio acontecido anos atrás ilustra bem. Durante uma aula na Unicamp, ao lado de Mário Schenberg, Hilda falava para uma platéia de físicos e estudantes. No meio da exposição, notou que um físico presente caçoava de suas idéias, ao mesmo tempo em que insistia em coçar as virilhas. Lá pelas tantas, ele torpedeou: "Quer dizer que a senhora acredita realmente na imortalidade da alma?" E Hilda, rápida: "Eu acredito na imortalidade da minha alma, porque se o senhor continuar apenas rindo e coçando o saco, sequer constituirá uma alma."

*Júbilo, Memória, Noviciado da Paixão* foi publicado por Hilda Hilst em 1974, sob a Ditadura Militar, e marca a volta da autora à poesia depois de um intenso período de teatro político de conscientização e resistência ao regime.

O conjunto de poemas intitulado *Poemas aos Homens do nosso Tempo* fecha esse volume, que traz também uma escrita ao mesmo tempo anacrônica, ou arcaica, e revolucionária: se, por um lado, as suas odes, cantigas e sonetos remetem às formas poéticas consagradas por Camões, Petrarca, pelos cancioneiros ibéricos e poetas neoclássicos; por outro, subvertem essas formas ao revelar a mulher em uma posição que sempre foi ocupada por um homem: a do poeta lírico.

A figura feminina, frequentemente inspiração, objeto ou leitora ideal na tradição lírica, em Hilst se torna voz ativa e criadora, capaz de expressar seu amor físico e ideal, a falta do amante e a memória do amor – mas, sobretudo, a sua ligação íntima com a Poesia como finalidade última do canto:

*Porque tu sabes que é de poesia/Minha vida secreta. Tu sabes, Dionísio,/Que a teu lado te amando,/Antes de ser mulher sou inteira poeta./E que o teu corpo existe porque o meu/Sempre existiu cantando. Meu corpo, Dionísio,/É que move o grande corpo teu/Ainda que tu me vejas extrema e suplicante/Quando amanhece e me dizes adeus.*

(Ode descontínua e remota para flauta e oboé. De Ariana para Dionísio – II)

Se a mistificação do poeta eleito pode soar alienante – como se Hilst se refugiasse em um Parnaso próprio para não se envolver com problemas atuais, *Poemas aos Homens do nosso Tempo* revela uma consciência aguda do quadro social e político de um país em que a arte estava sob censura.

Infelizmente, “os homens do nosso tempo” de 74 ainda se parecem muito com os do nosso tempo quarenta anos depois.

Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/poemas-aos-homens-nosso-tempo-de-hilda-hilst/>

#### 4.1.6 - Quebranto, de Cuti. Literatura e Redação.

às vezes sou o policial que me suspeito  
me peço documentos  
e mesmo de posse deles  
me prendo  
e me dou porrada

às vezes sou o porteiro  
não me deixando entrar em mim mesmo  
a não ser  
pela porta de serviço

às vezes sou o meu próprio delíto  
o corpo de jurados

a punição que vem com o veredicto

às vezes sou o amor que me viro o rosto  
o quebranto  
o encosto  
a solidão primitiva  
que me envolvo no vazio

às vezes as migalhas do que sonhei e não comi  
outras o bem-te-vi com olhos vidrados  
trinando tristezas

um dia fui abolição que me lancei de supetão no  
espanto  
depois um imperador deposto  
a república de conchavos no coração  
e em seguida uma constituição  
que me promulgo a cada instante

também a violência dum impulso  
que me ponho do avesso  
com acessos de cal e gesso  
chego a ser

às vezes faço questão de não me ver  
e entupido com a visão deles  
me sinto a miséria concebida como um eterno  
começo

fecho-me o cerco  
sendo o gesto que me nego  
a pinga que me bebo e me embebedo  
o dedo que me aponto  
e denuncio  
o ponto em que me entrego.

às vezes!...

### ***Análise da obra***

O autor utiliza-se da ambigüidade do vocábulo quebranto que traz como sentido primeiro a fraqueza, a prostração diante das dificuldades, num sentido outro, refere-se ainda à superstição popular que certas pessoas produzem noutras, o mau-olhado, para enumerar os preconceitos mais correntes a que o negro está sujeito, a culpabilidade por toda e qualquer ação ruim que ocorre. O modo como o poema é construído, utilizando o verbo ser em primeira pessoa, no modo imperativo parece denunciar a interiorização desses preconceitos, mas ao mesmo tempo denota uma tomada de consciência. Como se após anos ouvindo o discurso do outro, que se coloca na posição do colonizador, os estereótipos fossem incorporando-se à formação de sua identidade e ao mesmo tempo tornando o negro capaz de perceber que tais preconceitos não lhes dizem respeito, dando-lhe coragem para levantar a voz. Ao antepor a expressão “às vezes” temos uma

relativização desse preconceito o que nos permite pensar em momentos de possível libertação e a percepção de uma tênue mudança ainda que não satisfatória.

A partir, portanto, da semelhança entre o caminho histórico percorrido pela raça negra desde a ruptura com suas raízes em África e o próprio caminhar da literatura afrobrasileira, que de certo modo rompe com a tradição imposta pela literatura canônica brasileira, é que podemos perceber em ambos uma busca por uma afirmação e valorização. Ao utilizar temas que denotam um certo grau de selvageria e brutalidade ou lançando mão de uma eroticidade algumas vezes explícita, a literatura afro-brasileira causa estranhamento em parte da crítica e no próprio meio acadêmico, sendo ainda lhe imputada o caráter de marginalidade.

Dipsonível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiw9a-y24PqAhXQHLkGHR9CDZkQFjAlegQICBAB&url=http%3A%2F%2Fple.uem.br%2F3celli\\_anais%2Ftrabalhos%2Festudos\\_literarios%2Fpdf\\_literario%2F067.pdf&usg=AOvVaw2QRf8kdLNLUrxPNc47sPz\\_](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiw9a-y24PqAhXQHLkGHR9CDZkQFjAlegQICBAB&url=http%3A%2F%2Fple.uem.br%2F3celli_anais%2Ftrabalhos%2Festudos_literarios%2Fpdf_literario%2F067.pdf&usg=AOvVaw2QRf8kdLNLUrxPNc47sPz_)

#### 4.1.7 - Soneto, de Ana Cristina Cesar. Literatura e gramática.

Pergunto aqui se sou louca  
Quem quer saberá dizer  
Pergunto mais, se sou sã  
E ainda mais, se sou eu

Que uso o viés pra amar  
E finjo fingir que finjo  
Adorar o fingimento  
Fingindo que sou fingida

Pergunto aqui meus senhores  
quem é a loura donzela  
que se chama Ana Cristina

E que se diz ser alguém  
É um fenômeno mor  
Ou é um lapso sutil?

– Ana Cristina Cesar, em “A teus pés”. São Paulo: Brasiliense, 1982.

#### **Análise da obra:**

Ana Cristina Cesar, a poeta que tentou matar a menina, segundo José Castello, nasceu em 1952 e aos 8 anos já escrevia poesia. Influenciada sobretudo por Sylvia Plath e Emily Dickinson, nomes que traduziu, ela é um dos nomes principais da poesia brasileira na segunda metade do século XX. Embora tenha realizado textos muitas vezes confessionários, a exemplo de *Luvras de pelica* e *Cenas de abril*, alvos preferidos de quem desconfia da qualidade de sua poesia, muitos de seus poemas chamam a atenção pelo tom quase telegráfico, característica que se acentuaria nas obras de poetas contemporâneos – e daí a principal característica de sua modernidade. De 1969,



ainda na juventude, já surgiam poemas concisos e inteligentes: “Tenho uma folha branca / e limpa à minha espera: / mudo convite”. Ana, foi, antes de tudo, uma poeta que buscou sua forma. Isso fica claro em seu recentemente lançado *Antigos e soltos* (Instituto Moreira Salles, 480 p.), que acrescenta aos livros dela já lançados (*A teus pés, Inéditos e dispersos*, livro póstumo organizado por Armando Freitas Filho, e *Crítica e tradução*, todos em edição conjunta da Ática e do Instituto Moreira Salles) e à sua *Correspondência incompleta* (organizada por Heloisa Buarque de Holanda e por Armando Freitas Filho e lançada em 1999 pela Aeroplano). Em *Antigos e soltos*, Ana utiliza todas as suas dicções e apresenta trabalhos até melhores do que aqueles incluídos em *A teus pés* e *Inéditos e dispersos*. Ele leva o subtítulo de “Poemas da pasta rosa”, o que remete ao trecho de uma carta de Ana Cristina: “Tenho um prazer meio obsessivo com classificações, pastas, organizações, divisões, arrumações”. É justamente o que se vê nesses inéditos que ela deixou: apesar de parecerem soltos, há uma unidade, uma organização, desde os poemas inacabados, passando pelos poemas terminados mas rejeitados até os inéditos. É interessante como o livro traz a reprodução de rabiscos, papéis datilografados, manuscritos fragmentos colados, da autora, com anotações sucintas da organizadora Viviana Bosi. Interpretar o livro apenas como um apêndice de curiosidades é equivocado. O livro pode ser interpretado como parte indispensável da obra de Ana Cristina. A sua consciência em misturar prosa e poesia, no limite certo, ou buscar uma nova unidade métrica, faz com que seus poemas tenham rara qualidade. Chama atenção como a poeta estava em processo de construção com 20, 25 anos, anunciando o que seria um dos trabalhos mais importantes da poesia brasileira recente. É lamentável que a realização tenha sido interrompida tão cedo e de forma tão trágica – a poeta, quando tinha muito ainda a oferecer aos leitores, se suicidou. No entanto, *Antigos e soltos* não deixa de ser uma mostra de sua generosidade.

### Poemas iniciais

Seus poemas iniciais, datados de 1967-68, presentes em *Inéditos e dispersos*, conservavam formas clássicas, como o soneto, mas neles já se vislumbrava um talento diferente, sobretudo na construção do verso, procurando uma estrutura diferente para cada texto. É de 68 o poema chamado, não à toa, “Soneto”, no qual Ana procura um diálogo com Fernando Pessoa, a quem se refere em outro poema (“a gente sempre acha que é / Fernando Pessoa”): “Que uso o viés pra amar / E finjo fingir que finjo / Adorar o fingimento / Fingindo que sou fingida”. De 67, “Quartetos”, cujos versos finais são contundentes – e desalentadores –, para uma jovem: “Nasci para a vida / De morte vivi / Mas tudo se acaba / Silêncio. Morri”. Ou quando se autodenomina, “DO DIÁRIO não diário INCONFISSÕES”: “17.10.68 / / Forma sem norma / Defesa cotidiana / Conteúdo tudo / Abranges uma ana”. Os melhores poemas desta época mostram como Ana conseguia lidar com a imagem de um modo singular. Como em “Ante-Sonho”, que reúne características que tomariam a poesia contemporânea dos anos 80, revelando um certo programa de Ana para o poema sintético, repleto de elipses e imagens ligeiras, mas trabalhadas com precisão formal.

Disponível em: <http://unisinios.br/blogs/ihu/invencao/unidade-na-obra-de-ana-cristina-cesar/>

#### 4.1.8 - Tecendo a manhã, de João Cabral de Melo Neto. Gramática e Redação.

"Um galo sozinho não tece a manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.

De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro: de outro galo  
que apanhe o grito que um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzam  
os fios de sol de seus gritos de galo  
para que a manhã, desde uma tela tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão".

### ***Análise da obra***

Este poema faz parte de um conjunto de meta poemas lançado em mil novecentos e sessenta e seis que consolidaria a abordagem lógica da preciosa poesia de Cabral.

O poema apresenta uma construção em metro irregular, os versos não seguem um padrão referente ao número de sílabas poéticas, apesar da divisão em estrofes caracterizar o tratamento das divisões comuns em forma fixa.

Quanto ao ritmo, este elemento recebe um tratamento rico, complexo e incomum. O poeta utiliza desde a situação das sílabas tônicas e pausas, sem buscar a regularidade padrão na realização dos poemas em forma fixa, realiza reiteradamente das homofonias para através da coincidência sonora e proximidade dos radicais, buscando um padrão sonoro coincidente e harmônico. Este tratamento estabeleceu uma relação original com os elementos de versificação e acrescentou valores importantes a obra deste poeta.

Os esquemas de rimas seguem um padrão de sonoridade ao fim de cada verso, na primeira estrofe o substantivo “galo” nos versos pares, alterna-se num metro irregular ausente de coincidência sonora; na segunda estrofe os três primeiros versos terminam com palavras de sonoridade semelhante, a proximidade delas no verso treze chega a realizar uma rima preciosa, pouco comum neste modelo de versificação.

Registremos a tensão poética por uma característica comum em Cabral, ainda no verso treze a utilização de um neologismo “entretendendo” que somado a ocorrência descrita anteriormente, estabelece a tensão que encerra as rimas consoantes da segunda estrofe.

Os três primeiros versos da segunda estrofe com a flexão verbal no gerúndio realizam a nasalização do início de quase todos os versos da segunda estrofe a exceção do último verso.

As aliterações dão apoio consistente à realização do ritmo, merece destaque /m/; /t/; /d/; /n/ e /g/. As assonâncias mais marcantes são /a/; /o/ e /ã/, apoiando as pausas necessárias dentro dos versos.

Outro dado pertinente é a repetição de palavras, cujo efeito é estabelecer a relação entre substantivo e verbo, merecem destaque: galo, grito, todos, toldos, manhã e as derivações de tecer.

Algumas ocorrências merecem atenção especial dentro de leitura criteriosa, os versos três e cinco apresentam a elisão do verbo lançar com as suas devidas flexões, este recurso evita o eco no verso seguinte sem obstruir a reiteração pela repetição que é uma das características marcantes neste poema, talvez uma forma de esquivar-se da anadiplose.

Outra ocorrência que merece atenção é no penúltimo verso o vocábulo “tecido” na função de substantivo, retorna no último verso como verbo, em outra reiteração dentro da mesma restrição do vocabulário.

Analisando o tratamento estilístico podemos situar o poema como uma alegoria sobre a identidade coletiva através de uma realização, mas esta seria uma leitura mais abrangente que subordinaria o texto a uma única apreciação limitando a exposição de elementos empregados na construção desta figura maior.

Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/2080760>

## 4.2 - CONTOS

### 4.2.1 - A caolha, de Júlia Lopes de Almeida. Sociologia e literatura.

A caolha era uma mulher magra, alta, macilenta, peito fundo, busto arqueado, braços compridos, delgados, largos nos cotovelos, grossos nos pulsos; mãos grandes, ossudas, estragadas pelo reumatismo e pelo trabalho; unhas grossas, chatas e cinzentas, cabelo crespo, de uma cor indecisa entre o branco sujo e o louro grisalho, desse cabelo cujo contato parece dever ser áspero e espinhento; boca descaída, numa expressão de desprezo, pescoço longo, engelhado, como o pescoço dos urubus; dentes falhos e cariados.

O seu aspecto infundia terror às crianças e repulsão aos adultos; não tanto pela sua altura e extraordinária magreza, mas porque a desgraçada tinha um defeito horrível: haviam lhe extraído o olho esquerdo; a pálpebra descera mirrada, deixando, contudo, junto ao lacrimal, uma fístula continuamente porejante.

Era essa pinta amarela sobre o fundo denegrado da olheira, era essa destilação incessante de pus que a tornava repulsiva aos olhos de toda gente.

Morava numa casa pequena, paga pelo filho único, operário numa fábrica de alfaiate; ela lavava a roupa para os hospitais e dava conta de todo o serviço da casa

inclusive cozinha. O filho, enquanto era pequeno, comia os pobres jantares feitos por ela, às vezes até no mesmo prato; à proporção que ia crescendo, ia-se a pouco e pouco manifestando na fisionomia a repugnância por essa comida; até que um dia, tendo já um ordenadinho, declarou à mãe que, por conveniência do negócio, passava a comer fora...

Ela fingiu não perceber a verdade, e resignou-se.

Daquele filho vinha-lhe todo o bem e todo o mal.

Que lhe importava o desprezo dos outros, se o seu filho adorado lhe pagasse com um beijo todas as amarguras da existência?

Um beijo dele era melhor que um dia de sol, era a suprema carícia para o triste coração de mãe! Mas... os beijos foram escasseando também, com o crescimento do Antonico! Em criança ele apertava-a nos braços e enchia-lhe a cara de beijos; depois, passou a beijá-la só na face direita, aquela onde não havia vestígios de doença; agora, limitava-se a beijar-lhe a mão!

Ela compreendia tudo e calava-se.

O filho não sofria menos.

Quando em criança entrou para a escola pública da freguesia, começaram logo os colegas, que o viam ir e vir com a mãe, a chamá-lo – o filho da caolha.

Aquilo exasperava-o; respondia sempre:

– Eu tenho nome!

Os outros riam e chacoteavam-no; ele se queixava aos mestres, os mestres ralhavam com os discípulos, chegavam mesmo a castigá-los – mas a alcunha pegou. Já não era só na escola que o chamavam assim.

Na rua, muitas vezes, ele ouvia de uma ou outra janela dizerem: o filho da caolha! Lá vai o filho da caolha! Lá vem o filho da caolha!

Eram as irmãs dos colegas, meninas novas, inocentes e que, industriadas pelos irmãos, feriam o coração do pobre Antonico cada vez que o viam passar!

As quitadeiras, onde iam comprar as goiabas ou as bananas para o lanche, aprenderam depressa a denominá-lo como os outros, e, muitas vezes, afastando os pequenos que se aglomeravam ao redor delas, diziam, estendendo uma mancheia de arações, com piedade e simpatia:

– Taí, isso é para o filho da caolha!

O Antonico preferia não receber o presente a ouvi-lo acompanhar de tais palavras; tanto mais que os outros, com inveja, rompiam a gritar, cantando em coro, num estribilho já combinado:

– Filho da caolha, filho da caolha!

O Antonico pediu à mãe que não o fosse buscar à escola; e muito vermelho, contou-lhe a causa; sempre que o viam aparecer à porta do colégio os companheiros murmuravam injúrias, piscavam os olhos para o Antonico e faziam caretas de náuseas.

A caolha suspirou e nunca mais foi buscar o filho.



Aos onze anos o Antonico pediu para sair da escola: levava a brigar com os condiscípulos, que o intrigavam e malqueriam. Pediu para entrar para uma oficina de marceneiro. Mas na oficina de marceneiro aprenderam depressa a chamá-lo – o filho da caolha, a humilhá-lo, como no colégio.

Além de tudo, o serviço era pesado e ele começou a ter vertigens e desmaios. Arranjou então um lugar de caixeiro de venda: os seus colegas agruparam-se à porta, insultando-o, e o vendeiro achou prudente mandar o caixeiro embora, tanto que a rapaziada ia-lhe dando cabo do feijão e do arroz expostos à porta nos sacos abertos! Era uma contínua saraivada de cereais sobre o pobre Antonico!

Depois disso passou um tempo em casa, ocioso, magro, amarelo, deitado pelos cantos, dormindo às moscas, sempre zangado e sempre bocejante! Evitava sair de dia e nunca, mas nunca, acompanhava a mãe; esta poupava-o: tinha medo que o rapaz, num dos desmaios, lhe morresse nos braços, e por isso nem sequer o repreendia! Aos dezesseis anos, vendo-o mais forte, pediu e obteve-lhe, a caolha, um lugar numa oficina de alfaiate. A infeliz mulher contou ao mestre toda a história do filho e suplicou-lhe que não deixasse os aprendizes humilhá-lo; que os fizesse terem caridade!

Antonico encontrou na oficina uma certa reserva e silêncio da parte dos companheiros; quando o mestre dizia: sr. Antonico, ele percebia um sorriso mal oculto nos lábios dos oficiais; mas a pouco e pouco essa suspeita, ou esse sorriso, se foi desvanecendo, até que principiou a sentir-se bem ali.

Decorreram alguns anos e chegou a vez de Antonico se apaixonar. Até aí, numa ou outra pretensão de namoro que ele tivera, encontrara sempre uma resistência que o desanimava, e que o fazia retroceder sem grandes mágoas. Agora, porém, a coisa era diversa: ele amava! Amava como um louco a linda moreninha da esquina fronteira, uma rapariguinha adorável, de olhos negros como veludos e boca fresca como um botão de rosa. O Antonico voltou a ser assíduo em casa e expandia-se mais carinhosamente com a mãe; um dia, em que viu os olhos da morena fixarem os seus, entrou como um louco no quarto da caolha e beijou-a mesmo na face esquerda, num transbordamento de esquecida ternura!

Aquele beijo foi para a infeliz uma inundação de júbilo! Tornara a encontrar o seu querido filho! Pôs-se a cantar toda a tarde, e nessa noite, ao adormecer, dizia consigo:

– Sou muito feliz... o meu filho é um anjo!

Entretanto, o Antonico escrevia, num papel fino, a sua declaração de amor à vizinha. No dia seguinte mandou-lhe cedo a carta. A resposta fez-se esperar. Durante muitos dias Antonico perdia-se em amarguradas conjecturas.

Ao princípio pensava: – É o pudor.

Depois começou a desconfiar de outra causa; por fim recebeu uma carta em que a bela moreninha confessava consentir em ser sua mulher, se ele se separasse completamente da mãe! Vinham explicações confusas, mal alinhavadas: lembrava a mudança de bairro; ele ali era muito conhecido por filho da caolha, e bem compreendia que ela não se poderia sujeitar a ser alcunhada em breve de – nora da caolha, ou coisa semelhante!

O Antonico chorou! Não podia crer que a sua casta e gentil moreninha tivesse pensamentos tão práticos!

Depois o seu rancor se voltou para a mãe.

Ela era a causadora de toda a sua desgraça! Aquela mulher perturbara a sua infância, quebrara-lhe todas as carreiras, e agora o seu mais brilhante sonho de futuro sumia-se diante dela! Lamentava-se por ter nascido de mulher tão feia, e resolveu procurar meio de separar-se dela; iria considerar-se humilhado continuando sob o mesmo teto; havia de protegê-la de longe, vindo de vez em quando vê-la à noite, furtivamente...

Salvava assim a responsabilidade do protetor e, ao mesmo tempo, consagraria à sua amada a felicidade que lhe devia em troca do seu consentimento e amor...

Passou um dia terrível; à noite, voltando para casa levava o seu projeto e a decisão de o expor à mãe.

A velha, agachada à porta do quintal, lavava umas panelas com um trapo engordurado. O Antonico pensou: "Ao dizer a verdade eu havia de sujeitar minha mulher a viver em companhia de... uma tal criatura?" Estas últimas palavras foram arrastadas pelo seu espírito com verdadeira dor. A caolha levantou para ele o rosto, e o Antonico, vendo-lhe o pus na face, disse:

– Limpe a cara, mãe...

Ela sumiu a cabeça no avental; ele continuou:

– Afinal, nunca me explicou bem a que é devido esse defeito!

– Foi uma doença, – respondeu sufocadamente a mãe – é melhor não lembrar isso!

– E é sempre a sua resposta: é melhor não lembrar isso! Por quê?

– Porque não vale a pena; nada se remedeia...

– Bem! Agora escute: trago-lhe uma novidade. O patrão exige que eu vá dormir na vizinhança da loja... já aluguei um quarto; a senhora fica aqui e eu virei todos os dias saber da sua saúde ou se tem necessidade de alguma coisa... É por força maior; não temos remédio senão sujeitar-nos!...

Ele, magrinho, curvado pelo hábito de costurar sobre os joelhos, delgado e amarelo como todos os rapazes criados à sombra das oficinas, onde o trabalho começa cedo e o serão acaba tarde, tinha lançado naquelas palavras toda a sua energia, e espreitava agora a mãe com um olhar desconfiado e medroso.

A caolha se levantou e, fixando o filho com uma expressão terrível, respondeu com doloroso desdém:

– Embusteiro! O que você tem é vergonha de ser meu filho! Saia! Que eu também já sinto vergonha de ser mãe de semelhante ingrato!

O rapaz saiu cabisbaixo, humilde, surpreso da atitude que assumira a mãe, até então sempre paciente e cordata; ia com medo, maquinalmente, obedecendo à ordem que tão feroz e imperativamente lhe dera a caolha.

Ela o acompanhou, fechou com estrondo a porta, e vendo-se só, encostou-se cabaleante à parede do corredor e desabafou em soluços.

O Antonico passou uma tarde e uma noite de angústia.

Na manhã seguinte o seu primeiro desejo foi voltar à casa; mas não teve coragem; via o rosto colérico da mãe, faces contraídas, lábios adelgaçados pelo ódio, narinas

dilatadas, o olho direito saliente, a penetrar-lhe até o fundo do coração, o olho esquerdo arrepanhado, murcho – murcho e sujo de pus; via a sua atitude altiva, o seu dedo ossudo, de falanges salientes, apontando-lhe com energia a porta da rua; sentia-lhe ainda o som cavernoso da voz, e o grande fôlego que ela tomara para dizer as verdadeiras e amargas palavras que lhe atirara no rosto; via toda a cena da véspera e não se animava a arrostar com o perigo de outra semelhante.

Providencialmente, lembrou-se da madrinha, única amiga da caolha, mas que, entretanto, raramente a procurava.

Foi pedir-lhe que interviesse, e contou-lhe sinceramente tudo o que houvera.

A madrinha escutou-o comovida; depois disse:

– Eu previa isso mesmo, quando aconselhava tua mãe a que te dissesse a verdade inteira; ela não quis, aí está!

– Que verdade, madrinha?

Encontraram a caolha a tirar umas nódoas do fraque do filho – queria mandar-lhe a roupa limpinha. A infeliz se arrependera das palavras que dissera e tinha passado a noite à janela, esperando que o Antonico voltasse ou passasse apenas... Via o porvir negro e vazio e já se queixava de si! Quando a amiga e o filho entraram, ela ficou imóvel: a surpresa e a alegria amarraram-lhe toda a ação.

A madrinha do Antonico começou logo:

– O teu rapaz foi suplicar-me que te viesse pedir perdão pelo que houve aqui ontem e eu aproveitei a ocasião para, à tua vista, contar-lhe o que já deverias ter-lhe dito!

– Cala-te! – murmurou com voz apagada a caolha.

– Não me calo! Essa pieguice é que te tem prejudicado! Olha, rapaz! Quem cegou a tua mãe foste tu!

O afilhado tornou-se lívido; e ela concluiu:

– Ah, não tiveste culpa! Eras muito pequeno quando, um dia, ao almoço, levantaste na mãozinha um garfo; ela estava distraída, e antes que eu pudesse evitar a catástrofe, tu o enterraste pelo olho esquerdo! Ainda tenho no ouvido o grito de dor que ela deu!

O Antonico caiu pesadamente de bruços, com um desmaio; a mãe acercou-se rapidamente dele, murmurando trêmula:

– Pobre filho! Vês? Era por isto que eu não queria dizer nada!

### ***Análise da obra***

O Conto "A Caolha", que é de autoria de Julia Lopes de Almeida, é narrado em terceira pessoa, ou seja, temos um narrador observador. Como personagens principais temos: A "Caolha" e o seu filho Antonico, e como secundários que também são importantes para a narrativa a Morena e a Madrinha de Antonico. Como características marcantes do conto, podemos destacar a descrição minuciosa dos personagens, seja fisicamente, ou psicologicamente. Tal particularidade é utilizada para dar maior

veracidade a narrativa, fazendo com que o leitor possa se inserir no conto criando em seu imaginário cada personagem e o ambiente em que se passa a narrativa.

Temos dona “Caolha” que recebe as seguintes descrições: “uma mulher magra, alta, macilenta, peito fundo, busto arqueado, braços compridos, delgados, largos nos cotovelos, grossos nos pulsos; mãos grandes, ossudas [...] boca decaída, numa expressão de desprezo, pescoço longo, engelhado, como pescoço dos urubus; dentes falhos e cariados”. Tais características nos fazem pensar que trata-se de uma senhora com idade avançada e que sofrera muito em sua vida. Seu sofrimento advém de uma doença que lhe tomara parte de sua face, que até então, era desconhecida para seu filho e vizinhança. A doença é um dos pontos marcantes da sua narrativa, “havia lhe extraído o olho esquerdo [...] Era essa pinta amarela sobre o fundo denegrado da olheira, era essa destilação incessante de pus que a tornava repulsiva aos olhos de toda a gente”, por conta desta que é acunhada como “A Caolha”, fruto de seu sofrimento e (in)diretamente do seu filho que é marcado por toda a sua vida com apelidos no que se referia ao aspecto físico da mãe.

Dona Caolha é uma senhora de origem humilde que não tem expectativas de vida, a não ser pela felicidade de seu filho Antonico. A autora apresenta ainda uma retrospectiva, que é de certa forma, importantíssima para situar o leitor sobre a relação entre dona Caolha e seu filho Antonico, “O filho enquanto era pequeno [...] Na rua, muitas vezes, ele ouvia de uma ou de outra janela dizerem: O filho da caolha! Lá vai o filho da caolha! Lá vem o filho da caolha!”, confirmamos ainda, o sofrimento de seu filho seja na escola, na vizinhança ou nos trabalhos, que era marcado por ser filho da Dona Caolha.

A autora faz o uso de figuras de linguagem que é comum ao gênero, como a antítese apresentada no seguinte texto: “Daquele filho vinha-lhe todo o bem e todo o mal”, em outras palavras, Dona Caolha via em seu filho o desejo de viver e se sentia feliz, mesmo com todos os problemas, pois, para ela bastava apenas o amor e o carinho de seu filho. Já seu filho, nutria sentimentos de vergonha e desprezo que foram crescendo e aflorado com o decorrer dos anos, por conta das chacotas que ele sofrera.

Os anos se passavam, Dona Caolha ainda com seu “problema”, já Antonico, sai da escola, por conta das chacotas e se dedica ao trabalho, até chegar à oficina onde todos o aceitaram sem usar de chacotas para com ele. Antonico agora estava apaixonado, paixão esta que será mais tarde, decisiva em sua relação com a mãe, mas enquanto isso não acontecia, ele visitara sua mãe com assiduidade. Dona Caolha, então se sentia feliz com a presença constante de seu tão amado e adorado filho, “\_sou muito feliz... o meu filho é um anjo!”. Contudo, mudanças estavam por vim, por pedido de sua amada “Morena” que lhe impôs o afastamento de sua mãe, pois não queria ficar conhecida como a nora da Caolha, “[...] não se poderia sujeitar a ser alcunhada em breve de – nora da caolha, ou coisa semelhante!”. Antonico embriagado por esse amor levando o rancor de toda a dor que havia sentido enquanto criança que voltava a tona, “Ela era a causadora de toda a sua desgraça! Aquela mulher perturbava a sua infância”.

Assim, a sua relação ficara cada vez pior, brigas e discussões afloraram, insultos foram ditos por ambos. Dona Caolha disse em alto tom: “\_Embusteiro! O que você tem é vergonha de ser meu filho! Saia! Que eu também já sinto vergonha de ser mãe de semelhante ingrato!”. Antonico era visto como o filho que rejeitara a sua mãe por conta de um amor, sendo que a dedicação de sua mãe não contara. Em discussões Antonico questionou a mãe: “\_Final nunca me explicou bem a que é devido esse defeito!” que mais tarde seria o desfecho do conto. Entra em cena sua madrinha a única amiga da Caolha, decisiva para o remate da narrativa e o desvendar do mistério que envolvia a

doença de Dona Caolha. As palavras duras são ditas em alto tom por sua madrinha [...] Olha, rapaz, quem cegou tua mãe foste tu!”. As palavras soaram com tamanha dor e a reação foi o desmaio de Antonico.

A narrativa muito bem escrita, com traços esmiuçadores apresenta um desfecho que até então, não era esperado, mesmo porque Donda Caolha nutria pelo filho sentimentos como amor e carinho, e não deixara transparecer sua dor. Contudo o que acontecera ela poderia renegar seu filho e culpá-lo por tamanha dor que a marcara por toda a sua vida. Percebemos assim, que a autora traz à tona o amor de Mãe, ou melhor, o verdadeiro amor materno, que é capaz de superar qualquer problema e a ingratidão que muitos filhos nutrem por seus pais, esquecendo e deixando para trás aqueles que lhe deram vida.

#### **4.2.2 – Maria, de Conceição Evaristo. Sociologia e História.**

Maria estava parada há mais de meia hora no ponto de ônibus. Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor, teria ido a pé. Era preciso mesmo ir se acostumando com a caminhada. Os ônibus estavam aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço. A gorjeta chegara numa hora boa. Os dois filhos menores estavam muito gripados. Precisava comprar xarope e aquele remedinho de desentupir o nariz. Daria para comprar também uma lata de Toddy. As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos gostavam de melão?

A palma de umas de suas mãos doía. Tinha sofrido um corte, bem no meio, enquanto cortava o pernil para a patroa. Que coisa! Faca-laser corta até a vida!

Quando o ônibus apontou lá na esquina, Maria abaixou o corpo, pegando a sacola que estava no chão entre as suas pernas. O ônibus não estava cheio, havia lugares. Ela poderia descansar um pouco, cochilar até a hora da descida. Ao entrar, um homem levantou lá de trás, do último banco, fazendo um sinal para o trocador. Passou em silêncio, pagando a passagem dele e de Maria. Ela reconheceu o homem. Quando tempo, que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele. Maria sentou-se na frente. O homem assentou-se ao lado dela. Ela se lembrou do passado. Do homem deitado com ela. Da vida dos dois no barraco. Dos primeiros enjoos. Da barriga enorme que todos diziam gêmeos, e da alegria dele. Que bom! Nasceu! Era um menino! E haveria de se tornar um homem. Maria viu, sem olhar, que era o pai do seu filho. Ele continuava o mesmo. Bonito, grande, o olhar assustado não se fixando em nada e em ninguém. Sentiu uma mágoa imensa. Por que não podia ser de outra forma? Por que não podiam ser felizes? E o menino, Maria? Como vai o menino? cochichou o homem. Sabe que sinto falta de vocês? Tenho um buraco no peito, tamanha a saudade! Tou sozinho! Não arrumei, não quis mais ninguém. Você já teve outros... outros filhos? A mulher baixou os olhos como que pedindo perdão. É. Ela teve mais dois filhos, mas não tinha ninguém também! Homens também? Eles haveriam de ter outra vida. Com eles tudo haveria de ser diferente. Maria, não te esqueci! Tá tudo aqui no buraco do peito...

O homem falava, mas continuava estático, preso, fixo no banco. Cochichava com Maria as palavras, sem entretanto virar para o lado dela. Ela sabia o que o homem dizia. Ele estava dizendo de dor, de prazer, de alegria, de filho, de vida, de morte, de despedida. Do buraco-saudade no peito dele... Desta vez ele cochichou um pouquinho mais alto. Ela, ainda sem ouvir direito, adivinhou a fala dele: um abraço, um beijo, um carinho no filho. E logo após, levantou rápido sacando a arma. Outro lá atrás gritou que era um assalto. Maria estava com muito medo. Não dos assaltantes. Não da morte. Sim da vida. Tinha três filhos. O mais velho, com onze anos, era filho daquele homem que estava ali na frente com uma arma na mão. O de lá de trás vinha recolhendo tudo. O motorista seguia a viagem. Havia o silêncio de todos no ônibus. Apenas a voz do outro se ouvia pedindo aos passageiros que entregassem tudo rapidamente. O medo da vida em Maria ia aumentando. Meu Deus, como seria a vida dos seus filhos? Era a primeira vez que ela via um assalto no ônibus. Imaginava o terror das pessoas. O comparsa de seu ex-homem passou por ela e não pediu nada. Se fossem outros os assaltantes? Ela teria para dar uma sacola de frutas, um osso de pernil e uma gorjeta de mil cruzeiros. Não tinha relógio algum no braço. Nas mãos nenhum anel ou aliança. Aliás, nas mãos tinha sim! Tinha um profundo corte feito com faca-laser que parecia cortar até a vida.

Os assaltantes desceram rápido. Maria olhou saudosa e desesperada para o primeiro. Foi quando uma voz acordou a coragem dos demais. Alguém gritou que aquela puta safada conhecia os assaltantes. Maria assustou-se. Ela não conhecia assaltante algum. Conhecia o pai do seu primeiro filho. Conhecia o homem que tinha sido dela e que ela ainda amava tanto. Ouviu uma voz: Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois. Outra voz ainda lá do fundo do ônibus acrescentou: Calma gente! Se ela estivesse junto com eles, teria descido também. Alguém argumentou que ela não tinha descido só para disfarçar. Estava mesmo com os ladrões. Foi a única a não ser assaltada. Mentira, eu não fui e não sei porquê. Maria olhou na direção de onde vinha a voz e viu um rapazinho negro e magro, com feições de menino e que relembra vagamente o seu filho. A primeira voz, a que acordou a coragem de todos, tornou-se um grito: Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões! O dono da voz levantou e se encaminhou em direção a Maria. A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher. Alguém gritou: Lincha! Lincha! Lincha!... Uns passageiros desceram e outros voaram em direção a Maria. O motorista tinha parado o ônibus para defender a passageira: Calma, pessoal! Que loucura é esta? Eu conheço esta mulher de vista. Todos os dias, mais ou menos neste horário, ela toma o ônibus comigo. Está vindo do trabalho, da luta para sustentar os filhos... Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arrebentado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos gostam de melão?

Tudo foi tão rápido, tão breve. Maria tinha saudades do seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas-laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher já estava todo dilacerado, todo pisoteado.

Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho.

## Análise da Obra

O conto “Maria”, objeto desta análise, foi produzido por uma mulher negra, que fala de situações de violência na sociedade em que vive e, por isso, a voz de Conceição Evaristo pode ser chamada de “voz autoral afrodescendente”; termo adotado por Duarte (2011). Assim como outras autoras afro-brasileiras, Conceição Evaristo faz uma literatura diferenciada, pois aborda as vivências das mulheres negras em suas diversas experiências, reivindicando o lugar destas na sociedade excludente.

A violência no Brasil tem aumentado e feito milhares de vítimas. Devido ao abandono da vida rural no decorrer dos anos, muitas pessoas têm migrado para a cidade. No entanto, as grandes cidades brasileiras não têm comportado o aumento acelerado da sua população por não possuir uma infraestrutura adequada e que possibilite a todos o acesso digno a emprego, moradia, saúde, educação, entre outros. Desse modo, o crescimento populacional desenfreado tem desencadeado graves problemas sociais.

Diariamente, os jornais noticiam o crescimento da violência praticada nos grandes centros do Brasil, que se manifesta de diversas formas e que está causando a morte de inúmeras pessoas. Pode-se apontar que grande parte dos atos violentos praticados se origina do preconceito racial, herança deixada pelos colonizadores brancos, os quais julgavam que a raça ariana era superior.

O conto “Maria” faz parte de uma coletânea, intitulada *Olhos D’Água* (2015), da referida escritora. Neste texto, narra-se a história de uma mulher negra chamada Maria, que vive em uma favela, cria os filhos sozinha e trabalha como empregada doméstica na casa de uma família rica. Ao ir embora do trabalho, embarca em um ônibus que é assaltado pelo seu ex-companheiro, pai de seu filho. Os demais passageiros, ao constatarem que ela foi a única pessoa que não foi assaltada, revoltam-se contra ela, ofendendo-a primeiramente com xingamentos e, por fim, com agressões físicas até a sua morte.

Trata-se de um enredo que relata a violência sofrida por uma mulher que enfrenta uma sociedade cuja prática do preconceito racial vem desde a colonização do Brasil e a educação se embasa no modelo patriarcal. A história evidencia o preconceito e a discriminação existentes contra pessoas de classes sociais menos privilegiadas, que culmina na violência sofrida pela protagonista. Em outras palavras, representa o desprezo e a exclusão tanto direcionados ao gênero quanto à raça, retratados na seguinte fala dita com ódio: “Ouvii uma voz: Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois.”

Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjgk-GRh47qAhX4IrkGHTJgDI8QFjABegQIAxAB&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.uesc.br%2Findex.php%2Fflutterata%2Farticle%2Fview%2F1478%2Fpdf&usq=AOvVaw1e5wHWN\\_9KQ5IqKeZ4KY7](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjgk-GRh47qAhX4IrkGHTJgDI8QFjABegQIAxAB&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.uesc.br%2Findex.php%2Fflutterata%2Farticle%2Fview%2F1478%2Fpdf&usq=AOvVaw1e5wHWN_9KQ5IqKeZ4KY7)

#### 4.2.3 - OÁSIS, de Caio Fernando Abreu. Redação e Gramática.

A brincadeira não era difícil: bastava que nos concentrássemos o suficiente para conseguirmos transformar tudo que havia em volta. E treinados como estávamos nas imaginações mais delirantes, era relativamente fácil avistar um deserto na rua comprida e um oásis no arco branco do portão do quartel, lá no fundo. Algumas vezes tentamos iniciar um ou outro guri da nossa idade, mas eles não conseguiam nunca chegar até o fim. Os mais persistentes alcançavam a metade do caminho, mas era mais comum rirem de saída e irem cuidar de outra coisa. Talvez porque, ao contrário de nós três, nunca houvessem visto o quartel por dentro, com seus lagos, cavalos, alamedas calçadas, eucaliptos, cinamomos, soldados.

Acho mesmo que foi naquela tarde em que visitamos o quartel pela primeira vez que a brincadeira nasceu. Absolutamente fascinados, sentimos necessidade de vê-lo mais e mais vezes, principalmente ficamos surpresos por não termos jamais imaginado quantas maravilhas se escondiam atrás daquele portão branco, e tão tangíveis, ali, no fim da rua de nossa casa. Não sei de quem partiu a ideia mas, seja de quem foi, ele foi muito sutil ao propô-la, disfarçando a coisa de tal jeito que não suspeitamos tratar-se de apenas um pretexto para visitar mais vezes o quartel. Claro que não confessaríamos claramente nosso fascínio, tão empenhados andávamos em, constantemente, simular um fastio em relação a todas as coisas. Fastio esse que, para nós, era sinônimo de superioridade.

Era preciso bastante sol para brincar — fazíamos questão de ficar empapados de suor e de sentirmos sobre as cabeças aquela massa amarela quase esmagando os miolos. Era preciso também que não houvesse chovido nos dias anteriores, pois por mais hábeis que fôssemos para distorcer pequenos ou grandes detalhes, não o éramos a ponto de aceitar um deserto lamacento. Quando todas essas coisas se combinavam, a proposta partia de qualquer um de nós.

Brincar de oásis era a senha, e imediatamente caíamos no chão, ainda desacordados com o choque produzido pela queda do avião onde viajávamos, depois lentamente abríamos os olhos e tateávamos em volta, no meio da rua, tocando as pedras escaldantes da hora de sesta. Quase sempre Jorge voltava a fechar os olhos dizendo que preferia morrer ali mesmo do que ficar dias e dias se cansando à toa pelo deserto. E quase sempre eu apontava para o arco no fim da rua, dizendo que se tratava de um oásis, que meu avião já havia caído lá uma vez e que, enfim, tinha experiência de caminhadas no deserto. Em seguida Luiz investigava os bolsos e apresentava algum biscoito velho, acrescentando que tínhamos víveres suficientes para chegar lá. Convencido Jorge, tudo se passava normalmente. Aos poucos nossas posturas iam decaindo: no fim da primeira quadra, tínhamos os ombros baixos, as pernas moles — na altura do colégio das freiras começávamos a tropeçar e, para não cair, nos segurávamos no muro de tijolos musguentos.

A partir do colégio as casas rareavam, e além de algumas pensões de putas não havia senão campo, cercas de arame farpado e a poeira solta e vermelha do meio da rua. Então, sem nenhum pudor, andávamos nos arrastando enquanto algumas daquelas mulheres espantosamente loiras nos observavam das janelas por baixo das



pálpebras azuis e verdes, pintando as unhas e tomando chimarrão em baixo das parreiras carregadas. Tudo se desenvolvia por etapas que eram vencidas sem nenhuma palavra, sem sequer um olhar. Raramente alguém esquecia alguma coisa. Apenas uma vez Jorge não resistiu e, interrompendo por um momento a caminhada, pediu um copo d'água para uma daquelas mulheres. Eu e Luiz nos entreolhamos sem falar, escandalizados com o que julgávamos uma imperdoável traição. Mas a tal ponto nos comunicávamos que, mal voltou, a água ainda pingando do queixo, Jorge justificou-se com um sorriso deslavado:

— Foi uma miragem.

A partir de então as miragens se multiplicaram —, vacas que atravessavam a rua, pitangueiras no meio do campo, alguma pedrada num passarinho mais distraído. Chegávamos no portão e ficávamos olhando para dentro, sem coragem de entrar, com medo dos dois soldados de guarda. Lá dentro: o paraíso. Mas era como se tivéssemos entrado: voltávamos novamente eretos, bem-dispostos, com as peças para consertar o avião caído e que, sem a menor explicação, tínhamos encontrado entre duas palmeiras.

Houve um versão de seca tão intensa, sol, poeira, sede e crepúsculos esbraseados, que brincávamos quase todos os dias. Acabamos fazendo amizade com um soldado que ficava de guarda às segundas, quartas e sextas. Aos poucos, então, começamos a suborná-lo, usando os métodos mais sedutores, adestrando-nos em cinismos. Começamos por mostrar a ele figurinhas de álbum, depois levando revistas velhas, biscoitos, rapaduras, pedaços de galinha assada do almoço de domingo, garrafas vazias e, finalmente, até mesmo alguma camisa que misteriosamente desaparecia do varal de casa. Mas a vitória só foi consumada quando Dejanira, a empregada, entrou em cena. Com muito tato, conseguimos interessar o soldado numa misteriosa mulata que espiava todos os dias a sua passagem para o quartel, de manhã cedinho, escondida atrás da janela da sala. Era uma mulata tímida e lânguida, que fazia versos às escondidas e pensava vagamente em suicídio nas noites de lua cheia. Dejanira parecia um nome muito vulgar para uma criatura de tais qualidades, então tornamos a batizá-la de Dejanira Valéria e, pouco a pouco, fomos acrescentando mais e mais detalhes, até conseguir enredar o soldado a um ponto que ele chegava a nos convidar para entrar no quartel. Antes do avião cair nos esmerávamos em forjar bilhetes cheios de solecismos e compor versos de pé quebrado em folhas de caderno, sensualmente assinados por docemente tua, Dejanira Valéria, numa caligrafia que Luiz caprichadamente enchia de meneios barrocos altamente sedutores. E na hora do banho Dejanira não entendia por que a tratávamos com tanto respeito, chamando-a candidamente de doce Valéria, até que nos enchia de cascudos e palavrões. Mas a confiança do soldado estava ganha: já agora se empenhava em nos agradar, atraindo-nos para dentro do quartel e permitindo que ficássemos horas zanzando pelo pátio calçado, as árvores pintadas de branco até a metade, os cavalos de cheiro forte e crina cortada, apitos, continências, bater de pés e outras senhas absolutamente incompreensíveis e deslumbrantes em seu mistério. Coisas estranhas se passavam ali, e tínhamos certeza de estarmos lentamente ingressando numa espécie de sociedade mágica e secreta.

Foi quando, uma tarde, tudo se passando exatamente como das outras vezes, nos encontramos os três parados à frente de um portão sem guarda. Não conseguimos compreender, mas estávamos tão habituados a entrar e a passar despercebidos que, como das outras vezes, entramos. Havia um movimento incomum lá dentro: carroças

se chocavam, armas passavam de um lado para outro, soldados corriam e gritavam palavrões, o chão estava sujo de estêreo, os cavalos todos enfileirados. Conseguimos passar mais ou menos incógnitos pelo meio da babilônia, até chegarmos numa sala onde nunca estivéramos antes. Examinamos as paredes vazias, depois descobrimos num canto, sobre uma mesa, um estranho aparelho cheio de fios. Jorge descobriu um microfone e, por algum tempo, ficamos ali parados, sem compreender exatamente o que era aquilo, mas certos de que se tratava de uma peça importantíssima para o funcionamento de toda a organização. Estávamos tão entretidos na descoberta que não percebemos quando entraram dois soldados com fardas diferentes das dos outros, com penduricalhos coloridos nos ombros. Fui o primeiro a vê-los, mas não foi possível avisar os outros: os soldados já avançavam sobre nós, vermelhos, segurando-nos pelos ombros e nos sacudindo até que Jorge começasse a chorar e a chamar pela mãe. Falavam os dois ao mesmo tempo, aos berros. Depois, com mais alguns trancos, nos jogaram num canto. Um deles, de enorme bigode preto, avançou para nós e, com uma voz que me pareceu completamente hedionda, disse que ficaríamos presos até aprendermos a não nos meter onde não era da nossa conta. Ainda discutiu um pouco com o outro, que parecia estar do nosso lado, pelo menos torcemos para que fosse assim. Mas não adiantou nada: o de bigode enorme disse que era só um susto, e saiu nos empurrando até a prisão.

Era um quartinho ainda menor que o de Dejanira, infinitamente mais sujo e frio, apesar de todo o calor que fazia lá fora, com uma janelinha gradeada na altura do teto. Ficamos ali durante muito tempo, incapazes de dizer qualquer palavra, num temor tão espesso que não era preciso evidenciá-lo através de um grito. Jorge chorava, eu e Luiz nos encolhíamos contra as paredes. Pensamentos terríveis cruzavam a minha cabeça, pelotões, fuzilamentos, enquanto uma dor de barriga se tornava cada vez mais insuportável, até escorregar pelas pernas numa massa visguenta.

Já era noite quando vimos com alívio a porta se abrir para dar passagem ao soldado nosso conhecido. Sem falar nada, fomos levados para casa num jipe militar. Mamãe estava descabelada, as vizinhas todas em volta, as luzes acesas: entramos na sala pela mão do soldado, que falou rapidamente coisas que não conseguimos entender, enquanto todo mundo nos envolvia em beijos e abraços, logo contidos quando perceberam meu estado lastimável. Mamãe disse que a culpada era Dejanira, que não cuidava de nós; papai disse que a culpada era mamãe, que nos entregava a Dejanira; Dejanira disse que os culpados éramos nós, uns demônios capazes de enlouquecer qualquer vivente; mamãe disse que Dejanira era uma china desaforada, e que demônios eram os da laia dela, e que o culpado era papai, que achava que em criança não se bate; Dejanira disse que não ficava mais nem um minuto naquela casa de doidos; papai disse que mamãe não nos dava a mínima; mamãe disse que era uma verdadeira escrava e que os homens só queriam mesmo as mulheres para aquilo; papai disse que não podia dar atenção a seus faniquitos na hora em que o país atravessava uma crise tão grave. E acabaram os três gritando tão alto quanto os dois soldados de farda diferente, com penduricalhos coloridos nos ombros.

Depois do banho assistimos à partida de uma Dejanira nem um pouco Valéria e muito menos lânguida: jogava as roupas na mala e resmungava desaforos em voz baixa. Doía vê-la ir embora, mas as chineladas e a vara de marmelo doeram muito mais. Fomos postos na cama sem jantar. Ficamos muito tempo acordados no escuro, ouvindo o som do rádio que vinha da sala e os passos apressados na rua. Antes de

dormir ainda ouvi a voz de Jorge perguntando a Luiz c que era uma revolução, e um pouco mais tarde a voz de Luiz, apagada e hesitante, dizer que achava que revolução era assim como uma guerra pequena. Mais tarde, não sei se sonhei ou se pensei realmente que os aviões não caíam no meio das ruas, e que as ruas não eram desertos e que portões brancos de quartéis não eram oásis. E que mesmo que portões brancos de quartéis fossem oásis e cinamomos pintados de branco até a metade fossem palmeiras, não se encontraria nunca uma peça de avião no meio de duas palmeiras. E por todas essas coisas, creio, soube que nunca mais voltaríamos a brincar de encontrar oásis no fim das ruas. Embora fosse muito fácil, naquele tempo.

Conto do livro O ovo apunhalado

### **Análise da obra**

Em linhas gerais, o conto se articula como a memória do narrador que relembra uma brincadeira de sua infância, criada entre os seus, chamada de “Oásis”: tratava-se, na verdade, de um recurso encontrado pelos meninos para adentrarem o quartel que ficava no final da rua, e que os atraía pelos mistérios que se escondiam por detrás daqueles muros brancos que certa vez tiveram a oportunidade de visitar. A brincadeira consistia, pois, numa suposta queda de um avião em que eles viajavam em meio a um deserto perdido no mundo, que nada mais era que uma rua da cidadezinha da infância do narrador e de seus companheiros. Assim, forjava-se a necessidade de caminharem pelo deserto em busca do quartel (oásis) onde por certo encontrariam materiais e peças necessários para o conserto do avião para prosseguirem a viagem – viagem que, aliás, não compunha propriamente a brincadeira, mas sim o fato de ela ali ser interrompida, obrigando-os à busca dessas possíveis peças. O pacto de ficção assumido pelos meninos para que a brincadeira se desse de modo insofismável funcionava como uma regra de ouro impossível de ser quebrada, pois não lhes bastava apenas a sugestão de estarem perdidos num deserto com o avião em pane e em busca de uma ajuda fantástica que pudesse fazê-los encontrar a referida peça para consertar o avião.

A posição do narrador no conto permite constatar tratar-se de sua memória não apenas de uma brincadeira do tempo de sua infância perdida, mas em especial de um fato único ocorrido numa dessas ocasiões, e que definitivamente pôs fim àquela brincadeira dos meninos. Ainda que esse fato específico não seja tão diretamente explicitado no conto, é possível perceber tratar-se do golpe militar articulado nos quartéis brasileiros na passagem do dia 31 de março para 1º de abril de 1964, que por força das imposições militares passou para a história nacional como a “revolução de 64”. O termo “revolução” aparece recuperado no conto tanto pela óptica do pai, ao reconhecer que o país atravessava uma difícil crise, como também das crianças em castigo, certamente ao retomarem o termo do noticiário vazado pelo rádio da sala repercutido no quarto em que elas ficaram confinadas pela segunda vez no dia, depois da desagregação familiar que em muito reproduzia a própria voz alterada e violenta dos soldados nas dependências do quartel. O conto funcionaria assim como uma legítima narrativa ficcional que recupera pela memória do narrador a imagem de um fato histórico comum a grande parte dos brasileiros, não somente pelo desconhecimento efetivo do que estava se arquitetando no país naqueles idos de 1964, mas também, e propriamente, pela sensação de perda de inocência e pelo reconhecimento de realidades mais duras dali em diante, impostas por uma ditadura militar que solaparia as bases de uma cultura ainda em construção e, desde então, banida da vida nacional.

Dizemos que o conto “funcionaria” como uma narrativa ficcional não fossem alguns elementos contidos na sua construção e no seu peritexto que

possibilitam ao leitor recuperar dados de uma realidade do autor/narrador que podem ser comprovados no plano do real, e que, portanto, permitem afirmar, sem erro, que o narrador em primeira pessoa é o próprio autor Caio Fernando Abreu.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142011000100019](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100019)

#### **4.2.4 – Viagem à Petrópolis, de Clarice Lispector. Literatura.**

Era uma velha sequinha que, doce e obstinada, não parecia compreender que estava só no mundo. Os olhos lacrimejavam sempre, as mãos repousavam sobre o vestido preto e opaco, velho documento de sua vida. No tecido já endurecido encontravam-se pequenas crostas de pão coladas pela baba que lhe ressurgia agora em lembrança do berço. Lá estava uma nódoa amarelada, de um ovo que comera há duas semanas. E as marcas dos lugares onde dormia. Achava sempre onde dormir, casa de um, casa de outro. Quando lhe perguntavam o nome, dizia com a voz purificada pela fraqueza e por longuíssimos anos de boa educação:

— Mocinha.

As pessoas sorriam. Contentes pelo interesse despertado, explicava:

— Nome, nome mesmo, é Margarida.

O corpo era pequeno, escuro, embora ela tivesse sido alta e clara. Tivera pai, mãe, marido, dois filhos. Todos aos poucos tinham morrido. Só ela restara com os olhos sujos e expectantes quase cobertos por um tênue veludo branco. Quando lhe davam alguma esmola davam-lhe pouca, pois ela era pequena e realmente não precisava comer muito. Quando lhe davam cama para dormir davam-na estreita e dura porque Margarida fora aos poucos perdendo volume. Ela também não agradecia muito: sorria e balançava a cabeça.

Dormia agora, não se sabia mais por que motivo, no quarto dos fundos de uma casa grande, numa rua larga cheia de árvores, em Botafogo. A família achava graça em Mocinha mas esquecia-se dela a maior parte do tempo. É que também se tratava de uma velha misteriosa. Levantava-se de madrugada, arrumava sua cama de anão e disparava lépida como se a casa estivesse pegando fogo. Ninguém sabia por onde andava. Um dia uma das moças da casa perguntou-lhe o que andava fazendo. Respondeu com um sorriso gentil:

— Passeando.

Acharam graça que uma velha, vivendo de caridade, andasse a passear. Mas era verdade. Mocinha nascera no Maranhão, onde sempre vivera. Viera para o Rio não há muito, com uma senhora muito boa que pretendia interná-la num asilo, mas depois não pudera ser: a senhora viajara para Minas e dera algum dinheiro para Mocinha se arrumar no Rio. E a velha passeava para ficar conhecendo a cidade. Bastava aliás uma pessoa sentar-se num banco de uma praça e já via o Rio de Janeiro.

Sua vida corria assim sem atropelos, quando a família da casa de Botafogo um dia surpreendeu-se de tê-la em casa há tanto tempo, e achou que assim também era demais. De algum modo tinham razão. Todos lá eram muito ocupados, de vez em quando surgiam casamentos, festas, noivados, visitas. E quando passavam atarefados pela velha, ficavam surpreendidos como se fossem interrompidos, abordados com uma pancadinha no ombro: "olha!". Sobretudo uma das moças da casa sentia um mal-estar irritado, a velha enervava-a sem motivo. Sobretudo o sorriso permanente, embora a moça compreendesse tratar-se de um ricto inofensivo. Talvez por falta de tempo, ninguém falou no assunto. Mas logo que alguém cogitou de mandá-la morar em Petrópolis, na casa da cunhada alemã, houve uma adesão mais animada do que uma velha poderia provocar.

Quando, pois, o filho da casa foi com a namorada e as duas irmãs passar um fim-de-semana em Petrópolis, levou a velha no carro.

Por que Mocinha não dormiu na noite anterior? À idéia de uma viagem, no corpo endurecido o coração se desenferrujava todo seco e descompassado, como se ela tivesse engolido uma pílula grande sem água. Em certos momentos nem podia respirar. Passou a noite falando, às vezes alto. A excitação do passeio prometido e a mudança de vida, de repente aclaravam-lhe algumas idéias. Lembrou-se de coisas que dias antes juraria nunca terem existido. A começar pelo filho atropelado, morto debaixo de um bonde no Maranhão — se ele tivesse vivido no tráfego do Rio de Janeiro, aí mesmo é que morria atropelado. Lembrou-se dos cabelos do filho, das roupas dele. Lembrou-se da xícara que Maria Rosa quebrara e de como ela gritara com Maria Rosa. Se soubesse que a filha morreria de parto, é claro que não precisaria gritar. E lembrou-se do marido. Só relembrava o marido em mangas de camisa. Mas não era possível, estava certa de que ele ia à repartição com o uniforme de contínuo, ia a festas de paletó, sem falar que não poderia ter ido ao enterro do filho e da filha em mangas de camisa. A procura do paletó do marido ainda mais cansou a velha que se virava com leveza na cama. De repente descobriu que a cama era dura.

— Que cama dura, disse bem alto no meio da noite.

É que se sensibilizara toda. Partes do corpo de que não tinha consciência há longo tempo reclamavam agora a sua atenção. E de súbito — mas que fome furiosa! Alucinada, levantou-se, desamarrou a pequena trouxa, tirou um pedaço de pão com manteiga ressecada que guardava secretamente há dois dias. Comeu o pão como um rato, arranhando até o sangue os lugares da boca onde só havia gengiva. E com a comida, cada vez mais se reanimava. Conseguiu, embora fugazmente, ter a visão do marido se despedindo para ir ao trabalho. Só depois que a lembrança se desvaneceu, viu que esquecera de observar se ele estava ou não em mangas de camisa. Deitou-se de novo, coçando-se toda ardente. Passou o resto da noite nesse jogo de ver por um instante e depois não conseguir ver mais. De madrugada adormeceu.

E pela primeira vez foi preciso acordá-la. Ainda no escuro, a moça veio chamá-la, de lenço amarrado na cabeça e já de maleta na mão. Inesperadamente Mocinha pediu uns instantes para pentear os cabelos. As mãos trêmulas seguravam o pente quebrado. Ela se penteava, ela se penteava. Nunca fora mulher de ir passear sem antes pentear bem os cabelos.

Quando enfim se aproximou do automóvel, o rapaz e as moças se surpreenderam com seu ar alegre e com os passos rápidos. "Tem mais saúde do que eu!", brincou o rapaz. À moça da casa ocorreu: "E eu que até tinha pena dela".

Mocinha sentou-se junto da janela do carro, um pouco apertada pelas duas irmãs acomodadas no mesmo banco. Nada dizia, sorria. Mas quando o automóvel deu a primeira arrancada, jogando-a para trás, sentiu dor no peito. Não era só por alegria, era um dilaceramento. O rapaz virou-se para trás:

— Não vá enjoar, vovó!

As moças riram, principalmente a que se sentara na frente, a que de vez em quando encostava a cabeça no ombro do rapaz. Por cortesia, a velha quis responder, mas não pôde. Quis sorrir, não conseguiu. Olhou para todos, com olhos lacrimejantes, o que os outros já sabiam que não significava chorar. Qualquer coisa em seu rosto amorteceu um pouco a alegria da moça da casa e deu-lhe um ar obstinado.

A viagem foi muito bonita.

As moças estavam contentes, Mocinha agora já recomeçara a sorrir. E, embora o coração batesse muito, tudo estava melhor. Passaram por um cemitério, passaram por um armazém, árvore, duas mulheres, um soldado, gato! letras — tudo engolido pela velocidade.

Quando Mocinha acordou não sabia mais aonde estava. A estrada já havia amanhecido totalmente: era estreita e perigosa. A boca da velha ardia, os pés e as mãos distanciavam-se gelados do resto do corpo. As moças falavam, a da frente apoiara a cabeça no ombro do rapaz. Os embrulhos despencavam a todo instante.

Então a cabeça de Mocinha começou a trabalhar. O marido apareceu-lhe de paletó — achei, achei! o paletó estava pendurado o tempo todo no cabide. Lembrou-se do nome da amiga de

Maria Rosa, daquela que morava defronte: Elvira, e a mãe de Elvira até era aleijada. As lembranças quase lhe arrancavam uma exclamação. Então ela movia os lábios devagar e dizia baixo algumas palavras.

As moças falavam:

— Ah, obrigada, um presente desses eu rejeito!

Foi quando Mocinha começou finalmente a não entender. Que fazia ela no carro? como conhecera seu marido e aonde? como é que a mãe de Maria Rosa e Rafael, a própria mãe deles, estava no automóvel com aquela gente? Logo depois acostumou-se de novo.

O rapaz disse para as irmãs:

— Acho melhor não pararmos defronte, para evitar histórias. Ela salta do carro, a gente ensina aonde é, ela vai sozinha e dá o recado de que é para ficar.

Uma das moças da casa perturbou-se: receava que o irmão, com uma incompreensão típica de homem, falasse demais diante da namorada. Eles não visitavam mais o irmão de Petrópolis, e muito menos a cunhada.

— É sim, interrompeu-o a tempo antes que ele falasse demais. Olha, Mocinha, você entra por aquele beco e não há como errar: na casa de tijolo vermelho, você pergunta por Arnaldo, meu irmão, ouviu? Arnaldo. Diz que lá em casa você não podia mais ficar, diz que na casa de Arnaldo tem lugar e que você até pode vigiar um pouco o garoto, viu...

Mocinha desceu do automóvel, e durante um tempo ainda ficou de pé mas pairando entontecida sobre rodas. O vento fresco soprava-lhe a saia comprida por entre as pernas.

Arnaldo não estava. Mocinha entrou na saleta onde a dona da casa, com um pano contra pó amarrado na cabeça, tomava café. Um menino louro — decerto aquele que Mocinha deveria vigiar— estava sentado diante de um prato de tomates e cebolas e comia sonolento, enquanto as pernas brancas e sardentas balançavam-se sob a mesa. A alemã encheu-lhe o prato de mingau de aveia, empurrou-lhe na mesa pão torrado com manteiga. As moscas zuniam. Mocinha estava fraca. Se bebesse um pouco de café quente talvez passasse o frio no corpo.

A mulher alemã examinava-a de vez em quando em silêncio: não acreditara na história da recomendação da cunhada, embora "de lá" tudo fosse de se esperar. Mas talvez a velha tivesse ouvido de alguém o endereço, até num bonde, por acaso, isso às vezes acontecia, bastava abrir um jornal e ver que acontecia. É que aquela história não estava nada bem contada, e a velha tinha um ar sabido, nem sequer escondia o sorriso. O melhor seria não deixá-la sozinha na saleta, com o armário cheio de louça nova.

— Preciso antes tomar café, disse-lhe. Depois que meu marido chegar, veremos o que se pode fazer.

Mocinha não entendeu muito bem, pois ela falava como gringa. Mas entendeu que era para continuar sentada. O cheiro de café dava-lhe vontade, e uma vertigem que escurecia a sala toda. Os lábios ardiam secos e o coração batia todo independente. Café, café, olhava ela sorrindo e lacrimejando. A seus pés o cachorro mordida a própria pata, rosnando. A empregada, também meio gringa, alta, de pescoço muito fino e seios grandes, a empregada trouxe um prato de queijo branco e mole. Sem uma palavra, a mãe esmagou bastante queijo no pão torrado e empurrou-o para o lado do filho. O menino comeu tudo e, com a barriga grande, agarrou um palito e levantou-se:

Mãe, cem cruzeiros.

Não. Para quê?

Chocolate.

Não. Amanhã é que é domingo.

Uma pequena luz iluminou Mocinha: domingo? que fazia naquela casa em vésperas de domingo? Nunca saberia dizer. Mas bem que gostaria de tomar conta daquele menino. Sempre gostara de criança loura: todo menino louro se parecia com o Menino Jesus. O que fazia naquela casa? Mandavam-na à toa de um lado para outro, mas ela contaria tudo, iam ver. Sorriu encabulada: não contaria era nada, pois o que queria mesmo era café.

A dona da casa gritou para dentro, e a empregada indiferente trouxe um prato fundo, cheio de papa escura. Gringos comiam muito de manhã, isso Mocinha vira

mesmo no Maranhão. A dona da casa, com seu ar sem brincadeiras porque gringo em Petrópolis era tão sério como no Maranhão, a dona da casa tirou uma colherada de queijo branco, triturou-o com o garfo e misturou-o à papa. Para dizer verdade, porcaria mesmo de gringo. Pôs-se então a comer, absorta, com o mesmo ar de fastio que os gringos do Maranhão têm. Mocinha olhava. O cachorro rosnava às pulgas.

Afinal Arnaldo apareceu em pleno sol, a cristaleira brilhando. Ele não era louro. Falou em voz baixa com a mulher, e depois de demorada confabulação, informou firme e curioso para Mocinha:

— Não pode ser não, aqui não tem lugar não.

E como a velha não protestasse e continuasse a sorrir, ele falou mais alto:

— Não tem lugar não, ouviu?

Mas Mocinha continuava sentada. Arnaldo ensaiou um gesto. Olhou para as duas mulheres na sala e vagamente sentiu o cômico do contraste. A esposa esticada e vermelha. E mais adiante a velha murcha e escura, com uma sucessão de peles secas penduradas nos ombros. Diante do sorriso malicioso da velha, ele se impacientou:

— E agora estou muito ocupado! Eu lhe dou dinheiro e você toma o trem para o Rio, ouviu? volta para a casa de minha mãe, chega lá e diz: casa de Arnaldo não é asilo, viu? aqui não tem lugar. Diz assim: casa de Arnaldo não é asilo não, viu!

Mocinha pegou no dinheiro e dirigiu-se à porta. Quando Arnaldo já ia se sentar para comer, Mocinha reapareceu:

— Obrigada, Deus lhe ajude.

Na rua, de novo pensou em Maria Rosa, Rafael, o marido. Não sentia a menor saudade. Mas lembrava-se. Dirigiu-se para a estrada, afastando-se cada vez mais da estação. Sorriu como se pregasse uma peça a alguém: em vez de voltar logo, ia antes passear um pouco. Um homem passou. Então uma coisa muito curiosa, e sem nenhum interesse, foi iluminada: quando ela era ainda uma mulher, os homens. Não conseguia ter uma imagem precisa das figuras dos homens, mas viu a si própria com blusas claras e cabelos compridos. A sede voltou-lhe, queimando a garganta. O sol ardia, faiscava em cada seixo branco. A estrada de Petrópolis é muito bonita.

No chafariz de pedra negra e molhada, em plena estrada, uma preta descalça enchia uma lata de água.

Mocinha ficou parada, espreitando. Viu depois a preta reunir as mãos em concha e beber.

Quando a estrada ficou de novo vazia, Mocinha adiantou-se como se saísse de um esconderijo e aproximou-se sorradeira do chafariz. Os fios de água escorreram geladíssimos por dentro das mangas até os cotovelos, pequenas gotas brilharam suspensas nos cabelos.

Saciada, espantada, continuou a passear com os olhos mais abertos, em atenção às voltas violentas que a água pesada dava no estômago, acordando pequenos reflexos pelo resto do corpo como luzes.



A estrada subia muito. A estrada era mais bonita que o Rio de Janeiro, e subia muito. Mocinha sentou-se numa pedra que havia junto de uma árvore, para poder apreciar. O céu estava altíssimo, sem nenhuma nuvem. E tinha muito passarinho que voava do abismo para a estrada. A estrada branca de sol se estendia sobre um abismo verde. Então, como estava cansada, a velha encostou a cabeça no tronco da árvore e morreu.

### **Análise da obra**

Em Clarice Lispector, o tema da velhice, que aparece no conto "Feliz Aniversário", também surge na comovente narrativa "Viagem a Petrópolis", está incluída no volume "A Legião Estrangeira". Agora, entretanto, no lugar da altivez da velha que desmascara a tibieza da própria família, encontramos a doce melancolia da "velha sequinha que, doce e obstinada, não parecia compreender que estava só no mundo".

Semelhante, todavia, é o recorte que a autora faz das famílias, que, em seu eterno e fastidioso convívio, cultivam uma harmonia falsa. A velhice parece ser uma presença perturbadora que provoca desprezo ou repulsa.

Em "Viagem a Petrópolis", é contada a história de Mocinha (era esse o curioso apelido da velhinha), uma senhora que morava "de favor" na casa de pessoas, que, num certo dia, cansadas de sua presença, decidem mandá-la para Petrópolis, onde passaria a viver com parentes delas.

A circunstância da viagem será o fator desencadeador da consciência transformadora, que assoma durante a noite insone. A velhinha revive a sua vida já esquecida no abandono a que fora relegada. Lembra-se do filho, da filha e do marido, todos mortos, tenta encontrar os detalhes furtados da memória. Resgata numa espécie de vaivém os cacos de sua história de vida, anulada pela miséria afetiva a que se viu reduzida na companhia daqueles que a abrigavam.

Percebe a dureza do catre em que dormia e o descaso com que era tratada, sente a fome já esquecida. Um amálgama de sensações começa a tomar corpo, fazendo que a personagem recupere uma consciência perdida e dolorosa.

A chegada ao traiçoeiro destino é novamente um momento de rejeição. Perdidos em seu próprio egoísmo, os tais familiares oferecem "algum dinheiro" a Mocinha para que ela desapareça.

A resignação bondosa da velhinha (que se entrega ao prazer do passeio e à dor das lembranças) é a maneira que ela encontra de seguir a sua verdadeira trajetória rumo ao fim: "Então, como estava cansada, a velha encostou a cabeça no tronco da árvore e morreu".

Terminando de forma abrupta, o conto choca o leitor. Mocinha reintegra-se à natureza, sente a água molhar-lhe a pele e os cabelos, sente-se viva para que possa, enfim, morrer.

Cada momento da vida ganha relevo e significado graças a esse olhar capaz de estabelecer constante diálogo entre o mundo exterior e o interior. Em Clarice Lispector,

o tema da velhice, que aparece no conto "Feliz Aniversário", comentado na semana passada, também surge na comovente narrativa "Viagem a Petrópolis", esta incluída no volume "A Legião Estrangeira". Agora, entretanto, no lugar da altivez da velha que desmascara a tibieza da própria família, encontramos a doce melancolia da "velha sequinha que, doce e obstinada, não parecia compreender que estava só no mundo". Semelhante, todavia, é o recorte que a autora faz das famílias, que, em seu eterno e fastidioso convívio, cultivam uma harmonia falsa. A velhice parece ser uma presença perturbadora que provoca desprezo ou repulsa.

A circunstância da viagem será o fator desencadeador da consciência transformadora, que assoma durante a noite insone. A velhinha revive a sua vida já esquecida no abandono a que fora relegada. Lembra-se do filho, da filha e do marido, todos mortos, tenta encontrar os detalhes furtados da memória. Resgata numa espécie de vaivém os cacos de sua história de vida, anulada pela miséria afetiva a que se viu reduzida na companhia daqueles que a abrigavam. Percebe a dureza do catre em que dormia e o descaso com que era tratada, sente a fome já esquecida. Um amálgama de sensações começa a tomar corpo, fazendo que a personagem recupere uma consciência perdida e dolorosa.

A chegada ao traiçoeiro destino é novamente um momento de rejeição. Perdidos em seu próprio egoísmo, os tais familiares oferecem "algum dinheiro" a Mocinha para que ela desapareça.

A resignação bondosa da velhinha (que se entrega ao prazer do passeio e à dor das lembranças) é a maneira que ela encontra de seguir a sua verdadeira trajetória rumo ao fim: "Então, como estava cansada, a velha encostou a cabeça no tronco da árvore e morreu". Terminando de forma abrupta, o conto choca o leitor. Mocinha reintegra-se à natureza, sente a água molhar-lhe a pele e os cabelos, sente-se viva para que possa, enfim, morrer.

Cada momento da vida ganha relevo e significado graças a esse olhar capaz de estabelecer constante diálogo entre o mundo exterior e o interior.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fovest/fo0212200411.htm>

## **4.3 – NOVELA**

### **4.3.1 – O RECADO DO MORRO, de João Guimarães Rosa. Literatura, Gramática e Redação.**

A história ilustra o mundo sem lei. No sertão, vigora a regra, e não a lei - a regra da aliança e da vingança. Para o autor, estão em jogo ali novamente os destinos da civilização e da cidadania brasileira.

O recado do morro, os personagens-viajantes se deslocam pelo interior de Minas e por vários campos do saber, ao mesmo tempo em que recontam e decifram antigas estórias, relatos da loucura e mitos anônimos. Nesse conto, uma rede de narradores é estabelecida para passar adiante uma estória que, ao final, ainda é a mesma embora já seja outra.

O recado do morro, ouvido por Gorgulho, é contado para seu irmão Catraz, que o reconta para o jovem Joãozezim, que o narra para Guégue, o guia que se orienta por referências móveis. A partir daí, o recado vira boato e pode ser ouvido no discurso apocalíptico de Nômini Dômini, nos números inscritos pelo Coletor na parede da igreja, ou na letra cantada ao violão por Laudelim, até que se torna compreendido por seu destinatário, o guia Pedro Orósio, que sempre ouvira as diversas variações da mesma história sem atinar para o fato de que isso era um aviso de sua própria morte.

Constituído pelas relações cooperativas e desarmônicas entre saber e não-saber - entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre o que cada personagem sabe e as formas como o sabe e o compartilha -, o conto opera com formas e temas não-excludentes, que podem ser verificados pelos freqüentes processos de tradução capazes de dar sustentação a uma poderosa estrutura fractal e em rede.

À medida que a comitiva avança sertão adentro, o recado vai sendo passado de boca em boca a personagens excêntricos: bobos, loucos, lunáticos, fanáticos religiosos e um menino, até chegar aos ouvidos do músico Laudelim, que transforma a mensagem numa canção. Traduzido para a música, o recado é então compreendido por Pedro Orósio, a tempo de receber o aviso do Morro sobre as intenções de seus falsos amigos.

O morro da Garça, em Minas Gerais, assume papel de destaque no conto, ao enviar mensagem de morte à personagem principal do conto, captada por um visionário sertanejo e afinal percebida a tempo por tal personagem.

Disponível em: <https://www.mundovestibular.com.br/estudos/resumo-de-livro/o-recado-do-morro-guimaraes-rosa-resumo>

## **4.4 - ROMANCE**

### **4.4.1 – SARGENTO GETÚLIO, de João Ubaldo Ribeiro. Literatura, Gramática e Redação.**

Em diálogo com a tradição intelectual que remonta a Euclides da Cunha e João Guimarães Rosa, o romance *Sargento Getúlio* (1971), de João Ubaldo Ribeiro, retratou o sertão sergipano como lugar de travessia. O percurso entre Paulo Afonso, na Bahia, e Barra dos Coqueiros, em Sergipe, trouxe, ao protagonista, experiências relacionadas às transformações sociais e políticas ocasionadas pelos conflitos entre a tradição e a modernização. Transformado em espécie de anti-herói, pautado pela virtude (areté), o Sargento Getúlio atravessou as brenhas do sertão tensionado entre o apelo pelo enraizamento e a tentação da errância, revelando os sentimentos e emoções de pessoas ordinárias embrutecidas pelo sistema político dominante.

Em *Sargento Getúlio*, encontramos uma combinação nova entre o dado realista, local e de época e o plano simbólico de caráter universal do sertão e do sertanejo, recriando um anti-herói trágico para dar conta das transformações existentes no nordeste brasileiro entre a tradição e a modernização. Mesmo negando uma aproximação com a narrativa rosiana, João Ubaldo Ribeiro soube aproveitar a ruptura, por ela proporcionada, de uma poética uniformizadora do sertão, encontrando uma solução apropriada para os novos tempos que se avizinhavam. Eram indícios de outras possibilidades de representação do sertão no romance brasileiro dos anos 1970, em que se deslocava a tradição do romance social para um acento mais existencialista da

crise de identidade do personagem-narrador, mas que a força do passado autoritário ainda o mantinha, no caso do romance analisado, refém na ausência de cidadania.

Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi23uG7rJXqAhXllrkGHQqeB344ChAWMAR6BAgBEAE&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas2.upeg.br%2Findex.php%2Fhr%2Farticle%2Fdownload%2F10419%2F6210%2F&usg=AOvVaw15LzY9jLp0z9tOATe3\\_Qf](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi23uG7rJXqAhXllrkGHQqeB344ChAWMAR6BAgBEAE&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas2.upeg.br%2Findex.php%2Fhr%2Farticle%2Fdownload%2F10419%2F6210%2F&usg=AOvVaw15LzY9jLp0z9tOATe3_Qf)

## 4.5 – CARTAS

### 4.5.1 - A Doutora Nise Siqueira, de Carlos Drummond de Andrade. Sociologia, Filosofia e Educação Física.

Há visível engano nos registros burocráticos referentes à funcionária federal, Nível 22-A, Dra. Nise da Silveira. Segundo os papéis oficiais, a aludida servidora atingirá, no próximo dia 10 de janeiro, a idade-limite que determina aposentadoria compulsória. A contagem deve estar certa, se baseada em certidão de nascimento. Mas cumpre excluir do total 15 meses em que a Dra. Nise não trabalhou nem viveu vida normal, pois esteve presa. Seria justo descontar-lhe da idade esse tempo vazio, por um lado, e cheio de angústia, por outro. Graciliano Ramos, nas *Memórias do Cárcere*, dá testemunho da passagem da Dra. Nise pelo túnel da prisão política, de resto injusta, pois o Tribunal de Segurança acabou por absolvê-la de imaginários crimes. Não lhe restituiu, porém, o ano e tanto de vida sequestrada, durante a qual, no dizer de Graciliano, *fugia-lhe às vezes a palavra e um desassossego verdadeiro transparecia em seu rosto pálido, os grandes olhos moviam-se tristes. Atravessando o túnel, era como se ela não existisse mais*, tanto que, classificada em 4o lugar no concurso, viu nomeados todos os candidatos até o 3o lugar, com exclusão de sua pessoa. Nise na compulsória? Corrijam os números, senhores escriturários, pois tudo isso, conta, e muito, existencialmente.

Não contou foi no íntimo de Nise da Silveira para torná-la criatura amarga e revoltada, que daí por diante abominasse o gênero humano. Pelo contrário. Restituída à atividade médica especializada, em cargo público que na aposentadoria lhe proporcionará os proventos de Cr\$ 1mil740, dedicou-se a uma obra em que o interesse científico é amalgamado com o interesse humano, e toda pesquisa envolve amor ao ser - o ser distanciado da imprecisa fronteira do normal - o fechado em si, o supostamente ininteligível, o esquizofrênico. Nise debruçou-se sobre a mente cheia de mistério dos que não participava do nosso modo comum de viver e exprimir-se, e em cerca de 30 anos de observação, estímulo e carinho, extraiu deles alguma coisa profundamente comovedora e de enorme interesse psicológico.

Seu Serviço de Terapia Ocupacional abriu um caminho para a interpretação de valores obscuros, em potencial no espírito atormentado: o caminho da criação artística. Sem pretensão de formar criadores no sentido em que lhes atribui a disciplina estética. Sem querer aumentar o catálogo de nossos pintores, escultores, gravadores. Nise interroga o inconsciente e consegue que dele aflorem as representações artísticas espontâneas, prova de que nem tudo em seus autores é caos ou aniquilamento: perduram condições geradoras de uma atividade bela, a serem devidamente estudadas visando ao benefício do homem futuro, tornando mais transparente em suas grutas interiores.

Resultado desse trabalho que seduziu outros psiquiatras e discípulos, levando-os a cooperar com a frágil e forte pessoa de Nise, é o Museu de Imagens do Inconsciente, sobre cujo sorte pairam hoje interrogações: não o estando ainda

integrado legalmente na estrutura do Ministério da Saúde, embora portaria ministerial de 1973 lhe reconhecesse a existência, que será dele com a aposentadoria de Nise? Ira vegetar, marcar passo, regredir, acabar melancolicamente?

Para evitar que isto aconteça, fundou-se a Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente. Não é comum ver-se um funcionário que se aposenta suscitar iniciativa desta ordem para preservar-lhe as realizações no serviço público. Deve ser mesmo caso único. Para se justificarem como entidade, os amigos do Museu, que são os amigos de Nise, precisam ficar atentos e ativos, não deixando que tal instituição seja roída pela indiferença burocrática. Os museus não valem nada como depósitos de cultura ou experiências acumuladas, mas como instrumentos geradores de novas experiências e renovação de cultura. Só assim deve ser entendido o maravilhoso acervo de obras recolhidas ao museu que é alma e vida de Nise.

Do contrário, é o caso de apelar para sua criadora, esquecendo-lhe a aposentação compulsória, no verso do cantor maranhense:

Nise? Nise? Onde estás? Aonde? Aonde?

Carlos Drummond de Andrade  
Jornal do Brasil, 2 de janeiro de 1975.

### ***Análise da obra***

Nise da Silveira, a psiquiatra e pioneira da Terapia Ocupacional no Brasil, nasceu no dia 15 de fevereiro de 1905, em Maceió, Alagoas. Com apenas 16 anos, mudou-se do estado para cursar a Faculdade de Medicina da Bahia, sendo a única mulher em uma turma de 157 alunos. Em 1926, ela concluiu o curso, apresentando o estudo “Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil”, e se casou com um amigo de sala, o médico sanitarista Mario Magalhães. Em 1927, o casal se mudou para o Rio de Janeiro, e Nise começou a atuar como médica, além de escrever uma coluna sobre medicina para o jornal A Manhã. Os artigos também eram reproduzidos no Jornal de Alagoas, onde o pai da psiquiatra fora jornalista e diretor.

Em 1933, Nise foi aprovada em concurso público de Psiquiatra no Serviço de Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental, setor da antiga Divisão de Saúde Mental do Rio de Janeiro. Dali em diante, dedicou sua vida a humanizar o tratamento de pacientes psiquiátricos e se recusou a aplicar neles métodos tradicionais, como o choque elétrico e a lobotomia. Na década de 1940, criou ateliês de desenho e pintura como parte do tratamento de esquizofrênicos e revolucionou a maneira como a sociedade e a medicina deveriam se relacionar com os psicóticos. Ao ser reconhecido pelo pai da Psicologia Analítica, Carl G. Jung, o trabalho de Nise da Silveira obteve alcance internacional.

“Nise tinha uma trajetória política e filosófica antes de encontrar a obra de Jung. Mas ele lhe ensinou o caminho da mitologia e das artes plásticas pensadas em uma chave criativa e clínica que era muito avançada para a época”, explica Christian Ingo Lenz Dunker, psicanalista e professor titular do Instituto de Psicologia da USP. “Entre seus gatos e cartas, entre Espinoza e Jung, entre mandalas, pinturas e imagens do inconsciente, Nise sempre recebia os errantes, visionários e candidatos a curadores de almas. Com a mesma benevolência e inquietude de quem sabia que a verdade do homem não pode ser pensada sem sua loucura”, afirma Dunker.

Nise da Silveira, uma das primeiras a falar em desinstitucionalização dos manicômios no Brasil, publicou dez livros e escreveu uma série de artigos científicos que muito contribuíram para os estudos de psiquiatria. Morreu, aos 94 anos de idade, no dia 30 de outubro de 1999. Voraz leitora de Machado de Assis, ela costumava afirmar que seu primeiro contato com a psicologia havia sido travado por meio da obra do escritor, que em algumas narrativas discute a loucura e a vida social.

Em 1992, em entrevista publicada na revista científica *Psicologia: Ciência e Profissão*, Nise, ao fazer um balanço da sua trajetória profissional, afirmou: “Eu pretendia que o paciente na Terapia Ocupacional tomasse conhecimento com a matéria. E, uma vez, um paciente me mostrou que eu estava no caminho certo, quando me ofereceu um coração em madeira e no centro do coração havia um livro aberto. Quando me ofereceu isso, ele me disse: ‘um livro é muito importante, a ciência é muito importante, mas se ela se desprender do coração, não vale nada’. Tudo que eu sei de psiquiatria aprendi com eles”.

### **O cárcere político**

No Rio de Janeiro, Nise e o marido passaram a frequentar as rodas de artistas e intelectuais e a participar dos circuitos ligados ao marxismo. Entre outros temas, esses encontros marxistas discutiam, principalmente, a situação política que o mundo vivia não somente com o surgimento do nazismo e do fascismo na Europa, como também com a ascensão da Era Vargas (1930-1945) no Brasil.

Em 1934, depois de ser denunciada por uma enfermeira da Divisão de Saúde Mental do Rio de Janeiro por envolvimento com o comunismo, Nise foi presa pela polícia política varguista, liderada por Filinto Müller. A psiquiatra passou 15 meses no presídio Frei Caneca, sofreu diversos tipos de tortura e, quando liberada, em 1936, foi afastada do serviço público e viveu na clandestinidade por oitos anos.

Na prisão, Nise conheceu Graciliano Ramos e outros intelectuais da época que também passaram pelo Frei Caneca, como Olga Benário e Maria Werneck. Em *Memórias do cárcere*, Graciliano escreve sobre a amiga psiquiatra: “Lamentei ver a minha conterrânea fora do mundo, longe da profissão, do hospital, dos seus queridos loucos. Sabia-se culta e boa. Rachel de Queiroz me afirmara a grandeza moral daquela pessoinha tímida, sempre a esquivar-se, a reduzir-se, como a escusar-se a tomar espaço. O marido também era médico, era o meu velho conhecido Mário Magalhães. Pedi notícias dele: estava em liberdade. E caiei-me, num vivo constrangimento”.

“Quando uma das pacientes esquizofrênicas de Nise descobriu que sua ‘doutora’ tinha sido presa por causa da denúncia, esbofeteou a enfermeira delatora”, conta Bernardo Horta, jornalista e autor da biografia *Nise – arqueóloga dos mares* (Editora Aeroplano), que inspirou o filme *Nise – o coração da loucura*. “Ela brincava com o episódio, dizendo: ‘o esquizofrênico não é indiferente’”, lembra Horta, que foi amigo pessoal da psiquiatra por vinte anos.

Desde o início de sua carreira, Nise defendia a ideia de que, ao contrário do que se acreditava na época, o esquizofrênico não é um ser hermético e incapaz de demonstrar afeto e conexão com o mundo externo. Com base nos estudos de Jung e na experiência de tortura que viveu na prisão, desenvolveu um tratamento de arte-

terapia em que conseguiu provar sua teoria de que o psicótico não é uma pessoa indiferente.

“Ela percebeu [durante o cárcere] que os presos que deixavam de fazer coisas, sucumbiam; já os que se apegavam aos afazeres, por menores que fossem, seguiam adiante. Também percebeu que na medida em que os guardas tiravam roupas e objetos pessoais das pessoas, elas iam perdendo suas identidades. O mesmo ocorria no hospital: quando o paciente, que já estava deslocado da realidade, perdia seus objetos pessoais, sua situação mental piorava. Outra descoberta da prisão foram os gatos que, segundo Nise, não perdiam a liberdade atrás das grades”, conta o cineasta Roberto Berliner, diretor do filme *Nise – o coração da loucura*.

Na entrevista de 1992, Nise afirmou: “No Hospital, introduzi os animais como ajuda para os doentes, como coterapeutas. Um analista americano, de quem eu tenho um livro, costumava trabalhar com um cão no consultório. Aliás, Freud trabalhava com um cão no consultório; Jung trabalhava com um cão no consultório. Marie Louise Von Franz, com quem eu fiz análise, trabalhava com um cão no consultório. Mas aqui, o cão não entra nos lugares”.

### **As mandalas e a organização do inconsciente**

“Durante esses anos todos que passei afastada, entrou em voga na psiquiatria uma série de tratamentos e medicamentos novos que antes não se usavam. Aquele miserável daquele português, Egas Muniz, que ganhou o prêmio Nobel, tinha inventado a lobotomia. Outras novidades eram o eletrochoque, o choque de insulina e o de cariazol. Fui trabalhar numa enfermaria com um médico inteligente, mas que estava adaptado àquelas inovações. Então me disse:

– A senhora vai aprender as novas técnicas de tratamento. Vamos começar pelo eletrochoque.

Paramos diante da cama de um doente que estava ali para tomar eletrochoque. O psiquiatra apertou o botão e o homem entrou em convulsão. Ele então mandou levar aquele paciente para a enfermaria e pediu que trouxessem outro. Quando o novo paciente ficou pronto para a aplicação do choque, o médico me disse: – Aperte o botão.

E eu respondi: – Não aperto.

Aí começou a rebeldia.” (*Nise da Silveira – caminhos de uma psiquiatra rebelde*, fotobiografia de Luiz Carlos Mello)

Somente em 1944 é que Nise consegue ser reintegrada ao serviço público. Nesse ano, começa a trabalhar no Hospital Pedro II, antigo Centro Psiquiátrico Nacional do Rio de Janeiro, no Engenho de Dentro, um dos maiores hospícios do Brasil, criado no século 19.

Ao se recusar a seguir o tratamento brutal da época contra os pacientes, Nise foi perseguida pelos médicos do hospital e transferida para o Setor de Terapia Ocupacional do Pedro II, espaço de menor prestígio na instituição.

“A experiência da prisão foi marcante na vida de Nise. Na volta ao trabalho, no Hospital Pedro II, ela viu que os loucos viviam como presos e não aceitou essas condições, nas quais hospital psiquiátrico e cárcere se confundem”, conta Luiz Carlos Mello, ex-aluno de Nise e atual diretor do Museu das Imagens do Inconsciente, criado pela psiquiatra em 1952.

Isolada, Nise propôs um tratamento que desafiava tudo o que se entendia por saúde mental no Brasil, questionando as contradições do sistema psiquiátrico, baseado na exclusão e na violência contra o paciente. “Na época em que ainda vivíamos os manicômios e o silenciamento da loucura, Nise da Silveira soube transformar o Hospital Engenho de Dentro em uma experiência de reconhecimento do engenho interior que é a loucura”, explica Dunker. Depois de ajudar o psiquiatra Fábio Sodré na introdução da Terapia Ocupacional no Hospital Pedro II, Nise criou, em 1946, a Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (STOR) do Centro Psiquiátrico Pedro II.

Horta lembra que, por meio das artes plásticas, Nise foi pioneira ao defender que a comunicação com os esquizofrênicos graves só poderia ser estabelecida inicialmente em nível não verbal, daí a importância dos desenhos. “Ao desenvolver, inicialmente, os ateliês de bordado, modelagem, encadernação de livros etc., Nise percebe que os pacientes desenhavam muito no chão e nas paredes. Veio, então, a ideia de criar um ateliê de pintura e modelagem”, conta.

Para implantar o ateliê de pintura, Nise recebeu ajuda do então estagiário Almir Mavignier, que viria a se tornar um dos primeiros pintores abstratos do Brasil e professor de pintura da Escola Superior de Artes Plásticas de Hamburgo.

“Foi nesse momento que houve uma explosão de pinturas, desenhos e esculturas que Nise e a equipe não esperavam. Nise, que já estava lendo Jung, constata aquilo que o psicanalista falava que, se para o neurótico – que seria todos nós, segundo Freud – o tratamento é através da palavra, da Psicanálise, já para o esquizofrênico, a palavra não dá conta. Por isso, a proposta de Jung é que o tratamento do esquizofrênico deve se dar através da imagem”, explica Horta.

Apesar de criada por Nise em 1944, a Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação foi oficializada somente em 9 de agosto de 1961, pelo decreto presidencial n. 51.169.

O reconhecimento informal da Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação, contudo, aconteceu rápido: em 1950, o acervo dos ateliês foi mostrado pela primeira vez internacionalmente na “Exposição de Arte Psicopatológica” do I Congresso Internacional de Psiquiatria, em Paris; a segunda exposição viria em 1957, com mostra “A Esquizofrenia em Imagens”, durante o II Congresso Internacional de Psiquiatria, em Zurique. Ao chegar na Europa, o acervo da STOR chamou a atenção de Carl Gustav Jung, que conheceu o trabalho de Nise depois de uma carta escrita a ele pela própria, em 1954, em que a psiquiatra pedia ajuda para interpretar a presença recorrente de mandalas entre os desenhos de seus pacientes.

“A configuração de mandala harmoniosa, dentro de um molde rigoroso, denotará intensa mobilização de forças autocurativas para compensar a desordem interna. Então pedi para que fotografassem algumas mandalas e as enviei com uma



carta para C. G. Jung, explicando o que se passava. Foi um dos atos mais ousados da minha vida” (*Nise da Silveira – caminhos de uma psiquiatra rebelde*, fotobiografia de Luiz Carlos Mello).

## **Jung, mentor e amigo**

Em 1954, após passar anos observando seus pacientes desenharem formas circulares no ateliê da STOR, a psiquiatra passa a defender a ideia de que aquelas pinturas não eram semelhantes, mas tinham algo em comum: eram mandalas.

“Os profissionais da equipe de Nise falavam que era impossível os pacientes estarem fazendo mandalas, porque eles não sabiam o que era isso”, conta Horta. “Os pacientes eram pessoas muito humildes e pobres, a maioria analfabeta, e a mandala é uma figura oriental, do sânscrito. Mas Nise afirmava que aqueles desenhos eram mandalas e representavam a fala de Jung, que escreveu que as formas circulares eram a tentativa do esquizofrênico de se reorganizar”, explica.

Segundo Dunker, o suíço Carl Gustav Jung, pai da Psicologia Analítica, foi autor incontornável por perceber a investigação do inconsciente como uma experiência cultural e transcultural. “A Psicologia Analítica ampara-se fortemente no estudo da mitologia, da história das religiões (inclusive orientais) e das narrativas ancestrais, além da existência do inconsciente pessoal, formado pela história de experiências recalcadas do indivíduo, o inconsciente coletivo, receptáculo de experiências universais da experiência humana”, explica.

Contra a vontade de sua equipe, Nise fotografou os desenhos circulares de seus pacientes e mandou o material, junto a uma carta em francês, ao próprio Jung, na Suíça. Meses depois, para a surpresa da psiquiatra, a assessora de Jung enviou uma carta para Nise.

“A assessora comenta que Jung ficou muito impressionado com o material, que se surpreendeu ao descobrir que aquele trabalho estava sendo feito em um hospício do subúrbio brasileiro e confirmava que aquelas figuras eram, de fato, mandalas. Jung e Nise, então, passam a se corresponder, e o nome dela começa a ser associado ao do psicanalista internacionalmente”, explica Horta. As cartas trocadas entre os dois viraram documentos históricos e estão expostas no Instituto Junguiano de Zurique.

Em 1957, Jung convidou Nise para passar um ano estudando com ele no Instituto, um dos mais importantes centros de Psicanálise no mundo, e a expor o acervo das pinturas de seus pacientes no II Congresso Internacional de Psiquiatria. A médica aceitou o convite, e o trabalho de Nise ganhou projeção internacional.

Segundo a arte-terapeuta vinculada ao IJEP – Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa –, Santina Rodrigues de Oliveira, Nise foi precursora do pensamento junguiano no Brasil. “Em Jung, ela encontrou o respaldo teórico necessário para sustentar suas práticas num momento sombrio da psiquiatria, que ainda se utilizava de recursos tenebrosos à época, como o eletrochoque. Nise nunca deu a esse método o nome de arte-terapia, mas suas pesquisas fomentaram e contribuíram para o desenvolvimento dessa abordagem, especialmente no Brasil, entre analistas junguianos”, explica Santina. Segundo Horta, Nise é a única colaboradora latino-americana que aparece nos sites oficiais ligados à obra de Jung.

“Ao contrário de outros junguianos, mas de acordo com Marie Louise Von Kranz, com quem Nise estudou, ela levou o pensamento de Jung adiante, basicamente captando seu ingrediente de invenção clínica articulado com intensa reflexão cultural”, explica Dunker sobre a relação entre Nise e Jung. “Por isso ela não se contentou em praticar leituras hermenêuticas das obras dos pacientes internados, que ela resgatou da condição de asilados crônicos, mas também reintroduziu a mensagem deles em um sistema simbólico específico que é o das artes plásticas, da crítica especializada e do cinema”, afirma.

## **Nise e o pensamento junguiano no Brasil**

Em 1968, sete anos após a morte de Jung, Nise criou o Grupo de Estudos C. G. Jung no Rio de Janeiro, que coordenou até morrer, em 1999.

Horta descobriu o grupo em 1987, por meio de um amigo de faculdade que queria retratar a vida de Nise para seu trabalho de conclusão de curso. “Falavam que a Nise era muito brava e rígida. Então, ficamos com medo, não sabíamos como chegar nela (risos)”, lembra. Os estudantes começaram visitando o Museu de Imagens do Inconsciente e conseguiram um estágio lá. Nessa época, contudo, Nise, que já estava aposentada e debilitada, não ia mais ao lugar. Mas o estágio rendeu o trabalho de conclusão de curso, o que fez a psiquiatra querer conhecer Horta em sua própria casa, um apartamento no Flamengo. A partir de então, Horta começou a frequentar o grupo e anotar tudo o que conversava com Nise. “No começo ela não gostava das anotações e não me deixava fazê-las, mas eu continuava anotando. No final, ela me chamava para contar suas histórias.”

O biógrafo conta que presenciou inúmeras vezes a psiquiatra declarar respeito a Freud, mas afirmava que foi na obra de Jung que encontrou as ferramentas mais adequadas para desenvolver a Terapia Ocupacional no Brasil. “Jung foi discípulo de Freud, mas aconteceu uma cisão e os dois rompem. Existem analistas que afirmam que a relação entre Jung e Freud marcou a Psicanálise moderna. Nise leu e releu as obras de Freud em inglês e espanhol, assim como leu muito também a obra de Jung. Nise era uma devoradora de livros, um gênio, o que a fez conhecer profundamente a obra dos dois para formular a sua.”

Nise se debruçou por anos sobre a diferença entre Freud e Jung no tratamento da esquizofrenia. “Enquanto Freud estudou os esquizofrênicos e afirmou que o lugar de tratamento deles era o divã, Jung observou os esquizofrênicos e afirmou que o tratamento deles deveria se dar por meio da expressão plástica – veja bem, não artística, mas plástica – e o divã deveria ser substituído pelo ateliê. Ao tratar de fato o esquizofrênico e não somente estudá-lo, Nise fez o trabalho de Jung evoluir e aprofundou as ideias dele”, explica o jornalista.

Para Walter Mello Junior, psicanalista e ex-coordenador da Casa das Palmeiras, criada por Nise da Silveira, a psicologia junguiana obteve um impulso a partir da obra da psiquiatra. “Mais que isso, esses estudos ganharam um respaldo metodológico e ético com Nise. Se hoje a psicologia junguiana começa a ganhar força nas universidades, muito se deve ao esforço de Nise, pois alguns de seus colaboradores se tornaram professores universitários, levando esses estudos para os centros acadêmicos, assim como o estudo da obra de Nise da Silveira que, com certeza, permanece ligada à de Jung. Mas podemos afirmar que o trabalho dela possui brilho próprio.”

De todo o convívio com Nise da Silveira, Walter se lembra da vez em que, ao buscar conselhos com a psiquiatra, esta quis conhecer um de seus pacientes. “Atendia a um rapaz que morava perto de Nise. Debati bastante esse acompanhamento com ela. Certo dia, o rapaz me relatou que foi almoçar em um restaurante perto de casa e um homem começou a falar sobre ele, dizendo que ele era um estorvo para a família e lhe deu um tapa no rosto. Quando eu relatava a situação, Nise pediu que convidasse o rapaz para ir na casa dela. O encontro aconteceu no dia seguinte. Ele contou a situação a ela que, imediatamente, o convidou para almoçar no mesmo local onde levara o tapa. Fiquei muito impressionado com o senso de solidariedade”, lembra.

## O legado de Nise

Além dos ateliês de artes da STOR, outro feito da psiquiatra dentro do Setor foi introduzir entre os psicóticos o convívio com gatos e cachorros, a fim de promover a afetividade entre os internos e os animais. Mas uma das maiores contribuições de Nise foi o Museu de Imagens do Inconsciente, criado em 1952 para reunir a rica e complexa iconografia concebida por seus pacientes.

“À medida que as exposições dos trabalhos do STOR foram sendo organizadas e que a experiência foi se tornando conhecida nos meios culturais, Nise se deparou com o problema de acompanhar os pacientes revelados como artistas, lhes oferecer cuidado e cuidar, ao mesmo tempo, de suas obras”, explica a pesquisadora Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima, professora do Curso de Terapia Ocupacional da USP. Surgiu, assim, o Museu de Imagens do Inconsciente, com o objetivo de articular os interesses científico, clínico e artístico.

Mais que estabelecer uma relação entre arte e loucura, os ateliês de Nise foram capazes de revelar artistas plásticos talentosos dentre seus pacientes, que chamaram a atenção não somente de pesquisadores de saúde mental e médicos, mas também de críticos de arte. Em entrevista concedida a Edson Passetti na década de 1990, Nise afirmou sobre os trabalhos expostos no Museu de Imagens do Inconsciente: “Se a imagem do processo psicótico tomar uma forma que entendidos de arte possam dizer ‘é bela do ponto de vista artístico’, muito bom. Ótimo. Isso mostra também uma outra coisa que nos agrada muito: que um doente possa fazer algo que tenha um contorno de beleza. Mas nunca uma pessoa me fez a pergunta que eu desejava ouvir: onde estão estes homens e mulheres que fizeram estes trabalhos que estamos agora admirando? Isso eu dizia desde 1949, quando fizemos a primeira exposição no MAM, em São Paulo. Onde estão essas criaturas que conseguiram dar um contorno que um crítico como Léon Degand ou Mário Pedrosa consideram artístico? Eles estão nos tristes lugares que são os hospitais psiquiátricos”.

Segundo Mello, diretor do Museu de Imagens do Inconsciente, o lugar tem um acervo de mais de 360 mil obras e tornou-se a maior e a mais diferenciada coleção desse tipo de arte no mundo. Suas principais coleções foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e o acervo pessoal de Nise da Silveira é tombado como Memória do Mundo da UNESCO.

Outro grande feito de Nise foi a fundação do primeiro serviço de egressos psicóticos, a Casa das Palmeiras, aberta em 1956, a primeira instituição que desenvolveu um projeto de desinstitucionalização dos manicômios no Brasil.

“Podemos com certeza afirmar que Nise da Silveira foi uma das pioneiras de ideias e ações que compuseram a Reforma Psiquiátrica brasileira”, explica Lima.

Segundo a pesquisadora, Nise afirmava que o hospital psiquiátrico colaborava com a doença e acreditava que caberia à terapêutica ocupacional parte importante na mudança desse ambiente. “Depois, para proporcionar melhores condições de atendimento, Nise e seus colaboradores criaram a Casa das Palmeiras, talvez o primeiro serviço de saúde mental brasileiro substitutivo ao hospital psiquiátrico e instalado no território dentro da cidade, não mais isolado”, afirma. Nise foi, ainda, membro fundadora da Sociedade Internacional de Psicopatologia da Expressão, com sede em Paris.

Para Mello, “o maior legado de Nise foi introduzir o afeto como elemento transformador no tratamento. Até hoje os ateliês de pintura, modelagem e outras atividades continuam a funcionar segundo sua filosofia. Foi a sua coragem e determinação que sustentaram a sua rebeldia para abrir novos caminhos no tratamento e no respeito a esses indivíduos marginalizados pela psiquiatria e pela sociedade”.

O poeta e escritor Marco Lucchesi foi amigo de Nise por quase duas décadas e, da amizade, surgiu o livro *Viagem a Florença – Cartas de Nise da Silveira a Marco Lucchesi* (Editora Rocco, 2003). O escritor conta que conheceu a obra da psiquiatra ao acaso. “A leitura de Dostoiévski me levou a fazer uma visita a um hospital psiquiátrico. Queria saber como era e qual a medida de tantos horrores. Descubro pouco tempo depois o maravilhoso *Imagens do inconsciente*, da dra. Nise. Foi uma surpresa que me abalou. Parecia uma nova poética. Uma forma total de humanismo”, conta Lucchesi, que veio a conhecer Nise no enterro de Maria Julieta Drummond de Andrade, em 1987. “Saí do enterro, com a memória de um Drummond totalmente de pedra, imóvel, no abismo de sua dor. Mas Nise foi um sol de fim de tarde, igual a ele, restaurador. Abraçamo-nos, como velhos conhecidos. Saí emocionado e sem dizer palavras”, lembra o escritor. “Nise trabalhou para a paz. Faltou-lhe apenas o Nobel”.

Disponível em: <https://educezimbra.wordpress.com/2018/01/30/nise-da-silveira-entre-a-loucura-a-rebeldia-e-a-arte/>

#### **4.5.2 - Cartas que Gandhi escreveu para Hitler. História e Geografia.**

Algo que podemos aprender com a História é que os fatos se dão mais pelo contexto de uma época do que pela atuação de personagens. O surgimento de um Buddha, Jesus Cristo, Simón Bolívar, Adolf Hitler ou Gandhi só foi possível pelas particularidades de tempos e lugares, cujas circunstâncias os levaram a agir de determinada forma.

Mas, como cada ser humano se relaciona com o exterior a partir de seu próprio mundo interno, essa constatação não retira a importância da ação dos sujeitos, que são transformados mas também transformam sua época.

E foi esse desejo de transformação que levou o grande líder indiano Mohandas Karamchand Gandhi, ou Mahatma Gandhi, a escrever duas cartas para o

líder nazista Adolf Hitler, solicitando que ele refletisse sobre os atos violentos que praticava.

Mahatma, em sânscrito, significa Grande Alma. Principal liderança na luta dos indianos contra dominação britânica, Gandhi era um assíduo defensor da Satyagraha, forma não violenta de manifestação e ativismo político que implicava na desobediência civil e que influenciou líderes como Martin Luther King Jr. em sua campanha por direitos civis nos EUA. Para Gandhi, Satyagraha implica na vitória de batalhas com base na força da compaixão.

### **Primeira carta**

A primeira carta de Gandhi foi escrita no dia 23 de julho de 1939, a menos de dois meses do início da Guerra. No texto, que demonstra deliberada humildade, o líder afirma que Hitler seria "a única pessoa no mundo que pode evitar uma guerra capaz de reduzir a humanidade ao estado selvagem".

O apelo não funcionou: no dia 1º de setembro de 1939 a Alemanha invade a Polônia em busca de expansão territorial, sendo essa a última gota de uma série de tensões acumuladas que deram início à Segunda Guerra.

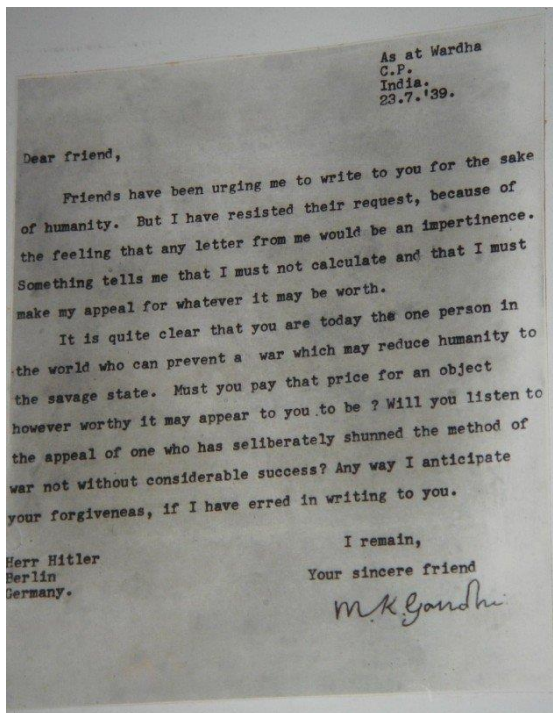
Abaixo segue a tradução da primeira carta:

"Querido Amigo,

Amigos têm insistido que eu lhe escreva para o bem da humanidade. No entanto, eu tenho resistido ao pedido deles, porque sinto que qualquer carta vinda de mim seria impertinência. Mas algo me diz que eu não devo hesitar e que devo fazer meu apelo, qualquer que seja seu valor.

Está muito claro que você, hoje, é a única pessoa no mundo que pode evitar uma guerra capaz de reduzir a humanidade ao seu estado mais selvagem. Você deve pagar o preço de algo, por mais valioso que pareça ser? Você ouvirá o apelo de alguém que, deliberadamente, deixou de lado os métodos de guerra e obteve um sucesso considerável? De qualquer forma, peço desculpas antecipadas, caso tenha errado em lhe escrever.

Continuo, O seu amigo sincero, M. K. Gandhi."



Primeira carta de Gandhi a Hitler, de 1939 / Crédito: Reprodução

## Nova tentativa

Um ano depois, em 1940, Gandhi envia uma carta muito maior que a anterior, demonstrando mais sinais de bravura do que de humildade. Nela, o líder político explica como funciona seu método de resistência não-violenta, praticado pelos indianos há 20 anos com o objetivo de se libertarem do domínio inglês. "Nós encontramos na não violência uma força que, se organizada, pode sem dúvidas unir-se contra as forças mais violentas do mundo", afirma o autor em determinado ponto.

A liderança de Gandhi no movimento de independência indiana se iniciou em 1921, conseguindo finalmente a liberdade do domínio imperial britânico em 1947 -- seis meses antes da sua morte.

Pelas palavras de Gandhi, os conflitos entre Alemanha e Grã-Bretanha são colocados sob a perspectiva dos povos do terceiro mundo, e escancaram as contradições de uma guerra que dilacerou muitos povos e nações. O pedido para que Hitler interrompa a guerra é foco central do texto, em um apelo feito em nome da humanidade.

## Segue a tradução da segunda carta:

"Caro amigo, o fato de eu me dirigir a você como amigo não é nenhuma formalidade. Eu não possuo inimigos. Minha ocupação na vida, nos últimos 33 anos, tem sido unir a amizade de toda a humanidade, tornando os homens amigos, independentemente de raça, cor ou fé.

Eu espero que você tenha o tempo e a vontade de saber como uma grande parte da humanidade que tem vivido sob a influência dessa doutrina da amizade universal enxerga suas ações. Nós não temos dúvidas com relação à sua bravura ou devoção à sua terra natal, nem acreditamos que você seja o monstro descrito por seus oponentes.

Mas seus próprios escritos e pronunciamentos não deixam margem a dúvidas de que muitos dos seus atos são monstruosos e incompatíveis com a dignidade humana, especialmente em relação a homens como eu, que acreditam na amizade universal. Isso pode ser visto na humilhação da Tchecoslováquia, no estupro da Polônia e na destruição da Dinamarca.

Eu estou ciente de que a sua perspectiva de vida vê tais espoliações como atos virtuosos. Mas nós temos sido ensinados desde a infância a considerá-los atos de degradação da humanidade. Por isso, nós não podemos desejar sucesso aos seus empreendimentos.

Contudo, nossa posição é única. Nós resistimos ao Imperialismo Britânico, que não é menor que o Nazismo. Se existe uma diferença, é no grau. Um quinto da humanidade está sob o domínio britânico através de meios que não serão tolerados. Nossa resistência a isso não significa um mal ao povo britânico.

Nós queremos convertê-los e não derrotá-los no campo de batalha. A nossa revolta contra o domínio britânico é desarmada. Mas, quer nós o convertamos ou não, nós estamos determinados a tornar o domínio deles impossível através de uma não cooperação não violenta. É um método indefensável em sua natureza. Ele é baseado no conhecimento de que nenhum espoliador pode chegar ao seu objetivo sem um certo grau de cooperação, determinação e compulsória da vítima.

Nossos dominadores podem ter nossa terra e corpos, mas não nossas almas. Eles podem ser os primeiros a destruir os indianos – homens, mulheres e crianças. É verdade que nossa revolta pode não se elevar àquele grau de heroísmo e que um grau razoável de medo pode desanimar, mas esse argumento é irrelevante.

Pois, se um número considerável de homens e mulheres na Índia estariam dispostos a sacrificar suas vidas se ajoelhando diante dos espoliadores, eles mostrariam o caminho da liberdade através da tirania da violência. Eu peço que você acredite em mim quando digo que você encontrará um número inesperado de homens e mulheres dispostos a isso na Índia. Eles têm recebido esse tipo de treinamento pelos últimos 20 anos.

Nós estamos tentando desde a última metade desse século nos livrar do domínio britânico. O movimento de independência nunca foi tão forte quanto agora. A organização política mais poderosa, o Congresso Nacional Indiano, está tentando chegar a esse objetivo. Nós alcançamos um nível de sucesso bem razoável através da não violência.

Nós estávamos buscando os meios certos para combater a violência mais organizada do mundo, que é representada pelo poder britânico. Você o desafiou. Ainda falta saber qual é o mais organizado: o alemão ou o britânico. Nós sabemos o que o domínio britânico significa para nós e para as raças não europeias do mundo.

Porém, nós nunca desejaríamos o fim do domínio britânico com o apoio da Alemanha.

Nós encontramos na não violência uma força que, se organizada, pode, sem dúvidas, unir-se contra as forças mais violentas do mundo. Dentro da técnica da não violência, como eu disse, não existe a derrota. Trata-se de um “viver ou morrer” sem matar ou ferir. Ela pode ser usada praticamente sem dinheiro e, obviamente, sem a ajuda da ciência da destruição, a qual você levou à perfeição.

É incrível para mim que você não veja que isso não é um monopólio de ninguém. Se não forem os britânicos, algum outro poder certamente vai aprimorar seu método e derrotá-lo com suas próprias armas. Você não está deixando nenhum legado que trará orgulho ao seu povo. Eles não podem encontrar orgulho em um recital de atos cruéis, por mais bem planejados que tenham sido.

Portanto, eu apelo a você, em nome da humanidade, que pare a guerra. Você não vai perder nada levando todas as questões de disputa entre você e a Grã-Bretanha a um tribunal internacional de sua escolha. Se você tiver sucesso na guerra, isso não significa que você estava certo; isso irá apenas provar que o seu poder de destruição era maior, enquanto uma concessão dada por um tribunal imparcial mostrará, até onde é humanamente possível, qual parte estava certa.

Você sabe que, não muito tempo atrás, eu fiz um apelo a todos os britânicos que aceitassem meu método de resistência não violenta. Eu fiz isso porque os britânicos me conhecem como um amigo, embora eu seja um rebelde. Eu sou um estranho para você e para o seu povo. Eu não tenho a coragem de fazer a você o apelo que fiz para todos os britânicos. Não que isso não chegaria a você com a mesma força que chegou a eles; no entanto, minha atual proposta é muito mais simples porque é muito mais prática e familiar.

Nesta temporada, quando os corações dos povos da Europa anseiam por paz, nós suspendemos até mesmo nossa luta pacífica. É muito pedir a você que faça um esforço pela paz em um tempo que pode não significar nada para você pessoalmente, mas que deve significar muito para milhões cujo grito emudecido por paz eu escuto, pois meus ouvidos estão acostumados a escutar os milhões de mudos?

A minha intenção é dirigir um apelo conjunto a você e a Signor Mussolini, que eu tive o privilégio de conhecer quando estive em Roma durante minha visita à Inglaterra como um representante da Round Table Conference. Eu espero que ele a receba com as modificações necessárias."





Gandhi protagonizando movimento indiano pela não-violência / Crédito: Getty Images

Infelizmente, nenhum dos dois apelos foi levado a sério pelos oficiais nazistas. A guerra e violência continuaram por mais cinco anos após a segunda carta, e mesmo tendo cometido suicídio, Hitler nunca demonstrou o abandono de suas ideias.

Não é registrada menção alguma dos oficiais às cartas escritas pelo indiano - ficando estas como um documento histórico que escancara ideologias e visões de mundo totalmente diferentes.

#### **4.5.3 - Por que a Guerra? Indagações entre Einstein e Freud. Física e Química.**

Por que a Guerra? Indagações entre Einstein e Freud (cartas)

Carta de Einstein Caputh junto a Potsdam, 30 de julho de 1932

Prezado Professor Freud,

A proposta da Liga das Nações e de seu Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, em Paris, de que eu convidasse uma pessoa, de minha própria escolha, para um franco intercâmbio de pontos de vista sobre algum problema que eu poderia selecionar, oferece-me excelente oportunidade de conferenciar com o senhor a respeito de uma questão que, da maneira como as coisas estão, parece ser o mais urgente de todos os problemas que a civilização tem de enfrentar. Este é o problema: Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra? É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência de nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos; não obstante, apesar de todo o empenho

demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.

Ademais, acredito que aqueles cuja atribuição é atacar o problema de forma profissional e prática, estão apenas adquirindo crescente consciência de sua impotência para abordá-lo, e agora possuem um vivo desejo de conhecer os pontos de vistas de homens que, absorvidos na busca da ciência, podem mirar os problemas do mundo na perspectiva que a distância permite. Quanto a mim, o objetivo habitual de meu pensamento não me permite uma compreensão interna das obscuras regiões da vontade e do sentimento humano. Assim, na indagação ora proposta, posso fazer pouco mais do que procurar esclarecer a questão em referência e, preparando o terreno das soluções mais óbvias, possibilitar que o senhor proporcione a elucidação do problema mediante o auxílio do seu profundo conhecimento da vida instintiva do homem. Existem determinados obstáculos psicológicos cuja existência um leigo em ciências mentais pode obscuramente entrever, cujas inter-relações e filigranas ele, contudo, é incompetente para compreender; estou convencido de que o senhor será capaz de sugerir métodos educacionais situados mais ou menos fora dos objetivos da política, os quais eliminarão esses obstáculos.

Como pessoa isenta de preconceitos nacionalistas, pessoalmente vejo uma forma simples de abordar o aspecto superficial (isto é, administrativo) do problema: a instituição, por meio de acordo internacional, de um organismo legislativo e judiciário para arbitrar todo conflito que surja entre nações. Cada nação submeter-se-ia à obediência às ordens emanadas desse organismo legislativo, a recorrer às suas decisões em todos os litígios, a aceitar irrestitivamente suas decisões e a pôr em prática todas as medidas que o tribunal considerasse necessárias para a execução de seus decretos. Já de início, todavia, defronto-me com uma dificuldade; um tribunal é uma instituição humana que, em relação ao poder de que dispõe, é inadequada para fazer cumprir seus veredictos, está muito sujeito a ver suas decisões anuladas por pressões extrajudiciais. Este é um fato com que temos de contar; a lei e o poder inevitavelmente andam de mãos dadas, e as decisões jurídicas se aproximam mais da justiça ideal exigida pela comunidade (em cujo nome e em cujos interesses esses veredictos são pronunciados), na medida em que a comunidade tem efetivamente o poder de impor o respeito ao seu ideal jurídico. Atualmente, porém, estamos longe de possuir qualquer organização supranacional competente para emitir julgamentos de autoridade incontestável e garantir absoluto acatamento à execução de seus veredictos. Assim, sou levado ao meu primeiro princípio; a busca da segurança internacional envolve a renúncia incondicional, por todas as nações, em determinada medida, à sua liberdade de ação, ou seja, à sua soberania, e é absolutamente evidente que nenhum outro caminho pode conduzir a essa segurança.

O insucesso, malgrado sua evidente sinceridade, de todos os esforços, durante a última década, no sentido de alcançar essa meta, não deixa lugar à dúvida de que estão em jogo fatores psicológicos de peso que paralisam tais esforços. Alguns desses fatores são mais fáceis de detectar. O intenso desejo de poder, que caracteriza a classe governante em cada nação, é hostil a qualquer limitação de sua soberania nacional. Essa fome de poder político está acostumada a medrar nas atividades, de um outro grupo, cujas aspirações são de caráter econômico, puramente mercenário. Refiro-me especialmente a esse grupo reduzido, porém decidido, existente em cada nação, composto de indivíduos que, indiferentes às condições e aos controles sociais, consideram a guerra, a fabricação e venda de

armas simplesmente como uma oportunidade de expandir seus interesses pessoais e ampliar a sua autoridade pessoal.

O reconhecimento desse fato, no entanto, é simplesmente o primeiro passo para uma avaliação da situação atual. Logo surge uma outra questão: como é possível a essa pequena súcia dobrar a vontade da maioria, que se resigna a perder e a sofrer com uma situação de guerra, a serviço da ambição de poucos? (Ao falar em maioria, não excluo os soldados, de todas as graduações, que escolheram a guerra como profissão, na crença de que estejam servindo à defesa dos mais altos interesses de sua raça e de que o ataque seja, muitas vezes, o melhor meio de defesa.) Parece que uma resposta óbvia a essa pergunta seria que a minoria, a classe dominante atual, possui as escolas, a imprensa e, geralmente, também a Igreja, sob seu poderio. Isto possibilita organizar e dominar as emoções das massas e torná-las instrumento da mesma minoria.

Ainda assim, nem sequer essa resposta proporciona uma solução completa. Daí surge uma nova questão: como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas? Pode haver apenas uma resposta. É porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição. Em tempos normais, essa paixão existe em estado latente, emerge apenas em circunstâncias anormais; é, contudo, relativamente fácil despertá-la e elevá-la à potência de psicose coletiva. Talvez aí esteja o ponto crucial de todo o complexo de fatores que estamos considerando, um enigma que só um especialista na ciência dos instintos humanos pode resolver.

Com isso, chegamos à nossa última questão. É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?

Aqui não me estou referindo tão-somente às chamadas massas incultas. A experiência prova que é, antes, a chamada 'Intelligentzia' a mais inclinada a ceder a essas desastrosas sugestões coletivas, de vez que o intelectual não tem contato direto com o lado rude da vida, mas a encontra em sua forma sintética mais fácil — na página impressa.

Para concluir: Até aqui somente falei das guerras entre nações, aquelas que se conhecem como conflitos internacionais. Estou, porém, bem consciente de que o instinto agressivo opera sob outras formas e em outras circunstâncias. (Penso nas guerras civis, por exemplo, devidas à intolerância religiosa, em tempos precedentes, hoje em dia, contudo, devidas a fatores sociais; ademais, também nas perseguições a minorias raciais.) Foi deliberada a minha insistência naquilo que é a mais típica, mais cruel e extravagante forma de conflito entre homem e homem, pois aqui temos a melhor ocasião de descobrir maneiras e meios de tornar impossíveis qualquer conflito armado.

Sei que nos escritos do senhor podemos encontrar respostas, explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade para nós todos que o senhor apresentasse o problema da paz mundial sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação.

Muito cordialmente,

A Einstein

## Carta de Freud Viena, setembro de 1932.

Prezado Professor Einstein,

Quando soube que o senhor intencionava convidar-me para um intercâmbio de pontos de vista sobre um assunto que lhe interessava e que parecia merecer o interesse de outros além do senhor, aceitei prontamente. Esperava que o senhor escolhesse um problema situado nas fronteiras daquilo que é atualmente cognoscível, um problema em relação ao qual cada um de nós, físico e psicólogo, pudesse ter o seu ângulo de abordagem especial, e no qual pudéssemos nos encontrar, sobre o mesmo terreno, embora partindo de direções diferentes.

O senhor apanhou-me de surpresa, no entanto, ao perguntar o que pode ser feito para proteger a humanidade da maldição da guerra. Inicialmente me assustei com o pensamento de minha — quase escrevi ‘nossa’ — incapacidade de lidar com o que parecia ser um problema prático, um assunto para estadistas. Depois, no entanto, percebi que o senhor havia proposto a questão, não na condição de cientista da natureza e físico, mas como filantropo: o senhor estava seguindo a sugestão da Liga das Nações, assim como Fridtjof Nansen, o explorador polar, assumiu a tarefa de auxiliar as vítimas famintas e sem teto da guerra mundial. Além do mais, considerei que não me pediam para propor medidas práticas, mas sim apenas que eu delimitasse o problema da evitação da guerra tal como ele se configura aos olhos de um cientista da psicologia. Também nesse ponto, o senhor disse quase tudo o que há a dizer sobre o assunto. Embora o senhor se tenha antecipado a mim, ficarei satisfeito em seguir no seu rasto e me contentarei com confirmar tudo o que o senhor disse, ampliando-o com o melhor do meu conhecimento — ou das minhas conjecturas.

O senhor começou com a relação entre o direito e o poder. Não se pode duvidar de que seja este o ponto de partida correto de nossa investigação. Mas, permita-me substituir a palavra ‘poder’ pela palavra mais nua e crua ‘violência’? Atualmente, direito e violência se nos afiguram como antíteses. No entanto, é fácil mostrar que uma se desenvolveu da outra e, se nos reportarmos às origens primeiras e examinarmos como essas coisas se passaram, resolve-se o problema facilmente. Perdoe-me se, nessas considerações que se seguem, eu trilhar chão familiar e comumente aceito, como se isto fosse novidade; o fio de minhas argumentações o exige.

É, pois, um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pelo uso da violência. É isto o que se passa em todo o reino animal, do qual o homem não tem motivo por que se excluir. No caso do homem, sem dúvida ocorrem também conflitos de opinião que podem chegar a atingir a mais raras nuances da abstração e que parecem exigir alguma outra técnica para sua solução. Esta é, contudo, uma complicação a mais. No início, numa pequena horda humana, era a superioridade da força muscular que decidia quem tinha a posse das coisas ou quem fazia prevalecer sua vontade. A força muscular logo foi suplementada e substituída pelo uso de instrumentos: o vencedor era aquele que tinha as melhores armas ou aquele que tinha a maior habilidade no seu manejo. A partir do momento em que as armas foram introduzidas, a superioridade intelectual já começou a substituir a força muscular bruta; mas o objetivo final da luta permanecia o mesmo —

uma ou outra facção tinha de ser compelida a abandonar suas pretensões ou suas objeções, por causa do dano que lhe havia sido infligido e pelo desmantelamento de sua força.

Conseguia-se esse objetivo de modo mais completo se a violência do vencedor eliminasse para sempre o adversário, ou seja, se o matasse. Isto tinha duas vantagens: o vencido não podia restabelecer sua oposição, e o seu destino dissuadiria outros de seguirem seu exemplo. Ademais disso, matar um inimigo satisfazia uma inclinação instintual, que mencionarei posteriormente. À intenção de matar opor-se-ia a reflexão de que o inimigo podia ser utilizado na realização de serviços úteis, se fosse deixado vivo e num estado de intimidação. Nesse caso, a violência do vencedor contentava-se com subjugar, em vez de matar, o vencido. Foi este o início da idéia de poupar a vida de um inimigo, mas a partir daí o vencedor teve de contar com a oculta sede de vingança do adversário vencido e sacrificou uma parte de sua própria segurança.

Esta foi, por conseguinte, a situação inicial dos fatos: a dominação por parte de qualquer um que tivesse poder maior — a dominação pela violência bruta ou pela violência apoiada no intelecto. Como sabemos, esse regime foi modificado no transcurso da evolução. Havia um caminho que se estendia da violência ao direito ou à lei. Que caminho era este? Penso ter sido apenas um: o caminho que levava ao reconhecimento do fato de que à força superior de um único indivíduo, podia-se contrapor a união de diversos indivíduos fracos.

'L'union fait la force.' A violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. Vemos, assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade. A fim de que a transição da violência a esse novo direito ou justiça pudesse ser efetuada, contudo, uma condição psicológica teve de ser preenchida. A união da maioria devia ser estável e duradoura. Se apenas fosse posta em prática com o propósito de combater um indivíduo isolado e dominante, e fosse dissolvida depois da derrota deste, nada se teria realizado. A pessoa, a seguir, que se julgasse superior em força, haveria de mais uma vez tentar estabelecer o domínio através da violência, e o jogo se repetiria ad infinitum. A comunidade deve manter-se permanentemente, deve organizar-se, deve estabelecer regulamentos para antecipar-se ao risco de rebelião e deve instituir autoridades para fazer com que esses regulamentos — as leis — sejam respeitadas, e para superintender a execução dos atos legais de violência. O reconhecimento de uma entidade de interesses como estes levou ao surgimento de vínculos emocionais entre os membros de um grupo de pessoas unidas — sentimentos comuns, que são a verdadeira fonte de sua força.

Acredito que, com isso, já tenhamos todos os elementos essenciais: a violência suplantada pela transferência do poder a uma unidade maior, que se mantém unida por laços emocionais entre os seus membros. O que resta dizer não é senão uma ampliação e uma repetição desse fato.

A situação é simples enquanto a comunidade consiste em apenas poucos indivíduos igualmente fortes. As leis de uma tal associação irão determinar o grau em que, se a segurança da vida comunal deve ser garantida, cada indivíduo deve abrir mão de sua liberdade pessoal de utilizar a sua força para fins violentos. Um estado de equilíbrio dessa espécie, porém, só é concebível teoricamente. Na

realidade, a situação complica-se pelo fato de que, desde os seus primórdios, a comunidade abrange elementos de força desigual — homens e mulheres, pais e filhos — e logo, como conseqüência da guerra e da conquista, também passa a incluir vencedores e vencidos, que se transformam em senhores e escravos. A justiça da comunidade então passa a exprimir graus desiguais de poder nela vigentes. As leis são feitas por e para os membros governantes e deixa pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição. Dessa época em diante, existem na comunidade dois fatores em atividade que são fonte de inquietação relativamente a assuntos da lei, mas que tendem, ao mesmo tempo, a um maior crescimento da lei.

Primeiramente, são feitas, por certos detentores do poder, tentativas, no sentido de se colocarem acima das proibições que se aplicam a todos — isto é, procuram escapar do domínio pela lei para o domínio pela violência. Em segundo lugar, os membros oprimidos do grupo fazem constantes esforços para obter mais poder e ver reconhecidas na lei algumas modificações efetuadas nesse sentido — isto é, fazem pressão para passar da justiça desigual para a justiça igual para todos. Essa segunda tendência torna-se especialmente importante se uma mudança real de poder ocorre dentro da comunidade, como pode ocorrer em conseqüência de diversos fatores históricos. Nesse caso, o direito pode gradualmente adaptar-se à nova distribuição do poder; ou, como sucede com maior freqüência, a classe dominante se recusa a admitir a mudança e a rebelião e a guerra civil se seguem, com uma suspensão temporária da lei e com novas tentativas de solução mediante a violência, terminando pelo estabelecimento de um novo sistema de leis. Ainda há uma terceira fonte da qual podem surgir modificações da lei, e que invariavelmente se exprime por meios pacíficos: consiste na transformação cultural dos membros da comunidade. Isto, porém, propriamente faz parte de uma outra correlação e deve ser considerado posteriormente. Ver em [[1]].

Vemos, pois, que a solução violenta de conflitos de interesses não é evitada sequer dentro de uma comunidade. As necessidades cotidianas e os interesses comuns, inevitáveis ali onde pessoas vivem juntas num lugar, tendem, contudo, a proporcionar a essas lutas uma conclusão rápida, e, sob tais condições, existe uma crescente probabilidade de se encontrar uma solução pacífica. Outrossim, um rápido olhar pela história da raça humana revela uma série infindável de conflitos entre uma comunidade e outra, ou diversas outras, entre unidades maiores e menores — entre cidades, províncias, raças, nações, impérios —, que quase sempre se formaram pela força das armas. Guerras dessa espécie terminam ou pelo saque ou pelo completo aniquilamento e conquista de uma das partes. É impossível estabelecer qualquer julgamento geral das guerras de conquista. Algumas, como as empreendidas pelos mongóis e pelos turcos, não trouxeram senão malefícios. Outras, pelo contrário, contribuíram para a transformação da violência em lei, ao estabelecerem unidades maiores, dentro das quais o uso da violência se tornou impossível e nas quais um novo sistema de leis solucionou os conflitos. Desse modo, as conquistas dos romanos deram aos países próximos ao Mediterrâneo a inestimável pax romana, e a ambição dos reis franceses de ampliar os seus domínios criou uma França pacificamente unida e florescente.

Por paradoxal que possa parecer, deve-se admitir que a guerra poderia ser um meio nada inadequado de estabelecer o reino ansiosamente desejado de paz 'perene', pois está em condições de criar as grandes unidades dentro das quais um poderoso governo central torna impossíveis outras guerras. Contudo, ela falha quanto a esse propósito, pois os resultados da conquista são geralmente de curta duração: as unidades recentemente criadas esfacelam-se novamente, no mais das

vezes devido a uma falta de coesão entre as partes que foram unidas pela violência. Ademais, até hoje as unificações criadas pela conquista, embora de extensão considerável, foram apenas parciais, e os conflitos entre elas ensejaram, mais do que nunca, soluções violentas. O resultado de todos esses esforços bélicos consistiu, assim, apenas em a raça humana haver trocado as numerosas e realmente infindáveis guerras menores por guerras em grande escala, que são raras, contudo muito mais destrutivas.

Se nos voltamos para os nossos próprios tempos, chegamos a mesma conclusão a que o senhor chegou por um caminho mais curto. As guerras somente serão evitadas com certeza, se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central a que será conferido o direito de arbitrar todos os conflitos de interesses. Nisto estão envolvidos claramente dois requisitos distintos: criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder. Uma sem a outra seria inútil. A Liga das Nações é destinada a ser uma instância dessa espécie, mas a segunda condição não foi preenchida: a Liga das Nações não possui poder próprio, e só pode adquiri-lo se os membros da nova união, os diferentes estados, se dispuserem a cedê-lo. E, no momento, parecem escassas as perspectivas nesse sentido. A instituição da Liga das Nações seria totalmente ininteligível se se ignorasse o fato de que houve uma tentativa corajosa, como raramente (talvez jamais em tal escala) se fez antes. Ela é uma tentativa de fundamentar a autoridade sobre um apelo a determinadas atitudes idealistas da mente (isto é, a influência coercitiva), que de outro modo se baseia na posse da força. Já vimos [[1]] que uma comunidade se mantém unida por duas coisas: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais (identificações é o nome técnico) entre seus membros. Se estiver ausente um dos fatores, é possível que a comunidade se mantenha ainda pelo outro fator.

As ideias a que se faz o apelo só podem, naturalmente, ter importância se exprimirem afinidades importantes entre os membros, e pode-se perguntar quanta força essas ideias podem exercer. A história nos ensina que, em certa medida, elas foram eficazes. Por exemplo, a ideia do pan-helenismo, o sentido de ser superior aos bárbaros de além-fronteiras — ideia que foi expressa com tanto vigor no conselho anfitriônico, nos oráculos e nos jogos —, foi forte a ponto de mitigar os costumes guerreiros entre os gregos, embora, é claro, não suficientemente forte para evitar dissensões bélicas entre as diferentes partes da nação grega, ou mesmo para impedir uma cidade ou confederação de cidades de se aliar com o inimigo persa, a fim de obter vantagem contra algum rival. A identidade de sentimentos entre os cristãos, embora fosse poderosa, não conseguiu, à época do Renascimento, impedir os Estados Cristãos, tanto os grandes como os pequenos, de buscar o auxílio do sultão em suas guerras de uns contra os outros. E atualmente não existe ideia alguma que, espera-se, venha a exercer uma autoridade unificadora dessa espécie. Na realidade, é por demais evidente que os ideais nacionais, pelos quais as nações se regem nos dias de hoje, atuam em sentido oposto. Algumas pessoas tendem a profetizar que não será possível pôr um fim à guerra, enquanto a forma comunista de pensar não tenha encontrado aceitação universal. Mas esse objetivo, em todo caso, está muito remoto, atualmente, e talvez só pudesse ser alcançado após as mais terríveis guerras civis. Assim sendo, presentemente, parece estar condenada ao fracasso a tentativa de substituir a força real pela força das ideias. Estaremos fazendo um cálculo errado se desprezarmos o fato de que a lei, originalmente, era força bruta e que, mesmo hoje, não pode prescindir do apoio da violência.

Passo agora, a acrescentar algumas observações aos seus comentários. O senhor expressa surpresa ante o fato de ser tão fácil inflamar nos homens o

entusiasmo pela guerra, e insere a suspeita, ver em, de que neles exige em atividade alguma coisa — um instinto de ódio e de destruição — que coopera com os esforços dos mercadores da guerra. Também nisto apenas posso exprimir meu inteiro acordo. Acreditamos na existência de um instinto dessa natureza, e durante os últimos anos temo-nos ocupado realmente em estudar suas manifestações. Permitame que me sirva dessa oportunidade para apresentar-lhe uma parte da teoria dos instintos que, depois de muitas tentativas hesitantes e muitas vacilações de opinião, foi formulada pelos que trabalham na área da psicanálise? De acordo com nossa hipótese, os instintos humanos são de apenas dois tipos: aqueles que tendem a preservar e a unir — que denominamos ‘eróticos’, exatamente no mesmo sentido em que Platão usa a palavra ‘Eros’ em seu Symposium, ou ‘sexuais’, com uma deliberada ampliação da concepção popular de ‘sexualidade’ —; e aqueles que tendem a destruir e matar, os quais agrupamos como instinto agressivo ou destrutivo. Como o senhor vê, isto não é senão uma formulação teórica da universalmente conhecida oposição entre amor e ódio, que talvez possa ter alguma relação básica com a polaridade entre atração e repulsão, que desempenha um papel na sua área de conhecimentos. Entretanto, não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e de mal. Nenhum desses dois instintos é menos essencial do que o outro; os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária de ambos. Ora, é como se um instinto de um tipo dificilmente pudesse operar isolado; está sempre acompanhado — ou, como dizemos, amalgamado — por determinada quantidade do outro lado, que modifica o seu objetivo, ou, em determinados casos, possibilita a consecução desse objetivo. Assim, por exemplo, o instinto de autopreservação certamente é de natureza erótica; não obstante, deve ter à sua disposição a agressividade, para atingir seu propósito. Dessa forma, também o instinto de amor, quando dirigido a um objeto, necessita de alguma contribuição do instinto de domínio, para que obtenha a posse desse objeto. A dificuldade de isolar as duas espécies de instinto em suas manifestações reais, é, na verdade, o que até agora nos impedia de reconhecê-los. Se o senhor quiser acompanhar-me um pouco mais, verá que as ações humanas estão sujeitas a uma outra complicação de natureza diferente. Muito raramente uma ação é obra de um impulso instintual único (que deve estar composto de Eros e destrutividade). A fim de tornar possível uma ação, há que haver, via de regra, uma combinação desses motivos compostos. Isto, há muito tempo, havia sido percebido por um especialista na sua matéria, o professor G. C. Lichtenberg, que ensinava física em Göttingen, durante o nosso classicismo, embora, talvez, ele fosse ainda mais notável como psicólogo do que como físico. Ele inventou uma ‘bússola de motivos’, pois escreveu: ‘Os motivos que nos levam a fazer algo poderiam ser dispostos à maneira da rosa-dos-ventos e receber nomes de uma forma parecida: por exemplo, "pão — pão — fama" ou "fama — fama — pão".’ De forma que, quando os seres humanos são incitados à guerra, podem ter toda uma gama de motivos para se deixarem levar — uns nobres, outros vis, alguns francamente declarados, outros jamais mencionados. Não há por que enumerá-los todos. Entre eles está certamente o desejo da agressão e destruição: as incontáveis crueldades que encontramos na história e em nossa vida de todos os dias atestam a sua existência e a sua força. A satisfação desses impulsos destrutivos naturalmente é facilitada por sua mistura com outros motivos de natureza erótica e idealista. Quando lemos sobre as atrocidades do passado, amiúde é como se os motivos idealistas servissem apenas de excusa para os desejos destrutivos; e, às vezes — por exemplo, no caso das crueldades da Inquisição — é como se os motivos idealistas tivessem assomado a um primeiro plano na consciência, enquanto os destrutivos lhes emprestassem um reforço inconsciente. Ambos podem ser verdadeiros. Receio que eu possa estar abusando do seu interesse, que, afinal, se volta para a prevenção da guerra e não para nossas



teorias. Gostaria, não obstante, de deter-me um pouco mais em nosso instinto destrutivo, cuja popularidade não é de modo algum igual à sua importância. Como consequência de um pouco de especulação, podemos supor que esse instinto está em atividade em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição original de matéria inanimada. Portanto, merece, com toda seriedade, ser denominado instinto de morte, ao passo que os instintos eróticos representam o esforço de viver. O instinto de morte torna-se instinto destrutivo quando, com o auxílio de órgãos especiais, é dirigido para fora, para objetos. O organismo preserva sua própria vida, por assim dizer, destruindo uma vida alheia. Uma parte do instinto de morte, contudo, continua atuante dentro do organismo, e temos procurado atribuir numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização do instinto de destruição. Foi-nos até mesmo imputada a culpa pela heresia de atribuir a origem da consciência a esse desvio da agressividade para dentro. O senhor perceberá que não é absolutamente irrelevante se esse processo vai longe demais: é positivamente insano. Por outro lado, se essas forças se voltam para a destruição no mundo externo, o organismo se aliviará e o efeito deve ser benéfico. Isto serviria de justificação biológica para todos os impulsos condenáveis e perigosos contra os quais lutamos. Deve-se admitir que eles se situam mais perto da Natureza do que a nossa resistência, para a qual também é necessário encontrar uma explicação. Talvez ao senhor possa parecer serem nossas teorias uma espécie de mitologia e, no presente caso, mitologia nada agradável. Todas as ciências, porém, não chegam, afinal, a uma espécie de mitologia como esta? Não se pode dizer o mesmo, atualmente, a respeito da sua física? Para nosso propósito imediato, portanto, isto é tudo o que resulta daquilo que ficou dito: de nada vale tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens. Segundo se nos conta, em determinadas regiões privilegiadas da Terra, onde a natureza provê em abundância tudo o que é necessário ao homem, existem povos cuja vida transcorre em meio à tranquilidade, povos que não conhecem nem a coerção nem a agressão. Dificilmente posso acreditar nisso, e me agradaria saber mais a respeito de coisas tão afortunadas. Também os bolchevistas esperam ser capazes de fazer a agressividade humana desaparecer mediante a garantia de satisfação de todas as necessidades materiais e o estabelecimento da igualdade, em outros aspectos, entre todos os membros da comunidade. Isto, na minha opinião, é uma ilusão. Eles próprios, hoje em dia, estão armados da maneira mais cautelosa, e o método não menos importante que empregam para manter juntos os seus adeptos é o ódio contra qualquer pessoa além das suas fronteiras. Em todo caso, como o senhor mesmo observou, não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra. Nossa teoria mitológica dos instintos facilita-nos encontrar a fórmula para métodos indiretos de combater a guerra. Se o desejo de aderir à guerra é um efeito do instinto destrutivo, a recomendação mais evidente será contrapor-lhe o seu antagonista, Eros. Tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens deve atuar contra a guerra. Esses vínculos podem ser de dois tipos. Em primeiro lugar, podem ser relações semelhantes àquelas relativas a um objeto amado, embora não tenham uma finalidade sexual. A psicanálise não tem motivo porque se envergonhar se nesse ponto fala de amor, pois a própria religião emprega as mesmas palavras: 'Ama a teu próximo como a ti mesmo.' Isto, todavia, é mais facilmente dito do que praticado. O segundo vínculo emocional é o que utiliza a identificação. Tudo o que leva os homens a compartilhar de interesses importantes produz essa comunhão de sentimento, essas identificações. E a estrutura da sociedade humana se baseia nelas, em grande escala. Uma queixa que o senhor formulou acerca do abuso de autoridade, ver em [[1]] leva-me a uma outra sugestão para o combate indireto à propensão à guerra. Um exemplo da desigualdade inata e

irremovível dos homens é sua tendência a se classificarem em dois tipos, o dos líderes e o dos seguidores. Esses últimos constituem a vasta maioria; têm necessidade de uma autoridade que tome decisões por eles e à qual, na sua maioria devotam uma submissão ilimitada. Isto sugere que se deva dar mais atenção, do que até hoje se tem dado, à educação da camada superior dos homens dotados de mentalidade independente, não passível de intimidação e desejosa de manter-se fiel à verdade, cuja preocupação seja a de dirigir as massas dependentes. É desnecessário dizer que as usurpações cometidas pelo poder executivo do Estado e a proibição estabelecida pela Igreja contra a liberdade de pensamento não são nada favoráveis à formação de uma classe desse tipo. A situação ideal, naturalmente, seria a comunidade humana que tivesse subordinado sua vida instintual ao domínio da razão. Nada mais poderia unir os homens de forma tão completa e firme, ainda que entre eles não houvesse vínculos emocionais. No entanto, com toda a probabilidade isto é uma expectativa utópica. Não há dúvida de que os outros métodos indiretos de evitar a guerra são mais exeqüíveis, embora não prometam êxito imediato. Vale lembrar aquela imagem inquietante do moinho que mói tão devagar, que as pessoas podem morrer de fome antes de ele poder fornecer sua farinha. O resultado, como o senhor vê, não é muito frutífero quando um teórico desinteressado é chamado a opinar sobre um problema prático urgente. É melhor a pessoa, em qualquer caso especial, dedicar-se a enfrentar o perigo com todos os meios à mão. Eu gostaria, porém, de discutir mais uma questão que o senhor não menciona em sua carta, a qual me interessa em especial. Por que o senhor, eu e tantas outras pessoas nos revoltamos tão violentamente contra a guerra? Por que não a aceitamos como mais uma das muitas calamidades da vida? Afinal, parece ser coisa muito natural, parece ter uma base biológica e ser dificilmente evitável na prática. Não há motivo para se surpreender com o fato de eu levantar essa questão. Para o propósito de uma investigação como esta, poder-se-ia, talvez, permitir-se usar uma máscara de suposto alheamento. A resposta à minha pergunta será a de que reagimos à guerra dessa maneira, porque toda pessoa tem o direito à sua própria vida, porque a guerra põe um término a vidas plenas de esperanças, porque conduz os homens individualmente a situações humilhantes, porque os compele, contra a sua vontade, a matar outros homens e porque destrói objetos materiais preciosos, produzidos pelo trabalho da humanidade. Outras razões mais poderiam ser apresentadas, como a de que, na sua forma atual, a guerra já não é mais uma oportunidade de atingir os velhos ideais de heroísmo, e a de que, devido ao aperfeiçoamento dos instrumentos de destruição, uma guerra futura poderia envolver o extermínio de um dos antagonistas ou, quem sabe, de ambos. Tudo isso é verdadeiro, e tão incontestavelmente verdadeiro, que não se pode senão sentir perplexidade ante o fato de a guerra ainda não ter sido unanimemente repudiada. Sem dúvida, é possível o debate em torno de alguns desses pontos. Pode-se indagar se uma comunidade não deveria ter o direito de dispor da vida dos indivíduos; nem toda guerra é passível de condenação em igual medida; de vez que existem países e nações que estão preparados para a destruição impiedosa de outros, esses outros devem ser armados para a guerra. Mas não me deterei em nenhum desses aspectos; não constituem aquilo que o senhor deseja examinar comigo, e tenho em mente algo diverso. Penso que a principal razão por que nos rebelamos contra a guerra é que não podemos fazer outra coisa. Somos pacifistas porque somos obrigados a sê-lo, por motivos orgânicos, básicos. E sendo assim, temos dificuldade em encontrar argumentos que justifiquem nossa atitude.

Sem dúvida, isto exige alguma explicação. Creio que se trata do seguinte. Durante períodos de tempo incalculáveis, a humanidade tem passado por um processo de evolução cultural (Sei que alguns preferem empregar o termo

'civilização'). É a esse processo que devemos o melhor daquilo em que nos tornamos, bem como uma boa parte daquilo de que padecemos. Embora suas causas e seus começos sejam obscuros e incerto o seu resultado, algumas de suas características são de fácil percepção. Talvez esse processo esteja levando à extinção a raça humana, pois em mais de um sentido ele prejudica a função sexual; povos incultos e camadas atrasadas da população já se multiplicam mais rapidamente do que as camadas superiormente instruídas. Talvez se possa comparar o processo à domesticação de determinadas espécies animais, e ele se acompanha, indubitavelmente, de modificações físicas; mas ainda não nos familiarizamos com a idéia de que a evolução da civilização é um processo orgânico dessa ordem. As modificações psíquicas que acompanham o processo de civilização são notórias e inequívocas. Consistem num progressivo deslocamento dos fins instintuais e numa limitação imposta aos impulsos instintuais. Sensações que para os nossos ancestrais eram agradáveis, tornaram-se indiferentes ou até mesmo intoleráveis para nós; há motivos orgânicos para as modificações em nossos ideais éticos e estéticos. Dentre as características psicológicas da civilização, duas aparecem como as mais importantes: o fortalecimento do intelecto, que está começando a governar a vida instintual, e a internalização dos impulsos agressivos com todas as suas conseqüentes vantagens e perigos. Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi incutida pelo processo de civilização, e por esse motivo não podemos evitar de nos rebelar contra ela; simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional; nós, os pacifistas, temos uma intolerância constitucional à guerra, digamos, uma idiosincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente, parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades. E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo. Mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das conseqüências de uma guerra futura, venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas uma coisa podemos dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra. Espero que o senhor me perdoe se o que eu disse o desapontou, e com a expressão de toda estima, subscrevo-me, Cordialmente, Sigm. Freud

### **Análise da obra**

A troca de correspondência entre Einstein e Freud foi suscitada pelo denominado "Instituto Internacional de Cooperação Intelectual", órgão pertencente à Liga das Nações. O objetivo dessa troca de missivas entre intelectuais renomados da época, sobre assuntos de interesse da Liga, era publicá-las como cartas-abertas ao mundo.

Albert Einstein – que já havia recebido o Prêmio Nobel de Física em 1921 – foi um dos primeiros intelectuais para tanto interpelados. E, na sua carta, endereçada a Sigmund Freud, ao abordar aspectos políticos e administrativos para a paz mundial, busca resposta para a seguinte indagação: existe alguma forma de livrar a humanidade de ameaça de guerra?

Sigmund Freud anuiu à proposta einsteiniana, produzindo uma das mais instigantes cartas acerca do assunto – com o qual já se ocupara em um artigo pretérito intitulado “Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte”. Detendo-se nos aspectos sócio-psicológicos da guerra, Freud apresenta ideias que, apesar de passados mais de oitenta anos de sua redação, ainda se apresentam como extremamente atuais e relevantes para o debate do assunto.

Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/noticias/240322435/resenha-do-livro-por-que-a-guerra-de-einstein-e-freud-a-atualidade>

## 5 – OUTROS

### 5.1 - Algoritmos Parciais – Matemática.

Como a inteligência artificial absorve padrões discriminatórios e o que a ciência pode fazer para evitar essas distorções?

Boa parte dos algoritmos de inteligência artificial (IA) é desenvolvida para identificar padrões de modo a automatizar decisões e facilitar a vida das pessoas. Essa tecnologia pode reconhecer o estilo de música preferida do usuário, o gênero de filmes que lhe interessa ou os assuntos que mais busca no jornal. No entanto, por serem programados para captar modelos de comportamento, os algoritmos também podem replicar comportamentos indesejáveis, como o racismo, a misoginia e a homofobia. Absorvem, reproduzem e, como resultado, robustecem a discriminação e a intolerância vistas na sociedade nas mais variadas formas.

Em agosto de 2019, um estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresentou um exemplo desse círculo vicioso que repercutiu em diversas publicações da imprensa internacional: um processo de radicalização política no YouTube no contexto norte-americano, onde o algoritmo de recomendação tem um importante papel. “Já havia pesquisas qualitativas e reportagens que mostravam o YouTube como um terreno fértil para a proliferação de comunidades obscuras vinculadas à chamada alt-right [direita alternativa] norte-americana, cujas ideias são intimamente relacionadas à supremacia branca”, diz o cientista da computação Manoel Horta Ribeiro, atualmente doutorando na Escola Politécnica Federal de Lausanne (EPFL), na Suíça. No mestrado realizado na UFMG, sob orientação dos cientistas da computação Wagner Meira Jr. e Virgílio Almeida, ele queria entender como esse fenômeno acontecia.

O grupo vasculhou 331.849 vídeos de 360 canais de diferentes orientações políticas e rastreou 79 milhões de comentários. Um volume imenso de dados, tratável justamente graças a recursos de inteligência artificial. “O único trabalho manual foi a classificação dos canais conforme a orientação política”, diz Ribeiro. Os resultados revelaram que os canais supremacistas brancos são beneficiados pela

migração de apreciadores de canais politicamente conservadores de conteúdo menos radical.

“Rastreamos a trajetória dos usuários que comentavam vídeos de canais conservadores e descobrimos que, com o passar do tempo, eles falavam sobre vídeos dos canais mais radicais. Havia uma migração consistente dos conteúdos mais leves para os mais extremos, mas não sabemos exatamente como isso ocorre”, explica Ribeiro. “Creio que três razões contribuem para o fenômeno: o formato da mídia, na qual todos podem criar conteúdo e na qual os espectadores interagem muito diretamente com os criadores; o atual cenário político mundial; e o algoritmo, que permite que usuários encontrem ou continuem a consumir conteúdo extremista por meio do sistema de recomendação.” As pesquisas envolvendo o YouTube vêm se tornando mais relevantes nos últimos anos.

Segundo Virgílio Almeida, professor emérito do Departamento de Ciência da Computação da UFMG, a plataforma de vídeos já se mostrou muito interessante para a ciência. “O número de usuários é enorme – mais de 2 bilhões no mundo e 70 milhões no Brasil –, assim como seu impacto na sociedade”, diz o pesquisador. Seu departamento se tornou um celeiro de pesquisas sobre o fenômeno das redes sociais.

Almeida começou a se dedicar a esse campo de pesquisa em 2007. Os estudos que tiveram maior repercussão vieram do campo político – polarizado tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Em 2018, uma análise de discurso de ódio e discriminação em vídeos postados no YouTube por grupos de direita norte-americanos teve destaque na International ACM Conference on Web Science, na Holanda. O trabalho foi reconhecido como o melhor feito por estudantes: os alunos de doutorado Raphael Ottoni, Evandro Cunha, Gabriel Magno e Pedro Bernardina – todos do grupo de Wagner Meira Jr. e Virgílio Almeida.



Supremacistas brancos nos Estados Unidos: canais no YouTube desses grupos recebem apoio de internautas conservadores menos radicais, apontam pesquisadores Jose Luis Magana / AFP / Getty Images

Para investigar as falas transcritas dos youtubers e os comentários postados nos vídeos, os pesquisadores da UFMG utilizaram as ferramentas Linguistic Inquiry Word Count (LIWC) e Latent Dirichlet Allocation (LDA). O LIWC permite a classificação de palavras em categorias correspondentes à estrutura das frases (pronomes, verbos, advérbios etc.) e ao conteúdo emocional (se expressam alegria, tristeza, raiva etc.). O LDA busca palavras que possam definir os principais tópicos de uma conversa.

“Utilizamos também uma ferramenta baseada em um teste psicológico para observar o viés dessas postagens”, explica Raphael Ottoni. Essa ferramenta se baseia na comparação das distâncias entre palavras situadas em um mesmo contexto, com a finalidade de estabelecer associações. Isso é feito por meio de técnicas de aprendizado de máquina que convertem palavras de um texto em vetores de números; estes, por sua vez, são usados para calcular a similaridade semântica das palavras. Em um determinado assunto, palavras que se situam mais próximas tendem a estabelecer entre si uma associação de significado. “Palavras como cristianismo apareciam no texto associadas com atributos de valor positivo, como bom ou honesto, enquanto islamismo era frequentemente relacionada a terrorismo e morte”, exemplifica Ottoni.

Essas técnicas foram aplicadas à conjuntura brasileira. Os pesquisadores estudaram vídeos publicados no YouTube durante o período de eleições presidenciais de 2018, em 55 canais identificados com posições políticas desde a extrema esquerda até a extrema direita. Mensagens de ódio e teorias conspiratórias foram identificadas com mais frequência nos canais de extrema direita – e foram esses que tiveram maior crescimento no número de visualizações. Os pesquisadores estão agora finalizando um artigo em que apresentarão os resultados dessa análise. Mas, antes mesmo da publicação, o estudo foi citado em agosto de 2019 por uma reportagem do jornal The New York Times, que fez uma série sobre a influência do YouTube em diferentes países, com destaque para o Brasil.

Segundo Almeida, outras pesquisas já constataram que os algoritmos de recomendação de notícias e vídeos acabam se valendo da atração humana por notícias negativas e teorias conspiratórias para aumentar o engajamento dos usuários com a plataforma. “Uma pesquisa de um grupo do MIT [Instituto de Tecnologia de Massachusetts] publicada na revista Science, em março de 2019, mostrou que os medos, as raivas e as emoções mais extremas são fatores-chave na disseminação de tweets com falsidades”, destaca.

Da mesma maneira que o algoritmo assimila as músicas e os filmes preferidos do usuário, ele também capta suas preferências políticas, razão pela qual as plataformas de compartilhamento de conteúdo – como o Facebook – se transformam em bolhas quase intransponíveis de um determinado espectro político. O usuário recebe apenas as informações que corroboram suas opiniões prévias.

Foi para estudar esse fenômeno – inspirado pelo livro O filtro invisível (Zahar, 2012), do ativista norte-americano Eli Pariser – que o cientista da computação norte-americano Christo Wilson, da Northeastern University, em Massachusetts, Estados Unidos, entrou no campo das redes sociais, em 2012. “Minhas pesquisas focavam, originalmente, o estudo da personalização dos algoritmos utilizados pelos mecanismos de busca, e desde então tenho expandido para outros tipos de

algoritmos e contextos”, disse o pesquisador para Pesquisa FAPESP. Wilson pretende se voltar ao campo da política em 2020: planeja um grande estudo acerca do impacto das redes sociais nas próximas eleições de seu país.



Manifestação durante a última campanha presidencial no país: pesquisadores estudaram

vídeos publicados durante a disputa eleitoral Cris Faga / Fox Press Photo / Folhapress

## Discriminação algorítmica

O viés algorítmico pode ser encontrado onde menos se espera – como, por exemplo, nos serviços de assistentes inteligentes de voz do celular. Uma pesquisa realizada em parceria entre a Universidade de Fortaleza (Unifor) e o grupo da UFMG identificou que a eficiência dos assistentes de voz, como Siri, da Apple, e Google, varia conforme o sotaque e o nível de escolaridade. A cientista da computação Elizabeth Sucupira Furtado, coordenadora do Laboratório de Estudos dos Usuários e da Qualidade em Uso de Sistemas da Unifor, conduziu um estudo com dois grupos de voluntários: moradores da capital cearense, entre os quais vários nascidos em outros estados, e estudantes de uma classe noturna de Educação de Jovens e Adultos. “Os usuários nascidos nas regiões Sudeste e Sul eram mais compreendidos pelos softwares de assistentes de voz do que os demais”, revela a pesquisadora.

Erros de pronúncia (cacoépia), gagueira ou repetição de palavras e truncamentos (disfluência) também prejudicaram o desempenho dos assistentes robóticos. Segundo a pesquisadora, uma vez que o sistema aprende com usuários que têm mais escolaridade, o treinamento dos assistentes de voz tende a se limitar a falas padronizadas. “É importante que as empresas percebam que existe um público que não está sendo atendido”, alerta Furtado.

Nos mecanismos de busca também se ocultam preconceitos. Foi o que demonstrou a cientista da computação Camila Souza Araújo em sua dissertação de mestrado pela UFMG, em 2017. Nos buscadores do Google e do Bing, a

pesquisadora procurou pelos termos “mulheres bonitas” e “mulheres feias” e constatou um preconceito de raça e idade. As mulheres identificadas como bonitas eram, majoritariamente, brancas e jovens. O viés se reproduziu na maioria dos 28 países onde o buscador Bing está presente e 41 países que utilizam o Google, mesmo os situados no continente africano.

Ao utilizar sistemas de aprendizagem de máquina, a sociedade corre o risco de perpetuar preconceitos inadvertidamente, graças ao senso comum que vê a matemática como neutra. O engenheiro de dados norte-americano Fred Benenson cunhou um termo para definir esse risco: mathwashing. Ele se baseou no greenwashing, o uso de estratégias de marketing pelas empresas para simular preocupação ambiental. Da mesma maneira, a ideia de que os algoritmos sejam neutros também beneficia e isenta de responsabilidade quem os utiliza.

Ocorre que os sistemas de inteligência artificial são alimentados por dados, e quem faz a seleção desses dados são seres humanos – que podem ser movidos por preconceitos de forma inconsciente ou intencional. Um exemplo disso foi explicitado por um estudo publicado em outubro na revista Science, liderado por um cientista da Universidade da Califórnia em Berkeley, nos Estados Unidos. Em um hospital daquele país, os pesquisadores verificaram que o algoritmo responsável por classificar os pacientes mais necessitados de acompanhamento – por estarem em maior risco – privilegiava brancos em detrimento de negros. Isso acontecia porque o sistema se baseava nos pagamentos aos planos de saúde, que são maiores no caso de pessoas que têm mais acesso a atendimento médico, e não na probabilidade de cada um ter doenças graves ou crônicas. Essa situação evidencia que a construção do algoritmo pode ser responsável pelo preconceito embutido nos resultados.



Na sessão da CPI mista das fake news no Congresso esteve em pauta a proliferação de notícias falsas nas eleições de 2018 Pedro Ladeira / Folhapress

## Educação Antiviés

Proteger a sociedade da desinformação e do preconceito disseminados pela inteligência artificial é um desafio que pode começar a ser superado pela educação. Virgílio Almeida destaca como exemplo a iniciativa de escolas da Finlândia que



estimulam as crianças a desenvolverem espírito crítico e identificarem notícias falsas na web, as chamadas fake news. Não basta, claro, educar o usuário, é preciso educar também o programador. “Para evitar o viés, uma das maneiras é dispor de dados mais diversos para treinar o algoritmo”, ressalta Almeida.

A estudante de graduação Bruna Thalenberg, uma das fundadoras do Tecs – Grupo de Computação Social, do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME-USP), concorda: “O mundo está em constante mudança, os algoritmos não deveriam repetir o passado”. Fundado em 2017 como uma equipe de extensão, o Tecs nasceu do diálogo de estudantes da USP com o colega brasileiro Lawrence Muratta, que fazia ciência da computação na Universidade Stanford, nos Estados Unidos, onde já havia um grupo discutindo a questão do viés.

“Sentíamos que o curso de ciência da computação estava muito afastado da sociedade”, conta o ex-aluno Luiz Fernando Galati, que hoje trabalha no Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da Fundação Getúlio Vargas. O objetivo inicial do grupo era promover palestras e debates, mas eles acabaram propondo a inclusão de um novo curso na grade curricular, o que foi feito.

“As palestras que promovemos são oferecidas na disciplina direito e software, sob a supervisão dos professores Daniel Macedo Batista e Fabio Kon”, informa Galati. O Tecs também participa da TechShift Alliance, que reúne 20 organizações de universitários das Américas do Norte, do Sul e da Ásia, dispostos a debater as questões sociais ligadas à inteligência artificial.

Além da reflexão, o Tecs tem o propósito de se dedicar à ação, por meio de projetos que permitam a grupos marginalizados o acesso ao universo digital. Um desses projetos é o ensino de lógica de programação para alunos do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, a Fundação Casa. “A primeira turma do curso iniciou no segundo semestre de 2018”, informa a estudante Jeniffer Martins da Silva, educadora do projeto. Desde sua criação, mais de 40 jovens já passaram pelo curso.

A própria inteligência artificial também pode oferecer formas de prevenção e controle. Em 2018, pesquisadores da USP e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) lançaram a versão piloto de uma ferramenta digital com objetivo de identificar fake news. Ela está disponível, gratuitamente, via web ou WhatsApp. Basta submeter a notícia suspeita ao sistema de verificação. Ao constatar indícios de falsidade, o sistema responde: “Essa notícia pode ser falsa. Por favor, procure outras fontes confiáveis antes de divulgá-la”. Segundo os autores do estudo, o sistema identifica com precisão de até 90% notícias que são totalmente falsas ou totalmente verdadeiras.

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), um grupo liderado pelo cientista da computação Anderson Rocha, diretor do Instituto de Computação, tem se dedicado a desenvolver mecanismos de identificação de informações falsas veiculadas em fotos e vídeos. “Utilizamos técnicas de IA para comparar as informações que estão em determinado texto com comentários e possíveis imagens. Ao verificarmos esses três grupos de informação, apontamos a possibilidade de discrepância que pode levar à identificação de notícia falsa”, diz Rocha.

Do setor privado se espera, igualmente, maior transparência. O termo “responsabilidade algorítmica” tem sido cada vez mais utilizado nos debates sobre o uso da IA. Segundo o advogado Rafael Zanatta, especialista em direito digital e pesquisador do grupo de Ética, Tecnologia e Economia Digitais da USP, ainda não existem leis específicas relacionadas aos aspectos discriminatórios de algoritmos, mas já há iniciativas nesse sentido. Nos Estados Unidos, foi apresentado um projeto de lei denominado Algorithmic Accountability Act. Se aprovado, as empresas terão que avaliar se os algoritmos que alimentam os sistemas de IA são tendenciosos ou discriminatórios e se representam um risco de privacidade ou segurança para os consumidores.

Em abril de 2019, a União Europeia divulgou diretrizes éticas para o uso da inteligência artificial, entre elas o estabelecimento de medidas que responsabilizem as empresas pelas consequências sociais da utilização da IA e a possibilidade de intervenção e supervisão humanas no funcionamento do sistema.

No Brasil, também se tentou introduzir em 2019 uma lei prevendo a revisão humana de decisões automatizadas. Um cidadão que se sentisse prejudicado por uma decisão mediada por algoritmos – na concessão de um empréstimo, por exemplo – poderia requerer um revisor para esclarecer os critérios utilizados para a decisão. O projeto, no entanto, foi vetado pela Presidência da República, sensível ao argumento das empresas de que a revisão humana acarretaria custos adicionais.

## **5.2 - Constituição Federal – Título II, capítulo IV, artigos 14 a 16; capítulo V, artigo 17 e Título IV, capítulo I, seções I a V, artigos 44 a 56. Sociologia, História e Geografia.**

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária; [Regulamento](#)

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

~~§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.~~

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997\)](#)

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

~~§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.~~

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994\)](#)

§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

~~Art. 16 A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação.~~

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993\)](#)

## **Análise**

### **1. Introdução**

A Constituição de 1988, em seu Título II, trata dos "Direitos e Garantias Fundamentais", e traz em seu Capítulo IV, disposições relativas aos direitos políticos. Temas distintos, como o exercício da soberania popular pelo sufrágio e pelo voto, alistabilidade eleitoral, elegibilidade e impugnação de mandato eletivo são tratados pelo constituinte, fornecendo uma variedade de princípios e regras que traçam o panorama dos direitos políticos em nosso ordenamento.

Esses direitos políticos são frutos da chamada primeira "geração" ou "dimensão" dos direitos fundamentais, construída em 1789 com a revolução francesa, onde buscava-se impor limites à atuação do Estado e à criação de um Estado liberal.

Esses direitos, todavia, são uma conquista tardia da sociedade. É certo que os Estados e reinos sempre foram governados por alguém, mas nem todos podiam decidir ou opinar sobre quem seria a liderança. Até a Idade Moderna, inclusive, o problema do voto e sua amplitude perante o povo era evidente, visto que tratava-se de uma representação da estratificação da sociedade. Foi justamente a Revolução Francesa que questionou a igualdade dos homens e a possibilidade de cada indivíduo dar sua opinião e participar da vida pública.

## **2 Desenvolvimento**

### **2.1 Conceito**

Os direitos políticos são a base do regime democrático. Segundo Gilmar Mendes (2014, p.690), a expressão ampla refere-se ao direito de participar no processo político como um todo, ao direito ao sufrágio universal e também ao voto periódico, livre, direto, secreto e igual, à autonomia de organização do sistema partidário e a igualdade de oportunidade dos partidos.

Rodrigo Padilha (2014, p.352) afirma que eles são entendidos como direitos públicos subjetivos que concedem ao cidadão o direito fundamental de participar na formação da vontade nacional.

Essa participação do cidadão na vida pública pode ocorrer de três formas distintas: a) diretamente, através da democracia direta, onde o cidadão vai exercer os poderes políticos e conduzir seu país por si, sem intermediários ou representantes; b) indiretamente, na democracia representativa, onde o cidadão se faz representar, elegendo representantes para , em seu nome, exercer o poder soberano; e c) misto, na democracia semidireta ou participativa, onde o poder será exercido tanto diretamente como por meio de representantes.

O Brasil adota a democracia semidireta ou participativa, ficando clara essa opção com a análise da Constituição Federal (art.1º, parágrafo único, e 14). Assim, existe um grupo de indivíduos eleitos pelo povo para conduzir a vida política do país e também há instrumentos para a manifestação direta por meio de diversos institutos, como o direito de petição, plebiscito, referendo, iniciativa popular, ação popular e direito de participação. Dentre o rol elencado, três estão previstos no capítulo referente aos direitos políticos: plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Enquanto o plebiscito é um instrumento de consulta prévia do povo, o referendo é um instrumento de consulta posterior. Sobre as diferenças, afirma Gilmar Mendes (2014, p.708)

A diferença entre *plebiscito* e *referendo* concentra-se no momento de sua realização. Enquanto o *plebiscito* configura consulta realizada aos cidadãos sobre matéria a ser

posteriormente discutida no âmbito do Congresso Nacional, o referendo é uma consulta posterior sobre determinado ato ou decisão governamental, seja para atribuir-lhe eficácia que ainda não foi reconhecida (*condição suspensiva*), seja para retirar a eficácia que lhe foi provisoriamente conferida (*condição resolutiva*).

O art. 49, XV, da CRFB, concede ao Congresso Nacional competência para autorizar referendo e convocar plebiscito, sendo completado pelo art. 3.º da Lei 9.709/1998, que estipula que, nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso de incorporação, desmembramento ou subdivisão de Estados e Territórios, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.

A iniciativa popular está prevista no art. 61, § 2º, da Constituição, e poderá ser exercida, no âmbito federal, pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco Estados, com não menos de 3/10 por cento em cada um deles. No âmbito estadual cabe às Constituições Estaduais estabelecer o quorum de iniciativa. Já nos Municípios, essa iniciativa, conforme art.29, XIII da CRFB, é feita pela manifestação de pelo menos 5% do eleitorado.

## **2.2 Sufrágio, voto e escrutínio**

O art. 14 da CRFB afirma que a soberania popular será exercida pelo sufrágio e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Conforme José Afonso da Silva (2003, p.348), o sufrágio é originário do latim (*suffragium*) e significa aprovação. É o direito público subjetivo de natureza política que tem o cidadão de eleger, ser eleito e participar da organização e da atividade do poder estatal.

Uadi Lammêgo Bulos (2015, p.863-864) alerta que sufrágio não é o mesmo que voto e escrutínio. O voto seria uma instrumentalização do direito do eleitor, uma expressão restrita que retrata o direito de votar ou de manifestar a vontade em eleições, plebiscitos e referendos. O voto direto, secreto, universal e periódico constitui cláusula pétrea da Constituição brasileira, não podendo ser objeto de emenda (art. 60, § 4º, II e IV) .

Já escrutínio, em sentido restrito, é o ato de contagem de votos, sendo em sentido amplo uma das fase do procedimento eleitoral, com a apuração, a abertura, o depósito, o recolhimento e a contagem dos votos. Há quem entenda também escrutínio como o modo do exercício do voto, como o voto secreto ou voto aberto.

A doutrina classifica o sufrágio, em virtude de sua abrangência, em universal, adotado atualmente no Brasil, ou restrito, adotado em Constituições passadas. O sufrágio é universal quando o direito de votar é concedido a todos os nacionais independentemente de fixação de condições de nascimento, econômicas, culturais ou outras condições especiais.

O sufrágio, por outro lado, será restrito quando o direito de voto é concedido em virtude da presença de determinadas condições especiais possuídas por alguns nacionais. O sufrágio restrito poderá ser censitário, quando o nacional tiver que

preencher qualificação econômica (renda, bens etc.), ou capacitário, quando necessitar apresentar alguma característica especial (natureza intelectual, por exemplo).

### **2.3 Espécies de direitos políticos**

Do ponto de vista de participação no processo eleitoral, os direitos políticos se classificam em dois grandes grupos: direitos políticos positivos e direitos políticos negativos.

Os direitos políticos positivos são o conjunto de normas jurídicas que asseguram a participação do povo no cenário eleitoral do Estado. Admitem uma subdivisão em direitos políticos ativos, que correspondem o direito de votar (*jus suffragio*), e direitos políticos passivos, onde estuda-se a elegibilidade, o direito de ser votado (*jus honorum*).

Os direitos políticos negativos são o conjunto de normas que impedem a participação da pessoa no processo eleitoral, como as regras de inelegibilidade.

Para se adquirir a capacidade de votar é necessário o alistamento eleitoral, que conforme Rodrigo Padilha (2014, p.355), consiste em um procedimento administrativo, instaurado perante os órgãos competentes da Justiça Eleitoral, visando à verificação do cumprimento dos requisitos constitucionais e das condições legais necessárias à inscrição como eleitor.

De acordo com o art. 14, §§ 1.º e 2.º, alistamento e voto são obrigatórios para os brasileiros alfabetizados e não conscritos,<sup>7</sup> maiores de 18 anos e menores de 70 anos de idade. Já para os analfabetos, maiores de 70 anos e pessoas que possuam entre 16 e 18 anos de idade o voto é facultativo.

As condições de elegibilidade, ao seu turno, estão previstas no art.14, § 3º. São requisitos a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e idades mínimas que variam conforme a complexidade do cargo e o necessário grau de amadurecimento.

O STF já afirmou que a fixação por lei estadual de condições de elegibilidade em relação aos candidatos a juiz de paz, além das constitucionalmente previstas no art. 14, § 3º, invade a competência da União para legislar sobre direito eleitoral, definida no art. 22, I, da CB." (ADI 2.938, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 9-6-2005, Plenário, DJ de 9-12-2005).

Além disso, o Pretório Excelso decidiu que o domicílio eleitoral na circunscrição e a filiação partidária, constituindo condições de elegibilidade (CF, art. 14, § 3º), revelam-se passíveis de válida disciplinação mediante simples lei ordinária. Os requisitos de elegibilidade não se confundem, no plano jurídico-conceitual, com as hipóteses de inelegibilidade, cuja definição – além das situações já previstas diretamente pelo próprio texto constitucional (CF, art. 14, § 5º a § 8º) – só pode derivar de norma inscrita em lei complementar (CF, art. 14, § 9º)." (ADI 1.063-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 18-5-1994, Plenário, DJ de 27-4-2001.)

A chamada inelegibilidade consiste no impedimento em relação à capacidade eleitoral passiva. A doutrina afirma que esse impedimento poderá ser absoluto, quando o impedimento irá alcançar qualquer cargo eletivo. Como medida excepcional que é, só o constituinte irá definir essas hipóteses. São os casos de inalistáveis e analfabetos. Trata-se de características das pessoas, e não do cargo ou eleição.

Já o impedimento relativo está ligado a certos tipos de cargos ou funções eletivas. O cidadão ainda terá uma elegibilidade genérica, mas não poderá pleitear certos mandatos em virtude de uma situação específica. Tais hipóteses poderão ser regulamentadas por lei complementar, em razão do previsto no art.14, §9º da CRFB.

Sobre o assunto, a partir da edição LC nº 135/2010, conhecida como “Lei da Ficha Limpa”, não se exige mais a presença da preclusão máxima para a configuração da hipótese de inelegibilidade, bastando para tanto que a decisão tenha sido proferida por órgão colegiado.

#### 2.4 Cassação, suspensão e perda dos direitos políticos

Finalmente, a Constituição veda a cassação de direitos políticos, possibilitando-se, todavia, que, em determinados casos concretos, haja a perda ou a suspensão desses direitos. Enquanto a perda sugere definitividade da decisão, a suspensão remete à temporariedade.

Tais hipóteses estão previstas no art.15 da CRFB, não existindo uma explicitação de quais casos seriam perda e quais seriam suspensão. Todavia, sem embargos de entendimentos doutrinários contrários, o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado (art. 15, I) e a incapacidade civil absoluta (art. 15, II), quando é situação definitiva, remetem à noção de perda dos direitos políticos.

Já a condenação criminal transitada em julgado (art. 15, III), recusa a cumprir obrigação a todos imposta, bem como a prestação alternativa (art. 15, IV), conforme entendimento do TSE e do art. 4.º, § 2.º, da Lei 8.239/1991, e a prática de atos de improbidade administrativa nos termos do art. 37, § 4 (art.15, V), trazem a ideia de suspensão dos direitos políticos.

### **3. Conclusão**

Os direitos políticos são esse conjunto de regras legais e constitucionais fixadas, todas referentes à participação popular no processo político. Essas prerrogativas jurídico-constitucionais servem para traduzir o grau de participação dos cidadãos no cenário governamental do Estado.

Na ordem jurídica brasileira, o alicerce de todos os direitos políticos pode ser identificada no parágrafo único do art. 1º da CF/88, pois todo poder emana do



povo, seja por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.

Uma das finalidades mais importantes da democracia é a participação do povo, seja por meio do voto, elegendo os representantes da nação, seja concorrendo a cargos públicos e conduzindo diretamente os rumos políticos do país. É de suma importância, dessa forma, conhecer os institutos que consagram os nossos direitos políticos, visto que apenas com a concreta participação do povo na condução da coisa pública será possível uma mudança no cenário político de forma contundente.

Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/46678/breves-consideracoes-sobre-os-direitos-politicos-na-ordem-juridica-brasileira>

## DOS PARTIDOS POLÍTICOS

**Art. 17.** É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: Regulamento

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

~~§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.~~

~~§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006)~~

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

~~§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.~~

§ 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

II - tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017)

§ 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

§ 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017) .

### **Análise**

Os partidos políticos brasileiros são formados em caráter nacional, por disposição constitucional, com “filosofias que respeitam a toda a coletividade nacional, e não apenas uma circunscrição estadual ou municipal”, como argüi o Ministro do STF, Aires Brito, em seu voto na ADI n.º 3.685-8. O preceito vem exposto no artigo 17, inciso I, da Constituição Federal.

A interpretação desse preceito constitucional foi objeto de várias discussões, iniciadas devido à expedição da Resolução n.º. 20.993/02 do Tribunal Superior Eleitoral, norma interpretativa, que relacionou o caráter nacional dos partidos políticos com a “verticalização” das coligações nas eleições proporcionais de 2002.

Chama-se de “verticalização” a vinculação das coligações partidárias nas eleições nos Estados e nos Municípios, àquela coligação feita pelo partido em nível nacional para as eleições presidenciais.

Antes mesmo dessas discussões, o problema do caráter nacional dos partidos já se mostrava abertamente no cenário político brasileiro, tendo em vista a diversidade nas alianças eleitorais feitas entre partidos em cada circunscrição eleitoral no país.

Se os partidos políticos devem apresentar, cada um, seu programa de organização social, de forma nítida e aplicável, não é possível a formação das mais diversas coligações partidárias, ao longo do território nacional; se elas podem até mesmo, mostrarem-se contraditórias. Isso evidenciaria que, na verdade, uma das propostas apresentadas não corresponde às reais ideologias partidárias; ora unidas apenas com fins eleitorais. Desse modo, o utilitarismo das coligações entre partidos com ideologias até mesmo contrárias, caracteriza sim, o desrespeito ao eleitorado nacional.

Além disso, se o próprio Congresso Nacional, que vem discutindo a Reforma Política desde 1995, entendeu ser problemático o uso de coligações partidárias como vem sendo feito desde 1988; como pode o Congresso, modificar o texto constitucional diante de uma interpretação feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, na qual os interesses dos diversos partidos políticos foram chamados a atender a moralidade nos pleitos eleitorais?

Faz-se mister que o caráter nacional dos partidos políticos volte a ser compreendido em seu significado constitucional anterior ao casuísmo da emenda comentada. Os partidos, como já identificado pelo Congresso Nacional, utilizam-se constantemente das coligações, na medida e no modo em que elas forem convenientes ao alcance do poder em cada eleição e em cada região do país. Infelizmente, não foi discutido ainda o perigo da liberação total para formação dessas alianças. Num país onde se pretende a fortificação de partidos políticos, e em que é baixíssima a fidelidade partidária; anda ao contrário as decisões que privilegiam a autonomia absoluta dos partidos nos momentos em que lutam para conquistar o poder.

Disponível

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiOrvCqkqfAhXWGLkGHWIED8AQFjAFegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Frevistas%2Fuef%2Findex.php%2Fdiretopub%2Farticle%2Fdownload%2F11481%2F10216&usg=AOvVaw0S6VEHuDxEmVQUKbAJe2Wv>

em:

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados. (Vide Lei Complementar nº 78, de 1993)

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

## **Seção II**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b ; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntica remuneração para os Deputados Federais e os Senadores, em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Art. 50. A Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, bem como qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

### Seção III

#### **DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu regimento interno;

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

### Seção IV

#### **DO SENADO FEDERAL**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o

Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
- c) Governador de Território;
- d) Presidente e diretores do banco central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Seção V

## **DOS DEPUTADOS E DOS SENADORES**

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa.

§ 2º - O indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

§ 3º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 4º - Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 5º - Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 6º - A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 7º - As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos, praticados fora do recinto do Congresso, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 76, de 2013)

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de 1994)

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.

## **Análise**

O Poder Legislativo, segundo o art. 44 da Constituição Federal de 1988, é exercido pelo Congresso nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Portanto, se organiza como um poder bicameral.

A Câmara é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada estado, em cada território e no Distrito Federal. São 513 deputados federais, com mandato de quatro anos. O número de deputados é proporcional à população do estado ou do Distrito Federal, com o limite mínimo de oito e máximo de setenta deputados para cada um deles.

Para o Senado, cada estado e o Distrito Federal elegem três senadores, com mandato de oito anos, renovados de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. A composição do Senado é de 81 parlamentares.

Ao tratar das competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: 1º) o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; 2º) o das atribuições das Casas do Congresso (Câmara e Senado), quando atuam separadamente; e 3º) o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os deputados federais e os senadores, embora votem separadamente.

Além da função de representação mencionada, compete ao Congresso exercer atribuições legislativas e de fiscalização e controle.

Quanto à função legislativa, cabe ao Congresso, por suas duas Casas, legislar sobre as matérias de competência da União, mediante elaboração de emendas constitucionais, de leis complementares e ordinárias, e de outros atos normativos com força de lei.

O art. 48 da Constituição lista diversos assuntos que podem ser objeto de leis, que dependem da aprovação do Congresso e da sanção do Presidente da República. Por sua vez, o art. 49 da Carta Maior traz a relação das competências exclusivas do Congresso, que são veiculadas por decreto legislativo, para o qual não é exigida a sanção presidencial.

Sobre a função fiscalizadora, o art. 70 do texto constitucional estabelece a competência pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta. Para que possa exercer essa função, é auxiliado pelo Tribunal de Contas da União.

As Casas legislativas dispõem, ainda, de outros mecanismos de fiscalização e controle, entre os quais podemos mencionar: a possibilidade de convocação de Ministro de Estado ou de titulares de órgãos diretamente vinculados à Presidência da República para prestar informações sobre assunto previamente determinado; o encaminhamento de pedidos de informações a essas autoridades pelas Mesas da Câmara e do Senado; a instalação de comissões parlamentares de inquérito pelas Casas, em conjunto ou separadamente, para apuração de fato determinado e por prazo certo.

Na maioria dos casos, a Câmara e o Senado funcionam de forma separada, porém articulada, no exercício das funções do Congresso Nacional. Um exemplo é o processo de elaboração das leis complementares e ordinárias, em que uma Casa funciona como iniciadora e a outra como revisora.

Há outras situações em que uma das Casas funciona sem a participação da outra. A Constituição estabelece, para tanto, as competências privativas da Câmara (art. 51) e do Senado (art. 52). Se do exercício dessas atribuições resultar um ato normativo, será uma Resolução da respectiva Casa.

#### Sessões conjuntas e comissões mistas

A organização bicameral do Congresso Nacional possibilita, ainda, a realização de sessões conjuntas e funcionamento de comissões mistas, nas quais atuam os Deputados Federais e os Senadores, embora seus votos sejam colhidos separadamente.

O § 3º do art. 57 da Constituição prevê a ocorrência de sessões conjuntas para: inaugurar a sessão legislativa (quando o Congresso Nacional recebe as mensagens dos presidentes da República e do Supremo Tribunal Federal); elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços às duas Casas; receber o compromisso previsto no art. 78 da Constituição e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República; e conhecer do veto e sobre ele deliberar. O Congresso Nacional também se reúne conjuntamente para celebrar fatos importantes da vida nacional e para recepcionar Chefe de Estado estrangeiro.

Por sua vez, o art. 166 da Constituição dispõe que os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais devem ser apreciados pelas Casas do Congresso em sessão conjunta, conforme disposto no Regimento Comum. O § 1º desse artigo prevê, ainda, a existência de uma comissão mista permanente para, entre outras atribuições, examinar e emitir parecer sobre esses projetos.

Para cada medida provisória (MPV) é formada uma comissão mista, por onde é iniciada a sua tramitação. Depois de receber parecer da comissão, a MPV é então apreciada, em sessão separada, pelos plenários das Casas do Congresso Nacional (art. 62, § 9º, da Constituição Federal).

Registre-se também que cabe ao Congresso Nacional, em sessão solene e com a presença conjunta das mesas do Senado Federal e Câmara dos Deputados, promulgar as emendas constitucionais que se incorporam automaticamente à Lei Magna. Desde 1988, o Congresso já promulgou mais de 90 emendas.

Outra atribuição conjunta consiste em aprovar os nomes para compor o Conselho de Comunicação Social, órgão previsto no art. 224 da Constituição Federal.

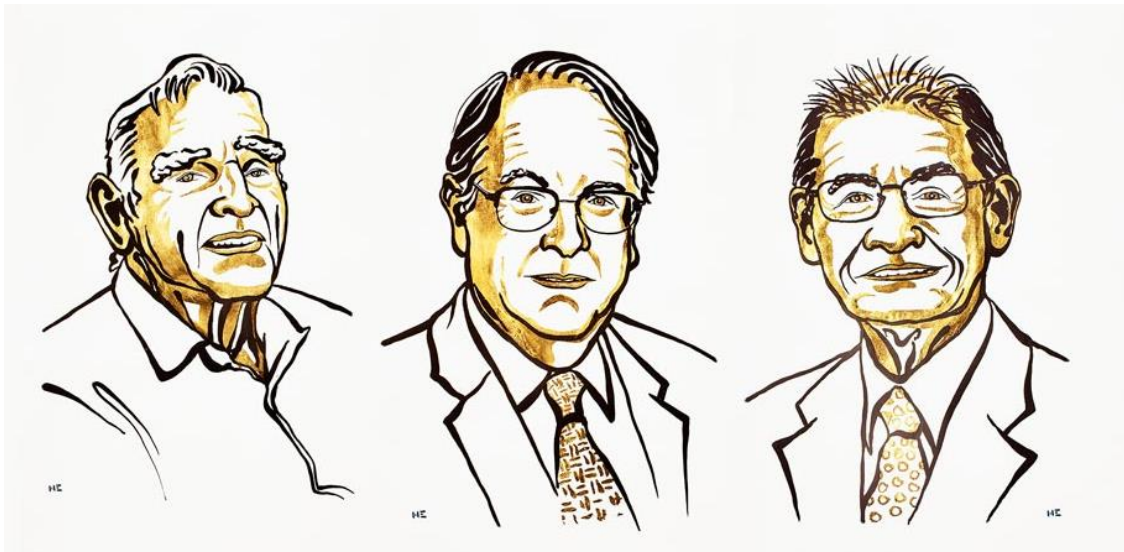
É importante observar que quando funcionam juntos a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, os trabalhos são realizados com observância do Regimento Comum, instituído pela Resolução nº 1 do Congresso Nacional de 1970. Nesse caso, a sessão é dirigida pela Mesa do Congresso, a qual é presidida pelo Presidente do Senado Federal, sendo os demais cargos exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes nas Mesas da Câmara e do Senado.

As sessões conjuntas das Casas legislativas e suas comissões mistas contam com o apoio da Secretaria Legislativa do Congresso nacional (SLCN), subordinada à Secretaria Geral da Mesa do Senado. Cabe à SLCN, por exemplo, receber as medidas provisórias, projetos de lei orçamentários e vetos, calcular proporcionalidade partidária de diversos colegiados, além de acompanhar e manter atualizada informações de variadas matérias no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Do mesmo modo, a montagem e disponibilização da e-cédula, que permite aos parlamentares a votação eletrônica dos vetos, é de responsabilidade da Secretaria.

Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes>

### 5.3 - Criadores de um mundo recarregável, de Ricardo Zorzetto. Física, Química e Biologia.

Nobel de Química homenageia três pesquisadores que desenvolveram as baterias de íons lítio, hoje usadas em aparelhos eletrônicos portáteis e carros elétricos



Na manhã desta quarta-feira (9/10), a Academia Real Sueca concedeu o prêmio Nobel de Química de 2019 a três pesquisadores que desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de baterias elétricas recarregáveis. O químico britânico M. Stanley Whittingham, da Universidade Estadual de Nova York em Binghamton, Estados Unidos, o matemático e físico norte-americano John Bannister Goodenough, da Universidade do Texas em Austin, e o químico japonês Akira Yoshino, da Universidade Meijo, dividirão em partes iguais 9 milhões de coroas suecas (R\$ 3,7 milhões) por conduzir, nos anos 1970 e 1980, estudos que levaram à criação e à produção comercial das baterias de íons lítio. Hoje essas baterias são amplamente utilizadas: equipam de aparelhos eletrônicos portáteis, como celulares e laptops, a carros elétricos.

“Essas baterias causaram uma mudança dramática em nossa sociedade”, afirmou o químico Olof Ramström, membro do comitê do Nobel, durante o anúncio da premiação. “É muito claro que foram as descobertas feitas pelos três laureados que tornaram isso possível.”

A premiação de hoje já era esperada havia algum tempo. “Goodenough já havia sido indicado outras vezes e imaginava-se que uma hora receberia o Nobel”, conta o químico Roberto Torresi, da Universidade de São Paulo (USP). “As baterias recarregáveis de íons lítio causaram um grande impacto na vida das pessoas e abriram um campo de pesquisas para diversificar as tecnologias de armazenamento de energia”, explica. Além das baterias de íons lítio, hoje estão em desenvolvimento baterias que usam elementos químicos mais abundantes e de mais fácil obtenção na natureza, como o sódio e o magnésio. “Foi um reconhecimento mais do que merecido”, diz o químico Nerilso Bocchi, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). “Praticamente não há pessoa no mundo que não use algum equipamento alimentado por uma bateria de íons lítio”, relata.

Whittingham, de 78 anos, começou a investigar formas inovadoras de armazenar energia nos anos 1970, quando trabalhava na Exxon (atual Exxon Mobil), uma gigante do setor petrolífero. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a produção de veículos movidos a gasolina e diesel crescia no mundo todo, em especial no Ocidente. A percepção progressiva de que o petróleo era um recurso finito foi agravada nos anos 1970 pelas duas crises de fornecimento desse combustível fóssil. Em 1973, os países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) quadruplicaram o preço do barril, que chegou a US\$ 12. Foi uma retaliação à desvalorização da moeda norte-americana, que afetava a economia do Oriente Médio, e ao apoio ocidental à invasão da Síria e do Egito por Israel. Outra crise internacional sobreveio em 1979 na esteira da Revolução Iraniana, que prejudicou a capacidade de produção do país persa, agravada pela guerra entre Irã e Iraque. Em busca de formas de sobreviver, a indústria petrolífera passou a investir em fontes alternativas de energia e a automobilística, a planejar o desenvolvimento de carros elétricos, que necessitam de baterias capazes de armazenar grande quantidade de energia.

O químico britânico completou a graduação e a pós-graduação na Universidade de Oxford, no Reino Unido, e partiu para um estágio de pós-doutoramento na Universidade Stanford, nos Estados Unidos, onde investigava as características atômicas de materiais sólidos e suas propriedades elétricas. Em

1972, ele e outros expoentes da pesquisa básica em energia foram contratados pela Exxon Research and Engineering Company, o braço de pesquisas da empresa, para desenvolver alternativas ao petróleo. Whittingham e colaboradores aproveitaram-se do fato de o elemento químico lítio (Li) apresentar grande tendência a liberar partículas de carga elétrica negativa (elétrons), um fenômeno essencial para gerar eletricidade. Criado nos primeiros minutos após o Big Bang, a explosão que teria gerado o Universo há 13,8 bilhões de anos, o lítio é o metal mais leve que existe e, em princípio, seria ideal para criar baterias para alimentarem veículos elétricos.

Desde que foram inventadas no século XIX, em consequência do trabalho do físico italiano Alessandro Volta, as baterias são formadas por três partes. Têm um eletrodo (polo) negativo, um eletrodo positivo e um líquido especial separando-os. Esse líquido, chamado eletrólito, contém elementos químicos eletricamente carregados (íons) que transitam de um polo para outro. É assim nas baterias de chumbo ácido, desenvolvidas em 1859 e ainda hoje usadas em carros movidos a combustível, e nas baterias dos celulares.

Durante o trabalho na Exxon, Whittingham percebeu que conseguia produzir uma bateria com grande capacidade de acumular carga se construísse o eletrodo positivo com dissulfeto de tântalo ( $TaS_2$ ), um material que se deposita em lâminas de espessura microscópica. Essa estrutura permitia ao lítio dissolvido no eletrólito e eletricamente carregado – ou seja, na forma de íon – penetrar no dissulfeto de tântalo e se acumular, atraindo elétrons. Como o tântalo é um metal pesado, o grupo da Exxon logo o substituiu pelo dissulfeto de titânio ( $TiS_2$ ), mais leve. Usando como eletrodo negativo um bloco maciço de lítio, que libera elétrons, o químico britânico conseguiu produzir uma bateria capaz de gerar uma diferença de potencial de quase 2 volts (V), mais do que qualquer outra existente à época. Em 1976, ao demonstrar que a bateria poderia ser recarregável, convenceu a direção da empresa a produzir baterias viáveis do ponto de vista comercial.

Havia, no entanto, problemas. Com as recargas, o lítio sólido usado no eletrodo negativo começava a produzir ramificações que alcançavam o eletrodo positivo, causando curtos-circuitos e explosão do eletrólito, que era inflamável. Reduções no preço do petróleo no início dos anos 1980 ajudaram a mudar os rumos e levaram a Exxon a abandonar a tecnologia, licenciada para outras empresas.

Por volta dessa época, John Goodenough, hoje com 97 anos e o mais velho ganhador de um Nobel, estava no Laboratório Lincoln da Força Aérea dos Estados Unidos e se interessou por fontes alternativas de energia. Ele havia trabalhado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), onde colaborou no desenvolvimento das memórias RAM de computadores, e conhecia as baterias de Whittingham. Lá, porém, tinha pouca liberdade para escolher seus objetos de pesquisa. Com sua transferência para o Departamento de Química Orgânica na Universidade de Oxford, Goodenough passou a se dedicar às baterias recarregáveis.

Ele tinha grande conhecimento sobre estrutura de materiais e suspeitou que conseguiria fazer baterias capazes de acumular ainda mais carga se substituísse o dissulfeto de titânio por um óxido. Goodenough orientou sua equipe a estudar



óxidos que também se depositassem em lâminas, entre as quais íons lítio poderia penetrar. Teriam, no entanto, de ser materiais que não colapsassem quando os íons fossem removidos. Usando óxido de cobalto e lítio (LiCoO<sub>2</sub>) no eletrodo positivo, ele e seus colaboradores produziram uma bateria capaz com 4 V, o dobro da voltagem anterior.

“Foi um salto gigantesco no mundo das baterias”, explicou Ramström, que também é professor da Universidade de Massachusetts, nos Estados Unidos. Segundo Bocchi, da UFSCar, o aumento da diferença de potencial foi importante porque é essa propriedade que determina a capacidade de armazenamento de carga de uma bateria.

Enquanto o interesse por carros elétricos diminuía no Ocidente, do outro lado do mundo crescia a necessidade de desenvolver baterias recarregáveis muito leves. Elas eram necessárias para alimentar uma série de equipamentos eletrônicos que começavam a surgir, como câmeras de vídeo digitais, computadores e telefones sem fio. Coube ao químico Akira Yoshino, atualmente com 71 anos, dar o passo seguinte.

Trabalhando na companhia química Asahi Kasei Corporation, no Japão, Yoshino decidiu, a partir da bateria de Goodenough, criar uma que fosse funcional e segura o suficiente para ser comercializada. Sua ideia foi substituir o bloco metálico de lítio (potencial causador de explosões e incêndios) do eletrodo negativo por um material que não apresentasse o problema.

Yoshino trabalhava com compostos poliméricos que contêm o elemento químico carbono em sua estrutura e começou a testar possibilidades. À época já se sabia que o grafite, material composto por carbono e que se deposita em lâminas, podia abrigar cargas elétricas, mas se rompia nas recargas. Yoshino resolveu o problema ao constatar que um subproduto do refino do petróleo, o coque, também rico em carbono, poderia abrigar íons lítio. Substituindo o bloco de lítio por um material polimérico à base de carbono, o pesquisador conseguiu baterias recarregáveis que geravam quase a mesma diferença de potencial de 4 V. Em 1991, a empresa japonesa Sony começou a comercializar as primeiras baterias de íons lítio recarregáveis, levando a uma redução de tamanho dos componentes eletrônicos. “O trabalho de Yoshino tornou as baterias mais leves e seguras”, afirma Bocchi.

As primeiras baterias desse tipo ainda geravam corrente elétrica de baixa intensidade e serviam para fazer funcionar apenas equipamentos eletrônicos de pequeno porte. “Nos últimos 20 anos, o desenvolvimento de materiais estruturados em escala nanométrica permitiu a redução do tamanho das partículas dos componentes dos eletrodos e o aumento da corrente gerada pelas baterias, atualmente capazes de alimentar carros elétricos”, conta Torresi, da USP. Baterias recarregáveis e com maior capacidade de carga são importantes também para armazenar a energia renovável de fontes intermitentes, como a gerada pelo sol, pelos ventos ou pelas marés. “As formas alternativas de produção de energia que não são constantes têm de estar associadas a baterias”, diz Torresi.

Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/10/09/criadores-de-um-mundo-recarregavel/> **Juliana**

## **Análise**

Os laureados desenvolveram pesquisas em universidades dos Estados Unidos e do Japão. “As descobertas dos premiados foram essenciais para torná-las possíveis. As baterias de íons de lítio possuem um impacto enorme na sociedade”, disse o químico Olof Ramström, participante do comitê do Nobel.

Mas o que essas baterias têm de especial? Além de serem muito mais leves do que qualquer outra bateria criada anteriormente, elas também são mais potentes — tudo que os celulares, tablets e notebooks precisam atualmente.

Uma bateria é composta por dois componentes principais: um eletrodo positivo e um negativo, que podem ser feitos de diferentes metais. Eles trocam íons, formando uma corrente elétrica que carrega o dispositivo. Em 1970, Whittingham experimentou usar o lítio no polo negativo e titânio no polo positivo, tornando a bateria mais leve.

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/nobel-de-quimica-2019-vai-para-criadores-das-baterias-de-ions-de-litio/>

### **5.4 - Juliana Estradioto: Futuro no presente. Física, Química e Biologia.**

Projeto científico leva jovem gaúcha a ter seu nome em um asteroide e ser selecionada para participar da cerimônia do Prêmio Nobel



Aos 18 anos e engajada no uso mais sustentável de recursos, Juliana Davoglio Estradioto coleciona um número respeitável de prêmios em feiras de ciências e outros eventos do tipo para estudantes. Recentemente conseguiu ir ainda mais longe ao usar casca de noz macadâmia para produzir uma membrana biodegradável.

Na 33ª Mostra Brasileira de Ciência e Tecnologia e Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (Mostratec), em outubro de 2018, o 1º lugar na categoria

Gerenciamento do Meio Ambiente lhe valeu a participação no Seminário Internacional de Jovens Cientistas de Estocolmo (SIYSS) no final deste ano, na mesma semana em que se dá a entrega do Prêmio Nobel – cerimônia para a qual foi convidada, com direito a banquete.

Mais recentemente o mesmo projeto foi reconhecido na 17ª edição da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), garantindo lugar na Feira Internacional de Ciências e Engenharia da Intel (Intel Isef) que aconteceu em maio nos Estados Unidos, a maior da categoria com 1.800 estudantes de 80 países. Selecionada em primeiro lugar na categoria de ciência de materiais, ganhou o direito de dar seu nome a um asteroide.

Recém-formada no ensino médio pelo campus de Osório do Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação do Rio Grande do Sul (IFRS), ela conversou com Pesquisa FAPESP por Skype de sua casa nessa cidade do interior gaúcho.

**Você terá seu nome em um asteroide e irá à cerimônia do Nobel. Dá para não se sentir estrela nessa situação?**

Tudo parece muito mentira ainda, na verdade.

**Asteroides às vezes se chocam e são destruídos. Isso a preocupa?**

Eu tinha medo de que meu asteroide pudesse cair na Terra e matar alguém. Mas eles ficam localizados em uma região da galáxia sem conflito. Os especialistas dizem que não tem perigo de acontecer nada com esses asteroides nos próximos 100 mil anos.

**Como funciona o processo de dar nome ao asteroide? É você quem escolhe o nome?**

Não. Isso acontece como uma parceria entre a Intel Isef e um programa do Laboratório Lincoln do MIT [Instituto de Tecnologia do Massachusetts, nos Estados Unidos] para que jovens tenham seu nome em asteroides. O processo é bem longo e o asteroide que vai ser batizado provavelmente já foi descoberto. Catalogaram mais de 5 mil asteroides da região que fica em uma galáxia próxima à Terra. Os especialistas é que vão decidir como vai ser. Em geral, é o sobrenome incompleto depois de um número. Estou curiosa para saber qual vai ser o número. Quero fazer uma tatuagem.

**O projeto com a macadâmia já rendeu vários prêmios, e antes dele você também trabalhou com maracujá.**

Fiz três projetos de pesquisa durante o ensino médio, desde os 15 anos. A Febrace proporcionou minha primeira viagem de avião, quando fui apresentar meu trabalho na USP [Universidade de São Paulo] em 2017. Vi que o mundo é muito maior do que eu imaginava. Moro em uma cidade no interior do Rio Grande do Sul que tem 40 mil habitantes, muito pequena. Acabei descobrindo várias coisas que nunca imaginei que pudessem acontecer comigo. Usando a casca do maracujá para fazer um plástico biodegradável, participei da Febrace e fui para a Intel Isef em 2017, fiquei em quarto lugar. Esse trabalho também ganhou o prêmio Jovem Cientista. Depois apresentei outro trabalho nos Estados Unidos e agora estou desenvolvendo o da casca da noz macadâmia, que uso como alimento para

microrganismos que produzem o material. Apresentei esse trabalho na Mostratec, onde fui selecionada para o seminário SIYSS em Estocolmo, do qual participam 25 estudantes, jovens cientistas, do mundo todo. Sou a única brasileira este ano. Outros brasileiros já participaram, todos meninos. Quero divulgar que meninas também podem ir para lá. Vou apresentar minha pesquisa para estudantes suecos que estão se engajando em ciência, participar de debates com outros jovens e visitar universidades de lá. Isso acontece na mesma semana da cerimônia do Prêmio Nobel, e poderemos participar do banquete. Vou ter que fazer uma aula de etiqueta para aprender a usar tantos talheres no jantar.

A partir de rejeitos da noz macadâmia, bactérias produzem membranas que podem servir como substituto do plástico e ter usos biomédicos.

### **Você também foi premiada na Febrace e na Intel Isef com o projeto da macadâmia. O que explica esse sucesso todo?**

A ideia de usar a casca da noz macadâmia veio de uma demanda de uma das maiores agroexportadoras do Brasil ao Instituto Federal do Espírito Santo, e um professor de lá procurou a minha orientadora no IFRS, a engenheira de alimentos Flávia Twardowski. Eu queria usar essas cascas para fazer alguma coisa, porque são um resíduo e vão para o lixo ou queima, acabam poluindo, mas não sabia como usar. Sou vegetariana e queria comprar algo semelhante a uma jaqueta de couro que não fosse de origem animal. Eu tinha uma sintética, mas sem qualidade. Notei que a maior parte era assim, então queria algo que não fosse sintético nem de origem animal. Acabei encontrando uma jaqueta produzida por microrganismos e fiquei muito curiosa. Como é que os microrganismos que nem enxergamos podem produzir material que serve para fazer roupas? Comecei a pesquisar microrganismos que produzissem materiais e resolvi trabalhar com isso. Eu odiava biologia no ensino médio, mas, quando vi essa aplicação e quanto a biotecnologia e a microbiologia têm para contribuir ao mundo, me apaixonei por essa área e quero continuar nela. O que fiz foi usar a casca da noz macadâmia como alimento para os microrganismos e eles é que são responsáveis por produzir o material, uma celulose de origem microbiana, que é muito interessante. Um dos usos é como plástico. Eu produzi saquinhos que se degradam para recolher dejetos de animais, alternativa mais sustentável do que sacos de plástico. Outra utilidade possível está na área biomédica. Existem pesquisas com esse tipo de material para veias artificiais, mas comecei a estudar a utilização como curativo, porque li em artigos científicos que ele adere à pele humana. Usar algo que ia para o lixo e produzir algo inovador me deixou muito apaixonada pela celulose.

### **É uma reviravolta nos seus estudos, porque você fez curso de administração, não?**

Sim, fiz curso técnico de administração integrado ao ensino médio no IFRS. Venho de uma cidade pequena, nunca tinha visto um laboratório. Quando visitei um na USP a convite de um examinador da Febrace, chorei vendo os equipamentos. A infraestrutura era sensacional, parecia um parque de diversões. Por ter feito curso técnico em administração eu tinha que me adaptar às condições de que dispunha, foram vários desafios. Tive apoio significativo da minha orientadora. É muito importante incentivar os jovens, eu nunca cogitaria ser cientista se não fosse esse tipo de contato.

## **E agora, o que você vai fazer?**

Quero continuar fazendo pesquisa, não me imagino fazendo outra coisa. Descobri essa paixão. O lugar em que mais gosto de estar é no laboratório. Também estou trabalhando com divulgação e incentivo à ciência, sou fundadora de um projeto que é o Meninas Cientistas, para mostrar o trabalho de outras garotas que fizeram pesquisa no ensino médio. Tenho ido a escolas e participado de ONGs [Organizações Não Governamentais] para isso. Ter feito pesquisa e participado de feiras de ciências me abriu o mundo e acho que precisamos plantar essa sementinha em outros lugares.

## **Você sentiu limitações por ser menina?**

Já passei por situações de pessoas serem bem preconceituosas por eu ser menina e sempre fiquei muito incomodada. Espero que daqui a alguns anos isso acabe. Também me senti muito desacreditada por ser jovem e fazer pesquisa. Visitando as feiras de ciências e conhecendo outras pessoas como eu, percebi que é preciso incentivar os jovens a serem a próxima geração de cientistas. O jovem não precisa ser só o futuro, dá para ser o presente.

## **Até que ponto foi uma limitação ter feito escola pública?**

Foi uma limitação em vários sentidos, não só em questão de conteúdo. Quando converso com pessoas que estudam em escolas particulares, sinto que têm muito mais noção das oportunidades, sem falar na infraestrutura para desenvolver projetos de pesquisa. Sou muito grata por ter participado de feiras de ciências, porque quando eu estava no ensino fundamental – estudei em uma escola estadual aqui de Osório – não tinha ideia. Por morar no interior, quando eu queria fazer experimentos precisava viajar à capital. Fiz uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para usar os laboratórios. É preciso sair da zona de conforto para correr atrás das oportunidades e parcerias.

## **Há alguém da área de ciência na sua família?**

Não, minha mãe é professora de português no ensino fundamental de uma escola municipal. Minha família tem várias pessoas envolvidas em educação. Eles sempre me incentivaram a estudar e correr atrás dos meus sonhos. Eu não achava que dava para ser cientista. Quando era criança, pensava que as pessoas que faziam ciência estavam mortas. Einstein já tinha morrido, Newton também, ninguém estava vivo. Depois descobri que não é só velhinho que faz ciência. É importante quebrar esse estereótipo do cientista e valorizar a profissão.

## **Qual o curso que pretende fazer?**

Passei em engenharia química, mas descobri que não quero fazer, até porque gosto muito da área de educação. Quero fazer graduação em química no exterior, estou procurando apoios como o de um programa que se chama Education USA, para jovens de baixa renda que querem estudar fora, e outros como Prep Estudar Fora e o Brasa Pré. Quero estudar nos Estados Unidos no ano que vem e depois voltar para o Brasil. Nas feiras de ciências, mais do que os prêmios, percebi como é importante ter contato com outras culturas. Conhecer pessoas em situações muito diferentes, tanto do Brasil como de fora, abre a cabeça.

## Como anda a campanha nas redes sociais para conseguir um vestido para o Nobel?

Recebi umas mil mensagens de lojas e ateliês, nem consegui ver tudo. Não sei como atuar neste momento. Vou escolher uma que seja mais próxima, para poder fazer as provas. Esta semana pretendo decidir isso.

Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/juliana-estradioto-futuro-no-presente/>

### Comentário

Uma pesquisa sobre o aproveitamento dos resíduos da casca da noz de macadâmia levou a estudante gaúcha de 18 anos, Juliana Estradioto, a faturar o primeiro lugar na área de Ciência dos Materiais da maior feira de ciências para pré-universitários do mundo, a Intel International Science and Engineering Fair (<https://student.societyforscience.org/intel-isef>).

Primeiro, a estudante pensou dar uma destinação para a casca da noz de macadâmia, que é descartada pela indústria (o processamento da noz gera 75% de resíduos). Com isso, Juliana produziu uma farinha que utilizou como fonte de alimento para os microrganismos responsáveis por produzir a membrana celulose bacteriana, um material biológico que degrada as partículas do resíduo.

“A membrana da macadâmia possui características, como flexibilidade e resistência, que permitem a utilização em curativos para pele queimadura ou machucado. Outro uso possível é na elaboração de embalagens para o recolhimento de fezes de cachorro, em substituição ao plástico”, explicou Juliana, em entrevista ao portal do Ministério da Educação.

A ideia de usar um material flexível e resistente que fosse biodegradável pelos micro-organismos surgiu enquanto passeava com o seu cachorro. “Eu recolhia as fezes com sacola plástica, percebia que não tinha destinação correta para o plástico contaminado. Depois, analisei todas as características do material, li alguns artigos que utilizam a membrana como se fosse uma veia artificial e peles artificiais. Ela está em vários locais da nossa indústria e está sendo pesquisada.

O projeto com o resíduo surgiu da demanda da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Noz de Macadâmia (Coopmac), a maior exportadora do produto no Brasil, sediada no Espírito Santo. O resíduo da agroindústria que ia para o lixo foi parar na pesquisa que Juliana fez em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo, no Rio Grande do Sul. O instituto foi essencial para que Juliana, orientada pela professora Flávia Twardowski, utilizasse os laboratórios e estrutura para a execução da sua pesquisa, já que a estudante reside em Osório, cidade com 40 mil habitantes.

“Outra parceria foi com o Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos (ICTA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), para fazer a caracterização dos materiais. Os equipamentos são caros. Tudo foi cedido”, contou Juliana, que vai patentear a tecnologia que ela criou.

Como próxima etapa da pesquisa, Juliana estuda agora a viabilidade da membrana da casca da macadâmia para uso na medicina. “Comecei a estudar a membrana na aplicação na área de saúde e quero agora desempenhar mais análises no sentido de saber se ela é compatível e pode regenerar o tecido da pele”, explica a jovem.

### **5.5 - Necropolítica - Achille Mbembe. Sociologia, Geografia e História.**



*Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.*

Alguém poderia resumir nos termos acima o que Michel Foucault entende por *biopoder*: aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle. Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou sua assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder?

## Política, o trabalho da morte e o “tornar-se sujeito”

A fim de responder a essas perguntas, este ensaio baseia-se no conceito de biopoder e explora sua relação com as noções de soberania (*imperium*) e o estado de exceção. Tal análise suscita uma série de perguntas empíricas e filosóficas, que eu gostaria de examinar brevemente. Como é sabido, o conceito de estado de exceção tem sido frequentemente discutido em relação ao nazismo, totalitarismo e campos de concentração/extermínio. Os campos da morte em particular têm sido interpretados de diversas maneiras, como a metáfora central para a violência soberana e destrutiva, e como o último sinal do poder absoluto do negativo. Como diz Hannah Arendt, “Não existem paralelos à vida nos campos de concentração. Seu horror não pode ser inteiramente alcançado pela imaginação, justamente por situar-se fora da vida e da morte”. Em razão de seus ocupantes serem desprovidos de *status* político e reduzidos a seus corpos biológicos, o campo é, para Giorgio Agamben, “o lugar onde a mais absoluta *conditio inhumana* se realizou na Terra”. Na estrutura político-jurídica do campo, acrescenta, o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito. De acordo com Agamben, ele adquire um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei.

O objetivo deste ensaio não é debater a singularidade do extermínio dos judeus ou tomá-lo como exemplo. Início a partir da ideia de que a modernidade esteve na origem de vários conceitos de soberania – e, portanto, da biopolítica. Desconsiderando essa multiplicidade, a crítica política tardo-moderna infelizmente privilegiou as teorias normativas da democracia e tornou o conceito de razão um dos elementos mais importantes tanto do projeto de modernidade quanto do território da soberania. A partir dessa perspectiva, a expressão máxima da soberania é a produção de normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres e iguais. Esses homens e mulheres são considerados sujeitos completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação. A política, portanto, é definida duplamente: um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento. Isso, nos é dito, é o que a diferencia da guerra.<sup>8</sup>

Em outras palavras, é com base em uma distinção entre razão e desrazão (paixão, fantasia) que a crítica tardo-moderna tem sido capaz de articular uma certa ideia de



política, comunidade, sujeito – ou, mais fundamentalmente, do que abarca uma vida plena, de como alcançá-la e, nesse processo, tornar-se agente plenamente moral. Nesse paradigma, a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública. O exercício da razão equivale ao exercício da liberdade, um elemento-chave para a autonomia individual. Nesse caso, o romance da soberania baseia-se na crença de que o sujeito é o principal autor controlador do seu próprio significado. Soberania é, portanto, definida como um duplo processo de “auto instituição” e “autolimitação” (fixando em si os próprios limites para si mesmo). O exercício da soberania, por sua vez, consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias.



Essa leitura fortemente normativa da política de soberania tem sido o objeto de inúmeras críticas, que não revisitarei aqui. Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tais como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais táteis, tais como a vida e a morte.

Pertinente a um projeto como esse é a discussão de Hegel da relação entre a morte e o “tornar-se sujeito”. A concepção da morte, para Hegel, está centrada em um conceito bipartido de negatividade. Primeiro, o ser humano nega a natureza (negação exteriorizada no seu esforço para reduzir a natureza a suas próprias necessidades); e, em segundo lugar, ele ou ela transforma o elemento negador por meio de trabalho e luta. Ao transformar a natureza, o ser humano cria um mundo; mas no processo, ele ou ela fica exposto(a) a sua própria negatividade. Sob o paradigma hegeliano, a morte humana é essencialmente voluntária. É o resultado de riscos conscientemente assumidos pelo sujeito. De acordo com Hegel, nesses riscos o “animal” que constitui o ser natural do indivíduo é derrotado.

Em outras palavras, o ser humano verdadeiramente “torna-se um sujeito” – ou seja, separado do animal – na luta e trabalho pelos quais ele ou ela enfrenta a morte (entendida como a violência da negatividade). É por meio desse confronto com a morte que ele ou ela é lançado(a) no movimento incessante da história. Tornar-se sujeito, portanto, supõe sustentar o trabalho da morte. Sustentar o trabalho da morte é precisamente como Hegel define a vida do espírito. A vida do espírito, ele diz, não é aquela vida que tem medo da morte e se poupa da destruição, mas aquela que pressupõe a morte e vive com isso. O espírito só alcança sua verdade quando descobre em si o desmembramento absoluto. A política é, portanto, a morte que vive uma vida humana. Essa também é a definição de conhecimento absoluto e soberania: arriscar a totalidade de uma vida.

Georges Bataille também oferece compreensões críticas sobre como a morte estrutura a ideia de soberania, política e sujeito. Bataille desloca a concepção de Hegel das ligações entre a morte, soberania e o sujeito de pelo menos três maneiras. Primeiro, ele interpreta a morte e a soberania como o paroxismo de troca e superabundância – ou, para usar sua própria terminologia, “excesso”. Para Bataille, a vida é falha apenas quando a morte a toma como refém. A vida em si só existe em espasmos e no confronto com a morte. Ele argumenta que a morte é a

putrefação da vida, o fedor que é, ao mesmo tempo, sua fonte e condição repulsiva. Portanto, embora destrua o que era para ser, apague o que supostamente continuaria a ser e reduza a nada o indivíduo, a morte não se reduz ao puro aniquilamento do ser. Pelo contrário, é essencialmente autoconsciência; além disso, é a forma mais luxuosa da vida, ou seja, de efusão e exuberância: um poder de proliferação. Ainda mais radicalmente, Bataille retira a morte do horizonte da significação. Isso está em contraste com Hegel, para quem nada se encontra definitivamente perdido na morte; de fato, a morte é vista como detentora de grande significação, como um meio para a verdade.

Em segundo lugar, Bataille firmemente ancora a morte no reino da despesa “absoluta” (a outra característica da soberania), enquanto Hegel tenta manter a morte dentro da economia do conhecimento absoluto e da significação. A vida além da utilidade, diz Bataille, é o domínio da soberania. Sendo esse o caso, a morte é o ponto no qual destruição, supressão e sacrifício constituem uma despesa tão irreversível e radical – e sem reservas –, que já não podem ser determinados como negatividade. A morte é o próprio princípio do excesso – uma “antieconomia”. Daí a metáfora do luxo e do “caráter luxuoso da morte”.

Em terceiro lugar, Bataille estabelece uma correlação entre morte, soberania e sexualidade. A sexualidade está completamente associada à violência e à dissolução dos limites de si e do corpo por meio de impulsos orgíacos e excrementais. Como tal, a sexualidade diz respeito a duas formas principais de impulsos humanos polarizados – excreção e apropriação – bem como o regime dos tabus em torno deles. A verdade do sexo e seus atributos mortais residem na experiência da perda das fronteiras que separam realidade, acontecimentos e objetos fantasiados.

Para Bataille, a soberania tem muitas configurações. Mas, em última análise, é a recusa em aceitar os limites a que o medo da morte teria submetido o sujeito. O mundo da soberania, Bataille argumenta, “é o mundo no qual o limite da morte foi abandonado. A morte está presente nele, sua presença define esse mundo de violência, mas, enquanto a morte está presente, está sempre lá apenas para ser negada, nunca para nada além disso. O soberano”, conclui, “é ele quem é, como se a morte não fosse... Não respeita os limites de identidade mais do que respeita os da morte, ou, ainda, esses limites são os mesmos; ele é a transgressão de todos esses limites”. Uma vez que o domínio natural de proibições inclui a morte, entre outras (por exemplo, sexualidade, sujeira, excrementos), a soberania

exige que “a força para violar a proibição de matar, embora verdadeira, estará sob condições que o costume define”. E, ao contrário da subordinação, sempre enraizada na alegada necessidade de evitar a morte, a soberania definitivamente demanda o risco de morte.

Ao tratar a soberania como a violação de proibições, Bataille reabre a questão dos limites da política. Política, nesse caso, não é o avanço de um movimento dialético da razão. A política só pode ser traçada como uma transgressão em espiral, como aquela diferença que desorienta a própria ideia do limite. Mais especificamente, a política é a diferença colocada em jogo pela violação de um tabu.

### **O biopoder e a relação de inimizade**

Após apresentar uma leitura da política como o trabalho da morte, tratarei agora da soberania, expressa predominantemente como o direito de matar. Em minha argumentação, relaciono a noção de biopoder de Foucault a dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional. Em outras palavras, a questão é: Qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência? Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo”.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma

luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. Referindo-se tanto a essa presença atemporal como ao caráter espectral do mundo da raça como um todo, Arendt localiza suas raízes na experiência demolidora da alteridade e sugere que a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte. Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”.

Foucault afirma claramente que o direito soberano de matar (*droit de glaive*) e os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos; de fato, eles podem ser vistos como elementos constitutivos do poder do Estado na modernidade. Segundo Foucault, o Estado nazista era o mais completo exemplo de um Estado exercendo o direito de matar. Esse Estado, ele afirma, tornou a gestão, proteção e cultivo de vida coextensivos ao direito soberano de matar. Por uma extrapolação biológica sobre o tema do inimigo político, na organização da guerra contra os seus adversários e, ao mesmo tempo, expondo seus próprios cidadãos à guerra, o Estado nazi é visto como aquele que abriu caminho para uma tremenda consolidação do direito de matar, que culminou no projeto da “solução final”. Ao fazê-lo, tornou-se o arquétipo de uma formação de poder que combinava as características de Estado racista, Estado assassino e Estado suicida.

Já se argumentou que a fusão completa de guerra e política (racismo, homicídio e suicídio), até o ponto de se tornarem indistinguíveis uns dos outros, é algo exclusivo ao Estado nazista. A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade. O reconhecimento dessa percepção sustenta em larga medida várias das críticas mais tradicionais da modernidade, quando lidam com o niilismo e a proclamação da vontade de poder como a essência do ser; com a retificação, entendida como o “devir-objeto” do ser humano; ou ainda com a

subordinação de tudo à lógica impessoal e ao reino da racionalidade instrumental. Realmente, do ponto de vista antropológico, o que essas críticas discutem implicitamente é uma definição de política como relação bélica por excelência. Também desafiam a ideia de que, necessariamente, a racionalidade da vida passe pela morte do outro; ou que a soberania consista na vontade e capacidade de matar para possibilitar viver.

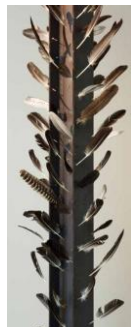
Tomando uma perspectiva histórica, um número de analistas tem argumentado que as premissas materiais do extermínio nazista podem ser encontradas no imperialismo colonial, por um lado, e, por outro, na serialização de mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte – mecanismos desenvolvidos entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial. Segundo Enzo Traverso, as câmaras de gás e os fornos foram o ponto culminante de um longo processo de desumanização e de industrialização da morte, entre cujas características originais estava integrar a racionalidade instrumental com a racionalidade produtiva e administrativa do mundo ocidental moderno (a fábrica, a burocracia, a prisão, o exército). Mecanizada, a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo baseado em classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos raciais, acabou comparando as classes trabalhadoras e os “desamparados pelo Estado” do mundo industrial com os “selvagens” do mundo colonial.

Na realidade, as ligações entre a modernidade e o terror provêm de várias fontes. Algumas são identificáveis nas práticas políticas do Antigo Regime. A partir dessa perspectiva, a tensão entre a paixão do público por sangue e as noções de justiça e vingança é crítica. Foucault demonstra em *Vigiar e punir* como a execução do quase regicida Damians durou horas, muito para a satisfação do público. É bem conhecida a longa procissão dos condenados pelas ruas antes da execução, o desfile de partes do corpo – ritual que se tornou uma característica-padrão de violência popular – e a exibição de uma cabeça cortada numa estaca. Na França, o advento da guilhotina marca uma nova fase na “democratização” dos meios de eliminação dos inimigos do Estado. Com efeito, essa forma de execução que era até então prerrogativa da nobreza é estendida a todos os cidadãos. Em um contexto em que a decapitação é vista como menos humilhante do que o

enforcamento, inovações nas tecnologias de assassinato visam não só “civilizar” os caminhos da morte, mas também eliminar um grande número de vítimas em espaço relativamente curto de tempo. Ao mesmo tempo, uma nova sensibilidade cultural emerge, na qual matar o inimigo do Estado é uma extensão do jogar. Aparecem formas de crueldade mais íntimas, sinistras e tranquilas.

Não obstante, em nenhum momento se manifestou tão claramente a fusão da razão com o terror como durante a Revolução Francesa. Nesse período, o terror é interpretado como uma parte quase necessária da política. Reivindica-se existir uma transparência absoluta entre o Estado e o povo. Como categoria política, “o povo” é gradualmente deslocado da realidade concreta à figura retórica. Como David Bates tem mostrado, os teóricos do terror acreditam ser possível distinguir entre autênticas expressões da soberania e as ações do inimigo. Eles também acreditam que é possível distinguir entre o “erro” do cidadão e o “crime” do contrarrevolucionário na esfera política. Assim, o terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errante de criar um espaço em que o “erro” seria reduzido, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado.

Finalmente, o terror não está ligado exclusivamente à utópica crença no poder irrestrito da razão humana. Também está claramente relacionado a várias narrativas de dominação e emancipação, sustentadas majoritariamente por concepções iluministas sobre a verdade e o erro, o “real” e o simbólico. Marx, por exemplo, confunde o labor (o ciclo interminável de produção e consumo necessário à manutenção da vida humana) com o trabalho (criação de artefatos duráveis que se somam ao mundo das coisas). O labor é visto como o veículo para a autocriação histórica da humanidade.



Essa autocriação histórica da humanidade é em si uma espécie de conflito entre a vida e a morte, ou seja, um conflito sobre os caminhos que levam à verdade da história: a superação do capitalismo, a forma de mercadoria e as contradições associadas a ambas. De acordo com Marx, com o advento do comunismo e a abolição das relações de troca, as coisas aparecerão como elas realmente são; as coisas se apresentarão como realmente são, e a distinção entre sujeito e objeto ou o ser e a consciência será superada. Todavia, fazendo com que a emancipação humana dependa da supressão da produção de mercadoria, Marx atenua as distinções essenciais entre o campo cultural da liberdade, o campo da necessidade, determinado pela natureza, e o contingente na história.

O compromisso com a eliminação da produção de mercadoria e o sonho de acesso direto e sem intermediação ao “real” – o cumprimento da chamada lógica da história e a fabricação da humanidade – torna esses processos quase necessariamente violentos. Como demonstrado por Stephen Louw, os pressupostos centrais do marxismo clássico não deixam escolha a não ser a “tentativa de introduzir o comunismo por decreto administrativo, o que, na prática, significa que as relações sociais devem ser desmercantilizadas pela força”. Historicamente, essas tentativas tomaram formas como a da militarização do trabalho, o desmoronamento da distinção entre Estado e sociedade, e o terror revolucionário. Pode-se mesmo argumentar que buscavam erradicar a pluralidade da condição humana. Com efeito, a superação das divisões de classe, o definhar do Estado, o florescimento de uma verdadeira vontade geral pressupõem uma visão da pluralidade humana como principal obstáculo para a eventual realização de um *telos* da história predeterminado. Em outras palavras, o sujeito da modernidade marxista é, fundamentalmente, aquele que tem a intenção de provar sua soberania pela encenação de uma luta até a morte. Assim como ocorre com Hegel, a narrativa de dominação e emancipação está aqui claramente associada a uma narrativa de verdade e morte. Terror e morte tornam-se os meios de realizar o já conhecido *telos* da história.

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. Aqui, essa figura é paradoxal por duas razões. Em primeiro



lugar, no contexto da colonização, figura-se a natureza humana do escravo como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de *status* político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral). Para nos certificarmos, como estrutura político-jurídica, a fazenda é o espaço em que o escravo pertence a um mestre. Não é uma comunidade porque, por definição, implicaria o exercício do poder de expressão e pensamento.

Como diz Paul Gilroy, *Os padrões extremos da comunicação definidos pela instituição da escravidão nas fazendas exigem que reconheçamos as ramificações antidiscursivas e extralinguísticas do poder na formação de atos comunicativos. Não pode, afinal, haver nenhuma reciprocidade na fazenda fora das possibilidades de rebelião e suicídio, fuga e luto silencioso, e certamente não há coesão gramatical do discurso para mediar a razão comunicativa. Em muitos aspectos, os habitantes da fazenda vivem de modo não sincrônico.*

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo. Violência, aqui, torna-se um elemento inserido na etiqueta, como chicotadas ou tirar a própria vida do escravo: um ato de capricho e pura destruição visando incutir o terror. A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida. Como sugere Susan Buck-Morss, a condição de escravo produz uma contradição entre a liberdade de propriedade e a liberdade da pessoa. Uma relação desigual é estabelecida junto com a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo propriedade de seu dominador. Dado que a vida do escravo é como uma “coisa” possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada.

Apesar do terror e da reclusão simbólica do escravo, ele ou ela desenvolve compreensões alternativas sobre o tempo, sobre o trabalho e sobre si

mesmo. Esse é o segundo elemento paradoxal do mundo colonial como manifestação do estado de exceção. Tratado como se não existisse, exceto como mera ferramenta e instrumento de produção, o escravo, apesar disso, é capaz de extrair de quase qualquer objeto, instrumento, linguagem ou gesto uma representação, e ainda lapidá-la. Rompendo com sua condição de expatriado e com o puro mundo das coisas, do qual ele ou ela nada mais é do que um fragmento, o escravo é capaz de demonstrar as capacidades polimorfos das relações humanas por meio da música e do próprio corpo, que supostamente era possuído por outro.

Se as relações entre vida e morte, a política de crueldade e os símbolos do abuso tendem a não se distinguir nas fazendas, é notadamente na colônia e sob o regime do *apartheid* que se instaura uma formação peculiar de terror, da qual passarei a tratar. A característica mais original dessa formação de terror é a concatenação do biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio. A raça é, mais uma vez, crucial para esse encadeamento. De fato é sobretudo nesses casos que a seleção de raças, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram inicialmente testados no mundo colonial. Aqui vemos a primeira síntese entre massacre e burocracia, essa encarnação da racionalidade ocidental. Arendt desenvolve a tese de que existe uma ligação entre o socialismo nacional e o imperialismo tradicional. Segundo ela, a conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido. O que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos “selvagens” pelos povos “civilizados” da Europa.

No fim, pouco importa que as tecnologias que culminaram no nazismo tenham sua origem na fazenda ou na colônia, ou que, pelo contrário – a tese foucaultiana – nazismo e stalinismo não tenham feito mais do que ampliar uma série de mecanismos que já existiam nas formações sociais e políticas da Europa ocidental (subjugação do corpo, regulamentações de saúde, darwinismo social, eugenia, teorias médico-legais sobre hereditariedade, degeneração e raça). Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno e também na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim”.

Esse ponto de vista corresponde à definição de soberania proposta por Carl Schmitt no início do século 20, nomeadamente, o poder de decidir sobre o

estado de exceção. Para avaliar adequadamente a eficácia da colônia como formação de terror, precisamos tomar um desvio para o imaginário europeu em si, como se relaciona com a questão crítica da domesticação da guerra e a criação de uma ordem jurídica europeia (*Jus publicum europaeum*). Dois princípios-chave fundam essa ordem. O primeiro postula a igualdade jurídica de todos os Estados. Essa igualdade se aplica especialmente ao “direito de guerra” (de tomar a vida). O direito de guerra significava duas coisas. Por um lado, reconhecia-se matar ou negociar a paz como uma das funções mais proeminentes de qualquer Estado. Isso acompanhava o reconhecimento do fato de que nenhum Estado poderia fazer reivindicações para além de suas fronteiras. Inversamente, não poderia ainda reconhecer nenhuma autoridade superior a sua dentro de suas fronteiras. Por outro lado, o Estado se comprometeria a “civilizar” os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar em si.

O segundo princípio está relacionado com a territorialização do Estado soberano, ou seja, a determinação de suas fronteiras no contexto de uma ordem global recentemente imposta. Nesse contexto, o *Jus publicum* rapidamente assumiu a forma de uma distinção entre, por um lado, as partes do mundo disponíveis à apropriação colonial e, de outro, a Europa em si (onde o *Jus publicum* foi imperativo). Essa distinção, como veremos, é crucial em termos de avaliação da eficácia da colônia como instauradora de terror. Sob o *Jus publicum*, uma guerra legítima é, em grande medida, uma guerra conduzida por um Estado contra outro ou, mais precisamente, uma guerra entre Estados “civilizados”. A centralidade do Estado no cálculo de guerra deriva do fato de que o Estado é o modelo de unidade política, um princípio de organização racional, a personificação da ideia universal e um símbolo de moralidade.



No mesmo contexto, as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes ou, novamente, “inimigo” e “criminoso”. Assim, é impossível firmar a paz com eles. Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”.

Da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo provém a constatação de que as colônias possam ser governadas na ilegalidade absoluta. Aos olhos do conquistador, “vida selvagem” é apenas outra forma de “vida animal”, uma experiência assustadora, algo alienígena além da imaginação ou compreensão. Na verdade, de acordo com Arendt, o que diferencia os selvagens de outros seres humanos é menos a cor de suas peles e sim o medo de que se comportem como parte da natureza, que a tratem como mestre irrefutável. Assim, a natureza continua a ser, com todo o seu esplendor, uma realidade esmagadora. Comparados a ela, os selvagens parecem fantasmas, aparições irrealis. Os selvagens são, por assim dizer, seres humanos “naturais”, que carecem do caráter específico humano, da realidade humana, de tal forma que, “quando os europeus os massacraram, de alguma forma não tinham consciência de que haviam cometido assassinato”.

Por todas essas razões, o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar em qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com fantasias geradas colonialmente, caracterizadas por terras selvagens, morte e ficções para criar um efeito de real. A paz não constitui necessariamente a consequência natural de uma guerra colonial. De fato, a distinção entre guerra e paz não é pertinente. As guerras coloniais são

concebidas como a expressão de uma hostilidade absoluta que coloca o conquistador contra um inimigo absoluto. Todas as manifestações de guerra e hostilidade marginalizadas pelo imaginário legal europeu encontraram lugar para reemergir nas colônias. Aqui, a ficção de uma distinção entre “os fins da guerra” e os “meios de guerra” entra em colapso; assim como a ficção de que a guerra funciona como um enfrentamento submetido a regras, em oposição ao puro massacre sem risco ou justificativa instrumental. Torna-se inútil, portanto, tentar resolver um dos paradoxos intratáveis da guerra, bem capturado por Alexandre Kojève em sua reinterpretação de *A fenomenologia do espírito*, de Hegel: seu caráter simultaneamente idealista e aparentemente inumano.

### **Necropoder e ocupação colonial na modernidade tardia**

Poderíamos pensar que as ideias recém-desenvolvidas dizem respeito a um passado distante. No passado, com efeito, guerras imperiais tiveram como objetivo destruir os poderes locais, instalando tropas e instituindo novos modelos de controle militar sobre as populações civis. Um grupo de auxiliares locais podia participar da gestão dos territórios conquistados, anexados ao Império. Dentro do Império, as populações vencidas obtinham um *status* que consagrava sua espoliação. Em configurações como essas, a violência constitui a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania. Cada estágio do imperialismo também envolveu certas tecnologias-chave (canhoneira, quinino, linhas de barcos a vapor, cabos do telégrafo submarino e ferrovias coloniais).

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente na raça e classe social”. Entidade sociopolítica, cultural e econômica, o distrito foi uma instituição espacial peculiar, cientificamente planejada para fins de controle. O funcionamento dos bantustões e distritos implicou severas restrições na produção para negros em áreas brancas, o término da posse de terra pelos negros exceto em áreas reservadas, a criminalização da residência negra em fazendas brancas (exceto como servos a serviço dos brancos), o controle do fluxo urbano e, mais tarde, a negação da cidadania aos africanos.

Frantz Fanon descreve vivazmente a espacialização da ocupação colonial. Para ele, a ocupação colonial implica, acima de tudo, uma divisão do espaço em compartimentos. Envolve a definição de limites e fronteiras internas por quartéis e delegacias de polícia; está regulada pela linguagem da força pura, presença imediata e ação direta e frequente; e isso se baseia no princípio da exclusão recíproca. Todavia, o mais importante é o modo como o necropoder opera:

*A cidade do povo colonizado (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como.*

*É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos.*

Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.

A ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação disciplinar, biopolítica e necropolítica. A forma mais bem sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina.

Aqui, o Estado colonial deriva sua reivindicação fundamental de soberania e legitimidade da autoridade de seu próprio relato de história e identidade. Essa narrativa é sustentada pela ideia de que o Estado tem o direito divino de existir; e então entra em conflito com outra narrativa pelo mesmo espaço sagrado. Como ambas são incompatíveis e suas populações estão entrelaçadas, qualquer demarcação de território com base na identidade pura é quase impossível. Violência e soberania, nesse caso, reivindicam um fundamento divino: o povo é forjado pela adoração de uma divindade, e a identidade nacional é concebida em oposição a outras divindades. História, geografia, cartografia e arqueologia supostamente apoiam essas reivindicações, relacionando estreitamente identidade e topografia. Como consequência, a violência colonial e a ocupação são profundamente subscritas pelo sagrado terror da verdade e da exclusividade (expulsões em massa, reassentamento de pessoas “apátridas” em campos de refugiados, estabelecimento de novas colônias). Mantidos abaixo do

terror do sagrado se encontram a escavação constante de ossos desaparecidos; a permanente lembrança de um corpo rasgado em mil pedaços e irreconhecível; os limites, ou melhor, a impossibilidade de representação de um “crime absoluto”, uma morte inexplicável: o terror do Holocausto.

Para retornar à leitura espacial de Fanon, a ocupação colonial tardia em Gaza e na Cisjordânia apresenta três características principais em relação ao funcionamento da formação específica do terror, que tenho chamado de necropoder. A primeira é a dinâmica da fragmentação territorial, o acesso proibido e expansão de assentamentos.

O objetivo desse processo é duplo: impossibilitar qualquer movimento e implementar a segregação moda do Estado do *apartheid*. Assim, os territórios ocupados são divididos em uma rede complexa de fronteiras internas e várias células isoladas. De acordo com Eyal Weizman, partindo de uma divisão planar de um território e ao adotar um princípio da criação de limites tridimensionais por meio de “volumes” soberanos, essas dispersão e segmentação redefinem claramente a relação en-tre soberania e espaço.

Para Weizman, essas ações constituem “a política da verticalidade”. A forma resultante da soberania pode ser chamada de “soberania vertical”. Sob um regime de soberania vertical, a ocupação colonial opera por uma rede de pontes e túneis, em uma separação entre o espaço aéreo e o terrestre. O próprio chão é dividido entre a superfície e o subsolo. A ocupação colonial também é ditada pela própria natureza do terreno e suas variações topográficas (colinas e vales, montanhas e cursos d’água). Assim, o terreno elevado oferece benefícios estratégicos não encontrados nos vales (eficácia da vista, autoproteção, fortificações panópticas que permitem orientar o olhar para múltiplas direções). Weizman diz: “Assentamentos poderiam ser vistos como dispositivos ópticos urbanos para a vigilância e o exercício do poder”. No contexto da ocupação colonial tardo-moderna, a vigilância está orientada tanto para o interior quanto para o exterior, o olho atua como arma e vice-versa. De acordo com Weizman, em vez de criar uma divisão conclusiva entre as duas nações por meio de uma fronteira, “a peculiar organização do terreno que constitui a Cisjordânia criou múltiplas separações, limites provisórios que se relacionam mediante vigilância e controle”. Nessas circunstâncias, a ocupação colonial não equivale apenas ao controle, vigilância e separação, mas também à reclusão. É uma “ocupação fragmentada”, assemelhada ao urbanismo estilhaçado que característico da modernidade tardia (subúrbios, comunidades fechadas).

Do ponto de vista infraestrutural, uma forma fragmentária da ocupação colonial se caracteriza por uma rede de estradas de rápida circulação, pontes e túneis que se entrecruzam na tentativa de manter o “princípio da exclusão recíproca” de Fanon. De acordo com Weizman, *as estradas de rotas alternativas tentam separar as redes viárias palestinas e israelenses, preferencialmente sem jamais permitir que elas se cruzem. Eles enfatizam, portanto, a sobreposição de duas geografias distintas que habitam a mesma paisagem. Em pontos em que se cruzam as redes, é criada uma separação improvisada. Na maioria das vezes, passagens de terra são escavadas para permitir que os palestinos cruzem sob as grandes autoestradas, nas quais vans e veículos militares israelenses correm entre diferentes colônias.*

Sob condições de soberania vertical e ocupação colonial fragmentada, comunidades são separadas segundo uma coordenada vertical. Isso conduz a uma proliferação dos espaços de violência. Os campos de batalha não estão localizados exclusivamente na superfície da terra. Assim como o espaço aéreo, o subsolo também é transformado em zona de conflito. Não há continuidade entre a terra e o céu. Até mesmo os limites no espaço aéreo dividem-se entre as camadas inferiores e superiores. Em todo lugar, o simbolismo do topo (quem se encontra no topo) é reiterado. A ocupação dos céus adquire, portanto, uma importância crucial, já que a maior parte do policiamento é feito a partir do ar. Várias outras tecnologias estão mobilizadas para esse efeito: sensores a bordo de veículos aéreos não tripulados (*unmanned air vehicles*), jatos de reconhecimento aéreo, prevenção usando aviões com sistema de alerta avançado (*Hawkeye planes*), helicópteros de assalto, um satélite de observação da Terra, técnicas de “hologramatização”. Matar incorre em mirar com alta precisão.

Tal precisão é combinada com as táticas de sítio medieval adaptada para a expansão da rede em campos de refugiados urbanos. Uma sabotagem orquestrada e sistemática da rede de infraestrutura social e urbana do inimigo complementa a apropriação dos recursos de terra, água e espaço aéreo. Um elemento crítico a essas técnicas de inabilitação do inimigo é fazer terra arrasada (*bulldozer*): demolir casas e cidades; desenraizar as oliveiras; crivar de tiros tanques de água; bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica; arrasar pistas de aeroporto; desabilitar os transmissores de rádio e televisão; esmagar computadores; saquear símbolos culturais e político-burocráticos do Proto-Esta-do Palestino; saquear equipamentos médicos. Em outras palavras, levar a cabo uma “guerra



infraestrutural”.<sup>58</sup> Enquanto o helicóptero de combate Apache é usado para patrulhar o ar e matar a partir dos céus, o trator blindado *bull-dozer* (Caterpillar D-9) é usado em terra como arma de guerra e intimidação. Em contraste com a ocupação colonial moderna, essas duas armas estabelecem a superioridade de ferramentas de alta tecnologia do terror tardo-moderno.

Como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é uma concatenação de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O “estado de sítio” em si uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis.

### **Máquinas de guerra e heteronomia**

Após ter examinado o funcionamento do necropoder no contexto da ocupação colonial tardo-moderna, gostaria de tratar agora das guerras contemporâneas. Tais guerras pertencem a um novo momento e dificilmente podem ser entendidas por meio de teorias anteriores de “violência contratual” ou tipologias como guerra “justa” e “injusta”, ou mesmo o instrumentalismo de Carl von Clausewitz. Segundo Zygmunt Bauman, guerras da era da globalização não incluem em seus objetivos conquista, aquisição e gerência de um território. Idealmente, são abordagens-relâmpago.

O crescente abismo entre os meios de guerra de alta e baixa tecnologia nunca foi tão evidente como na Guerra do Golfo e na campanha de Kosovo. Em ambos os casos, a doutrina da “força esmagadora ou decisiva” (*overwhelming or decisive force*) foi totalmente implementada graças a uma revolução militar-tecnológica que multiplicou a capacidade de destruição de forma jamais vista. A guerra aérea, ao relacionar altitude, artilharia, visibilidade e inteligência, é considerada aqui um caso em questão. Durante a Guerra do Golfo, o uso

combinado de bombas inteligentes e bombas revestidas com urânio empobrecido (DU), armas de alta tecnologia, sensores eletrônicos, mísseis guiados a laser, bombas de fragmentação e asfixiantes, tecnologias *stealth*, veículos aéreos não tripulados e *cyber* inteligência inutilizavam rapidamente quaisquer capacidades do inimigo.

Em Kosovo, a “degradação” das capacidades sérvias tomou a forma de uma guerra infraestrutura que destruiu pontes, ferrovias, rodovias, redes de comunicação, armazéns e depósitos de petróleo, centrais termoelétricas, centrais elétricas e instalações de tratamento de água. Como se pode presumir, a execução de tal estratégia militar, especialmente quando combinada com a imposição de sanções, resulta na falência do sistema de sobrevivência do inimigo. Os danos persistentes à vida civil são particularmente eloquentes. Por exemplo, a destruição do complexo petroquímico Pancevo, nos arredores de Belgrado, durante a campanha do Kosovo “deixou as proximidades tão contaminada com cloreto de vinilo, amônia, mercúrio, nafta e dioxinas, que se recomendou o aborto às mulheres grávidas, da mesma forma que todas as mulheres locais foram aconselhadas a evitar a gravidez durante dois anos”.

As guerras da época da globalização, assim, visam forçar o inimigo à submissão, independentemente de consequências imediatas, efeitos secundários e “danos colaterais” das ações militares. Nesse sentido, as guerras contemporâneas são mais uma reminiscência das estratégias de guerra dos nômades do que das guerras territoriais de “conquista-anexação” das nações sedentárias da modernidade. Nas palavras de Bauman,

*Sua superioridade sobre a população sedentária se deve à velocidade de seu próprio movimento; sua capacidade de descer do nada sem aviso prévio e desaparecer novamente sem aviso, sua capacidade de viajar facilmente e não se inco-modar com pertences como os que limitam a mobilidade e o potencial de manobra dos povos sedentários.*

Este novo momento é o da mobilidade global. Uma de suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem o único monopólio dos Estados, e o “exército regular” já não é o único meio de executar essas funções. A afirmação de uma autoridade suprema em um determinado espaço político não se dá facilmente. Em vez disso, emerge um mosaico de direitos de governar incompletos e sobrepostos, disfarçados e emaranhados, nos quais sobejam diferentes instâncias jurídicas *de facto* geograficamente entrelaçadas, e nas quais abundam fidelidades plurais, suseranias assimétricas e enclaves. Nessa organização heterônima de direitos territoriais e reivindicações, faz pouco sentido insistir na distinção entre os campos políticos “interno” e “externo”, separados por limites claramente demarcados.

Tomemos o exemplo da África, onde a economia política do Estado mudou drasticamente ao longo do último quarto do século 20. Muitos Estados africanos já não podem reivindicar monopólio sobre a violência e sobre os meios de coerção dentro de seu território. Nem mesmo podem reivindicar monopólio sobre seus limites territoriais. A própria coerção tornou-se produto do mercado. A mão de obra militar é comprada e vendida num mercado em que a identidade dos fornecedores e compradores não significa quase nada. Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar. Estados vizinhos ou movimentos rebeldes arrendam exércitos a Estados pobres. Fornecedores de violência não governamental disponibilizam dois recursos coercitivos críticos: trabalho e minerais. Cada vez mais, a maioria dos exércitos composta de soldados-cidadãos, crianças-soldados, mercenários e corsários. Junto aos exércitos, tem emergido o que, seguindo Deleuze e Guattari, poderíamos referir como “máquinas de guerra”. Essas máquinas são constituídas por segmentos de homens armados que se dividem ou se mesclam, dependendo da tarefa e das circunstâncias. Organizações polimorfos e difusas, as máquinas de guerra se caracterizam por sua capacidade de metamorfose. Sua relação com o espaço é móvel. Algumas vezes, desfrutam de relações complexas com formas estatais (da autonomia à

incorporação). O Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra. Pode, ainda, se apropriar de uma máquina de guerra ou ajudar a criar uma. As máquinas de guerra funcionam com empréstimo dos exércitos regulares, enquanto incorporam novos elementos bem adaptados ao princípio de segmentação e desterritorialização. Tropas regulares, por sua vez, podem prontamente se apropriar de certas características de máquinas de guerra.

Uma máquina de guerra combina uma pluralidade de funções. Tem as características de uma organização política e de uma empresa mercantil. Opera mediante capturas e depredações, e pode até mesmo cunhar seu próprio dinheiro. Para bancar a extração e exportação de recursos naturais localizados no território que controlam, as máquinas de guerra forjam ligações diretas com redes transnacionais. Máquinas de guerra surgiram na África durante o último quarto do século 20 em relação direta com a erosão da capacidade do Estado pós-colonial de construir os fundamentos econômicos da ordem e autoridade políticas. Essa capacidade envolve o aumento de receita, o comando e regulamentação do acesso aos recursos naturais dentro de um território bem definido. Em meados da década de 1970, com o desgaste das habilidades do Estado em manter essa capacidade, emerge uma linha claramente definida entre instabilidade monetária e fragmentação espacial. Na década de 1980, a experiência brutal da desvalorização monetária se torna cada vez mais frequente, com ciclos de hiperinflação ocorrendo em vários países (o que incluiu até mesmo a substituição repentina de uma moeda). Durante as últimas décadas do século 20, a circulação monetária tem influenciado Estado e sociedade pelo menos de duas formas diferentes.

Primeiro, temos visto uma escassez geral de liquidez e sua concentração gradual em determinados canais, cujo acesso está submetido a condições cada vez mais draconianas. Como resultado, o número de indivíduos dotados de meios materiais para controlar dependentes por meio da criação de dívidas diminuiu abruptamente. Historicamente capturar e fixar dependentes por meio de dívida tem sido sempre um aspecto central tanto da produção de pessoas como da constituição do vínculo político. Tais obrigações foram cruciais para determinar o valor das pessoas e julgar seu valor e utilidade. Quando seu valor e utilidade não são demonstrados, podem ser destituídas como escravos, peões ou clientes.

Segundo, o fluxo controlado e a demarcação dos movimentos de capital em regiões das quais se extraem recursos específicos tornaram possível a

formação de “enclaves econômicos” e modificaram a antiga relação entre pessoas e coisas. A concentração de atividades relacionadas com a extração de recursos valiosos em torno desses enclaves tem, por sua vez, convertido esses enclaves em espaços privilegiados de guerra e morte. A própria guerra é alimentada pelo crescimento das vendas dos produtos extraídos. Conseqüentemente, novas relações surgem entre o fazer guerra, as máquinas de guerra e a extração de recursos. Máquinas de guerra estão implicadas na constituição de economias locais ou regionais como altamente transnacionais. Na maioria dos lugares, o colapso das instituições políticas formais sob a pressão da violência tende a conduzir à formação de economias de milícia. Máquinas de guerra (nesse caso, milícias ou movimentos rebeldes) tornam-se rapidamente mecanismos predadores altamente organizados, que taxam os territórios e as populações que os ocupam e se baseiam numa variedade de redes transnacionais e diásporas que os provêm com apoio material e financeiro.

Em correlação com a nova geografia de extração de recursos, assistimos ao surgimento de uma forma governamental sem precedentes que consiste na “gestão de multitudes” A extração e o saque dos recursos naturais pelas máquinas de guerra caminham de mãos dadas com tentativas brutais para imobilizar e fixar espacialmente categorias inteiras de pessoas ou, paradoxalmente, para soltá-las, forçando-as a se disseminar por grandes áreas que excedem as fronteiras de um Estado territorial. Enquanto categoria política, as populações são então decompostas entre rebeldes, crianças-soldados, vítimas ou refugiados, civis incapacitados por mutilação ou simplesmente massacrados ao modo dos sacrifícios antigos; enquanto os “sobreviventes”, depois de um êxodo terrível, são confinados a campos e zonas de exceção.

Essa forma de governabilidade difere do comando (*commandement*) colonial. As técnicas de policiamento e disciplina, além da escolha entre obediência e simulação que caracterizou o potentado colonial e pós-colonial, estão gradualmente sendo substituídas por uma alternativa mais trágica, dado o seu extremismo. Tecnologias de destruição tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte. Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em

inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo “massacre”. Por sua vez, a generalização da insegurança aprofundou a distinção social entre aqueles que têm armas e os que não têm (“lei de distribuição de armas”). Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias. Em casos nos quais dissidentes armados não tomaram completamente o poder do Estado, produzem partições territoriais, alcançando o controle sobre regiões inteiras pelo modelo feudal, especialmente onde existem depósitos minerais.

As maneiras de matar não variam muito. No caso particular dos massacres, corpos sem vida são rapidamente reduzidos à condição de simples esqueletos. Sua morfologia doravante os inscreve no registo de generalidade indiferenciada: simples relíquias de uma dor inexaurível, corporeidades vazias, sem sentido, formas estranhas mergulhadas em estupor cruel. No caso do genocídio de Ruanda – em que um grande número de esqueletos foi preservado em estado visível, senão exumados – o surpreendente é a tensão entre a petrificação dos ossos, sua frieza (*coolness*) estranha, por um lado, e por outro lado, seu desejo persistente de ter sentido, de significar algo.

Nesses pedaços insensíveis de osso, não parece haver nenhum vestígio de “ataraxia”: nada mais que a rejeição ilusória de uma morte que já ocorreu. Em outros casos, em que a amputação física substitui a morte imediata, cortar os membros abre caminho para a implantação das técnicas de incisão, ablação e excisão que também têm os ossos como seu alvo. Os vestígios dessa cirurgia demiúrgica persistem por um longo tempo, sob a forma de configurações humanas vivas, mas cuja integridade física foi substituída por pedaços, fragmentos, dobras, até mesmo imensas feridas difíceis de fechar. Sua função é manter diante dos olhos da vítima – e das pessoas a seu redor – o espetáculo mórbido do seccionamento.

## **De movimento e metal**

Voltemos ao exemplo da Palestina, onde duas lógicas aparentemente irreconciliáveis se confrontam: a “lógica do martírio” e a “lógica da sobrevivência”.

Ao analisar essas duas lógicas, gostaria de refletir sobre questões duplas, morte e terror por um lado, e terror e liberdade por outro.

No confronto entre essas duas lógicas, o terror e a morte não se encontram em lados distintos. Terror e morte estão no coração de cada um. Como Elias Canetti nos lembra, o sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo. Ou, mais precisamente, o sobrevivente é aquele que após lutar contra muitos inimigos, conseguiu não só escapar com vida, como também matar seus agressores. Por isso, em grande medida, o grau mais baixo da sobrevivência é matar. Canetti assinala que na lógica da sobrevivência, “cada homem é inimigo de todos os outros”. Mais radicalmente, o horror experimentado sob a visão da morte se transforma em satisfação quando ela ocorre com o outro.

E a morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente. A lógica do martírio prossegue ao longo de linhas diferentes. Ela é caracterizada pela figura do “homem-bomba”, que, já em si, gera uma série de questões. Qual a diferença fundamental entre matar usando um helicóptero de mísseis, um tanque ou o próprio corpo? A distinção entre as armas utilizadas para aplicar a morte impede o estabelecimento de um sistema de intercâmbio geral entre o modo de matar e o modo de morrer?

O “homem-bomba” não veste nenhum uniforme de soldado e não exhibe nenhuma arma. O candidato a mártir persegue seus alvos; o inimigo é uma presa para quem uma armadilha é disposta. A esse respeito é significativo o local em que a emboscada é colocada: o ponto de ônibus, a cafeteria, a discoteca, o mercado, a guarita, a rua – em suma, os espaços da vida cotidiana.

A captura do corpo se soma ao local da emboscada. O candidato a mártir transforma seu corpo em máscara que esconde a arma que logo será detonada. Ao contrário do tanque ou míssil, que claramente visível, a arma contida na forma do corpo é invisível. Assim, dissimulada, faz parte do corpo. Está tão intimamente ligada ao corpo que, no momento da detonação, aniquila seu portador e leva consigo outros corpos, quando não os reduz a pedaços. O corpo não esconde apenas uma arma. Ele é transformado em arma, não em sentido metafórico, mas no sentido verdadeiramente balístico.

Nesse caso, minha morte anda de mãos dadas com a morte do outro. Homicídio e suicídio são realizados no mesmo ato. E em larga medida, resistência e autodestruição são sinônimos. Lidar com a morte é, portanto, reduzir o outro e a

si mesmo ao *status* de pedaços de carne inertes, dispersos e reunidos com dificuldade antes do enterro. Nesse caso, trata-se de uma guerra corpo a corpo. Matar requer a aproximação extrema com o corpo do inimigo. Para detonar a bomba, é preciso resolver a questão da distância, por meio do trabalho de proximidade e ocultação.

Como interpretar essa forma de derramar sangue, na qual a morte não é simplesmente “a minha própria”, mas algo que vem acompanhado da morte do outro? Em que difere da morte infligida por um tanque ou um míssil, num contexto em que o custo de minha sobrevivência é calculado em termos de minha capacidade e disponibilidade para matar alguém? Na lógica do “martírio”, a vontade de morrer se funde com a vontade de levar o inimigo consigo, ou seja, eliminar a possibilidade de vida para todos. Essa lógica aparentemente contraria a outra, que consiste em querer impor a morte aos demais, preservando a própria vida. Canetti descreve esse momento de sobrevivência como um momento de poder. Nesse caso, o triunfo deriva precisamente da possibilidade de estar lá quando os outros (nesse caso o inimigo) não estão mais. Tal é a lógica do heroísmo como entendida classicamente: executar os demais, mantendo a própria morte a distância.



Na lógica do martírio, emerge uma nova *semiose* do matar. Ela não se baseia necessariamente numa relação entre forma e matéria. Como já indiquei, nesse caso o corpo se torna o uniforme do mártir. Mas o corpo como tal não é apenas um objeto de proteção contra o perigo e a morte. O corpo em si não tem poder nem valor. O poder e o valor do corpo resultam de um processo de abstração com base no desejo de eternidade. Nesse sentido, o mártir, tendo estabelecido um momento de supremacia em que o sujeito triunfa sobre sua



própria mortalidade, pode perceber-se como tendo trabalhado sob o signo do futuro. Em outras palavras: na morte, o futuro é colapsado no presente.

Em seu desejo de eternidade, o corpo sitiado passa por duas fases. Primeiro, ele é transformado em mera coisa, matéria maleável. Depois, a maneira como é conduzido à morte – suicídio – lhe proporciona seu significado final. A matéria que constitui o corpo é investida de propriedades que não podem ser deduzidas a partir de seu caráter de coisa, mas sim de um *nomos* transcendental, fora dele. O corpo sitiado se converte em uma peça de metal cuja função é, pelo sacrifício, trazer a vida eterna ao ser. O corpo se duplica e, na morte, literal e metaforicamente escapa do estado de sítio e ocupação.

Como conclusão, explorarei a relação entre terror, liberdade e sacrifício. Martin Heidegger defende que o “ser para a morte” é a condição decisiva de toda liberdade humana verdadeira. Em outras palavras, se é livre para viver a própria vida somente quando se é livre para morrer a própria morte. Enquanto Heidegger dá um *status* existencial ao “ser para a morte” e o considera uma manifestação de liberdade, Bataille sugere que “o sacrifício na realidade não revela nada”. Não é simplesmente a manifestação absoluta da negatividade. Também é uma comédia. Para Bataille, a morte revela o lado animal do ser humano, ao qual ele ainda se refere como o “ser natural” do sujeito “Para sua autorrevelação final, é preciso morrer, mas ele terá que fazê-lo enquanto vivo – olhando a si mesmo ao deixar de existir”, acrescenta. Em outras palavras, o ser humano tem de estar plenamente vivo no momento de morrer, estar ciente de sua morte, para viver com o sentimento de estar morrendo. A própria morte deve tornar-se a consciência de si mesmo no momento em que oblitera o ser consciente. “Em certo sentido, isso o que acontece (o que pelo menos está a ponto de acontecer, ou o que ocorre de forma ilusória, fugaz) por meio de um subterfúgio no sacrifício. Nessa situação, o ser se identifica com o animal à beira da morte. Assim, ele morre, vendo-se morrer e ainda, em algum sentido, por meio de sua própria vontade, em harmonia com a arma de sacrifício. Mas esse é o jogo!” E para Bataille, o jogo é mais ou menos o meio pelo qual o sujeito humano “voluntariamente engana a si próprio”.

De que forma as noções de jogo e trapaça se relacionam ao “homem-bomba”? Não há dúvidas de que, nesse caso, o sacrifício consiste na espetacular submissão de si à morte, de tornar-se vítima por seu próprio empenho. O “autossacrificado” prossegue a fim de tomar posse de sua própria morte e de encará-la firmemente. Esse poder pode derivar da convicção de que a destruição do próprio corpo não afeta a continuidade do ser.

A ideia consiste na existência do ser fora de nós. O autossacrifício equivale à remoção de uma proibição dupla: da autoimolação (suicídio) e do assassinato. Todavia, diferentemente dos sacrifícios primitivos, não há nenhum animal para servir como um substituto da vítima. A morte atinge aqui o caráter de transgressão. Ao contrário da crucificação, não tem nenhuma dimensão expiatória. Não se relaciona com os paradigmas hegelianos de prestígio ou reconhecimento. Com efeito, uma pessoa morta não pode reconhecer o assassino, que também está morto. Isso implica que a morte se manifesta aqui como pura aniquilação, insignificância, excesso e escândalo?

Se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas. Como já vimos, o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais tardo-modernos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade. Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites desde o anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão, repetindo *slogans* ofensivos, batendo nas portas frágeis de lata para assustar as crianças, confiscando papéis ou despejando lixo no meio de um bairro residencial; guardas de fronteira chutando uma banca de legumes ou fechando fronteiras sem motivo algum; ossos quebrados; tiroteios e fatalidades – um certo tipo de loucura.

Em tais circunstâncias, o rigor da vida e a dureza da necessidade (julgamento por morte) são marcados pelo excesso. O que liga o terror, a morte e a liberdade é uma noção “extática” da temporalidade e da política. O futuro, aqui, pode ser autenticamente antecipado, mas não no presente. O presente em si é apenas um momento de visão – visão da liberdade que ainda não chegou. A morte no presente é mediadora da redenção. Longe de ser um encontro com um limite, fronteira ou barreira ela é experimentada como “uma libertação do terror e da sujeição”. Como observa Gilroy, essa preferência pela morte diante da servidão

contínua é um comentário sobre a natureza da liberdade em si (ou sua falta). Se essa falta é a própria natureza do que significa para a existência do escravo ou o colonizado, essa mesma falta é também precisamente o modo pelo qual ele ou ela reconhece sua própria mortalidade. Referindo-se prática de suicídio em massa ou individual por escravos encurralados pelos caçadores de escravos, Gilroy sugere que a morte, nesse caso, pode ser representada como agenciamento, já que a morte é precisamente aquilo por que e sobre o que tenho poder. Mas também é esse espaço em que a liberdade e a negação operam.

## **Conclusão/ Análise**

Neste ensaio, argumentei que as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Demonstrei que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o *status* de “mortos-vivos”. O ensaio também esboçou algumas das topografias reprimidas de crueldade (fazenda e colônia, em particular) e sugeriu que, sob o necropoder, as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade desaparecem.

**Tradução** Renata Santini

**Revisão técnica** Cezar Bartholomeu

**NOTAS:** O texto foi publicado originalmente em: *Public Culture*, 15 (1), 2003: 11-40.

## 5.6 - Prevenção de HIV-Aids na concepção de jovens soropositivos. Biologia.

### INTRODUÇÃO

De acordo com o Boletim Epidemiológico sobre HIV/Aids do Ministério da Saúde do Brasil, referente aos casos notificados até junho de 2017<sup>1</sup>, o grupo populacional entre 15 e 19 anos continua apresentando taxas crescentes de incidência de Aids. Na distribuição por sexo, verifica-se uma redução da taxa de detecção entre as mulheres nos últimos 10 anos em todas as faixas etárias, exceto entre 15 e 19 anos. A razão de prevalência entre os sexos, de 17 homens para cada 10 mulheres, é menor nessa faixa etária quando comparada às demais idades, evidenciando que a redução da tendência de feminização da epidemia observada a partir de 2009 foi menor em adolescentes. Na faixa etária de 20 a 29 anos, essa razão é de 30 homens para cada 10 mulheres. No caso dos homens, a taxa de detecção triplicou entre 15 e 19 anos no mesmo período, de 2,4 para 6,9 casos por 100 mil habitantes.

Pesquisa nacional recente de vigilância do HIV em uma amostra de 4.176 homens que fazem sexo com homens (HSH), realizada em doze municípios das cinco macrorregiões do Brasil, estimou prevalência de 18,4% de HIV, significativamente maior do que a prevalência de 12,1% encontrada em 2009, em estudo semelhante. Em relação à faixa etária, o estudo mostrou maior aumento da prevalência entre 15 e 19 anos, que triplicou. A Aids no Brasil mostra-se em descontrole e está na contramão do cenário mundial.

As infecções sexualmente transmissíveis (IST) e a Aids em adolescentes são problemas graves<sup>4</sup> e ainda pouco visíveis no campo da saúde. A população brasileira na faixa etária de 10 a 19 anos é expressiva, cerca de 17,9% do total; quando somada à população jovem, de até 24 anos, corresponde a 26,7% do total de brasileiros. Esse contingente populacional representa, sem dúvida, um dos grandes desafios da sociedade para que um futuro melhor lhe seja garantido. Importante destacar que, apesar de a Aids ser a segunda causa de morte entre adolescentes no mundo, seu impacto global é frequentemente invisível.

Diante do aumento observado das taxas de incidência de HIV, são necessárias novas estratégias de prevenção. Este estudo teve por objetivo analisar a concepção/percepção de jovens soropositivos sobre como prevenir a infecção pelo HIV entre adolescentes com vistas a oferecer subsídios às políticas públicas.

### MÉTODO

Este estudo é um recorte de pesquisa maior sobre Aids em adolescentes no município do Rio de Janeiro desenvolvida em 2017<sup>7,8</sup>. O público-alvo foi composto por adolescentes/jovens em tratamento. Dada a natureza do objeto em questão, o

método escolhido foi qualitativo e a entrevista, semiestruturada como técnica de coleta das informações. A entrevista nos permite conhecer por meio das narrativas dos interlocutores o sistema de valores do grupo social investigado e é reveladora de suas condições estruturais, socioeconômicas e culturais específicas.

Para compor uma amostra de sujeitos variada, recrutamos os possíveis participantes da pesquisa em quatro grandes hospitais gerais do município do Rio de Janeiro: Hospital Universitário Pedro Ernesto, Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e Hospital Federal dos Servidores do Estado. Esses estabelecimentos prestam atendimento a pacientes advindos de diversos bairros e de variadas classes sociais, predominantemente de nível socioeconômico inferior.

Os serviços foram contatados previamente pela equipe de pesquisadores, composta por médica, assistente social e enfermeira, que solicitaram permissão para a realização da pesquisa, bem como colaboração no encaminhamento dos pacientes a serem entrevistados. Após a anuência dos participantes e de seus responsáveis, quando menores de 18 anos, foi iniciada a coleta de dados.

Foram incluídos na pesquisa somente pacientes com diagnóstico de Aids realizado entre 10 e 19 anos e com tempo de adoecimento de até 5 anos, para garantir certa homogeneidade no grupo quanto à duração da doença. A equipe frequentou os hospitais no mínimo duas vezes por semana durante 18 meses. Quando os profissionais dos serviços atendiam jovens que preenchiam os critérios de inclusão, eles eram encaminhados às entrevistadoras. Não houve recusas dos pacientes encaminhados. Encerramos a coleta de dados quando avaliamos ter ocorrido saturação das informações colhidas.

As entrevistas realizadas obedeceram a roteiro previamente testado, contendo questões sobre dados demográficos, familiares, histórico sexual e da infecção/diagnóstico da doença e, ao final, uma pergunta aberta sobre como prevenir a infecção de HIV em adolescentes. Todos os encontros foram gravados e transcritos na íntegra. Desde o início e no decorrer do estudo, procedeu-se à análise dos dados textuais oriundos das transcrições de acordo com princípios hermenêutico-dialéticos balizados por Minayo e com o apoio do software webQDA de análise qualitativa de dados<sup>10</sup>. Após leitura e releitura dos textos, identificamos o conteúdo mais relevante por meio da observação das semelhanças, divergências e contradições nas narrativas. Os dados foram codificados pelo webQDA após identificação do que havia de comum nas narrativas. Utilizamos como base teórica de análise as categorias que compõem o conceito de vulnerabilidade, no qual a chance de a pessoa adoecer depende de um conjunto de aspectos individuais, sociais e programáticos. Buscamos identificar os sentidos atribuídos pelos sujeitos à questão levantada, para entender a lógica interna desse grupo, em diálogo comparativo com a literatura. Ao final, elaborou-se uma síntese interpretativa com vistas a responder o questionamento do estudo.

A pesquisa cumpre os princípios éticos contidos na Declaração de Helsinki, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de

Saúde (Parecer 262A). Todos os entrevistados e seus responsáveis, quando menores de 18 anos, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Não houve contato prévio entre os pesquisadores e os participantes do estudo.

## **Análise / resultados**

Realizamos 39 entrevistas, sendo 16 rapazes e 23 moças. A maioria deles (82%) pertencia às camadas sociais de menor poder econômico com renda familiar menor ou igual a cinco salários mínimos. Quanto à escolaridade, verificamos atraso escolar maior que dois anos em mais da metade dos participantes. A raça/cor autorreferida em 66,6% deles foi negra (50% pretos e 50% pardos). Em relação à via de exposição ao HIV, em ambos os sexos, a mais frequente foi a sexual. Para as mulheres, a heterossexual, exceto em dois casos (uma sanguínea e outra desconhecida); para os homens, 75% homossexual e 25% heterossexual.

Nas análises já realizadas no estudo maior, evidenciou-se, em ambos os sexos, a descrença na possibilidade de contaminação como situação de vulnerabilidade ao HIV. Os entrevistados não acreditavam que pudessem se infectar, apesar da ausência do autocuidado e de segurança nas relações sexuais. Para os rapazes infectados, outras ocorrências destacadas foram a sujeição sexual, a homofobia e a exploração sexual comercial. Mais de 90% dos rapazes não tinham qualquer vínculo afetivo com quem os infectou. Além disso, 81,3% deles tiveram mais de quatro parcerias sexuais e 37,5% se prostituíam. Para as moças, ressaltam-se como contextos de vulnerabilidade a vivência de situações de violência, incluindo a baixa idade da iniciação sexual (em 56,5% delas a sexarca ocorreu entre 10 e 14 anos), e o contágio de HIV pelos seus próprios parceiros (69,6% delas tinham vínculo afetivo com o contaminante)<sup>7,8</sup>.

As narrativas dos entrevistados sobre a prevenção de HIV-Aids foram classificadas em três categorias teóricas, que compõem o conceito de vulnerabilidade: ações individuais, ações sociais e ações programáticas.

### **Ações Individuais**

Ao falar sobre prevenção, alguns demonstraram certo ceticismo ao afirmar que não há nada a ser feito para prevenir, pois depende do comportamento de cada um. Não há falta de conhecimento, e todo jovem sabe como evitar o contágio pelo HIV. Se não faz prevenção, por falta de autocuidado. Culpam o próprio adolescente pelo risco que corre de se infectar. Criticam os que não pensam nas consequências de seus atos e também aqueles que, por consumirem bebidas alcoólicas e drogas, na hora do sexo não lembram de usar o preservativo. Vejamos alguns exemplos:

*Nada adianta. Eles falam para usar camisinha, mas os adolescentes transam sem camisinha. (E14 – sexo masculino).*

*Não se previne quem não quer. Burra é a pessoa que não usa camisinha. (E7 – sexo feminino).*

*Eu acho que a mente jovem tá muito virada. E eu acho que não adianta nada, entendeu? Porque a maioria, não todos, não respeita o que os outros falam. Então pra eles tanto faz como tanto fez, ficar em cima ou não ficar. (E26 – sexo masculino).*

*Acho que às vezes as pessoas se contaminam não é por falta de informação, não. Hoje, eu digo é por hoje, a informação está chegando por tudo quanto é canto. Tem jornal, tem campanha, televisão, tem outdoor, tem um monte de coisa informando. (E16 – sexo masculino).*

Outra parte dos entrevistados sugeriu medidas preventivas relacionadas ao autocuidado, como o uso de preservativo, ter consciência do que está fazendo e, para aqueles que estão infectados, tomar cuidado para não contaminarem seus parceiros e parceiras. Ressaltaram que como o sexo é uma atividade muito prazerosa e, muitas vezes, inesperada, o jovem deveria se precaver carregando sempre consigo o preservativo.

## **Ações Sociais**

Classificamos nesta categoria as narrativas referentes ao relacionamento com a família, aos meios de comunicação e às estratégias de educação em sexualidade. A maioria dos jovens entrevistados enfatizou a necessidade de qualificação e ampliação de ações educativas, como palestras e campanhas preventivas. Outros mostraram pensamentos conservadores, criticando a erotização precoce da sociedade e a mídia televisiva, que expõe imagens que incentivariam as pessoas a praticarem sexo. Censuram também a distribuição de preservativo.

*... aquela maquininha de distribuir camisinha pros jovens? Aquilo ali é coisa ridícula, estão induzindo a juventude a fazer sexo antes do tempo. (E13 – sexo masculino)*

A ausência de diálogo familiar sobre temas relativos à sexualidade foi apontada como um entrave à prevenção. Nossos interlocutores referem que a falta de diálogo e de entendimento sobre o tema na família os levam a ter dificuldade de

conversar sobre suas dúvidas, medos e questionamentos. Diante disso, sugerem a inclusão dos familiares nas propostas de prevenção. Os trabalhos educativos incluindo a participação dos pais propiciaria uma aproximação com os filhos e facilitaria o diálogo.

*Minha mãe e meu pai nunca conversaram nada comigo e a vida sexual começa muito cedo. Não adianta, hoje em dia não é mais como antigamente.* (E17 – sexo feminino)

*Ter um projeto de educação nas escolas que os familiares pudessem ter acesso junto com os filhos.*

(E21 – sexo feminino)

*Devia ter algum tipo de trabalho na escola que influenciasse os pais a conversarem mais com os filhos sobre isso.* (E1 – sexo feminino)

As ações de orientação em sexualidade e prevenção de HIV-Aids realizadas nas escolas deveriam ser intensificadas, segundo os entrevistados. Além disso, deveriam ser permanentes e não pontuais, focando nas dúvidas dos adolescentes e proporcionando logo no início da adolescência, antes da primeira experiência sexual, oportunidade para discutirem sobre o que sentem. Houve críticas ao que tem sido feito, sendo considerado insuficiente para atender às inquietações dos jovens sobre sexo.

*O mais interessante seria colocar na cabeça das crianças já na escola.* (E1 – sexo feminino)

*Eu acho que tem muito pouca informação, muito pouca informação mesmo... Tem que ser muito abordado nas escolas, muitas vezes... Tem que ser extremamente repetido até que se torne um hábito, uma consciência total.* (E32 – sexo masculino)

*Tem que falar mais, ficar falando sempre. Ainda mais agora que os jovens, tipo, tenho perto de casa meninos e meninas de 12 anos que bebem e fumam. Essas crianças nem sabem como pega uma doença, entendeu?* (E39 – sexo feminino)

*É falando mais abertamente nas escolas.* (E23 – sexo masculino)

Outros aspectos muito enfatizados pelos entrevistados se referem à forma e ao conteúdo do que é informado aos jovens. As orientações deveriam ser ofertadas na linguagem dos adolescentes, de maneira a lhes facilitar o entendimento e, de preferência, por pessoas jovens e/ou que vivam a experiência da infecção. Quanto ao conteúdo, deveria ser claro e direto, comunicando sem subterfúgios ou máscaras como é a vida de alguém que tem Aids, principalmente as dificuldades



que tem de enfrentar. O conteúdo deveria provocar reflexões nos adolescentes e até sentimentos de medo da doença. Esse medo seria positivo na opinião de alguns, pois faria com que tivessem mais cuidado com a própria saúde.

*Falar na linguagem do adolescente. Em vez de botar uma pessoa de 30 anos, bota uma pessoa de 18, uma pessoa de 15, 16. (E23 – sexo masculino)*

*Uma linguagem com muita gíria... Em dado momento ele vai, opa, aquilo já me interessa, eu quero saber, entendeu? ... Você diz assim, você pode ter relação com sua mina, vai dar aquele ibope, porque essa é a linguagem dele. Se não falar essa linguagem, eles não vão entender... Não vai adiantar nada, vai continuar do mesmo jeito. (E23 – sexo masculino)*

A imagem da Aids de hoje não é a mesma do início da epidemia, segundo os entrevistados. A juventude atual não conhece a doença como era vista, praticamente uma sentença de morte, por isso acham necessário apresentar as pessoas que vivem com Aids para que falem sobre a doença e as dificuldades pelas quais passam.

*Eu tenho amigas mais novas que falam assim: “Ah, se eu pegar, eu vou me tratar”. Como se fosse tão fácil. É uma doença que não tem cura ainda. Eu vivo, mas eu não queria ter esse tipo de controle na minha vida, não queria estar todo mês no hospital. (E17 – sexo feminino)*

*Tem que passar medo nos jovens, mostrando as lesões das DST. Um medo que faz bem. Esse medo é bom, é legal. Porque faz pensar antes de fazer. Tudo bem que pode ser uma coisa meio traumática. Mas é uma coisa que futuramente a pessoa vai entender melhor. (E17 – sexo feminino)*

## **Ações Programáticas**

As ações sugeridas pelos entrevistados incluem a disponibilização de insumos de prevenção, a inclusão de profissionais de saúde nos estabelecimentos escolares para atender os adolescentes e oferecer informações preventivas, a produção de vacinas e de medicamentos que curem a doença, e o investimento permanente em campanhas, e não apenas ocasionalmente, como no Carnaval. Nenhum entrevistado apontou a necessidade de oferta de serviços de saúde direcionados a adolescentes, nem mesmo de atendimento médico para demandas sexuais e reprodutivas. Tampouco o teste rápido para diagnóstico de soropositividade foi apontado por qualquer dos interlocutores.

Os entrevistados enfatizaram como estratégia de governo a necessidade de distribuição de preservativos em larga escala, de forma desburocratizada e sigilosa,

sem identificação de quem está pegando. As moças sugeriram que as máquinas de distribuição dos preservativos estivessem localizadas nos banheiros das escolas, pois assim não seriam vistas, nem difamadas por pegarem o preservativo. Não houve menção de uso do preservativo feminino por nenhum dos interlocutores.

*Tem que ter o preservativo.* (E25 – sexo feminino)

*...tem que distribuir mais camisinha. Mas, para ter camisinha, o posto cobra cartão.*  
(E3 – sexo masculino)

*Eles tão botando numa área muito pública. Se a garota pega, é puta. Se o garoto pega, é garanhão.*

(E17 – sexo feminino)

A presença de um profissional de saúde nas escolas foi considerada importante, pois poderia ofertar mais conhecimento e tirar as dúvidas dos jovens. Afinal, é na escola que os adolescentes mais aprendem. As informações deveriam ser dadas de forma clara e sem subterfúgios, inclusive nas campanhas, com maior divulgação na mídia. Enfatizaram a importância do investimento na produção de vacinas e de medicamentos mais eficazes.

*Tem que ter um profissional de saúde na escola, que mostre fotos de como a pessoa fica.* (E22 – sexo masculino)

*O governo só fala de camisinha no Carnaval. O ano inteiro o pessoal se fode pegando doença, então tem que ter propaganda o ano inteiro. Distribuir os recursos que eles gastam no Carnaval no ano inteiro.* (E27 – sexo masculino)

*As palestras são poucas, o enfermeiro ou o médico deveriam dar palestras sobre isso, distribuir mais camisinha.* (E3 – sexo masculino)

*Fazerem vacina ou acharem alguma coisa pra matar. Até agora nada disso aconteceu.* (E8 – sexo masculino)

*Eu acho que tem que ter uma mídia, uma explicação melhor que ainda é um assunto muito pouco falado.* (E20 – sexo feminino)

## **DISCUSSÃO**

As propostas de prevenção referidas pelos jovens entrevistados não são originais. Em décadas de epidemia da Aids, observamos que mudanças de padrão de comportamento não aconteceram de forma suficientemente profunda para alterar o percurso da doença. Isso evidencia que os esforços empreendidos pelas políticas públicas não foram capazes de dar conta de promover transformações significativas no padrão cultural de resposta à epidemia.

Entretanto, as narrativas dos interlocutores apontam para estratégias que contribuem para a eficácia da comunicação. Para alguns, a prevenção depende exclusivamente do indivíduo, sem perceber o contexto como fator de vulnerabilidade. O fato de ressaltarem que o jovem, na hora do prazer, não pensa nas consequências do sexo sem proteção reforça que a questão da excitação sexual não pode ser menosprezada ao se pensar em prevenção, tampouco outras barreiras psicossociais que dificultam o uso do preservativo, como o consumo de álcool e drogas.

A participação da família foi reiteradamente citada como importante nas atividades de prevenção. Educar a família contribui para o alargamento do diálogo entre pais e filhos adolescentes e para a ampliação do conhecimento técnico sobre o tema. Apesar do interesse dos pais em conversar com os filhos, eles não se sentem preparados e, muitas vezes, o fazem de forma superficial. Expandir o conhecimento dos pais e uniformizar os conceitos e a linguagem é de grande relevância, pois, por vezes, os adolescentes recebem informações na escola que vão de encontro às condutas familiares, como a distribuição de preservativos nas escolas.

A escola apresentou-se nas falas dos entrevistados como o principal cenário para as atividades de prevenção de HIV-Aids. Entretanto, a forma como têm sido realizadas não é satisfatória e não alcança seus objetivos. A linguagem das atividades deve mudar, a frequência em que são ministradas bem como seu conteúdo precisam ser ampliados. Ter conhecimento sobre a doença é fundamental, pois a percepção de sua gravidade é um dos mais importantes fatores associados à susceptibilidade ao HIV-Aids.

No Brasil, as primeiras experiências com educação sexual na escola foram realizadas na década de 1960 e tinham caráter higienista. A partir de 1970, com as demandas do movimento feminista, essa situação começou a se modificar, mas somente com o fim da ditadura e a abertura política nos anos de 1990 surgiram propostas educacionais mais efetivas, mas ainda com viés biologizante. Em 1995, o governo incluiu a sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal, articulado a outros, como ética, saúde, gênero, ecologia e pluralidade cultural. Deveria ser trabalhado de forma contínua, sistemática e integrada ao trabalho educativo na escola. Dentro dessa perspectiva, foi criado em 2006 o Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE), uma parceria do Ministério da

Educação com o Ministério da Saúde com vistas a atingir o público específico de adolescentes escolares, sendo suas ações principais voltadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens. Essa política governamental, porém, foi substituída em 2010 pelo Programa Saúde na Escola (PSE), que encampou suas ações dentro de um contexto maior, incluiu outras faixas etárias e não priorizou as questões relacionadas à sexualidade. Todas essas mudanças ocorridas no decorrer dos anos em relação às políticas desenvolvidas na área da educação dirigida a adolescentes promoveram uma ampliação da cobertura das escolas, segundo estudo de Neves e Romero; porém, as ações foram de baixa efetividade.

No momento atual, além da baixa efetividade das políticas nesse campo, evidencia-se movimentos contrários a ela, como a retirada dos termos gênero e orientação sexual do texto do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, provocada pela bancada religiosa do Congresso Nacional brasileiro. Outro movimento digno de nota é o Escola Sem Partido – Projeto de Lei nº 193/201625, que representa uma grave ameaça a uma educação emancipadora e garantidora de direitos, cuja ideologia, ao contrário do que prega quando diz que visa à neutralidade, pretende impedir debates e práticas pedagógicas relacionadas, entre outras, a questões sobre gênero e sexualidade. No campo da prevenção, o Brasil está retrocedendo.

Estudos internacionais também enfatizam a necessidade de estratégias educativas mais eficazes em decorrência da insuficiência de conhecimento sobre transmissão de HIV. Na França, por exemplo, a educação sexual na escola é uma exigência legal e as taxas de prevalência de HIV são aproximadamente três vezes menores que as brasileiras. Outra normativa francesa é o serviço de saúde escolar, que conta com profissional da área de enfermagem permanente em todas os estabelecimentos de ensino de nível médio.

Nenhum dos entrevistados incluiu os serviços de saúde como necessários para a prevenção de HIV-Aids, e as dificuldades de acesso aos serviços é um dos fatores que mantêm esses grupos sociais em condições mais vulneráveis. No município do Rio de Janeiro, estudo sobre serviços de saúde sexual e reprodutiva para adolescentes evidenciou que apenas 12,9% das unidades realizam atividades educativas e menos de 1/3 dos médicos são capacitados para atender a esse público<sup>31</sup>. Vale ressaltar que é atribuição das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) identificar no território os adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, intervir para favorecer a melhora da qualidade de vida e promover ações de apoio, inclusão social, proteção e garantia de direitos, incluindo os espaços escolares. Paiva et al. indicam que nenhuma ação é bem-sucedida sem considerar o contexto sociopolítico, incluindo o reconhecimento da importância do trabalho com populações vulneráveis e a necessidade de medidas especiais para cada situação, como no caso dos adolescentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo, apesar de restrito a percepção de jovens que têm Aids, traz contribuições relevantes, que podem ser incluídas nos programas de prevenção de HIV na faixa etária adolescente: a distribuição de preservativos de forma desburocratizada, confidencial e em larga escala; e estratégias de educação em sexualidade nas escolas mais eficazes e permanentes, incluindo a família, iniciando precocemente e ministradas em linguagem que o jovem entenda, mostrando como é a vida de quem tem Aids.

No momento atual, observa-se como política pública preventiva uma ênfase maior no uso de medicamentos pré e pós-exposição ao HIV, que não parece ser suficiente se olharmos, por exemplo, a utilização de semelhante estratégia preventiva no combate à sífilis, sem resultados satisfatórios. Outras políticas preventivas e serviços de atenção à saúde sexual e reprodutiva devem ser empregados, principalmente para os grupos de maior vulnerabilidade social, além de campanhas governamentais permanentes.

Cumpramos ressaltar os limites deste trabalho, cuja pesquisa que lhe deu origem enfocou apenas a visão de uma parcela muito específica do estrato populacional de adolescentes, aqueles já infectados. Outra limitação do estudo é a sua abrangência territorial reduzida a um município de grande porte. No entanto, acreditamos que este estudo traz subsídios para o enfrentamento mais eficaz da epidemia de HIV-Aids no estrato populacional investigado.

Disponível em: <file:///C:/Users/ELVIS/Desktop/ARTIGO%20II%20PAS%20PARA%20APOSTILA.pdf>

### **5.7 - Sobre violência (capítulo 2 e 3) - Hannah Arendt. Filosofia.**

## **CAPÍTULO II**

É de encontro ao cenário dessas experiências que proponho levantar a questão da violência nos domínios da política. E isto não é fácil, pois a observação feita por Sorel há sessenta anos atrás segundo a qual: “Os problemas da violência permanecem ainda muito obscuros, é tão verdadeira hoje como naquela época. Mencionei a relutância generalizada em se tomar à violência por si mesma como um fenômeno, e devo agora qualificar essa afirmação. Se nos voltarmos para os debates sobre o fenômeno do poder, descobriremos logo que existe um consenso entre os teóricos políticos da esquerda e da direita de que a violência nada mais é

do que a mais flagrante manifestação de poder. “Toda política é uma luta pelo poder; o tipo de poder mais definitivo é a violência”, disse C. Wright Mills, ecoando, pode-se dizer, a definição de Max Weber do Estado como “o domínio de homens sobre homens com base nos meios da violência legítima, isto é, supostamente legítima”. O consenso é muito estranho; pois equacionar o poder político com a “organização da violência” só faz sentido se se seguir a avaliação de Marx do Estado como instrumento de opressão nas mãos das classes dominantes. Voltemo-nos, portanto para os autores que não crêem sejam o organismo político e suas leis e instituições superestruturas meramente coercitivas, manifestações secundárias de algumas forças subjacentes. Voltemo-nos por exemplo, para Bertrand de Jouvenel, cujo livro *Du Pouvoir*, seja talvez o mais prestigioso e, de qualquer forma, o mais interessante tratado recente sobre o assunto. “Para ele”, escreve, “que contempla o desenvolver das eras, a guerra apresenta-se como uma das atividades dos Estados *que pertence à sua essência*”. Isso poderia levar-nos a indagar se o fim dos conflitos armados então, significaria o fim dos Estados. Iria o desaparecimento da violência nas relações entre Estados equivaler ao fim do poder?

Aparentemente a resposta dependerá do que entendemos por poder. E o poder, descobrimos ser um instrumento de dominação, enquanto a dominação, somos informados, deve a sua existência ao “instinto de dominação.” Somos imediatamente lembrados do que disse Sartre sobre a violência ao lermos em Jouvenel que “um homem sente-se mais homem quando impõe-se e faz dos demais instrumentos .de sua vontade”; o que lhe proporciona “incomparável prazer”. “O poder,” disse Voltaire, “consiste em fazer com que os outros ajam como eu quero”; está presente onde quer que eu tenha a chance “de impor a minha própria vontade contra a resistência” dos outros, observou Max Weber, lembrando-nos da definição de Clausewitz da guerra como “um ato de violência que se destina a compelir o adversário a fazer o que queremos”. Essa palavra, explica-nos Strausz-Hupé, significa “o poder do homem sobre o homem”. Voltando a Jouvenel: “Dar ordens e ser obedecido: sem isso, não existe Poder – na sua presença nenhum outro atributo é necessário para que exista... Aquilo sem o qual não pode existir: a sua essência é o domínio”.

Se a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma, e seria difícil dizer

“de que maneira a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um bandido armado”. (Estou citando passagens do importante livro *La Nozione Delto Stato* de Alessandro Passerin d’Entreves, o único autor que conheço que tem consciência da importância da distinção entre a violência e o poder.) “Temos que decidir se, e em que sentido, pode o ‘poder’ se distinguir da ‘força’, para que possamos averiguar como o fato do uso da força, de acordo com a lei, modifica a qualidade da mesma força apresentando-nos um quadro inteiramente diferente das relações humanas”, uma vez que “a força, pelo simples fato de ser qualificada, cessa de ser força”. Mas mesmo esta distinção, sem dúvida a mais sofisticada e séria da literatura especializada, não atinge as raízes da questão. O poder, no entendimento de Passerin d’Entreve é a força “qualificada” ou “institucionalizada”. Em outras palavras, ao passo que os autores citados acima definem a violência como a mais flagrante manifestação de poder, Passerin d’Entreves define o poder como um tipo de violência mitigada. Na análise final, o resultado é o mesmo. Será que todos os adeptos da direita e da esquerda, de Bertrand de Jouvenel a Mao Tsé-tung concordam no que diz respeito a um ponto tão básico da filosofia política como a natureza do poder?

Em termos de nossas tradições do pensamento político, tem essas definições muito a recomendá-las. Não apenas originam-se elas da velha noção de poder absoluto que acompanhou o surgimento do Estado-nação europeu soberano, cujos primeiros e maiores, porta-vozes foram Jean Bodin, na França do século XVI, e Thomas Hobbes, na Inglaterra do século XVII; coincidem elas também com os termos usados desde a antiguidade grega para definir as formas de governo como o domínio do homem sobre o homem de um ou de poucos— na monarquia e na oligarquia, dos melhores ou dos muitos na aristocracia e na democracia. Hoje devemos acrescentar a mais nova e talvez a mais formidável forma desse domínio: a burocracia ou o domínio de um intrincado sistema de órgãos no qual homem algum pode ser tido como responsável, e que poderia ser chamado com muita propriedade o domínio de Ninguém. Se, de acordo com o pensamento político, identificarmos a tirania como um tipo de governo que não responde por seus próprios atos, o domínio de Ninguém é claramente o mais tirânico de todos, uma vez que não existe alguém a quem se possa solicitar que preste conta por aquilo que está sendo feito. E esse estado de coisas tornando impossível a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo, que figura entre as mais; potentes

causas da inquietação rebelde que reina em todo o mundo, de sua natureza caótica, e de sua perigosa tendência a descontrolar-se.

Ademais, esse antigo vocabulário foi estranhamente confirmado e fortificado pela tradição judaico-cristã e sua “concepção imperativa do Direito”. Não foi esse conceito inventado pelos “realistas políticos” mas foi, antes, o resultado de uma generalização dos “Mandamentos” de Deus, muito anterior e quase que automática, de acordo com a qual “a simples relação de autoridade e obediência” suficiente para identificar a essência do Direito. Finalmente, convicções científicas e filosóficas mais modernas relativas à natureza humana reforçaram ainda mais essas tradições políticas e jurídicas. As várias descobertas feitas recentemente de um instinto de dominação e uma agressividade inata no animal humano foram precedidas por afirmações filosóficas muito semelhantes. De acordo com John Stuart Mill, “a primeira lição da civilização é a de obediência”, e fala ele “dos dois estados das inclinações... um é o desejo de se exercer poder sobre os outros; O outro... a falta de inclinação para se ser o objeto do exercício do poder<sup>60</sup>”. Se confiássemos em nossas próprias experiências a esse respeito, saberíamos que o instinto de submissão, um ardente desejo de obedecer e de ser dominado por um homem forte, aparece pelo menos de forma tão proeminente na psicologia humana como o desejo de poder, e, politicamente, talvez mais relevante. O velho adágio “Como é competente no poder/Aquele que tão bem sabe obedecer”, cujas diferentes versões foram aparentemente conhecidas em todos os séculos e em todas as nações<sup>61</sup>, talvez assinale uma verdade psicológica: isto é, que a vontade de poder e a vontade de obediência estão inter-relacionados. “A pronta submissão à tirania”, citando Mill mais uma vez, não é de maneira alguma causada pela “passividade extrema”. Contrariamente, uma forte ausência de inclinação para a obediência é frequentemente acompanhada por uma falta de iniciação igualmente forte para o autoritarismo e a dominação. Do ponto de vista histórico, a antiga instituição da economia escravocrata seria inexplicável se nos basearmos na psicologia de Mills. Seu propósito expresso era o de aliviar os cidadãos de suas tarefas domésticas permitindo-lhes participar da vida pública da comunidade, onde todos eram iguais; se fosse verdade que nada é mais agradável do que dar ordens e dominar os demais, o senhor jamais teria deixado a sua casa, entretanto, existe outra tradição e outro vocabulário não menos antigo. Ao denominar a cidade-Estado de Atenas a sua constituição de *‘isonomiaou’* quando falavam os Romanos da *civitas* como sua forma de governo, tinham eles em mente um conceito de poder



e de Direito cuja essência não repousava nas relações de autoridade-obediência e a qual não identificava o poder e o Direito e a autoridade. Foi para esses exemplos que voltaram-se os revolucionários do século XVIII ao esquadriharem Os arquivos da antiguidade e constituíram uma forma de governo, uma república, onde a regra de Direito, repousando no poder do povo poria um fim ao domínio do homem sobre o homem, que em sua opinião tratava-se de um “governo próprio para escravos”. Também eles, infelizmente, falavam ainda de obediência – obediência a leis e não a homens; mas o que realmente queriam dizer era apoio às normas legais às quais haviam os cidadãos dado o seu consentimento. Esse tipo de apoio jamais deixa de questionar, e no que diz respeito à lealdade, não poderia ela se comparar à “obediência que nada questiona” que poderia um ato de violência ser capaz de suscitar – a obediência com que pode contar qualquer criminoso ao arrebatá-lo a carteira com a ajuda de uma faca ou assaltar um banco com a ajuda de um revólver. É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio nada mais é que a continuação do consentimento que deu origem às normas legais. De acordo com o governo representativo, é o povo que detém o poder sobre aqueles que o governam. Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; estratificam-se e deterioram-se logo que o poder vivo do povo cessa de apoiá-las. Foi isso que quis dizer Madison ao observar que “todos os governos apóiam-se na opinião”, o que se aplica também às várias formas de monarquia não menos que à democracia. (“Supor que o governo da maioria funciona apenas em uma democracia é uma ilusão fantástica”, como salienta Jouvanel: “O rei, que é apenas um indivíduo solitário, tem muito maior necessidade do apoio da sociedade em geral do que qualquer outra forma de governo”. Até mesmo o tirano, aquele que governa contra todos, necessita de quem o ajude a perpetrar a violência, ainda que sejam estas pessoas pouco numerosas.) Entretanto, a força da opinião pública, isto é, o poder do governo, depende dos números; é ela “proporcional ao número a que se associa”, e a tirania, conforme descobriu Montesquieu, é portanto a mais violenta e menos poderosa forma de governo. Certamente, uma das mais óbvias distinções entre o poder e a violência é que o poder tem a necessidade de números, enquanto que a violência pode, até um certo ponto, passar sem eles por basear-se em instrumentos. O governo da maioria sem restrições legais, ou seja, uma democracia sem constituição, poderia agigantar-se na supressão dos direitos das minorias e agir com muita eficácia ao

sufocar as dissensões sem qualquer uso de violência. Porém isso não significa que a violência e o poder sejam uma mesma coisa.

A forma extrema do poder resume-se em Todos contra Um, e a extrema forma de violência é Um contra Todos. E esta última jamais é possível sem instrumentos. Pretender, como se faz frequentemente, que uma pequena minoria sem armas conseguiu, através do emprego da violência, gritando, revirando carteiras, etc, interromper numerosas aulas expositivas onde a esmagadora maioria dos estudantes havia votado pela normalidade é altamente enganoso. (Em um caso recente em uma Universidade alemã havia mesmo um “dissidente” solitário entre várias centenas de estudantes que reivindicava esta estranha vitória.) O que realmente acontece nestes casos é algo de muito mais sério: a maioria recusa claramente usar o seu poder para aniquilar os dissidentes; os processos acadêmicos rompem-se porque ninguém está disposto a nada mais exceto o voto em defesa do *status quo*. Aquilo a que se opõem as Universidades é a “imensa unidade negativa” de que fala Stephen Spender em outro contexto. Tudo isso prova apenas que uma minoria é capaz de possuir um potencial muito maior do que se poderia esperar se se tomasse por base uma pesquisa de opinião. A maioria que simplesmente observa os acontecimentos, como uma discussão entre um professor e um aluno, é na verdade um aliado latente da minoria. (Basta que se imagine o que teria acontecido se um ou alguns judeus desarmados na Alemanha pré-Hitler tentassem interromper a aula de um professor anti-semita para se compreender o absurdo das observações sobre as pequenas “minorias de militantes”).

Trata-se, penso eu, de uma triste reflexão sobre o atual estado da ciência política o fato de que nossa terminologia não distinga entre palavras chave tais como “poder”, “força”, “autoridade”, e, finalmente, “violência” – todas as quais referem-se a fenômenos distintos e diferentes entre si e dificilmente existiriam não fosse a existência destes. (Nas palavras de d’Entreves, “poder, potência, autoridade: todas elas são palavras a cujas implicações exatas não se atribui grande importância na linguagem corrente; mesmo os maiores pensadores as usam por vezes sem qualquer critério. Entretanto é justo presumir que se referem a diferentes qualidades, e deveria o seu significado ser, portanto cuidadosamente avaliado e examinado (...) O emprego correto dessas palavras é uma questão não apenas de lógica gramatical, como também de perspectiva histórica”.)<sup>65</sup> Usá-las como sinônimos não apenas

indica uma certa cegueira para as diferenças linguísticas, o que já seria suficientemente sério, mas já tem por vezes resultado em uma certa ignorância daquilo que a correspondem. Em uma tal situação existe sempre a tentação de introduzir novas definições, mas – embora deva eu sucumbir à tentação por um breve momento – o que está aqui envolvido não é simplesmente uma questão de um linguajar descuidado. Por trás da confusão aparente e a cuja luz todas as distinções seriam, na melhor das hipóteses, de pequena importância, a convicção de que a questão política mais crucial é, e sempre foi, a questão de: Quem governa Quem? Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função. É apenas depois que se cessa de reduzir as questões públicas ao problema da dominação, que as informações originais na esfera dos problemas humanos deverão aparecer, ou antes reaparecer, em sua genuína diversidade.

Esses dados, em nosso contexto, poderiam ser enumerados conforme se segue:

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder Jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece. Na linguagem comum, quando falamos de um “homem poderoso” ou de uma “personalidade poderosa”, estamos já usando a palavra “poder” metaforicamente; aquilo a que nos referimos sem metáforas é o “vigor”.

“Vigor”, designa inequivocamente alguma coisa no singular, uma entidade individual; trata-se de uma qualidade inerente a um objeto ou pessoa e que pertence ao seu caráter, a qual pode manifestar-se em relação a outras coisas ou pessoas, mas que é essencialmente independente deles. O vigor do indivíduo mais forte pode sempre ser subjugado por aqueles em maior número, que frequentemente se unem para aniquilar o vigor precisamente por causa de sua independência característica. A

hostilidade quase que instintiva dos muitos em relação ao indivíduo isolado foi sempre, de Platão a Nietzsche, atribuído ao ressentimento, à inveja dos fracos pelos fortes, mas essa interpretação psicológica não atinge o âmago da questão. Está na natureza de um grupo de seu poder voltar-se contra a independência, a qualidade do vigor individual.

A “força”, que usamos frequentemente no linguajar diário como sinônimo de violência, especialmente quando a violência é usada como meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, para designar as “forças da natureza” ou as “forças das circunstâncias” (*la force des choses*), isto é, para indicar a energia liberada através de movimentos físicos ou sociais.

A “autoridade”, relativa ao mais indefinido desses fenômenos e, portanto como termo, objeto de frequente abuso, pode ser aplicado às pessoas existe a autoridade pessoal, como, por exemplo, na relação entre pai e filho, entre professor e aluno – ou pode ser aplicado a cargos, como por exemplo, ao senado romano (*auctoritas in senatu*) ou nos cargos hierárquicos da Igreja (pode um sacerdote conceder absolvição válida ainda que esteja bêbado). A sua característica é o reconhecimento sem discussões por aqueles que são solicitados a obedecer; nem a coerção e nem a persuasão são necessárias. (Um pai pode perder a sua autoridade seja por bater em seu filho seja por discutir com ele, isto é, seja por comportar-se como um tirano ou por tratá-lo como igual.) Para que se possa conservar a autoridade é necessário o respeito pela pessoa ou pelo cargo; O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e a maneira mais segura de solapá-la é a chacota.

A “violência”, finalmente, como já disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Do ponto de vista fenomenológico, está ela próxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo.

Talvez não seja supérfluo acrescentar que estas distinções, embora não sejam de modo algum arbitrarias, dificilmente correspondem ao mundo real, de onde são, entretanto, retiradas. Assim o poder institucionalizado nas comunidades organizadas aparece freqüentemente sob a feição de autoridade, a exigir imediato e indiscutido reconhecimento; sociedade alguma poderia funcionar sem ela. (Um incidente em Nova Iorque, pequeno e ainda isolado, mostra o que pode acontecer quando a

autoridade autêntica nas relações sociais se houver rompido a um ponto onde não pode ela funcionar mais, mesmo em sua forma derivativa, puramente funcional. Um pequeno incidente no sistema do metrô – as portas de um trem deixaram de funcionar transformou-se em um sério problema quando se fez necessário interromper a linha por quatro horas com o envolvimento de mais de cinquenta mil passageiros, porque ao solicitarem as autoridades aos passageiros que saíssem do trem defeituoso, eles simplesmente se recusaram). Ademais, nada, conforme veremos, é mais comum do que a combinação da violência com o poder, nada menos frequente do que encontrá-los em sua forma mais pura e, portanto mais extrema. Não se pode concluir daí que a autoridade, o poder e a violência sejam uma mesma coisa.

No entanto, deve-se admitir que existe a tentação de se pensar no poder em termos de mando e obediência, e, portanto igualar o poder à violência, em um debate sobre aquilo que é realmente apenas um dos casos especiais do poder – ou seja, o poder em termos de governo. Uma vez que nas relações exteriores assim como nos negócios internos apresenta-se a violência como a última opção para que a estrutura de poder seja mantida intacta contra os vários tipos de desafios – do inimigo estrangeiro, do criminoso local parece realmente ser a violência o pré-requisito do poder, e o poder nada mais que uma fachada, a luva de pelica que ou esconde a mão de ferro, ou que mostrará pertencer a um tigre de papel. Em um exame mais detido, entretanto, perde essa noção muito de sua plausibilidade. Para os nossos propósitos, o vácuo entre teoria e realidade seja talvez melhor ilustrado pelo fenômeno da revolução.

Desde o princípio do século têm os teóricos da revolução nos dito que à possibilidade de revoluções se deflagrarem tem diminuído significativamente em proporção à maior capacidade destrutiva de armas à disposição exclusivamente dos governos. A história dos últimos setenta anos, com o seu número extraordinário de revoluções bem e malsucedidas, dá uma impressão diferente. Estavam loucas as pessoas que se levantaram contra desvantagem tão esmagadora? E, deixando de lado os exemplos de total sucesso, como se explica até mesmo um sucesso temporário? O fato é que o vácuo entre os instrumentos de violência de propriedade do Estado e os que as pessoas conseguem reunir por conta própria – desde latas de cervejas até os coquetéis Molotov as armas de fogo – tem sido sempre tão enormes que as melhorias técnicas fazem pouca ou nenhuma diferença. As instruções

retiradas de manuais versando sobre “como fazer uma revolução” passo a passo desde a dissensão à conspiração, da resistência ao levante armado, baseiam-se todas elas na noção errada de que as revoluções se “fazem”. Em uma competição de violência contra violência a superioridade do governo tem sido sempre absoluta; porém esta superioridade só perdura enquanto continuar intacta a estrutura de poder do governo – isto é, enquanto forem obedecidas as ordens, e o exército ou a força policial estiverem dispostos a usar as suas armas. No caso contrário, a situação se transforma abruptamente. Não apenas deixa a rebelião de ser sufocada, mas as próprias armas passam para outras mãos – algumas vezes, como na revolução húngara, em um período de poucas horas. (Deveríamos saber de todas estas coisas depois de tantos anos de vãs lutas no Vietnã, onde por muito tempo, antes de receber ajuda maciça da União Soviética, a Frente de Libertação Nacional combateu-nos com armas fabricadas nos Estados Unidos.) Somente depois desse fato, quando o processo de desintegração do governo tenha permitido aos rebeldes se armarem, pode-se falar de uma “revolta armada”, a qual muito frequentemente jamais acontece ou ocorre quando não mais é necessária. Quando as ordens já não são obedecidas, os instrumentos da violência não são de utilidade alguma; e esta obediência não é decidida pela relação autoridade/obediência, mas pela opinião pública, e, é claro, pelo número de pessoas que compartilham dela. Tudo depende do poder por detrás da violência. O repentino colapso do poder, prenunciando as revoluções, revela como a obediência civil – às leis, aos governantes, às instituições – nada mais é do que a manifestação exterior de apoio e consentimento.

Onde tenha o poder se desintegrado, as revoluções são possíveis, mas não necessárias. Sabemos de muitos exemplos em que permitiu-se a regimes virtualmente impotentes continuar existindo por longos períodos de tempo seja por falta de quem testasse a sua força e revelasse a sua fraqueza seja por terem tido a sorte de não se envolverem em guerra alguma e não sofrer derrotas. O processo de desintegração torna-se muitas vezes manifesto apenas na confrontação direta; e mesmo nesse caso, quando já se encontra o poder sem dono nas ruas, é necessário um grupo de homens preparados para uma eventualidade desse tipo para arrebanhá-lo e assumir a responsabilidade. Testemunhamos recentemente como não foi necessária mais do que a rebelião essencialmente não-violenta, e relativamente inofensiva dos estudantes franceses para revelar a vulnerabilidade de todo o sistema político, o qual desintegrou-se rapidamente ante os olhares atônitos

dos jovens rebeldes. Sem o saber eles o haviam testado; sua intenção fora tão-somente desafiar um sistema universitário totalmente estratificado, e veio abaixo o sistema de poder governamental, juntamente ao das grandes burocracias partidárias – *une sorte de désintégration de toutes les hiérarchies*. Tratava-se de um caso; apropriado para manuais, de uma situação revolucionária que não evoluiu para uma revolução por não haver ninguém, muito menos os estudantes, dispostos a tomar o poder e a responsabilidade que o acompanha. Ninguém, exceto é claro, de Gaulle. Nada caracterizava melhor a seriedade da situação do que o seu apelo ao exército, sua viagem ao encontro de Massu e dos generais na Alemanha, uma caminhada até Canossa, se é que está realmente aconteceu, em vista do que havia acontecido há apenas alguns anos. Mas o que buscava e acabou por receber era apoio, não obediência, e os meios usados foram não ordens, mas concessões. Houvessem ordens sido suficientes, jamais teria ele tido que deixar Paris.

Governo algum, exclusivamente baseado nos instrumentos da violência, existiu jamais. Mesmo o governante totalitário, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder – a polícia secreta e a sua rede de informantes. Somente o desenvolvimento de soldados-robôs, os quais, como se mencionou anteriormente, eliminariam o fator humano completamente e, provavelmente, permitiriam a um homem apertar um botão e destruir quem bem entendesse, poderia transformar essa ascendência fundamental do poder sobre a violência. Mesmo a dominação mais despótica de que temos conhecimento, o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excederam em número, não repousava em instrumentos de coerção superiores como tais, mas em uma organização do poder mais aperfeiçoada isto é, na ‘solidariedade organizada dos senhores’. Homens isolados sem outros que os apoiem nunca têm poder suficiente para fazer uso da violência de maneira bem-sucedida. Assim, nas questões internas, a violência funciona como o último recurso do poder contra os criminosos ou rebeldes – isto é, contra indivíduos isolados que, pode-se dizer, recusam-se a ser dominados pelo consenso da maioria. E quanto aos combates propriamente ditos, vimos no Vietnã como pode uma imensa superioridade no que diz respeito aos instrumentos da violência tornar-se impotente se confrontada por um inimigo mal equipado mas bem-organizado e muito mais poderoso. Esta lição, certamente devia ter sido aprendida da história da guerra de guerrilha, que remonta, pelo menos, à derrota, na Espanha, do exército até então invicto de Napoleão.

Usemos por um momento a linguagem conceitual: O poder é realmente parte da essência de todo governo, mas o mesmo não se dá com a violência. A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os outros, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita de justificar-se através de algo mais não pode ser a essência de coisa alguma. O fim da guerra – fim tomado aqui em seu sentido duplo – é a paz ou a vitória; mas para a pergunta: E qual é o fim da paz? Não existe resposta. A paz é um absoluto, muito embora, nos relatos históricos os períodos de guerra quase sempre superaram em duração os períodos de paz. O poder encontra-se na mesma categoria; trata-se, como dizem, de “um fim em si mesmo”. (O que, naturalmente, não pretende negar que os governos usem determinadas políticas e empreguem o poder de que dispõem para alcançar objetivos determinados. Mas a estrutura do poder por si própria parece e permanece além de todos os objetivos, de maneira que o poder, longe de ser o meio para a consecução de um fim, é realmente a própria condição que possibilita a um grupo de pessoas pensar e agir em termos de meios e fim.) E uma vez que o governo é o poder essencialmente organizado e institucionalizado – a pergunta “Qual é a finalidade do governo?” tampouco faz muito sentido. A resposta será ou insatisfatória – para possibilitar aos homens viverem juntos – ou perigosamente utópica – para promover a felicidade ou para realizar o ideal de uma sociedade sem classes, ou outro ideal não-político, que se tentado com perseverança só poderá terminar em algum tipo de tirania.

O poder não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; mas precisa, isto sim, de legitimidade. A percepção dessas duas palavras como sinônimos não é menos enganosa do que a atual equação de obediência e apoio. O poder é originado sempre que um grupo de pessoas se reúne e age de comum acordo, porém a sua legitimidade deriva da reunião inicial e não de qualquer ação que possa se seguir. A legitimidade, quando desafiada, baseia-se em um apelo ao passado, enquanto a justificativa diz respeito a um fim que se encontra no futuro. Ninguém questiona o uso da violência em legítima defesa, pois o perigo é não apenas nítido como também presente, e o fim que justifica os meios é imediato.

O poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos. Onde quer que se combinem, o poder é, conforme verificamos, o fator fundamental e predominante. A situação, entretanto, mostra-se totalmente diferente se os encarmos em seu estado puro – como, por exemplo, na



invasão estrangeira e na ocupação. Vimos que a atual equação da violência com o poder baseia-se no fato de o governo ser ou não percebido como o domínio do homem sobre o homem através da violência. Se um conquistador estrangeiro for enfrentado por um governo impotente e por uma nação desacostumada ao exercício do poder político, torna-se fácil a realização de uma tal conquista e dominação. Em todos os demais casos as dificuldades são deveras grandes, e o invasor deverá tentar imediatamente estabelecer governos do tipo *Quisling*, ou seja, encontrar uma base de poder nativa para dar apoio ao seu domínio: O confronto entre os tanques russos e a resistência inteiramente não-violenta do povo da Tchecoslováquia é um caso típico de uma confrontação entre a violência e o poder em seu estado puro. Porém, enquanto é a dominação nessas circunstâncias difícil de ser realizada, não é de todo impossível. A violência, é necessário lembrar, não depende de números ou de opiniões, mas sim de formas de implementação, e as formas de implementação da violência, conforme mencionei mais acima, como todos os demais instrumentos, aumentam e multiplicam a força humana. Aqueles que se opõem à violência com o mero poder, cedo descobrirão que se confrontam não com homens, mas sim por artefatos fabricados pelo homem, cuja desumanidade e força de destruição aumentam em proporção à distância a separar os inimigos. A, violência sempre é dado destruir o poder; do cano de uma arma desponta o domínio mais eficaz, que resulta na mais perfeita e imediata obediência. O que jamais poderá florescer da violência é o poder.

Em um conflito entre a violência e o poder, o resultado é raramente duvidoso. Se a estratégia enormemente poderosa e bem-sucedida de resistência não-violenta de Gandhi houvesse se defrontado com um inimigo diverso – a Rússia de Stalin, a Alemanha de Hitler, ou o Japão do período anterior à guerra, ao invés da Inglaterra – o resultado não teria sido a descolonização, mas sim o massacre e a submissão. Entretanto, a Inglaterra na Índia e a França na Argélia tinham boas razões para exercerem o seu autocontrole. O domínio através da violência pura vem à baila quando o poder está em vias de ser perdido; é precisamente o poder em decréscimo do governo russo, interna e externamente, que tornou-se patente na alternativa entre descolonização e massacre. Substituir a violência pelo poder pode trazer a vitória, porém o preço é muito alto: pois é pago não apenas pelo derrotado, mas também pelo vitorioso em termos de seu próprio poder. Tal coisa é verdadeira principal mente quando o vitorioso tem o privilégio de desfrutar dos benefícios de um governo

constitucional. Henry Steele Commager está inteiramente certo ao afirmar: “Se subvertermos a ordem e destruímos a paz mundiais deveremos inevitavelmente subverter e destruir nossas próprias instituições políticas em primeiro lugar”. O temido efeito *boomerang* do “governo das raças subjugadas” (Lord Cromer) sobre o governo interno durante o período imperialista significava que o domínio através da violência nas terras distantes terminaria por afetar o governo da Inglaterra, e que a última raça a ser subjugada seriam os próprios ingleses. O recente ataque a gás no campus de Berkeley, onde não apenas gás lacrimogêneo, mas também um outro gás, “proibido pela Convenção de Genebra e usado pelo Exército para o extermínio de guerrilheiros no Vietnam” foi disseminado enquanto os policiais, usando máscaras protetoras, evitavam que qualquer pessoa “fugisse da área infestada pelo gás”, é um excelente exemplo desse fenômeno de *boomerang*. Diz-se frequentemente que a impotência gera a violência, o que psicologicamente é verdadeiro, pelo menos quanto às pessoas possuidoras de vigor natural, moral ou fisicamente. Politicamente falando, a questão é que a perda do poder torna-se uma tentação em substituir a violência pelo poder – em 1968 durante a Convenção Democrata em Chicago podia-se assistir a esse processo pela televisão – e que a violência por si própria resulta em impotência. Quando a violência não é mais apoiada pelo poder, que ao mesmo tempo a restringe, a conhecida inversão dos meios pelos fins terá acontecido. Os meios, meios de destruição, determinam agora os fins – com a consequência de que os fins serão a destruição de todo poder. Em lugar algum é o fator da autofrustração, existente na vitória da violência sobre o poder, mais evidente do que no emprego do terror para a manutenção do domínio, de cujos estranhos sucessos e eventuais fracassos temos mais conhecimento do que qualquer geração anterior. O terror não é a mesma coisa que a violência; é antes a forma de governo que nasce quando a violência, após destruir todo o poder, não abdica, mas, ao contrário, permanece mantendo todo o controle. Pode-se observar que a eficácia do terror depende quase que inteiramente do grau de atomização social. Todos os tipos de oposição organizada deverão desaparecer para que seja liberada a força total do terror. Essa atomização – palavra demasiadamente pálida e acadêmica para o horror que designa – mantém-se e se intensifica através da ubiquidade do informante, que poderá tornar-se literalmente onipresente uma vez que não se trata mais de um agente profissional a soldo da polícia, mas potencialmente toda e qualquer pessoa com a qual se estabeleça contato. Como é criado um estado policial a tal ponto

desenvolvido e a maneira como funciona – ou, antes, como nada funciona onde ele impera – é o tema do livro de Aleksandr I. Solzhenitsyn “*O Primeiro Circulo*”, que permanecerá provavelmente sendo uma das obras-primas da literatura do século vinte contendo certamente a melhor documentação existente sobre o regime de Stalin<sup>76</sup>. A distinção decisiva entre o domínio totalitário, baseado no terror, e as tiranias e ditaduras, impostas pela violência, é que o primeiro volta-se não apenas contra os seus inimigos, mas também contra os amigos e correligionários, pois teme todo o poder, até mesmo o poder dos amigos. O clímax do terror é alcançado quando o estado policial começa a devorar os seus próprios filhos, quando o carrasco de ontem torna-se a vítima de hoje. É este o momento quando o poder desaparece inteiramente. Existe atualmente um grande número de explicações plausíveis para a desestalinização da Rússia – nenhuma delas tão convincente como a compreensão por parte dos próprios burocratas stalinistas de que a continuação do regime levaria, não à insurreição, contra a qual o terror é realmente a melhor salvaguarda, mas à paralisia do país inteiro.

Resumindo: politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder. Tal coisa ‘significa que não é correto pensar na não-violência como o oposto da violência; falar do poder não-violento é realmente uma redundância. A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo. A grande confiança de Marx e Hegel no “poder dialético da negação” em virtude do qual os opostos não se destroem, mas sim desenvolvem-se naturalmente transformando-se um no outro, visto que as contradições promovem, ao invés de paralisar o desenvolvimento, repousa em um preconceito filosófico muito mais antigo: o de que o mal é nada mais do que uma forma de privação do bem; que o bem pode originar-se do mal; e que, em resumo, o mal nada mais é do que a manifestação temporária de um bem ainda oculto. Tais opiniões que o tempo consagra, tornaram-se perigosas. Compartilham-nas muitos que jamais ouviram falar de Hegel ou Marx, pela simples razão de que elas inspiram esperança e eliminam o temor – uma esperança traiçoeira a eliminar o terror legítimo. Com essas considerações, não pretendo equacionar a violência com o mal; desejo tão-somente salientar que a violência não pode originar-se de seu oposto, que é o poder, e que para

compreendê-la pelo que é, teremos que proceder ao exame de suas raízes e sua natureza.

### **CAPÍTULO III**

Falar sobre a natureza e as causas da violência nesses termos poderá parecer presunção em um momento em que rios de dinheiro provenientes de fundações estão sendo canalizados para os vários projetos de pesquisa realizados por cientistas sociais, quando uma torrente de livros versando sobre o assunto já foi publicada, quando eminentes especialistas das ciências naturais – biólogos, fisiólogos, etnologistas e zoólogos – se deram as mãos em uma tentativa de solucionar a charada da “agressividade” no comportamento humano, tendo até mesmo surgido um novo ramo da ciência, denominado “polemologia”. Tenho, a despeito de todas estas considerações, duas razões para, ainda assim, fazer uma tentativa.

Em primeiro lugar, embora seja o trabalho desenvolvido pelos zoólogos a meu ver fascinante, não posso perceber de que modo se aplica ele ao nosso problema. Para se saber que um povo irá lutar pela sua terra, dificilmente teríamos que descobrir instintos de “territorialismo grupal” em formigas, peixes e macacos; e para se saber que a superpopulação resulta em irritação e agressividade, não é necessário fazer experiências com ratos. Um só dia passado em uma favela nas grandes cidades teria sido suficiente. Fico surpresa e muitas vezes feliz ao verificar que alguns animais se comportam como homens; não entendo como esse fato poderia justificar ou condenar o comportamento humano. Não compreendo porque se pede que “reconheçamos que o homem se comporta muitas vezes como uma espécie territorialista grupal” e não o oposto – que algumas espécies animais muito comumente se comportam como o homem. (De acordo com Adolf Portmann, estas novas descobertas sobre o comportamento animal não preenchem a lacuna entre o homem e o animal; demonstram elas apenas que “muito mais do que sabemos a nosso próprio respeito, do que supúnhamos, ocorre também com os animais.”) Por que deveríamos nós, após termos “eliminado” todos os antropomorfismos da psicologia animal (se o conseguimos ou não é uma outra questão), tentar agora descobrir “quão ‘teromorfo’ é o homem”? Não será óbvio que o antropomorfismo e o teromorfismonas ciências comportamentais não passam das duas faces de um mesmo “erro”? Ademais, se definirmos o homem como fazendo parte do reino

animal, por que deveríamos pedir-lhe que adote os seus padrões de comportamento tomando-os de outra espécie animal? Temo que a resposta seja simples: é mais fácil fazer experiências com animais – e não apenas por razões humanitárias – pois não seria razoável aprisionar-nos em jaulas; o problema é que o ser humano sabe como enganar.

Em segundo lugar, os resultados de uma pesquisa nas áreas das ciências sociais, como das ciências naturais, tendem a considerar o comportamento violento como uma reação mais “natural” do que estaríamos dispostos a aceitar na ausência destas pesquisas. A agressividade, definida como um impulso instintivo, desempenharia o mesmo papel funcional no âmago da natureza que os instintos sexual e nutritivo no processo vital do indivíduo e da espécie. Mas ao contrário destes instintos, que são ativados por irresistíveis necessidades orgânicas por um lado, e por estímulos externos por outro lado, os instintos agressivos no reino animal parecem independem de tal provocação; ao contrário, a ausência de provocação leva aparentemente à frustração do instinto, à “repressão da agressividade que, de acordo com os psicólogos resulta em uma acumulação de “energia” cuja eventual explosão será mais perigosa. (É como se a “sensação” de fome no ser humano aumentasse com a diminuição do número de pessoas famintas.) De acordo com esta interpretação, a violência sem provocação é “natural”; se tiver perdido a sua base lógica, fundamentalmente a sua função de auto-preservação, torna-se “irracional”, e é esta a suposta razão porque o homem pode ser mais “bestial” do que os outros animais. (Na literatura, somos constantemente lembrados do generoso comportamento dos lobos, que não devoram o inimigo derrotado.) Independentemente da enganosa transposição de termos físicos tais como “energia” e “força” para dados biológicos e zoológicos, onde não fazem sentido por não poderem ser medidos, temo que por detrás destas novas descobertas espere a mais antiga definição da natureza humana – a definição do homem como *animal rationale*, segundo a qual nada nos distingue de outras espécies animais exceto o atributo adicional da razão. A ciência moderna, partindo sem maiores críticas dessa velha presunção, foi bem longe ao “provar” que o homem compartilha todos os demais atributos com alguma espécie do reino animal – exceto que o dote suplementar da razão torna-o um animal mais perigoso. É o uso da razão que nos torna perigosamente “irracional”, uma vez que esta razão é propriedade de um “ser instintivo em seu estado natural”. Os cientistas têm conhecimento, é claro, de que foi o homem, a partir do momento em que passou a

inventar instrumentos, quem concebeu as armas de longo alcance que o libertam das” naturais limitações que encontramos no reino animal, e que a fabricação de objetos é uma atividade “mental” altamente complexa. Portanto a ciência é chamada a curar-nos dos efeitos colaterais causados pela razão ao manipular e controlar os nossos instintos, geralmente encontrando inofensivos meios de vazão para eles, após o desaparecimento de sua função de “estimulante da vida”, O padrão de comportamento origina-se novamente de outras espécies animais, nas quais a função dos instintos vitais não tenha sido destruída pela intervenção da razão humana, A distinção específica entre o homem e o animal é agora, estritamente falando, não mais a razão (o *lumen naturale* do animal humano) mas sim a ciência, o conhecimento desses padrões e as técnicas que os aplicam. De acordo com esse ponto de vista, o ser humano age de maneira irracional e como um animal quando se recusa a ouvir os cientistas ou mantém-se ignorante de suas últimas descobertas. Em oposição a estas teorias e suas implicações, argumentarei que a violência não é nem animalesca e nem irracional – tomando-se ou não esses termos na linguagem comum dos humanistas, ou de acordo com teorias científicas.

Dizer que a violência origina-se do ódio é usar um lugar-comum, e o ódio pode certamente ser irracional e patológico, da mesma maneira que o podem ser todas as demais paixões humanas. E possível, indubitavelmente, criar condições que desumanizam o homem – tais como os campos de concentração, a tortura, a fome – porém, isto não significa que se tornem semelhantes aos animais; e nestas condições, não é o ódio ou a violência, mas a sua ausência conspícua que constitui o mais claro sinal de desumanização. O ódio não é de forma alguma uma reação automática à miséria e ao sofrimento como tais; ninguém reage com o sentimento de ódio a uma doença incurável ou a um terremoto ou a condições sociais que parecem imutáveis. Somente onde houver razão para suspeitar que as condições poderiam ser mudadas e não o são é que surgirá o ódio. Somente onde o nosso senso de justiça for ofendido é que reagiremos com ódio, e essa reação não refletirá de maneira alguma um dano pessoal, conforme demonstra toda a história da revolução, onde invariavelmente os membros das classes altas deflagravam e em seguida lideravam as rebeliões dos oprimidos e tiranizados. A violência é um recurso enormemente tentador quando se enfrenta acontecimentos ou condições ultrajantes, em razão de sua proximidade e rapidez. Agir com deliberada rapidez vai contra a essência do ódio e da violência, porém, isso não os torna irracionais. Muito pelo contrário, tanto na vida pública como privada há situações onde a

própria rapidez de uma ação violenta seja talvez o único remédio adequado. A questão não é que uma tal ação nos permite dar vazão aos nossos impulsos reprimidos – o que pode ser feito com a mesma eficácia se esmurrarmos a mesa ou batermos a porta. A questão é que em certas circunstâncias a violência – atuando sem argumentos ou discussões e sem atentar para as consequências – é a única maneira de se equilibrar a balança da justiça de maneira certa. (O exemplo clássico é Billy Budd, ao matar o homem que contra ele prestara falso testemunho). Nesse sentido, o ódio e a violência que o acompanham – ainda que não seja esta uma regra geral figuram entre as emoções humanas “naturais”, e livrar o homem dessas emoções corresponderia a nada menos que desumanizá-lo ou mesmo castrá-lo. É inegável que tais ações em que o homem toma, em nome da justiça, a lei em suas próprias mãos, conflitam com as constituições das comunidades civilizadas, porém, o seu caráter antipolítico, tão manifesto na grande história de Melville, não significa que sejam desumanos ou “meramente” um produto das emoções.

A ausência de emoções não causa nem promove a racionalidade. “O distanciamento e a serenidade” em face da “mais insuportável tragédia” pode realmente tornar-se “apavorante”, isto é, quando não se trata de uma consequência de controle, mas uma evidente demonstração de incompreensão. A fim de se reagir de forma razoável, deve-se primeiro sentir-se “sensibilizado”, e o oposto de “emocional” não é “racional”, não importando o que signifique, mas sim a incapacidade de se sentir “sensibilizado”, geralmente um fenômeno patológico, ou o sentimentalismo, uma perversão do sentimento. O ódio e a violência totalizam-se irracionais apenas quando dirigidos contra substitutos, e é isto que infelizmente recomendam os psicólogos e polemólogos estudiosos da agressividade humana, e que corresponde, desafortunadamente, a certas disposições de espírito e atitudes irrefletidas na sociedade em geral. Sabemos todos, por exemplo, que está em voga, entre os brancos de ideias liberais, reagir às queixas dos negros dizendo: “Somos todos culpados”, e o “Poder Negro” apressou-se em tirar proveito dessa “confissão” para instigar o “ódio negro” irracional. Onde todos são culpados, ninguém o é; as confissões de culpa coletiva são a melhor salvaguarda possível contra a descoberta dos culpados, e a própria extensão do crime a melhor desculpa, para não se fazer nada. Nesse caso particular trata-se, ademais, de uma atordoante e perigosa escalada do racismo até as alturas menos tangíveis.

O verdadeiro conflito entre brancos e negros não pode ser solucionado através de sua transposição para um conflito ainda mais irreconciliável entre a inocência e a culpa coletivas. A noção de que “todo homem branco é culpado” é não apenas um perigoso contrassenso, como também uma forma de racismo ao avesso, servindo de maneira muito eficaz ao propósito de proporcionar às justificadas reclamações e emoções racionais da população negra um escape para a irracional idade, uma fuga à realidade.

Ademais, se investigarmos as causas históricas capazes de transformar os *engagés* em *enragés* verificaremos que a primeira destas causas não é a injustiça, mas sim a hipocrisia. O significativo papel que desempenhou nos últimos estágios da Revolução Francesa, quando a guerra à hipocrisia promovida por Robespierre transformou o “despotismo da liberdade” no Reino do Terror, é por demais conhecido para ser discutido aqui; mas é importante lembrar que essa guerra há muito havia sido declarada pelos moralistas franceses que viam na hipocrisia o vício dos vícios e o descobriram a dominar de forma suprema na “boa sociedade”, que pouco mais tarde chamou-se “sociedade burguesa”.

Não foram muitos os autores de peso a glorificar a violência por si mesma, mas esses poucos – Sorel, Pareto, Fanon – foram motivados por um ódio da sociedade burguesa muito mais profundo, e foram levados a uma ruptura muito mais radical com seus padrões morais do que a esquerda convencional, inspirada principalmente pela compaixão e por um ardente desejo de justiça. Rasgar a máscara da hipocrisia da face do inimigo, desmascará-lo e às suas desonestas maquinações e manipulações que lhe permitem governar sem o emprego de meios violentos, isto é, provocar a violência ainda que correndo o risco da aniquilação de modo que a verdade possa despontar – são essas ainda as mais fortes razões para a violência hoje em dia nos campus universitários e nas ruas. E essa violência, mais uma vez, não é irracional. Uma vez que o homem vive em um mundo de aparências e, em seu relacionamento com ele, depende de suas manifestações, a hipocrisia – e distingamo-la dos artifícios de conveniência que geralmente são revelados não pode ser encarada com o comportamento “razoável”. Só se pode confiar nas palavras na certeza de que a sua função é revelar e não dissimular. É a aparência da racionalidade, muito mais do que os interesses por detrás dela, que provoca o ódio. Utilizar a razão quando esta é usada como uma armadilha não é “racional”; assim como utilizar uma arma em



autodefesa deixa de ser “irracional”. Esta violenta reação contra a hipocrisia, ainda que justificável em seus próprios termos, perde a sua *raison d'être* quando tenta desenvolver uma estratégia própria com objetivos específicos; torna-se “irracional” quando é “racionalizada”, isto é, no momento em que a reação no decorrer de uma contenda transforma-se em ação, e a caça aos suspeitos, acompanhada pela caça psicológica a motivações dissimuladas, se inicia.

Embora a eficácia da violência, conforme já observei, não dependa de números – um só atirador pode deixar acudadas centenas de pessoas normalmente bem organizadas – não obstante, na violência coletiva as suas características mais perigosamente atraentes se destacam, e isto absolutamente não se dá por oferecerem os números maior segurança. É verdade que na ação militar assim como na revolucionária “o individualismo é o primeiro (valor) a desaparecer”; em seu lugar, vamos encontrar uma espécie de coesão grupal, mais intensa e comprovadamente um vínculo muito mais forte, embora menos duradouro do que todas as variedades de amizades, públicas ou particulares. Certamente que em todas as atividades ilícitas, de natureza política ou nos crimes comuns, o grupo, a bem da sua própria segurança, exigirá “que cada indivíduo cometa um ato irreversível” de maneira a destruir os seus liames com a sociedade constituída, antes que seja acolhido no seio da comunidade da violência. Mas uma vez acolhido, cairá o indivíduo nas malhas do inebriante encantamento da “prática da violência (que) une os homens em um todo, uma vez que cada indivíduo forma um elo de violência na grande corrente, uma parte do grande monstro de violência que lançou-se repentinamente para o alto”.

As palavras de Fanon referem-se ao conhecido fenômeno da fraternidade dos campos de batalha, onde as ações mais nobres e de maior desprendimento repetem-se diariamente. De todos os fatores de nivelamento, parece à morte constituir-se no mais potente, pelo menos nas poucas situações extraordinárias onde se lhe permite desempenhar um papel político. A morte, seja quando encarada no processo de morrer, ou na consciência interior de cada indivíduo de sua própria mortalidade, talvez seja a experiência mais antipolítica que existe. Significa ela que iremos desaparecer deste mundo de aparências, deixando a companhia de nossos semelhantes, que são a condição para a existência de toda política. Para a experiência humana, a morte indica o extremo da solidão e da impotência. Mas quando encarada coletivamente e em combate, a morte

transforma o seu semblante; e nada parece capaz de intensificar mais a nossa vitalidade do que a sua proximidade. Algo de que dificilmente temos consciência, isto é, de que a nossa própria morte é acompanhada pela imortalidade potencial do grupo a que pertencemos e, em última análise, da espécie humana, desloca-se para o centro de nossa experiência. É como se a própria vida, a vida imortal da espécie, alimentada pela morte eterna de seus membros isolados, estivesse se “lançando para o alto” e se tornasse realidade na prática da violência.

Seria errôneo, penso eu, falar-se aqui de meros sentimentos. Afinal, um dos importantes atributos da condição humana encontra assim uma experiência adequada. Em nosso contexto, entretanto, a questão é que essas experiências, cuja força elementar é indubitável, jamais encontraram uma expressão política ou institucional, e que a morte como fator igualador não desempenha mais do que um papel mínimo na filosofia política – embora a mortalidade humana – o fato de que os homens são “imortais”, como diziam os gregos, era visto como a mais forte razão para a ação política no pensamento político pré-filosófico. Era a certeza da morte que levava os homens a buscar a fama imortal em ações e em palavras e que os instava a estabelecer um organismo político potencialmente imortal. Assim, a política era um meio através do qual escapava-se da igualdade perante a morte para uma diferenciação capaz de assegurar alguma imortalidade. (Hobbes é o único filósofo político em cuja obra a morte, na forma do temor da morte violenta, desempenha um papel crucial. Porém, não é a igualdade perante a morte que é decisiva para Hobbes, mas sim a igualdade no temor, resultante da igual habilidade para matar que possuem todos aqueles capazes de persuadir os homens em estado natural, a unirem-se em uma comunidade). De todo modo, nenhum organismo político do meu conhecimento baseou-se jamais na igualdade em face da morte e na sua realização pela violência; os esquadrões suicidas da História, realmente organizados por esse princípio, de fato eram frequentemente apenas “fraternidades” e, portanto, dificilmente poderiam ser considerados organizações políticas. Porém é verdade que os fortes sentimentos de fraternidade engendrados pela violência coletiva têm levado muitas pessoas corretas à esperança de que uma nova comunidade, juntamente a um “novo homem”, dela resultem. Essa esperança é uma ilusão pela simples razão de que nenhum relacionamento humano poderá ser mais passageiro do que esse tipo de fraternidade, a qual só pode realizar-se em condições de perigo mortal e imediato.

Este é, entretanto, apenas um lado da questão. Fanon conclui o seu louvor à prática da violência observando que nesse tipo compreende o povo “que a vida é um combate sem fim”, e que a violência é um elemento da vida. E não pareceria essa afirmação plausível? Não associaram sempre os homens à morte ao “repouso eterno”, e não resultaria daí que onde há vida há também inquietação e luta? Não a calma uma clara manifestação da ausência de vida e da decadência? Não é a violência uma prerrogativa dos jovens – que presumivelmente estão cheios de vida? Em consequência, não seria o elogio à violência o mesmo que o elogio à vida? De qualquer forma, Sorel era dessa opinião há 60 anos atrás. Antes mesmo de Spengler, predisse ele a “decadência do Ocidente” após haver observado claros indícios de enfraquecimento na luta de classes europeias. Argumentava ele que a burguesia havia perdido a “energia” com que desempenhava o seu papel na luta de classes, somente se o proletariado pudesse ser persuadido a usar a violência para reafirmar as diferenças de classe e despertar o espírito de luta da burguesia poderia a Europa salvar-se.

Assim, muito antes da descoberta de Konrad Lorenz da função estimuladora da vida desempenhada pela agressividade no reino animal, era a violência exaltada como uma manifestação de vigor vital e especificamente de sua criatividade. Sorel, inspirado pelo “élan vital” de Bergson, procurava uma filosofia voltada para “produtores” e dirigida polemicamente contra a sociedade de consumo e seus intelectuais; ambos esses grupos, de acordo com o seu pensamento, eram parasitas. A imagem do burguês – pacífico, complacente, hipócrita, voltado para o prazer, sem vocação para o poder, um produto tardio do capitalismo, e não o seu representante, – e a imagem do intelectual cujas teorias não passam de “construções” ao invés de expressões da vontade”, são otimisticamente contrabalançadas pela imagem do trabalhador. Sorel vê o trabalhador como o “produtor”, que deverá criar novas “qualidades morais, necessárias à melhoria da produção”, destruir os “Parlamentos, que estão tão repletos quanto as reuniões de acionistas” opondo “à imagem do Progresso... a imagem da catástrofe total”, quando “uma espécie de irresistível onda assolará a velha civilização”. Os novos valores mostram não serem assim tão novos. São eles o sentimento de honra, desejo de fama e glória,” o espírito de luta sem ódio e “sem espírito de vingança”, e a indiferença às vantagens materiais. No entanto, são elas na realidade as mesmas virtudes que se encontravam ausentes da sociedade burguesa. “A guerra social, ao fazer um apelo à honra que se desenvolve tão naturalmente em todos os exercícios

organizados, poderia eliminar aqueles maus sentimentos contra os quais o moralismo seria impotente. Fosse essa a única razão “ essa única razão seria, parece-me, decisiva em favor dos apologistas da violência.”

Muito se pode aprender com os escritos de Sorel sobre as razões que levam o homem a glorificar a violência em abstrato, e ainda mais com seu contemporâneo de origem italiana, mais talentoso, e também de formação francesa, Vilfredo Pareto. Fanon, que tinha intimidade infinitamente maior com a prática da violência do que qualquer um deles, sofreu grande influência de Sorel e usou as suas categorias ainda que as suas próprias experiências testemunhassem contra elas. A experiência decisiva, que persuadiu Sorel e Pareto a enfatizar os fatos da violência nas revoluções, foi o caso Dreyfus ocorrido na França, quando, de acordo com as palavras de Parsfto, ficaram eles “surpresos ao ver (os pró-Dreyfus) usando contra os seus inimigos os mesmos métodos vis denunciados por eles próprios”. Naquele momento crítico descobriram eles o que hoje chamamos de *Establishment*, e que antigamente denominava-se Sistema, e foi essa descoberta que os conduziu ao louvor à violência, fazendo com que Pareto perdesse as esperanças quanto à classe trabalhadora. (Entendia Pareto que a rápida integração dos trabalhadores no organismo social e político da nação correspondia a uma “aliança da burguesia com os trabalhadores”, ao aburguesamento dos trabalhadores, que então, de acordo com o seu pensamento, daria origem a um novo sistema, que denominava “Pluto-democracia” uma forma mista de governo, uma vez que seria a plutocracia o regime burguês por excelência, enquanto que a democracia constituir-se-ia no regime dos trabalhadores). A razão porque Sorel apegava-se à sua fé, inspirada pela teoria marxista, nas classes trabalhadoras, era que os trabalhadores constituíam-se nos “produtores”, único elemento criativo da sociedade, os quais, de acordo com Marx, iriam fatalmente libertar os meios de produção da humanidade; o único problema era que, uma vez alcançado um nível de vida e condições de trabalho satisfatórios, recusavam-se teimosamente os trabalhadores a desempenhar o seu papel revolucionário.

Outra coisa, entretanto, que somente se tornou totalmente clara nas décadas seguintes à morte de Sorel e Pareto, tornou-se incomparavelmente mais desastrosa para esse ponto de vista. O enorme aumento da produtividade no mundo moderno não se deveu, de maneira alguma, ao crescimento da produtividade do trabalhador, mas sim exclusivamente ao desenvolvimento da

tecnologia, o que não dependia nem das classes trabalhadoras, e nem da burguesia, mas sim dos cientistas. Os “intelectuais” tão desprezados por Sorel e Pareto, cessaram repentinamente de ser um grupo social marginalizado, surgindo como uma nova elite, cujo trabalho, que transformara as condições de vida humana quase que inteiramente no espaço de poucas décadas, mantém-se essencial para o funcionamento da sociedade. Há muitas razões porque esse novo grupo ainda não se transformou em uma nova elite de poder, porém há muitas razões para se acreditar que, conforme afirma Daniel Bell, “não apenas os melhores talentos, mas eventualmente toda a estrutura de prestígio social e de “status” social, terão as suas raízes nas comunidades intelectuais e científicas”.

Os seus membros estão mais dispersos e menos presos a interesses óbvios do que os grupos do antigo sistema de classes; portanto, não têm eles o impulso de se organizar, faltando-lhes a experiência em tudo aquilo que diz respeito ao poder. Também, estando muito mais estreitamente ligados às tradições culturais, entre as quais figura a tradição revolucionária, apegam-se eles com muito maior tenacidade às categorias do passado que os impedem de compreender o presente e o próprio papel que lhes caberia nele desempenhar. É sempre emocionante observar com que sentimento de nostalgia os nossos estudantes mais rebeldes esperam que o “verdadeiro” ímpeto revolucionário venha daqueles grupos da sociedade que os denunciam tanto mais veementemente quanto mais tenham a perder por algo que possa perturbar o bom funcionamento da sociedade de consumo. Para pior ou para melhor – e penso haver razões tanto para pessimismo quanto para o cinismo – a classe realmente nova e potencialmente revolucionária na sociedade consistirá nos intelectuais e no seu poder em potencial, ainda não totalmente compreendido, e que é muito grande, talvez grande demais para o bem da humanidade, Mas tratam-se aqui de meras especulações.

Seja como for, neste contexto estamos interessados principalmente no estranho reflorescimento das filosofias de Bergson e Nietzsche em sua versão soreliana. Sabemos todos até que ponto essa antiga combinação de violência, vida, e criatividade está presente no estado de espírito cheio de rebeldia da geração atual. Sem dúvida que a ênfase no simples fato de viver, e conseqüentemente no amor como a mais gloriosa manifestação da vida, é uma resposta à real possibilidade da construção de um artefato capaz de destruir todas

as formas de vida na terra. Mas as categorias em que se comunicam os novos adoradores da vida não são novas. Enxergar a produtividade da sociedade na imagem da “criatividade” da vida, é no mínimo uma visão tão antiga quanto Marx; acreditar na violência como força criadora de vida, e pensar na criatividade como o maior bem do homem são noções tão antigas quanto Nietzsche e Bergson, respectivamente.

E essa justificativa biológica – da violência – aparentemente tão nova relaciona-se estreitamente aos mais perniciosos elementos de nossas mais antigas tradições do pensamento político. De acordo com o tradicional conceito de poder, equiparado, conforme vimos, à violência, o poder é expansionista por natureza. Tem ele “uma ânsia interior por crescer” e é criativo porque “o instinto que o faz crescer lhe é próprio”. Exatamente da mesma maneira como nos domínios da vida orgânica todas as coisas ou crescem ou decaem e morrem, também nos domínios das relações humanas o poder pode, como se supõe, manter-se apenas através da sua expansão; de outra maneira, ele se retrairá e morrerá. “Tudo aquilo que pára de crescer começa a apodrecer”, reza um ditado russo, colhido do cortejo de Catarina, a Grande. Os reis, pelo que sabemos, são mortos não por causa da sua tirania mais sim da sua fraqueza.

O povo constrói cadafalsos, não como punição moral do despotismo, mas como um castigo *biológico* pela fraqueza” (meu grifo). As revoluções foram, portanto, dirigidas contra os poderes estabelecidos “apenas aparentemente”. O seu verdadeiro resultado “foi conferir ao Poder um novo vigor e altivez, destruindo os obstáculos que há muito vinham obstruindo o seu desenvolvimento”. Quando Fanon fala da “loucura criativa” presente em toda ação violenta, está ele ainda pensando dentro dos moldes desta tradição.

Nada, em minha opinião, poderia ser teoricamente mais perigoso do que a tradição do pensamento orgânico na política de acordo com o qual o poder e a violência são interpretados em termos biológicos. Conforme são compreendidos esses termos hoje em dia, a vida e a sua suposta criatividade são o seu denominador comum, e assim a violência é justificada em termos de criatividade. As metáforas orgânicas as quais permearam toda a nossa discussão acerca de questões políticas, especialmente das manifestações políticas – a noção de “uma sociedade enferma”, da qual as manifestações são um sintoma, da mesma forma que a febre é sintoma de uma infecção – irão

apenas promover a violência no final das contas. Assim, o debate entre aqueles que propõem meios violentos para restaurar “a lei e a ordem” e aqueles que propõem reformas não-violentas começa a parecer, ameaçadoramente, como uma discussão entre dois médicos que debatem as vantagens relativas do tratamento cirúrgico, sobre o tratamento clínico do paciente. Quanto mais doente estiver o paciente, maior a probabilidade de que o cirurgião tenha a última palavra. Ademais, enquanto falarmos em termos não-políticos, e não biológicos, os partidários da violência poderão apelar para o fato inegável de que no seio da natureza a destruição e a criação são apenas dois lados do processo, de modo que a violência coletiva, independentemente de sua atração inerente, poderá parecer um pré-requisito para a vida coletiva da humanidade, tão natural quanto a luta pela sobrevivência e a morte violenta para a continuação da vida no reino animal.

O perigo de se deixar levar pela plausibilidade das metáforas orgânicas é particularmente grande onde esteja envolvido o problema racial. O racismo, seja branco ou negro, está impregnado de violência por definição por objetar contra fatos orgânicos naturais – uma pele branca ou negra – que não poderiam ser mudados de modo algum; tudo o que se pode fazer, jogadas as cartas, é exterminar os donos dessas peles. O racismo, distinto da raça, não é um fato da vida, mas uma ideologia, e as ações a que leva, não são ações reflexas, mas atos deliberados baseados em teorias pseudocientíficas. A violência nos conflitos raciais é sempre assassina, não sendo, porém “irracional”; é a consequência lógica e racional do racismo, que não se resume em alguns preconceitos vagos de lado a lado, mas sim em um sistema ideológico explícito.

Sob a pressão do poder; os preconceitos, distintos dos interesses e das ideologias, poderão recuar, conforme vimos acontecer ao movimento pelos direitos civis, que alcançou grande sucesso e que era inteiramente não violento. (“Por volta de 1964 (...) a maior parte dos americanos estavam convencidos de que a subordinação, e a um grau mais baixo, a segregação, estavam errados”.)<sup>103</sup> Porém, enquanto os boicotes, demonstrações e *sit-ins* obtiveram sucesso na eliminação de leis discriminatórias no Sul, mostraram-se eles um total fracasso e tornaram-se contraproducentes ao encontrarem as condições sociais nos grandes centros urbanos – as grandes necessidades

dos guetos negros de um lado, e os interesses supremos dos grupos brancos de baixa renda relativos à moradia, educação, etc., do outro lado. Tudo o que dessa maneira de agir fez, foi trazer a público estas condições, trazê-las até as ruas, onde o fato de serem os interesses tão irreconciliáveis foi perigosamente exposto.

Mas até mesmo as manifestações de hoje em dia, manifestações negras, e a violência em potencial da reação branca não são ainda manifestações de ideologias racistas e a sua lógica assassina. (As manifestações, conforme afirmativa recente, são “protestos articulados contra queixas genuínas”; realmente a restrição e a seletividade – ou (...) racionalidade figuram certamente entre as suas características mais importantes”. E a mesma coisa aplica-se ao fenômeno da reação, o qual, contrariamente a todas as previsões, até agora não se caracterizou pela violência. E a reação perfeitamente racional de certos grupos de interesse que protestam furiosamente contra a ideia de serem escolhidos para pagarem todo o preço das políticas de integração mal planejadas de cujas consequências seus autores facilmente escapam). O maior perigo vem de outra direção: uma vez que a violência exige sem ser justificada, uma escalada da violência nas ruas poderá fazer surgir uma ideologia verdadeiramente racista para justificá-la. Talvez o racismo negro, tão ruidosamente evidente no “Manifesto” de James Forman, seja mais uma reação às manifestações caóticas dos anos passados do que a sua causa. Poderia ele, certamente, provocar uma reação branca realmente violenta, cujo maior perigo seria a transformação dos preconceitos brancos em uma ideologia racista plenamente desenvolvida para a qual “a lei e a ordem” se transformariam em uma mera fachada. Nesse caso ainda improvável, o clima da opinião pública no país poderia deteriorar-se até o ponto em que a maioria dos seus cidadãos estaria disposto a pagar o preço do terror invisível de um Estado policial em troca de ordem e segurança nas ruas. O que temos agora, um tipo de reação da polícia, bastante brutal e altamente visível, não é nada do tipo.

O comportamento e os argumentos nos conflitos de interesse não são notórios por sua “racionalidade”. Nada, infelizmente, tem sido tão constantemente negado pela realidade como a crença do “interesse próprio



esclarecido”, em sua versão literal assim como em sua variante marxista mais sofisticada. Alguma experiência mais alguma reflexão ensinam, ao contrário, que ser esclarecido vai contra a própria natureza do interesse próprio. Tomando um exemplo retirado do dia-a-dia, o atual conflito de interesses entre o proprietário e o morador: o interesse esclarecido se concentraria em uma construção apropriada à habitação humana, mas esse interesse difere bastante, e na maioria dos casos até opõe-se, ao interesse do proprietário em obter altos lucros e ao do morador em conseguir baixos aluguéis. A resposta mais comum de um árbitro, o suposto porta-voz do “esclarecimento”, isto é, que a *longo prazo* o interesse do prédio é o *verdadeiro* interesse tanto do proprietário quanto do morador, deixa de considerar o fator tempo, de fundamental importância para todos os envolvidos. O interesse próprio interessa-se por si próprio, que morre, muda-se ou vende a casa; por causa de sua condição em transformação, isto é, em última análise por causa da condição dos seres humanos de meros mortais, o ser enquanto ser não pode pensar em termos de interesse a longo prazo, isto é, o interesse de um mundo que sobrevive aos seus habitantes. O envelhecimento do prédio é uma questão de anos; um aumento no aluguel ou uma taxa de lucro temporariamente mais baixa são imediatos. O mesmo acontece, *mutatis mutandis*, com respeito aos conflitos nas relações de trabalho. O interesse próprio, quando solicitado a render-se ao “verdadeiro” interesse – isto é, o interesse do mundo distinto do interesse próprio – responderá sempre, “Cada um por si, Deus por todos”. Isto pode não ser particularmente razoável, mas é bastante realista; trata-se da reação não muito nobre à discrepância entre o fator tempo na vida privada dos seres humanos e a expectativa de vida totalmente diferente do mundo público. Esperar que as pessoas, que não têm a mínima noção do que seja *res publica*, se comportem de maneira não-violenta e que discutam racionalmente no que se relaciona às questões de interesse não é nem realista e nem razoável.

A violência, sendo instrumental por natureza, é racional até o ponto de ser eficaz em alcançar a finalidade que deve justificá-la. E já que quando agimos, jamais saberemos com certeza quais serão as eventuais consequências, a violência só pode manter-se racional se buscar objetivos a curto prazo. A violência não promove causas, nem a história nem a revolução, nem o progresso, nem a reação, mas pode servir para dramatizar reclamações

trazendo-as à atenção do público. Conforme observou Conor Cruise O'Brien, agricultor irlandês do século XIX e agitador nacionalista: “algumas vezes a violência é a única maneira de se assegurar que a voz dos moderados será ouvida”. Pedir o impossível para que se possa obter o possível não é sempre contraproducente. E de fato, a violência, contrariamente ao que tentam nos dizer os seus profetas, é a arma mais da reforma do que da revolução. A França não teria recebido a sua denúncia mais radical desde Napoleão no sentido da transformação do seu antiquado sistema educacional não houvessem os estudantes franceses se rebelado; não fossem as manifestações durante a primavera, ninguém da Universidade de Columbia teria sonhado em aceitar reformas; e é provavelmente verdade que na Alemanha Ocidental a existência de “minorias dissidentes não chega nem mesmo a ser notada exceto se estas se entregarem à provocação”. Sem dúvida alguma, “a violência compensa”; o problema é que compensa indiscriminadamente tanto os ativistas que querem instrução superior em “Swahili” como os que visam reformas reais. E uma vez que as táticas da violência e da subversão somente funcionam para os objetivos a curto prazo, é ainda mais provável, como aconteceu recentemente nos Estados Unidos, que o poder estabelecido ceda a exigências sem sentido e obviamente danosas – tais como admitir estudantes sem as necessárias qualificações e ministrar-lhes cursos sobre matérias inexistentes – se essas “reformas” podem ser feitas com comparativa facilidade – então aquela violência será eficaz com relação ao objetivo a longo prazo da transformação estrutural<sup>109</sup>. Ademais, o perigo da violência, mesmo que esta se movimente dentro de uma estrutura não-extremista de objetivos a curto prazo, será sempre que os meios poderão dominar os fins. Se os objetivos não forem alcançados rapidamente, o resultado será não meramente a derrota, mas a introdução da prática da violência em todo o organismo político. A ação é irreversível, e um retorno ao *status quo* em caso de derrota é sempre pouco provável. A prática da violência como toda ação, transforma o mundo, mas a transformação mais provável é em um mundo mais violento.

Finalmente, voltemos à denúncia anterior de Sorel e Pareto do sistema como tal – quanto mais burocratizada a vida pública, maior será a atração exercida pela violência. Em uma burocracia plenamente desenvolvida, não há

como discutir, a quem apresentar reclamações, sobre quem exercer as pressões do poder. A burocracia é a forma de poder onde todos são privados de liberdade política, do poder de agir; já que o governo de Ninguém não é a ausência de governo, e onde todos são igualmente destituídos de poder temos uma tirania sem tirano. A característica crucial das rebeliões estudantis em todo o mundo é a de que estão elas dirigidas em todos os lugares contra a burocracia dominante. Isto explica o que parece à primeira vista tão inquietador – que as rebeliões no Leste exigem precisamente aquelas liberdades de expressão e pensamento que os jovens rebeldes do Ocidente dizem desprezar como irrelevantes. No nível de ideologias, tudo isto é confuso; seria muito menos se começássemos do fato óbvio de que as imensas engrenagens partidárias conseguiram se sobrepor às vozes dos cidadãos por toda parte, mesmo nos países onde a liberdade de expressão e de associação continua intacta. Os dissidentes e os que resistem no Leste exigem liberdade de expressão e de pensamento como condição preliminar para a ação política; os rebeldes no Ocidente vivem em condições onde esses requisitos preliminares não mais abrem os canais para a ação para o exercício significativo da liberdade”. O que importa para ele é, de fato, a *Praxisentzug*, a suspensão da ação, conforme a chamou, acertadamente, Jens Litten, um estudante alemão.

A transformação do governo em administração, ou das repúblicas em burocracias, e o desastroso encolhimento do setor público que a acompanhou, têm uma história longa e complicada no decorrer da era moderna; e esse processo foi consideravelmente acelerado durante o último século pela ascensão das burocracias partidárias. (Há setenta anos atrás reconheceu Pareto que “a liberdade (...) pela qual quero dizer o poder de agir encolhe a cada dia, exceto para os criminosos, nos chamados países livres e democráticos”). O que torna o homem um ser político é sua faculdade de agir; esta lhe possibilita reunir-se aos seus pares, agir de comum acordo e buscar objetivos e empresas que jamais teria em mente; e que muito menos desejaria, se não lhe houvesse sido outorgada essa faculdade: a de dedicar-se a alguma coisa nova. Falando do ponto de vista filosófico, agir é a resposta humana à condição de natalidade. Já que todos nós viemos ao mundo em virtude do nascimento, como recém-chegados e iniciantes, somos capazes de começar algo de novo; sem o fato do nascimento não saberíamos nem mesmo o que é a novidade, toda ação seria ou pura forma de comportamento ou de

preservação. Nenhuma outra faculdade exceto a linguagem, nem a razão e nem a consciência, nos distingue de forma tão radical de todas as espécies animais. Agir e começar não se tratam da mesma coisa, mas são atividades estreitamente relacionadas.

Nenhuma das propriedades da criatividade é expressa adequadamente por metáforas retiradas do processo vital. Gerar e dar a luz não são atividades mais criativas do que é aniquilante o processo de morrer; são elas diferentes fases do mesmo ciclo, que sempre se repete, onde todas as coisas vivas são mantidas como se estivessem enfeitiçadas. Nem a violência, ou o poder, são fenômenos naturais, isto é, manifestações de um processo vital; pertencem eles ao setor político das atividades humanas cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem de agir, a habilidade de iniciar algo de novo. E penso ser possível demonstrar que nenhuma outra habilidade humana sofreu tanto em razão do progresso da era moderna, pois o progresso, como viemos a entendê-lo, significa crescimento, o infatigável processo de mais e de mais, de maior e maior. Quanto maior torna-se um país, em termos de população, objetos, e de bens, maior será a necessidade de administração e com ela o poder anônimo dos administradores. O autor tcheco Pavel Kohout, escrevendo no auge da experiência tcheca com a liberdade, definiu o “cidadão livre” como um “Cidadão Co-governante”. Com isso ele se referia nada mais nada menos do que à “democracia participante” da qual tanto ouvimos falar nos últimos anos no Ocidente. Acrescentou Kohout que aquilo de que o mundo de hoje tem grande necessidade poderá muito bem ser “um novo exemplo” se “os próximos mil anos não forem se transformar em uma era de macacos supercivilizados” – ou, ainda pior, do “homem transformado em um animal doméstico”, governado por uma “elite” que recebe o seu poder “dos sábios conselhos de (...) assessores intelectuais”, que acreditam realmente que os participantes de um *think tank* são pensadores e que os computadores pensam; “os pareceres poderão revelar-se incrivelmente insidiosos e, ao invés de buscarem objetivos humanos, poderão buscar problemas completamente abstratos que haviam se transformado de forma imprevisível no cérebro artificial”.

Esse novo exemplo dificilmente será estabelecido pela prática da violência, embora eu me incline a acreditar que grande parte da atual glorificação da violência é causada por uma séria frustração da faculdade de agir no mundo moderno. É verdade simplesmente que as manifestações nos *ghettos* e rebeliões nas Universidades fazem com que as “pessoas sintam estar agindo juntas de uma maneira como raramente podem agir”.

Não sabemos se essas ocorrências são o início de algo novo – o “novo exemplo” – ou os sinais de agonia de uma faculdade que a humanidade está em vias de perder. Da maneira como estão as coisas hoje em dia, ao vermos como estão os superpoderes atolados sob o peso monstruoso de sua própria imensidão, parece que o estabelecimento de um “novo exemplo” terá uma chance, pelo menos, em um pequeno país, ou em setores pequenos e bem definidos nas sociedades de massa dos grandes poderes.

Os processos de desintegração que se tornaram tão manifestos nos últimos anos – a decadência dos serviços públicos: escolas, a polícia, a entrega de cartas, coleta de lixo, transporte, etc; a taxa de mortes nas estradas e os problemas de tráfego nas cidades; a poluição do ar e da água – são os resultados lógicos das necessidades das sociedades de massa que acabaram por se tornar incontroláveis. São eles acompanhados e por vezes acelerados pelo declínio simultâneo dos vários sistemas partidários, todos eles de origem mais ou menos recente e planejados para corresponder às necessidades políticas de populações de massa – no Ocidente para tornar possível o governo representativo quando a democracia direta não mais servisse porque “não há lugar para todos” (John Selden), e no Leste para tornar o domínio absoluto de vários territórios mais eficaz. A grandeza padece de vulnerabilidade; as rachaduras na estrutura de poder de todos os países, exceto os pequenos, abrem-se e se alargam. E ao passo que ninguém sabe dizer com certeza onde e quando chegou-se a esse ponto de rompimento, pode-se observar, e quase medir, como a força e a resistência são destruídas insidiosamente, vazando, pouco a pouco, das nossas instituições.

Ademais, há a recente ascensão de um novo e curioso tipo de nacionalismo, geralmente percebido como uma guinada à direita, mas mais provavelmente uma indicação de um crescente ressentimento, de âmbito

mundial, contra a “grandeza” como tal. Enquanto os sentimentos nacionais tendiam anteriormente a unir vários grupos étnicos, concentrando os seus sentimentos políticos na nação como um todo, podemos observar agora como um “nacionalismo” étnico principia a ameaçar de dissolução os mais antigos e melhor estabelecidos Estados-nações. Os escoceses e galeses, os bretões e provençais, grupos étnicos cuja bem sucedida assimilação era o pré-requisito para o surgimento, do Estado-nação e parecia completamente assegurado, central de Londres e Paris. E exatamente quando o centralismo, sob o impacto do tamanho descomunal, acabou por mostrar-se contraproducente em seus próprios termos, esse país, que tem por base, de acordo com o princípio federativo, a divisão de poderes e permanece poderoso desde que essa divisão seja respeitada, lançou-se, ao som do aplauso das forças “progressistas” ao novo experimento, em termos da América, da administração centralizada – o governo federal mais poderoso do que poderes estaduais e o poder executivo solapando os poderes do Congresso. É como se esta colônia europeia, a mais bem sucedida de todas, desejasse compartilhar o destino dos países europeus em seu declínio, repetindo com grande pressa os mesmos erros que os elaboradores da Constituição haviam tentado corrigir e eliminar.

Sejam quais forem as vantagens administrativas, ou desvantagens da centralização, o seu resultado político é sempre o mesmo: monopolização do poder causando a esterilidade de todas as fontes autênticas de poder no país. Nos Estados Unidos, baseado em uma grande pluralidade de poderes e o seu sistema de controle mútuo, confrontamo-nos não apenas com a desintegração das estruturas de poder, mas com o poder, aparentemente ainda intacto e livre para manifestar-se, perdendo o seu domínio e tornando-se ineficaz. Falar da impotência do poder já deixou de ser um paradoxo espirituoso. A cruzada do Senador Eugene McCarthy em 1968 “para testar o sistema” trouxe o ressentimento popular contra as aventuras imperialistas a público, estabeleceu um vínculo entre a oposição no Senado e nas ruas, ensejou pelo menos uma espetacular mudança de política, e demonstrou como a maioria dos rebeldes podia reintegrar-se ao sistema rapidamente, exultando a esta primeira oportunidade não de abolir o sistema, mas de fazê-lo funcionar de novo. E, ainda assim, todo esse poder poderia ser destruído pela burocracia partidária, a qual, contrariamente a todas as tradições, preferiu perder as eleições presidenciais com um candidato impopular que por acaso se tratava de um

*apparatchik*. (Algo similar se passou quando Rockefeller perdeu a indicação para Nixon durante a convenção Republicana).

Há outros exemplos a demonstrar as curiosas contradições inerentes à impotência do poder. Por causa da enorme eficácia dos trabalhos de equipe nas ciências, talvez a grande contribuição americana para as ciências modernas, podemos controlar os processos mais complicados com uma precisão que torna as viagens à Lua menos perigosas do que as mais comuns excursões do fim-de-semana; mas o suposto “maior poder do mundo” é impotente para acabar uma guerra, claramente desastrosa para todas as partes envolvidas, em um dos menores países da Terra. É como se estivéssemos sob um encantamento de conto de fadas, que nos permitisse realizar o “impossível” com a condição de que perdêssemos a capacidade de realizar o possível, de alcançar de forma fantástica feitos extraordinários com a condição de não sermos mais capazes de preencher adequadamente as nossas necessidades diárias. Se o poder tiver alguma coisa a ver com a idéia de—que querer é poder, distinta do mero nós podemos, então temos que admitir que o nosso poder tornou-se impotente. Os progressos da ciência nada têm a ver com a vontade; eles seguem as mesmas leis inexoráveis compelindo-nos a fazer aquilo que pudermos, independentemente das consequências. Será que à vontade e a possibilidade não mais estão juntas? Será que Valéry estava certo ao dizer ha cinqüenta anos atrás: *On peut dire que tout ce que nous savons, c'est-à-dire tout ce que nous pouvons, a fini par s'opposer à ce que nous sommes?* (“Pode-se dizer que tudo aquilo que sabemos, isto é, tudo aquilo que podemos, acabou por se opor àquilo que somos”.)

Mais uma vez, não sabemos onde esses acontecimentos nos levarão, mas sabemos, ou deveríamos saber, que toda diminuição de poder é um convite à violência – quando pouco porque aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontraram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência.

### **Análise da obra**

Hannah Arendt (*Da Violência*, Ed. Universidade de Brasília, 1985. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade) tem uma especial preferência pela política e opta pela esfera da ação, pela *vita activa* como perspectiva filosófica. Para a autora, em relação ao problema da legitimidade jurídico-política, por mais que a teoria lhes ilumine, é fundamental explorar suas essências (ontologia) no terreno dos fatos, pois é nos eventos que tudo se revela. O pensamento político deve tomar como referência a orientação da "experiência viva", de onde emerge o passado. Segundo ela, a história compõe-se de eventos singulares que constituem rupturas e ressurgimentos em meio a continuidades. Neste sentido, Arendt transita entre passado e futuro, apontando fragmentos de acontecimentos significativos para o presente, perscrutando lhes o conceito e atribuindo sentido a estes fatos. Quanto à norma jurídica, mais do que seu conceito lógico para apreensão e constituição do Direito, é sua aplicação que deve ser vista como um fato, onde está o mundo jurídico.

A obra "*Da Violência*", escrita entre 1968 e 1969, trata de uma investigação acerca da "natureza e das causas da violência". Tal discussão se estrutura em três partes. A autora parte da descrição e discussão dos acontecimentos políticos imediatos, colocando-nos o sistema de guerra e violência a que estamos submetidos. Para a autora, a guerra é o sistema social básico, dentro do qual outros tipos de organização social conflitam ou conspiram. Superpopulação, por exemplo, para a autora, redundam em agressividade e violência. Assuntos discutidos, por exemplo, é que à Segunda guerra mundial não se seguiu a paz, mas sim uma guerra fria e o estabelecimento do complexo militar-industrial. Não menos hoje, algumas décadas após o lançamento da obra - atualíssima - ainda temos prioridade do potencial para luta armada como a principal força de estruturação da sociedade. Os sistemas econômicos, as filosofias políticas e a corpora juris servem e estendem o sistema bélico. Para Arendt, a paz é a continuação da guerra por outros meios? é o verdadeiro desenvolvimento das técnicas de guerra (p.6), que desfilam no cenário mundial em momentos oportunos, tais como pudemos presenciar na guerra contra o Iraque. Neste capítulo a autora



aponta análises de vários autores sobre a questão do poder e da violência, tal como a de Marx, para quem o Estado é um instrumento de violência sob o controle das classes dominantes (p.6-10). O que nos leva a refletir sobre nossa sociedade atual e suas perspectivas de futuro, totalmente ameaçada pelo contexto abordado. Estas discussões iniciais ensejam análises conceituais para esclarecê-las. É o que se fará na sequêcia.

No segundo capítulo, o mais importante de todos, dá-se a discussão sobre a distinção entre poder e violência, a partir da qual Arendt propõe parâmetros para a compreensão dos acontecimentos políticos particulares. Neste momento Arendt fará a crítica à comum idéia ou consenso dos teóricos políticos de que a violência é uma flagrante manifestação de poder, ou seja, de que o poder político é manifestação de violência. Neste contexto cita Max Weber, para quem "o Estado é o domínio de homens sobre homens com base nos meios de violência legítima, isto é, supostamente legítima"; bem como Voltaire, onde o poder está presente onde quer que se tenha a chance de se impor à própria vontade, contra a resistência dos outros; e ainda Juvenal, para o qual a essência do poder é o domínio. Na sequêcia, a autora lembra a pertinente análise de Hobbes, de que muitos fracos unidos tornam-se tão fortes ou mais que aquele que exerce o domínio pela força, e reitera que o poder não pode exercitar-se ou perpetuar-se pela força, uma vez que este cessa, quando a força acaba. Logo, para a autora, o poder é diferente de força (p. 19-20).

Estas definições de poder, segundo a autora, originam-se da velha noção de poder absoluto que acompanhou o surgimento do Estado-nação europeu soberano, cujos primeiros e maiores porta-vozes foram Jean Bodin, na França do século XVI e Thomas Hobbes, na Inglaterra do século XVII. Coincidem elas também com os termos usados, desde a antiguidade grega, para definir as formas de governo como o domínio do homem sobre o homem: de um ou de poucos na monarquia e na oligarquia, dos melhores ou dos muitos na aristocracia e na democracia. Para a autora, hoje, a situação é muito mais complexa que esta visão do poder como força mera e simplesmente exercida pelo Estado. Ao sistema atual se deve acrescentar a mais nova, e "talvez a mais formidável", forma desse domínio: "a burocracia ou o domínio de um intrincado sistema de órgãos no qual homem algum pode ser tido como responsável, e que poderia ser chamado com muita propriedade o domínio de Ninguém" (Arendt, 1985: 20-1).

Contra as teses do instinto inato humano de dominação e agressividade, partilhadas por Hobbes e Maquiavel, ou mesmo do desejo de ser comandado, Hannah Arendt lamenta o fato da ciência política moderna não distinguir, terminologicamente, os conceitos "poder", "força", "autoridade" e "violência", fenômenos distintos e diferentes entre si. Para a autora a questão crucial é e sempre foi a de Quem governa quem? Poder, força, autoridade, violência nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem. São consideradas sinônimos por terem a mesma função. Arendt demora-se em dissecar cada uma delas e descobri-lhes a verdadeira característica e função (p. 23).

O "poder" corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em comum acordo. Este jamais é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está "no poder" estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo - de onde se originara o poder - desaparece, desaparece também "o seu poder" (p. 24).

A "Força" - que usamos frequentemente no linguajar diário como sinônimo de violência -, especialmente quando a violência é usada como meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, para designar as "forças da natureza" ou as "forças das circunstâncias", isto é, para indicar a energia liberada através de movimentos físicos ou sociais.

O conceito de "Autoridade" pode ser aplicado às pessoas. Existe a autoridade pessoal (pai e filho, professor e aluno etc.) ou de cargos. A sua característica é o reconhecimento, sem discussões, por aqueles que são solicitados a obedecer. Nem a coerção e nem a persuasão são necessárias. Para se conservar a autoridade, é necessário o respeito pela pessoa ou pelo cargo. A "Violência" distingue-se por seu caráter instrumental. Seus instrumentos são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor (independência) natural até que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo.

Para a autora a violência é, por sua própria natureza, instrumental. Como

todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita de justificar-se, através de algo mais, não pode ser a essência de coisa alguma (p. 28). O poder é "um fim em si mesmo", longe de ser o meio para a consecução de um fim é a própria condição que possibilita a um grupo de pessoas pensar e agir em termos de meios e fins (apesar de poder ser usado como meio para se atingir determinados fins). O poder não precisa de justificativas, mas de legitimidade. Arendt buscará soluções para definição do poder em oposição à violência na polis grega. O poder emana do povo, não é propriedade de um único indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. É, desse modo, um potencial, em que palavras e atos não se separam, na dependência de um acordo, as vezes frágil e temporário, mas correspondente à condição humana da pluralidade de vontades reunidas. Viver em comum, então, para Arendt, deve dar-se através do discurso e da persuasão, e não da violência e do comando. Para a autora nada é mais comum do que a combinação da violência com o poder. No entanto, não se pode daí concluir que a autoridade, o poder e a violência sejam uma mesma coisa. Quando as ordens já não são obedecidas, os instrumentos da violência não são de utilidade alguma. Tudo depende do poder por detrás da violência, governo algum existiu baseado só na violência. Onde quer que se combinem, o poder é o fator fundamental e predominante.

Em um conflito entre a violência e o poder, como na Índia de 1930, o resultado é raramente duvidoso. Gandhi venceu a Inglaterra com o poder, não com violência. O poder está baseado no apoio e no "número" daqueles que lhe conferem o seu consentimento, e não nos meios de violência de que dispõe. Por isso a tirania, para Arendt, é impotente, apesar de violenta, já que não há um respaldo da população. O terror não é a mesma coisa que a violência, é antes a forma de governo que nasce quando a violência, após destruir todo o poder, não abdica, mas, ao contrário, permanece mantendo todo o controle. A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo, logo, não pode dele originar-se, daí seu caráter instrumental. A violência é meio, enquanto o poder é fim. Para Hannah Arendt: "A forma extrema de poder é o todos contra Um, a forma extrema da violência é o Um contra Todos"

Conclui-se desta discussão que o poder é a essência de todo governo, não a violência. Assim, as condições básicas para um poder legítimo, na linguagem de Arendt, é um poder íntegro, consentido pelo apoio popular e fundado na livre troca de opiniões entre iguais. Para Arendt, é apenas a partir da ênfase na questão da

"legitimidade" se pode compreender o fenômeno da obediência às leis e às instituições políticas de um país, pois a obediência política funda-se no reconhecimento da imperiosidade das determinações legais e no consentimento à sua legitimidade. Segundo ela, as leis têm caráter mais "diretivo" que "impositivo", são "regras do jogo" nas relações sociais. Obedece-se às leis mais pelo consentimento a elas concedido, do que pelo medo de punição. Neste sentido, as sanções das leis dirigem-se aos que desejam abrir exceções para si mesmos.

Já no capítulo terceiro, Hannah Arendt busca fazer uma análise da natureza e das causas da violência, ao que conclui que a violência não é nem animal nem irracional. Dizer que a violência origina-se do ódio é usar um lugar-comum. Apesar do ódio poder ser irracional, assim como as demais paixões humanas. É possível criar condições que desumanizam o homem? tais como campos de concentração, a tortura, a fome ? porém isto não os assemelhariam aos animais. O ódio não é uma reação automática à miséria e ao sofrimento como tais (diante de um terremoto ou de uma doença incurável), somente onde houver razão para suspeitar que as condições poderiam ser mudadas, mas não o são, é que surge o ódio. Somente onde o nosso senso de justiça for ofendido é que reagiremos com ódio. Neste sentido, a violência é um recurso enormemente tentador quando se enfrenta acontecimentos ou condições ultrajantes, em razão de sua proximidade e rapidez, o que, apesar de ir contra a essência do ódio e da violência, não os torna irracionais. Ao contrário, há situações onde a própria rapidez de uma ação violenta seja talvez o único remédio adequado . Nesse sentido, o ódio e a violência que acompanham o ser humano ? ainda que não seja esta uma regra geral ? figuram entre as emoções humanas "naturais", e livrar o homem dessas emoções corresponderia a nada menos que desumanizá-lo ou mesmo castrá-lo. Para a filósofa, a ausência de emoções não causa nem promove a racionalidade. A fim de se reagir de forma razoável, deve-se primeiro sentir-se sensibilizado, e o oposto do emocional não é racional. O ódio e a violência tornam-se irracionais apenas quando dirigidos contra substitutos. A violência, sendo instrumental por natureza, é racional até o ponto de ser eficaz em alcançar a finalidade que deve justificá-la. E já que quando agimos, jamais saberemos com certeza quais serão as eventuais conseqüências, a violência só pode manter-se racional se buscar objetivos em curto prazo (p.44). No entanto, para ela, "a prática da violência, como toda ação, transforma o mundo, mas a transformação mais provável é em um mundo mais violento". Neste momento Arendt retoma sua crítica à burocracia.

Segundo Hannah, "quanto mais burocratizada a vida pública, maior será a atração exercida pela violência. Em uma burocracia plenamente desenvolvida, não há como discutir, a quem apresentar reclamações, sobre quem exercer as pressões do poder. A burocracia é a forma de poder onde todos são privados de liberdade política, do poder de agir, já que o governo de Ninguém não é a ausência de governo, onde todos são igualmente destituídos de poder temos uma tirania sem tirano".

Sintetizando ao máximo o pensamento da autora, podemos concluir que a tese principal de seu pensamento é a de que a violência não é a fonte do poder. Quanto mais poder, menos violência; e vice-versa. Estes, porém, articulam-se no jogo político: o mais puro totalitarismo necessita de apoio, assim como as revoluções, mesmo que consensuais, não se isentam da violência. Nada mais comum que a combinação destes dois, de sorte que o poder institucionalizado aparece sob a forma de autoridade, exigindo reconhecimento instantâneo e inquestionável. No entanto, reconhece-se que, na relação entre ambos, o poder é fator primário e predominante. Logo, percebe-se que a autora não recusa a violência, apesar de ilegítima, por vezes é justificável. Para a autora, tanto nas relações internacionais, quanto domésticas, a violência é o último recurso para se manter a estrutura de poder intacta contra contestadores. Considerando a filósofa não o afirmar diretamente, é possível deduzir, de todo seu pensamento, que apenas um poder legítimo pode vir a justificar a violência que emprega, pois necessita da opinião do povo que o apoia.

Disponível em: [http://www.filosofia.com.br/vi\\_classic.php?id=19](http://www.filosofia.com.br/vi_classic.php?id=19)

## **5.8 - Universidade Para quê? - Darcy Ribeiro. Sociologia e Filosofia.**

"A crise da Educação no Brasil não é uma crise; é um projeto". Esta frase de Darcy Ribeiro se tornou famosa por, infelizmente, traduzir a situação pouco animadora dos níveis educacionais do país. Ao longo de sua vida, o velho mestre Darcy, ao invés de se resignar e aceitar calado tal realidade, sempre arregaçou as mangas e foi um dos brasileiros que mais contribuiu para a melhoria da Educação brasileira em todos os seus níveis. Educação como prioridade é uma amostra privilegiada do que Darcy pensava – e do que era capaz de realizar – no campo da Educação. Numa primeira parte, encontram-se reflexões que correspondem a diagnósticos amplos sobre a situação precária do ensino no país. Na segunda, estão reunidos textos de Darcy e de sua equipe de

trabalho da época em que foi Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, alguns deles inéditos em livro. Numa terceira parte, nos deparamos com escritos de Darcy acerca da formação do professor e de importantes questões pedagógicas. No quarto segmento, estão agrupados três importantes textos de Darcy acerca dos rumos da universidade brasileira. Na quinta parte, o leitor tem ao seu dispor um conjunto de importantes textos de Darcy sobre a LDB. O livro fecha com importantes depoimentos de Darcy sobre mestres que, segundo ele, lhe serviram de grande inspiração, como Gilberto Freyre e Anísio Teixeira.

A obra revela-se desde já como uma leitura de suma importância para professores, pedagogos e todos aqueles que trabalham com Educação e/ou simplesmente se interessam pelo ofício de educar. O livro tem a organização e prefácio de Lúcia Velloso Maurício, doutora em Educação pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), professora da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e companheira de trabalho de Darcy Ribeiro na formulação de políticas públicas para a Educação no Estado do Rio de Janeiro.

Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/323918951/Darcy-Ribeiro-Universidade-Para-Que>

## 6.0 - OBRAS ÁUDIOVISUAIS

### 6.1 - A margem do corpo (2006), Documentário de Débora Diniz. Sociologia.

Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4PoxtwM8nik>

#### **Análise da obra**

O documentário *À Margem do Corpo*, representa o resultado de uma reconstrução de cunho antropológico a respeito de intensos contatos humanos que giram em torno da experiência de vida e morte [ou dupla morte?] de uma mulher chamada Deuseli Vanines: (+/-) negra, (+/-) estuprada, (+/-) feia, (+/-) vítima ou (+/-) prostituta, entre outros tantos atributos (na moral do que é pensado como bem ou como mal), adjudicados a essa mulher no âmbito de incertezas, ambigüidades, adequações e contradições que permeiam os fatos narrados das pessoas entrevistadas pela autora Debora Diniz.

Interessada em conhecer a história de Deuseli sob diversas narrativas, a autora do filme parte de dois processos judiciais que marcam a vida dessa mulher. Em um primeiro momento, vítima de estupro e, em um segundo momento, assassina da sua filha de 11 meses, gerada nesse primeiro ato violento. O documentário, produzido em 2005, com apóio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Fundação Ford, foi filmado nas cidades de Alexânia, Anápolis e Goiânia durante 11 meses, tentando mapear a trajetória de vida de Deuseli, a partir de diferentes relatos de pessoas que direta ou indiretamente conheceram essa mulher, inclusive seu possível estuprador.

A história passa-se em Goiás entre 1996 e 1998, num pequeno povoado do interior desse estado. Fala-se de uma mulher de 19 anos, Deuseli (na atualidade morta), de pais desconhecidos, aparentemente criada por um padrasto abusivo e com uma história de vida presa a inconstâncias provocadas pela pobreza, os maus-tratos e a necessidade de sobrevivência. Nas narrativas dos entrevistados, traçam-se diferentes percepções sobre ela que englobam desde valorações positivas a percepções negativas de acordo com os juízos e as construções culturais operacionalizadas nos discursos.

Dessa forma, Deuseli ora é apresentada como uma "pretinha não muito bonita, mas afetuosa", ora como "uma mulher bem, bem morena, preta não tão feia"; ora como

uma prostituta, ora como uma mulher possuída por forças espirituais desconhecidas ou malignas; ora como uma mãe desnaturada, ora como uma vítima produto da sociedade na qual está inserida (no total foram três gestações, sendo que na sua última gravidez, Deuseli não pariu seu terceiro filho ou filha). Ela, talvez, quis conduzi-lo(a), através de seu corpo, junto com ela, em direção à morte.

Nesse sentido, o documentário chama atenção a respeito do caráter perturbador do contato direto, íntimo e intersubjetivo da experiência vivida entre indivíduos em relação com as questões simbólicas que permeiam a vida social dos mesmos, numa época e num espaço determinado. Tais contatos dificilmente podem "deixar de afetar a sensibilidade das pessoas que os realizam" por serem, num amplo sentido, permeados por ações simbólicas (Geertz, 2001, p. 31).

Esta resenha foi pensada, principalmente, no contexto de duas obras, Geertz (1989, 2001) e Sahlins (1979, 1990). De fato, nossa análise se desenvolve em termos de uma experiência interpretativa de segunda ou terceira mão; enfim, uma ficção de sentido, um ato de imaginação antropológica orientado por ações simbólicas. Neste trabalho, alguns aspectos da história sobre Deuseli são, brevemente, recontados em pequenos segmentos localizados entre colchetes como uma maneira de dar inteligibilidade à estrutura textual daquilo pensarmos realizar parcialmente, isto é, "penetrar no próprio corpo do objeto", e, por outra parte, nos esforçamos em fazer, compreender o conteúdo, (Sahlins, 1979). Nisso, "eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal" (Geertz, 1989, p. 10).

Quanto à história em si mesma, ou melhor, o que fez Deuseli para ser o *locus* central da história? Nesse caso, pode conceber-se, ao mesmo tempo, como veículo e sujeito da ação e, mais extensamente, como objeto e sujeito de contemplação, interrogação e/ou interpelação. Em última instância, os diversos cenários que permeiam a história e dão sentido à mesma, estes são: o jurídico, o discurso médico legalista, o religioso (católico), a sociedade civil, assim como as relações de patronagem, amizade, vizinhança e de parentesco são, de forma geral, esquemas conceituais entrelaçados que, nos seus termos, dão inteligibilidade a um evento, isto é, uma noção relacional construída no reconhecimento simultâneo de uma contingência histórica ou de uma ação individual e os mapas decorrentes de uma ordem cultural determinada.



As angústias de Deuseli são interpretadas, como muitos narradores pensam, na sua ação previamente intencional de agredir a si mesma cortando seus cabelos com uma faca, se mordendo ou montando um cenário permeado por elementos simbólicos em que seu próprio *self* misturava-se com alimentos (o feijão derramado na cozinha formando parte do cenário onde ocorreu o estupro), fluídos humanos (manchas brancas secadas no seu corpo; seria sêmen?) e sua própria memória individual (lembranças de agressões abusivas quando criança) classificaram seu corpo e, com seu corpo, um *self* fazendo-o corresponder com as representações coletivas geradas pela ordem cultural.

O que tais reflexões nos ajudam a entender é que as narrativas dão conta de um arsenal de tramas, negociações, percepções encontradas, interrogações sem respostas definitivas, apreensões de uma realidade em um momento determinado e, sobretudo, reinterpretações que, à luz do trabalho de campo *in loco* de Diniz, deram novos sentidos a acontecimentos passados. De fato, tudo se passa como se o passado estivesse metaforizado pelo próprio presente que, intencionalmente ou não, quer revesti-lo de uma nova significação e mantê-lo, de certa forma, vivo.

No entanto, em muitos casos, percebemos nas narrativas a procura de verdades caseiras (Geertz, 2001), ou a imposição de uma moral por cima da interpretação cultural. Dessa forma, certas vozes, vindas da ordem religiosa católica, revelam não somente um elevado dogmatismo, refém de uma inextricável violência simbólica perante a vida de Deuseli, mas também uma irracional intervenção, no sentido mais literal do termo, no corpo de Deuseli; corpo este concebido por essa personagem como "um meio de comunicação com o mundo" (Merleau-Ponty, 1971) ou, em termos ainda mais extensos, corpo "sempre presente" entendido pela sua possuidora como um meio de existência simbólica que permitia dar-lhe inteligibilidade à apreensão da sua experiência vivida traduzida nas ações que culminam com a decisão do fim da sua vida e do seu corpo como interlocutor das suas sensibilidades mais angustiantes.

Uma das vozes do texto etnográfico construído por Diniz chega a objetar frente à iminência da *fatal* (não sei se chamá-la dessa forma seja o mais apropriado) sorte de Deuseli, a necessidade de se fazer um batismo na última criança gerada e morta no corpo dessa mulher. Nesta época, em que discussões como os direitos reprodutivos, os direitos sexuais, a legalização do aborto e o papel da laicidade do Estado brasileiro em particular, estão na arena de um debate ético, político e humanístico, mas também local e global, torna-se conflitante lidar com a idéia de cultura como um epifenômeno. De

fato, a eficácia da noção de cultura como uma ordem de significação não pode ser "suspensa", principalmente quando essas questões levantam-se cada vez com mais força no mundo contemporâneo.

O problema aqui é explodir o conceito de história pela experiência antropológica da cultura? (Sahlins, 1990) ou, como diria Geertz (2001), pelos usos que fazemos da diversidade? A essas alturas, perguntarmos-nos o que isso significa? Quais são os limites da interpretação antropológica ou, melhor, da imaginação antropológica, quando nos situamos discursivamente na composição da descrição densa dos fatos culturais? De que lugar pode-se partir para abordar as tensões criadas no devir da nossa própria existência cultural? Enfim, como dar inteligibilidade às novas estranhezas, inconsistências e contradições geradas na diversidade das ações humanas.

Nessas sensibilidades que inquietam, seria possível conceber o documentário de Diniz como "uma estrutura dramática com propriedades de transformação ritual"? (Sahlins 1990, p. 142). Nesse sentido, a construção de Deuseli poderia interpretar-se dentro de uma análise comprometida com "uma visão de afirmativa etnográfica" e, portanto, tal como nos lembra Geertz (1989, p. 20) "essencialmente contestável".

## **6.2 - A questão indígena no Brasil em 4 minutos - Agência Pública: agência de reportagem e jornalismo investigativo. Geografia e História.**

Vídeo disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=y\\_tKDCBimTQ&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=y_tKDCBimTQ&feature=youtu.be)

### ***Análise da obra***

Atualmente, o país possui 800 mil índios, de 246 etnias diferentes e distribuídos aproximadamente em 700 terras. A maioria dessas áreas se encontra na Amazônia Legal, que envolve nove estados brasileiros. Por serem ricos em recursos naturais, esses territórios são constantemente ameaçados e invadidos para exploração. Também enfrentam interesses do agronegócio e do modelo de desenvolvimento vigente no país.

“Nesse contexto, a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) é fundamental para dirimir inúmeros conflitos e exercer seu papel constitucional de

identificar, demarcar e monitorar terras indígenas, mas também é responsabilidade do órgão indigenista prestar apoio e proteção social”, explica a Agência.

Para compor o vídeo, foram utilizados dados do Instituto Socioambiental (ISA), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Lei de Acesso à Informação.

Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/noticias/video-explica-em-quatro-minutos-a-questao-indigena-no-brasil/>

### **6.3 - Carta para além dos muros - André Canto. Biologia.**

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=gL9tE2Flny0>

Vídeo análise em: [https://www.youtube.com/watch?v=CkS8X\\_7XGtw&t=259s](https://www.youtube.com/watch?v=CkS8X_7XGtw&t=259s)

#### **Análise da obra**

O filme mostra a cronologia da epidemia de HIV no país por meio de relatos de especialistas e ativistas de diversas gerações e é conduzido por uma narrativa inspirada no trabalho de Caio Fernando de Abreu, que deu nome ao filme.

Através da costura desta complexa colcha de retalhos, o filme investiga e expõe o estigma e a discriminação como produtos de uma sociedade que insiste em manter marginalizadas as pessoas que vivem com HIV, mesmo 30 anos depois do início da epidemia.

O longa tem cerca de uma hora e meia de duração e reúne depoimentos de mais de 30 pessoas que fazem parte dessa história, como o médico e escritor Drauzio Varella, a mãe do cantor Cazuza, Lucinha Araújo, os ex-ministros da Saúde José Serra e José Gomes Temporão, além de pessoas que vivem com HIV e trabalham para acabar com o estigma, como Gabriel Estrela e Gabriel Comicholi, youtubers e participantes dos projetos do UNAIDS “Deu Positivo, e Agora?” (2018) e “#DesafioUNAIDS” (2017). O filme também conta com o depoimento da médica que identificou o primeiro caso de AIDS no Brasil, a dermatologista Valéria Petri.

“Ao olhar para o passado, a gente consegue entender esse processo. Tudo foi tratado com tanto sensacionalismo pela imprensa e pela sociedade em geral, que essas

imagens ficaram impregnadas nas nossas lembranças”, conta o diretor André Canto. “É uma construção social muito difícil de quebrar, mas o objetivo é colaborar com todas as ações realizadas nessa tentativa de enfrentar o estigma e o preconceito.”

O UNAIDS é parceiro institucional na produção do filme e também ofereceu apoio técnico na fase de produção do documentário. Para o diretor interino do UNAIDS no Brasil, Cleiton Euzebio de Lima, o apoio a produções culturais que abordam o HIV é importante para estimular uma conversa aberta, em toda a sociedade.

“Temos vivido, nos últimos anos, uma revolução no campo da medicina, da ciência e das tecnologias. Hoje a gente precisa que essa revolução se reflita também na área social e de direitos humanos”, destaca. “E esses avanços na área social não dependem de uma pílula ou tecnologia, mas especialmente de que todas as pessoas, em todos os lugares, falem mais sobre o HIV e se disponham a aprender mais sobre o tema, sem tabus, sem estigma e ou discriminação. Isso pode ser feito por diversas frentes, e a cultura é uma área que possibilita que esse diálogo alcance um público que muitas vezes não participa da discussão do HIV.”

### **Precisamos falar sobre isso**

O documentário é o primeiro do gênero a refazer a cronologia do HIV e da AIDS no país e encabeça o projeto #PrecisamosFalarSobreIsso, que também conta com uma série documental para a TV e um livro-reportagem, que relatará todo o processo de pesquisa e realização.

Como parte desta iniciativa mais ampla e com objetivo de contribuir com a conscientização sobre a importância da testagem para HIV, a semana de lançamento de Carta para Além dos Muros contou com ações de testagem rápida para HIV, sífilis e hepatite B nas salas do circuito Itaú Cinemas de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Salvador. A ação foi realizada em parceria com a empresa Hi Technologies, que conta com um dispositivo que realiza exames de sangue a distância, através da Internet. Profissionais do sistema público de saúde e voluntários de ONGs especialistas no tema fizeram o acompanhamento, aconselhamento e acolhimento das pessoas interessadas na testagem ou que desejassem mais informações.

## Caio Fernando de Abreu

O documentário é uma homenagem ao renomado escritor gaúcho Caio Fernando Abreu, que vivia com HIV e, em 1994, revelou publicamente sua sorologia. Ele falou sobre o HIV em uma série de crônicas para sua coluna no jornal “O Estado de S. Paulo”, chamada Carta para Além dos Muros. O autor escreveu abertamente sobre o assunto quando foi internado em decorrência de complicações da AIDS. “O nosso filme é uma nova carta, em 2019, porque acredito que esse muro ainda está de pé e a gente precisa atravessá-lo”, afirma André Canto.

O escritor brasileiro Caio Fernando Abreu morreu em 1996 por complicações decorrentes da AIDS.

*“Olha, estou escrevendo só pra dizer que se você tivesse telefonado hoje eu ia dizer tanta, mas tanta coisa. Talvez mesmo conseguisse dizer tudo aquilo que escondo desde o começo, um pouco por timidez, por vergonha, por falta de oportunidade, mas principalmente porque todos me dizem sempre que sou demais precipitado, que coloco em palavras todo meu processo mental (processo mental: é exatamente assim que eles dizem, e eu acho engraçado) e que isso assusta as pessoas, e que é preciso disfarçar, jogar, esconder, mentir. Eu não queria que fosse assim. Eu queria que tudo fosse muito mais limpo e muito mais claro, mas eles não me deixam, você não me deixa”,* trecho da primeira crônica Carta para Além dos Muros, de Caio Fernando Abreu, em 1994.

Disponível em: <https://unids.org.br/2019/10/filme-escreve-uma-nova-carta-para-alem-dos-muros-para-acabar-com-o-estigma-sobre-o-hiv/>

### **6.4 - Das raízes às pontas (2015), Documentário de Flora Egécia. Filosofia e Sociologia.**

Vídeo em : <https://www.youtube.com/watch?v=H5JqAZQC8s8&t=31s>

#### **Análise da obra**

O documentário foi produzido em parceria com o Estúdio Cajuína, Leni Audiovisual, Bianca Novais (diretora de arte), Débora Moraes e Hugo Lins (roteiro) e recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), além do financiamento. Ele surgiu de uma

intenção e oportunidade de dar voz a um movimento crescente de afirmação e resgate da cultura afro-brasileira e é feito pelo discurso do cabelo. “O filme é sobre a vida de várias pessoas que passaram ou estão passando por um processo de autoconhecimento, a afirmação do cabelo negro. O bacana é que, durante esse processo de produção, isso afetou várias pessoas, que mandaram mensagem para gente antes mesmo do lançamento. O filme fala sobre um processo diário de empoderamento”.

### **Enredo**

O curta tem 20 minutos e conta com entrevistas de diferentes pessoas falando sobre a questão do cabelo como elemento ancestral e sua trajetória de aceitação, sendo feita “das raízes às pontas”, como sugere o título da produção. “São 12 entrevistados, sendo que há pessoas de diferentes posições sociais, com visuais diversos. Nós queríamos homens e mulheres, um artista que fosse muito conhecido, por isso a atriz Sheron Menezes, gente com black power e dread. Existiu uma preocupação com a variedade”, conta Flora.

Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2015/11/17/interna\\_diversao\\_arte,506792/documentario-das-raizes-as-pontas-mobiliza-publico.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2015/11/17/interna_diversao_arte,506792/documentario-das-raizes-as-pontas-mobiliza-publico.shtml)

### **6.5 - Entenda o que é Racismo Estrutural - Canal do Preto. Sociologia.**

Vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=lryL8ZAMq-E&t=45s>

#### ***Análise da obra/síntese***

O racismo no Brasil não é à toa. É estrutural. O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão. Até 130 anos, os negros traficados eram mantidos em condições subumanas de trabalho, sem remuneração e debaixo de açoite.

Quando, no papel, a escravidão foi abolida, em 1888, nenhum direito foi garantido aos negros. Sem acesso à terra e a qualquer tipo de indenização ou reparo por tanto tempo de trabalho forçado, muitos permaneciam nas fazendas em que trabalhavam ou tinham como destino o trabalho pesado e informal. As condições subumanas não se extinguíram.

Maria Sylvia, presidente do portal Geledés, e Helena Teodoro, voluntária Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, explicam como o racismo se estruturou no Brasil, durante e após a escravidão, e como a imagem do negro foi associada à vadiagem, ao subalterno, ao sujo. Não à toa, as tarefas mais árduas, as piores remunerações e as formas mais cruéis de castigo ainda são reservadas aos pretos.

Participantes: Maria Sylvia de Oliveira, Advogada e Presidente do Geledés; Helena Teodoro, Primeira doutora negra do país e Voluntária do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lryL8ZAMq-E>